



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTAO AMBIENTAL**

**THAIS MAIARA NASCIMENTO DE SOUSA**

**MULHERES, AMBIENTE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: TECENDO UM  
DIÁLOGO COM A HISTÓRIA AMBIENTAL DE PERNAMBUCO**

**Recife, 2020**

**THAIS MAIARA NASCIMENTO DE SOUSA**

**MULHERES, AMBIENTE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: TECENDO UM  
DIÁLOGO COM A HISTÓRIA AMBIENTAL DE PERNAMBUCO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Profa. Dra. Renata Maria Caminha M. O.  
Carvalho  
Orientadora

Profa. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra  
Coorientadora

Profa. Dra. Fernanda Capibaribe Leite  
Coorientadora

**Recife, 2020**

S725m    Sousa, Thais Maiara Nascimento de.  
Mulheres, ambiente e conflitos socioambientais: tecendo um diálogo com a história ambiental de Pernambuco. / Thais Maiara Nascimento de Sousa. – Recife, PE: O autor, 2020.  
175 f.: il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Renata Maria Caminha M de O. Carvalho.  
Co-Orientadora: Profª. Drª. Marília Regina Costa Castro de Lyra

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Recife, Coordenação de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Gestão Ambiental, 2020.

Inclui referências e anexos.

1. Mulheres – Condições Sociais. 2. Ecofeminismo. 3. Gestão Ambiental. 4. Nordeste - Brasil. I. Carvalhos, Renata Maria Caminha M de O. (Orientadora). II. Lyra, Marília Regina Costa Castro (Co-orientadora). III. Título.

301.412      CDD (22 Ed.)

**THAIS MAIARA NASCIMENTO DE SOUSA**

**MULHERES, AMBIENTE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: TECENDO UM  
DIÁLOGO COM A HISTÓRIA AMBIENTAL DE PERNAMBUCO**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco como parte integrante dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental.

Data da aprovação: 23 / 12 / 2020

BANCA EXAMINADORA



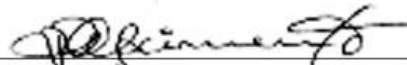
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Renata Maria Caminha M. O. Carvalho  
Orientadora



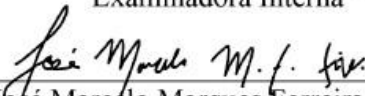
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra  
Coorientadora



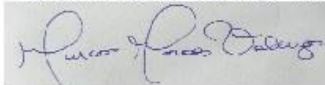
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Fernanda Capibaribe Leite  
Coorientadora



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Rogéria Mendes do Nascimento  
Examinadora Interna – IFPE



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho  
Examinador Externo - UFRPE



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcos Moraes Valença  
Examinador Interno - IFPE

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, por toda a estrutura de ensino e pela disposição dos professores e professoras no compromisso de aprender/ensinar a/com quem participa deste programa. Vivendo há 2 anos no Chile, vejo como é importante o acesso a um ensino gratuito e de qualidade, e reconheço esta oportunidade como crucial diante dos contextos sociais aos quais estou inserida.

À minha orientadora Renata Caminha, por toda paciência, pelo apoio, pelos conhecimentos compartilhados, pela abertura, amizade e carinho que me ajudou a trilhar os caminhos para esta pesquisa. Profa., muito obrigada por tudo! À minha coorientadora Marília Castro, pela preocupação constante para além dos limites de um trabalho de orientação, me lembrando a importância de uma educação que considere os processos educativos de maneira ampla. Profa, seria muito mais difícil sem a senhora, muito obrigada!

À Fernanda Capibaribe, amiga de vida, estudos, práticas, que sempre esteve do meu lado nos meus processos de descobrimentos da vida, sempre me inspirando e potencializando minhas curiosidades. Feu, mais uma vez, foi uma das minhas orientadoras, mesmo sem ter a intenção de ser. Amiga, te amo. Muito obrigada por tudo!

À Ana Paula, Fran Silva, Marcos Valença, duas pessoas de extrema importância para a articulação com as mulheres que co-construíram este trabalho. Queridos, obrigada por todo apoio, paciência e disposição!

Às interlocutoras que participaram desta pesquisa, pela disposição em ceder um tanto de seu tempo e de suas histórias para construir este trabalho. Sem elas absolutamente nada disto seria possível. À D. Maria José Martins, que faleceu durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, impactando profundamente seu povo e os que a cercavam. Queridas, obrigada pela confiança, disponibilidade, abertura, paciência! Estar com vocês mudou muito da minha visão de vida, além de fortalecer minhas raízes, minha base, minha concepção sobre nossos territórios e culturas, além de potencializar minhas próprias visões. Vocês não têm ideia desse impacto!

Aos amigos de curso, que co-construíram muitas visões pelas quais me embasei para articular as informações desta pesquisa. Em especial à Jurandir, Taty, Yanne, Ítalo, que me ajudaram ativamente seja de forma direta à pesquisa e/ou a contextos importantes para a própria possibilidade de seguir com a pesquisa. Queridos, vocês são maravilhosos! Obrigada por tudo!

À minha mãe, que sempre esteve atenta aos processos, exercendo um cuidado incansável, me estimulando a seguir com meus projetos mesmo quando ela mesma não teve a oportunidade. Mainha, sou imensamente grata por tua vida. Tua força me inspira, me direciona, e hoje vejo que a mulher forte que vejo em mim é fruto da tua presença na minha vida, assim como a de vovó, de titia, que sempre me incentivaram a seguir e seguir e seguir. As amo imensamente!

Ao meu pai, por concordar em me apoiar financeiramente para que fosse possível cursar o mestrado. Apesar de toda ausência, reconheço a importância desse apoio para poder viver esta experiência como vivi.

Aos meus amigos e amigas do Brasil, Ady, Kaju, Karol, Isa, Aninha, que potencializam absolutamente todas as minhas perguntas internas, me dão norte, às vezes tiram esse norte também. Amo vocês! Obrigada por compartilharem a vida, os pensamentos, as dúvidas, as experiências e os aprendizados comigo. É gostoso demais ter vocês por perto!

A los amigos de Chile, Kiko, Rayo, Rei y Fabi: por cada preguntita de “y cómo va la tesis?” seguida de “cuándo vamos entrenar?” jajaja. Gracias por todo incentivo seguido de recompensas!

A mi pololito, que siempre estuvo pacientemente cerca, incentivándome, apoyándome, mostrándome sus puntos de visión, potencializando mi capacidad de diálogo. Te amo, amor. Gracias por todo el apañe y aprendizaje mutua!

*Nem a terra, nem as mulheres somos território de conquista  
(Colectivo Mujeres Creando, Bolívia).*

## RESUMO

A sociedade, atualmente, vem sofrendo uma crise civilizatória que evidencia cada vez mais a necessidade de romper com os paradigmas atuais de desenvolvimento. Esta crise se manifesta no campo micro e macro do agir, seja no âmbito intelectual, social, político, ambiental, cultural; sendo, todas, advindas de uma crise maior: a crise do sistema capitalista neoliberal da modernidade. O produto destas relações, para América Latina, é o padrão de exploração econômica pelos países nórdicos, a expressão institucionalizada de uma sociedade patriarcal e colonial, além de uma série de injustiças socioambientais sofridas pelos países do sul global, as quais recaem mais intensamente sobre a vida das mulheres. Considerando os registros históricos como um instrumento fundamental para a observação de dada sociedade (em suas relações sociedade-sociedade e sociedade-natureza), bem como a cultura de silenciamento e invisibilização das vozes e contextos das mulheres, este trabalho teve como objetivo a caracterização do contexto de luta socioambiental de Pernambuco sob a perspectiva das mulheres - entendendo o termo como a expressão própria do indivíduo na sociedade, não se referindo, portanto, ao sexo biológico. A metodologia empregada nesta pesquisa teve como base o estudo de caso e entrevistas de abordagem perspectivista, nas quais participaram 13 interlocutoras. As mulheres entrevistadas apresentam um perfil de liderança em suas atuações, seja nos movimentos sociais, nas comunidades tradicionais, originárias, de base, nas universidades e instituições de pesquisa, bem como a partir das estruturas de gestão do poder público. O período de abrangência dos relatos e das informações organizadas neste trabalho correspondeu ao período de 1980 a 2019, sem a intenção, entretanto, de exaurir todos os acontecimentos destes anos. Como resultado foi possível observar como os contextos socioambientais de Pernambuco são sentidos e vividos a partir das perspectivas das mulheres, ressaltando informações valiosas para a visualização das dinâmicas e processos de resistência socioambiental no estado de Pernambuco. A interferência do tipo de ambiente nas culturas (o que inclui a economia, as dinâmicas sociais, políticas e etc), a uma concepção mais ampla e integrada do ambiente e sua relação com a qualidade de vida das pessoas, a posição de linha de frente das mulheres nas lutas socioambientais (em espaços políticos e domésticos), as relações entre teoria e prática entre o estado, a ciência moderna e os movimentos sociais diante dos contextos socioambientais, e a importância da organização popular e de mulheres nos processos de resistência são tratados como principais resultados. A partir destas informações e perspectivas algumas diretrizes foram mencionadas visando a construção de uma sociedade mais justa e sustentável para Pernambuco. Por fim, foi possível perceber o tanto de estratégias que se perde ao ignorar as experiências das mulheres, tanto no sentido de serem estas a ponta mais vulnerável em relação às injustiças sociais e ambientais – e por isso vivem e sentem estes contextos de forma diferenciada -, como na potência destas sabedorias na construção de uma sociedade mais crítica, justa e sustentável. A abordagem também enfatizou a necessidade de incorporar as vivências de outras mulheres, desde outros recortes, para uma visão ainda mais ampla, apontando a possibilidade de tema para trabalhos posteriores.

**Palavras-chave:** Ecofeminismo. Nordeste do Brasil. Pensamento descolonial.

## ABSTRACT

Society today is suffering from a civilizing crisis that increasingly highlights the need to break with current development paradigms. This crisis manifests itself in the micro and macro field of action, whether in the intellectual, social, political, environmental, cultural spheres; all which stem from a larger crisis: the crisis of the neoliberal capitalist system of modernity. The product of these relations, for Latinoamérica, is the pattern of economic exploitation by the Nordic countries, the institutionalized expression of a patriarchal and colonial society, in addition to a series of socio-environmental injustices suffered by the countries of the global south, which fall more intensely on life. of the women. Considering historical records as a fundamental instrument for observing a given society (in its society-society and society-nature relations), as well as the culture of silencing and invisibility of women's voices and contexts, this work aimed to characterize the context of socioenvironmental struggle in Pernambuco from the perspective of women - understanding the term as the individual's own expression in society, therefore not referring to biological sex. The methodology used in this research was based on the case study and interviews with a perspective approach, in which 13 interlocutors participated. The interviewed women present a leadership profile in their activities, whether in social movements, traditional, original, grassroots communities, universities, and research institutions, as well as from the management structures of the public power. The period of coverage of the reports and information organized in this work corresponded to the period from 1980 to 2019, without the intention, however, to exhaust all the events of these years. As a result, it was possible to observe how the socio-environmental contexts of Pernambuco are felt and experienced from the perspectives of women, highlighting valuable information for visualizing the dynamics and processes of socio-environmental resistance in the state of Pernambuco. The interference of the type of environment in cultures (which includes the economy, social and political dynamics, etc.), a broader and more integrated conception of the environment and its relationship with people's quality of life, the position of front of women in socio-environmental struggles (in political and domestic spaces), the relations between theory and practice between the state, modern science and social movements in the face of socio-environmental contexts, and the importance of popular organization and women in resistance processes are treated as main results. From this information and perspectives, some guidelines were mentioned in order to build a more just and sustainable society for Pernambuco. Finally, it was possible to perceive the number of strategies that are lost when ignoring the experiences of women, both in the sense that they are the most vulnerable point in relation to social and environmental injustices - and that is why they live and feel these contexts differently -, as well as in the power of these wisdoms in building a more critical, fair, and sustainable society. The approach also emphasized the need to incorporate the experiences of other women, from other perspectives, for an even broader view, pointing to the possibility of a theme for later work.

**Keywords:** Ecofeminism. Northeast of Brazil. Decolonial thinking.



## RESUMEN

La sociedad actual sufre una crisis civilizadora que pone cada vez más de relieve la necesidad de romper con los paradigmas de desarrollo actuales. Esta crisis se manifiesta en el micro y macro campo de acción, ya sea en el ámbito intelectual, social, político, ambiental, cultural; todo ello derivado de una crisis mayor: la crisis del sistema capitalista neoliberal de la modernidad. El producto de estas relaciones, para Latinoamérica, es el patrón de explotación económica por parte de los países nórdicos, la expresión institucionalizada de una sociedad patriarcal y colonial, además de una serie de injusticias socioambientales que sufren los países del sur global, que inciden más intensamente en la vida de las mujeres. Considerando los registros históricos como un instrumento fundamental para la observación de una determinada sociedad (en sus relaciones sociedad-sociedad y sociedad-naturaleza), así como la cultura del silenciamiento e invisibilidad de las voces y contextos de las mujeres, este trabajo tuvo como objetivo caracterizar el contexto de la lucha socioambiental en Pernambuco desde la perspectiva de las mujeres - entendiendo el término como la expresión propia del individuo en la sociedad, por lo tanto no se refiere al sexo biológico. La metodología utilizada en esta investigación se basó en el estudio de caso y entrevistas con enfoque de perspectiva, en las que participaron 13 interlocutores. Las mujeres entrevistadas presentan un perfil de liderazgo en sus actividades, ya sea en movimientos sociales, comunidades tradicionales, originarias, de base, universidades e instituciones de investigación, así como desde las estructuras de gestión del poder público. El período de cobertura de los informes e información organizados en este trabajo correspondió al período de 1980 a 2019, sin que se pretenda, sin embargo, agotar todos los hechos de estos años. Como resultado, fue posible observar cómo se sienten y viven los contextos socioambientales de Pernambuco desde la perspectiva de las mujeres, destacando información valiosa para visualizar las dinámicas y procesos de resistencia socioambiental en el estado de Pernambuco. La interferencia del tipo de entorno en las culturas (que incluye la economía, la dinámica social y política, etc.), una concepción más amplia e integrada del entorno y su relación con la calidad de vida de las personas, la posición de frente a las mujeres en las luchas socioambientales (en los espacios políticos y domésticos), las relaciones entre la teoría y la práctica entre el Estado, la ciencia moderna y los movimientos sociales frente a los contextos socioambientales, y la importancia de la organización popular y las mujeres en los procesos de resistencia son tratados como resultados principales. A partir de esta información y perspectivas, se mencionaron algunas pautas para construir una sociedad más justa y sostenible para Pernambuco. Finalmente, se pudo percibir la cantidad de estrategias que se pierden al desconocer las vivencias de las mujeres, tanto en el sentido de que son el punto más vulnerable en relación a las injusticias sociales y ambientales - y por eso viven y sienten estos contextos de manera diferente -, así como en el poder de estos conocimientos para construir una sociedad más crítica, justa y sostenible. El enfoque también enfatizó la necesidad de incorporar las experiencias de otras mujeres, desde otras perspectivas, para una visión aún más amplia, apuntando a la posibilidad de un tema para trabajos posteriores.

**Palabras-clave:** Ecofeminismo. Nordeste de Brasil. Pensamiento descolonial.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Perfil das interlocutoras.....	48
Gráfico 2	Abrangência dos discursos por Mesorregião.....	50
Gráfico 3	Percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo tipo de arranjo e cor ou raça da chefe da família.....	72
Gráfico 4	Renda domiciliar per capita média por sexo da (o) chefe de família, segundo cor ou raça.....	72

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Como as mulheres se organizam e atuam nas lutas socioambientais de Pernambuco?.....	68
Quadro 2	Como o ambiente está inserido no cotidiano e pautas de lutas das mulheres? .....	83
Quadro 3	Como as mulheres sofrem os contextos socioambientais?.....	95
Quadro 4	Como atua o Estado na resolução dos conflitos socioambientais em PE	106
Quadro 5	Como atua a ciência nos contextos socioambientais do estado?.....	117
Quadro 6	Como atuam os movimentos sociais nos contextos socioambientais do estado?.....	127
Quadro 7	A importância da organização popular na resistência popular aos contextos socioambientais.....	138
Quadro 8	Informações sobre as características socioecológicas inseridas nos contextos socioambientais em PE.....	158

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>16</b>
2.1	OBJETIVO GERAL.....	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>16</b>
3.1	HISTÓRIA AMBIENTAL.....	17
3.1	HISTÓRIA ORAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	21
3.3	A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA AMBIENTAL.....	22
<b>4</b>	<b>REFERENCIAIS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>30</b>
4.1	TIPO DE PESQUISA E ESTRUTURA LÓGICA.....	31
4.2	ESTRATÉGIAS DE PESQUISA.....	32
4.3	FASES DO DELINEAMENTO DO CONEXO DO ESTUDO.....	33
4.3.1		
4.3.2	Fase 1 - embasamento teórico dos dados.....	33
4.3.3	Fase 2 - delimitação da unidade-caso.....	33
	Fase 3 - trabalho de campo.....	34
i)		
ii)	SUBFASE 1.....	34
iii)	SUBFASE 2.....	34
4.3.4	SUBFASE 3.....	34
i)	Fase 4 - organização, tratamento e análise dos dados.....	35
ii)	SUBFASE 1.....	35
iii)	SUBFASE 2.....	35
iv)	SUBFASE 3.....	35
5	SUBFASE 4.....	35
<b>5.1</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>37</b>
5.1.1	CONCEITOS E FUNDAMENTOS.....	37
5.1.2	Racionalizando a partir da epistemologia ecofeminista.....	37
5.1.3	Sobre um olhar descolonial.....	42
5.2	Giro Ecoterritorial e justiça ambiental.....	45
5.3	SOBRE AS INTERLOCUTORAS.....	48
5.4	AS MULHERES E OS CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS EM PERNAMBUCO.....	51
	OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES.....	73
5.4.1	Como o ambiente está inserido no cotidiano e pautas das lutas das mulheres.....	73
5.4.2		
5.4.3	Como as mulheres sofrem os contextos socioambientais.....	86
5.4.4	Como atua o estado diante dos contextos socioambientais.....	98
5.4.5	Como atua a ciência diante dos contextos socioambientais.....	109
	Como atua os movimentos sociais diante dos contextos socioambientais.....	119

<b>5.5</b>	<b>POTENCIALIDADES, ASPECTOS SÓCIO-ECOLÓGICOS E A</b>	<b>1</b>
	<b>PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NO ESTADO DE</b>	<b>2</b>
	<b>PERNAMBUCO.....</b>	<b>129</b>
5.5.1	A importância da organização popular nos processos de resistência	
	socioambiental em Pernambuco.....	130
5.5.2	Aspectos socioecológicos de Pernambuco.....	140
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade, atualmente, vem sofrendo uma crise civilizatória que evidencia, cada vez mais, a necessidade de romper com os paradigmas atuais de desenvolvimento. Esta crise se manifesta no campo micro e macro do agir, seja no âmbito intelectual, social, político, ambiental, cultural; sendo, todas, advindas de uma crise maior: a crise do sistema capitalista neoliberal da modernidade.

A América Latina, segundo Acosta (2016), é reconhecidamente um continente rico em “recursos” naturais. Desde que os colonizadores chegaram a estas terras e decidiram colonizá-las, a riqueza deste continente se tornou sua própria maldição. Mesmo depois dos processos de “independência”, estes países, a partir de outros meios, legalmente exercidos no sistema Republicano, continuaram e continuam se relacionando com os países colonizadores de maneira servil (DILGER et al., 2016).

O produto destas relações, para América Latina, é o padrão de exploração econômica pelos países nórdicos, e uma série de injustiças socioambientais sofridas pelos países do sul. A essência da colonização perdura, atualmente, se expressando através da institucionalização e legalização de processos de exploração entre o Norte e o Sul global. A visão antropocentrista do mundo, o patriarcado, e a ilusão de um ambiente estático e infinito, ainda, vem enfocando a sociedade ocidental, desde as bases do pensamento moderno (que, declaradamente, inferioriza tudo que não for dos recortes masculino, branco, hétero, rico), à expressão e justificação do sistema neoliberal (ACOSTA, 2016; DRUMMOND, 1991; FELIPE, 2009; GOMES et al., 2014; MARQUES, 2015; POSSAMAI, 2010).

Neste sentido, a América Latina tem expressado diversas formas de resistência à atual proposta de “desenvolvimento”. Seja a partir do enfrentamento e resistência milenar dos povos racializados e/ou tradicionais; pela resistência popular, de maneira geral, à exploração capitalista; ou na direção de parte - ainda muito recente -, da ciência moderna, em estudos teóricos e práticos voltados para caminhos alternativos de desenvolvimento (DILGER et al., 2016).

Considerando esta crise sistêmica um momento importante de construção social e quebra com o paradigma que embasou a sociedade moderna, é fundamental a identificação e rompimento com os preconceitos que, por muito tempo, invisibilizaram lutas igualmente essenciais para a sustentação de qualquer sociedade. A partir desta perspectiva, mulheres de todo o mundo, organizadas ou não, vêm representando um papel de suma importância, seja na luta pelo reconhecimento do Outro - que não este homem-branco-hétero-rico - como sujeito de direitos e deveres (BEAUVOIR, 2009), ou no enfrentamento direto às investidas neoliberais que avançam contra os povos de base. Estas lutas dialogam, ainda, transversalmente, com as lutas por direitos políticos, econômicos, culturais, sociais, incluindo a própria gestão de seus territórios (ARANTES, 2010; LISBOA; LUSA, 2010; BORDALO, 2011).

Analisando, assim, a urgência de visibilidade destes contextos, tanto para fortalecimento das lutas populares, como para registro histórico e, buscando, com este fim, entender tais conflitos e relações em seus distintos contextos, a História Ambiental tem sido um instrumento essencial.

A História Ambiental é um ramo das ciências sociais e naturais, voltado para a relação entre os seres humanos e a natureza (DRUMMOND, 1991; DUARTE, 2005; PÁDUA, 2010). Partindo de uma visão complexa e interdisciplinar das relações, esta disciplina propõe uma metodologia que quebra com os paradigmas que afirmam qualquer superioridade (de espécie, gênero, raça, classe). Desta forma, o sujeito da história pode ser parte dos seres humanos, ou de qualquer outro agente ou relação constituinte da natureza.

Partindo desta visão interdisciplinar, busquei, com este trabalho, caracterizar o contexto de luta socioambiental sob a perspectiva das mulheres, diante de seus processos de resistência em Pernambuco; considerando, ainda, o termo “mulheres” como a expressão própria do indivíduo na sociedade, não se referindo, portanto, ao sexo biológico (BEAUVOIR, 2009; BUTLER, 2012). Com este fim parti do método científico defendido pela contista, poeta, romancista e ensaísta afro-brasileira Conceição Evaristo: a escrevivência (CONCEIÇÃO, 2005; 2005; GODOY; MELO, 2017). Este método se apresenta como um meio de emancipação e retomada de poder sobre meios de produção de subjetividades, e do conhecimento advindo da experiência subjetiva e dos contextos locais, como também defendem Freire (1996), Gebara (1997), e Gonzalez (1979; 1983; 1988; 2020).

O trabalho teve como base os seguintes pontos norteadores: i) como se caracteriza, atualmente, sob o viés da História Ambiental, o contexto socioambiental de Pernambuco? ii) de que maneira se dá a participação das mulheres nos contextos destas lutas? iii) quais as potencialidades destes contextos e os possíveis caminhos para promoção da justiça ambiental e social no estado de Pernambuco?

Por fim, a partir da caracterização dos contextos socioambientais do estado e da condição da mulher diante deste, este trabalho visa contribuir, como base teórica, na visibilidade e fortalecimento: a) destas lutas, considerando o trabalho desempenhado pelas mulheres como de suma importância na sustentação da sociedade pernambucana e da vida local, e nas resistências socioambientais do estado; b) da potencialidade destas mulheres, na construção de modelos alternativos de desenvolvimento para uma sociedade justa, equitativa e sustentável.



## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Caracterizar, sob o viés da História Ambiental, o contexto de luta socioambiental e a participação das mulheres nos processos de resistência em Pernambuco.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir o arcabouço teórico que embasará as análises.
- Introduzir a História Ambiental a partir da epistemologia ecofeminista, pensamento colonial e justiça ambiental.
- Caracterizar a participação feminina nos processos de resistência socioambiental de Pernambuco.
- Caracterizar os distintos contextos dos conflitos socioambientais do estado sob a perspectiva das mulheres
- Propor diretrizes para promoção da justiça ambiental e social no estado de Pernambuco.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

O referencial teórico oriundo da revisão de literatura está organizado a partir da seguinte lógica: uma primeira seção contextualizando um pouco sobre a História Ambiental como metodologia; seguida por uma segunda seção, que explana brevemente a História Oral. As duas se apresentam como a abordagem base deste trabalho, junto à terceira e última abordagem desta seção, que se refere a reflexões de como as mulheres se inserem na construção da História Ambiental, reconhecendo que há uma característica sistêmica de silenciamento e invisibilização destas também na construção da história (o que não deixa de se estender à História Ambiental).

#### 3.1 HISTÓRIA AMBIENTAL

A sociedade, por muito tempo, teve suas bases fundadas em pensamentos que afirmavam uma superioridade humana e distância entre os seres humanos e os não-humanos, bem como entre os ambientes sociais e naturais (DRUMMOND, 1991; FELIPE, 2009; GOMES et al., 2014; MARQUES, 2015; PÁDUA, 2010; POSSAMAI, 2010).

A partir do crescente impulso teórico na desconstrução quanto às bases deste pensamento moderno, a História Ambiental se apresenta como uma disciplina que busca romper com os paradigmas cartesianos (responsáveis pela fragmentação mencionada) e se embasar na interdisciplinaridade e em uma visão complexa do mundo (MORIN, 2007), considerando a ampla rede de relações entre os seres humanos e a natureza. Desta forma, a História Ambiental considera âmbitos sociais, políticos, ambientais, culturais e econômicos como fatores intrinsecamente interligados, exigindo, portanto, uma visão ampla o suficiente para identificar e evidenciar como ocorre estas relações (DRUMMOND, 1991; DUARTE, 2005; PÁDUA, 2010).

Este é um desafio que vem sendo imposto à nossa sociedade à medida que a antiga base de pensamento, composta, em essência, pelas ideias de Descartes e Bacon, deixa de servir e/ou de fazer sentido diante da complexidade dos problemas que permeiam a atual crise civilizatória (DRUMMOND, 1991; GOMES et al., 2014; MARQUES, 2015; PÁDUA, 2003; POSSAMAI, 2010).

A História Ambiental começou a se estruturar como campo de pesquisa, abraçada pelas instituições acadêmicas de distintas regiões do mundo, a partir da década de 1970 (PÁDUA, 2010). À medida que as sociedades foram se territorializando, construindo e modificando os ambientes - a partir de suas interações com esses espaços concretos, dotados de grande diversidade de vida e de estrutura geológica - foram emergindo várias experiências materiais e percepções culturais, influenciadas pelas condições do mundo natural. Entender este mundo e como ocorrem estas relações se tornou um constituinte básico da própria existência e experiência social.

Da questão ambiental da modernidade sobre sua relação com o ambiente natural emerge um problema relevante para a continuidade da vida humana. Esta relação não diz respeito, necessariamente e de maneira simplista, às modificações oriundas do avanço urbano-industrial, incrivelmente crescente nos séculos XIX e XX; mas a uma gama de outros processos históricos, anteriores, com os quais a questão ambiental também se relaciona.

Como exemplo podemos observar o processo de expansão colonial europeia e a incorporação de extensas regiões, em todo o mundo, em seus diversos territórios e ecossistemas, à uma economia hegemônica – uma forma específica de se relacionar com o ambiente natural. Outro exemplo, citado pelo autor, é a institucionalização da ciência a partir da afirmação, desta, como um lugar privilegiado, hierarquicamente, no que se refere ao entendimento do mundo e à produção de conhecimento.

Mencionando aos países colonizados pelas investidas europeias, como os países latino-americanos, Richard Grove (1995) afirma que, mesmo após as “independências” consolidadas, estas regiões se tornaram um espaço privilegiado para a preocupação ambiental, à medida que a rápida transformação de florestas em monoculturas e minas ocasionavam graves modificações nos ambientes. Esta transformação é, talvez, a principal consequência das desigualdades Norte-Sul abordadas por Dilger et al (2016).

Os registros que embasam a História Ambiental, geralmente, não estão em trabalhos que se dedicam, prioritariamente, a esta questão. Pelo contrário, como levanta Drummond (1991) a fonte de registros da História Ambiental, ao menos no Brasil, está em trabalhos relacionados a

temas diversos, e cita obras que, apesar de não terem a intenção de fazer História Ambiental, são ricos em informações sobre as relações sociedade-natureza de determinadas épocas.

Neste sentido, é relevante citar o livro *Descolonizar o Imaginário* (DILGER et al., 2016), que, a partir de uma proposta descolonial, propõe uma análise histórico-ambiental da América Latina, considerando os processos de colonização, extrativismo, neoextrativismo, de desenvolvimentos alternativos a estes últimos, sendo um conjunto estratégico para a caracterização da sociedade latino-americana. Outros autores como Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina* (GALEANO, 1999); Luíz Marques, em *Capitalismo e colapso ambiental* (MARQUES, 2015); Leonardo Boff, em muitas de suas obras (BOFF, 2008; 2009; 2015); Sergio Buarque de Holanda, em *Visão do paraíso* (DE HOLANDA, 2010), entre outros e outras tantas historiadores que, descrevendo fatores ambientais de suas questões principais, normalmente sociais e políticas, contribuíram para o registro do contexto da estética ambiental e das formas de interação entre o meio natural e o social e político no tempo.

No Nordeste, ainda, é de notória importância, na descrição dos meios naturais, políticos e culturais, autores e obras clássicas da história e literatura nordestina e pernambucana, como Manoel Correia de Andrade, especialmente em *O sentido da colonização* (ANDRADE, 1994); Gilberto Freyre, em *Nordeste* (FREYRE, 2015), dentre outras tantas obras suas; Durval Muniz Albuquerque, em *A invenção do Nordeste* (ALBUQUERQUE, 1999), Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, de 1938 (RAMOS, 1963), entre diversos outros.

Partindo da visão ambiental com enfoque de gênero, é indispensável a citação de obras como *Gênero e meio ambiente* (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005), cujo enfoque está na relação entre o ambiente a vida das mulheres, em como esta condição impacta toda a sociedade, de maneira geral, e à mulher, de forma individual, partindo de um estudo com organizações governamentais e não-governamentais atuantes no apoio à resistência das mulheres e do ambiente. Também Ivone Gebara em *Teologia Ecofeminista* (GEBARA, 1997), contribuindo a partir da epistemologia ecofeminista; Rita Segato em (principalmente) *As estruturas elementares da violência* (SEGATO, 2010), mostrando como o corpo das mulheres se mescla ao ambiente; Regina Horta Duarte, em *História e Natureza* (DUARTE, 2005), abrangendo a visualização dos percursos das relações sociedade-natureza no tempo; Barragán et al (2016), em *Pensar a partir do feminismo*, trazendo importantes análises, a partir da perspectiva de

gênero, dos processos neocoloniais na América Latina - intrinsecamente relacionados ao contexto ambiental -, apresentando propostas alternativas de desenvolvimento e de construção de uma sociedade justa social e ambientalmente. Não menos importantes, estão, ainda, os trabalhos publicados em periódicos e demais meios de comunicação, digital ou impresso, que relatam a história de vida, luta e resistência das mulheres, estando, estes contextos, geralmente, interligados, direta ou indiretamente, às questões ambientais (ARANTES, 2010; ÁVILA, 2010; BORDALO, 2011; CAPPELLIN, 1989; CORDEIRO, 2004; 2006; DEERE, 2004; LISBOA; LUSA, 2010; PACHECO, 2010; PERROT, 2005; RAPOZO, 2019; SILVA, 2010; SOUZA; FLUMINHAN, 2015).

Em breve citação sobre os principais aspectos metodológicos da História Ambiental, Drummond (1991) aponta 5 características marcantes. A primeira delas afirma que toda análise, dentro do contexto da História Ambiental, se dá a partir de uma região com características específicas, como o tipo de bioma em que está inserida ou algum elemento do ambiente natural, como um rio, a área de ocorrência de alguma espécie importante comercialmente, ou fragmentos de áreas florestadas. Pode haver, também, além de características ambientais, um recorte cultural ou político relacionado à região, como um Parque Nacional, uma área de impacto de uma obra (ferrovias, indústrias), terras demarcadas invadidas, entre outros recortes.

A segunda característica diz respeito ao necessário diálogo entre todos os ramos do conhecimento, incluindo as ciências aplicadas que sejam pertinentes à compressão do ambiente de estudo, em sua complexidade, como já discutido anteriormente.

É possível afirmar, ainda, que, dentro da História Ambiental uma floresta pode ser o sujeito da História Ambiental, rompendo com a ideia de que os seres humanos sempre serão os sujeitos principais na história (DRUMMOND, 1991; PÁDUA 2010). Da mesma maneira acrescento o sujeito da História Ambiental a partir de grupos minoritários dentro da sociedade humana, como as mulheres, os povos tradicionais e/ou racializados, as crianças etc.

Uma terceira característica é a abordagem relacionada às interações entre os recursos naturais úteis e inúteis e os distintos estilos civilizatórios das sociedades humanas. Aqui as ciências naturais ajudam a identificar o conjunto de recursos naturais disponíveis em uma determinada região; entretanto, são as ciências sociais que se encarregam do trabalho principal.

Por exemplo: as pastagens naturais podem ser consideradas como de extrema importância para uma sociedade que conta com a criação de animais herbívoros; enquanto, para uma sociedade que se embasa na pesca, principalmente, a presença de pastagens naturais será inútil (não sendo, inclusive, concebida com um “recurso” natural para esta dada sociedade). Pastagens “não-utilizadas”, muitas vezes, levaram sociedades de pastoreio a invadir o território de povos que não criavam animais domésticos (Drummond, 1991).

Neste exemplo podemos ver, de maneira mais nítida, as questões sociais do conflito. Mas, analisando com mais cuidado, vemos a potência no condicionamento das relações entre os povos e as culturas, a partir do contexto ambiental e da relação entre as sociedades e o meio natural e ecológico.

A quarta característica, já mencionada anteriormente, tem sua evidência na grande quantidade de registro de materiais descritivos sobre questões ambientais e socioambientais, em determinada região. Há um incrível acervo de informações nos relatos de viajantes, naturalistas, historiadores, exploradores, desde uma descrição simples até a nível profissional. E, normalmente, estes registros descrevem características dos ambientes que, de alguma maneira, estão interligados à cultura do (s) povo (s) da região. O rico material descritivo de Darwin, em *A Origem das Espécies*, e até mesmo o relato de Pero Vas de Caminha, em carta ao rei de Portugal, sobre as terras do Brasil, podem ser citados como grandes exemplos, além das obras citadas anteriormente.

A quinta e última característica destacada se refere à coleta dos dados, sendo, esta, realizada, normalmente, em trabalhos de campo. Entrevistas (dados primários) e coleta de dados secundários se mostram de extrema importância, mas, também alguns registros que não estão na linguagem escrita; como, por exemplo, o estado de desenvolvimento de uma floresta, podendo indicar o tipo de exploração comum na área, bem como as especificidades desta atividade, como quais espécies animais e vegetais locais são de interesse econômico. Como um segundo exemplo, podemos imaginar o diagnóstico de um assoreamento de um rio que, em tempos antigos, de acordo com dados documentais/ secundários, foi navegável.

É importante reafirmar que a História Ambiental tem seus antecedentes desde as ciências sociais. As discussões sobre este ramo se encontram, principalmente, na história das

civilizações e na antropologia cultural; e, em menor frequência, na geografia humana e econômica, nos estudos sobre tecnologia e energia (DRUMMOND, 1991).

Assim, se pode afirmar, portanto, que a História Ambiental é um ramo de estudo que sintetiza muitas informações, de distintas áreas; e se apresenta, necessariamente, de maneira interdisciplinar. Daí a importância, inclusive, na mudança de paradigma quanto ao atual modelo de educação e de pensamento (SOUZA, FLUMINHAN, 2015; ÁVILA, 2010; DRUMMOND, 1991).

### 3.2 HISTÓRIA ORAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A História Oral, por sua vez, é uma metodologia que dialoga diretamente com a escriturabilidade de Conceição Evaristo, visto que busca possibilitar que pessoas pertencentes a grupos sociais comumente invisibilizados na construção de conhecimento e história sejam ouvidos e que, principalmente, possam falar por si mesmos - já que são senhores e senhoras de suas próprias experiências (OLIVEIRA, 1997). Alberti (1994) menciona esta metodologia como um agente de ampliação do conhecimento e, seus resultados, uma original fonte de consulta.

Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC, 2020), a História Oral tem como principal método o emprego de entrevistas, registradas por gravação, com potenciais testemunhas sobre conjunturas, acontecimentos, costumes e afins. Os relatos obtidos, geralmente, são capazes de construir uma visão mais concreta em relação às dinâmicas vivenciadas por determinado grupo social, observando o teor dos fatos também a partir da importância, destes, na vida de quem compartilha suas experiências (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

Como afirma Gebara (1997), a história oficial não é capaz de expressar e documentar aspectos relevantes de nossas experiências empíricas. Segundo Cassab e Ruscheinsky (2004), muitas informações oriundas das “memórias subterrâneas” são perdidas em função do emprego de metodologias que não se respaldam na comunicação oral. Podemos considerá-la, portanto uma metodologia que reconhece as subjetividades e as interseções, de maneira interdisciplinar e aberta na produção de conhecimento.

Sendo interdisciplinar, a História Oral ainda se interliga às mais diversas áreas do conhecimento, dialogando com biólogos, antropólogos, historiadores, cientistas políticos, cientistas ambientais, sociólogos, pedagogos, dentre diversos outros profissionais. (ALBERTI, 2005; CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

No Brasil a História Oral passou a ser amplamente utilizada na década de 1990, a partir do Programa de História Oral do CPDOC. Em 1994, segundo a referida instituição, foi criada a Associação Brasileira de História Oral, que reúne seus membros e membras, periodicamente, em encontros de níveis regional e nacional, além de editar um boletim e uma revista. Dois anos mais tarde criou-se, ainda, a Associação Internacional de História Oral, responsável pela realização de congressos bianuais, edição de revista e boletim (ABHO, 2020).

No que se refere a algumas especificidades oriundas do emprego da História Oral como metodologia, Alberti (2004) definiu os seguintes apontamentos:

- a) A História Oral é utilizada a partir, principalmente, de temas contemporâneos. Ou seja, tempos recentes que estejam em alcance da memória dos seres humanos, já que as pessoas entrevistadas deverão ter vivido tais eventos, seja como testemunhas ou como atores. Com o decorrer do tempo, tais entrevistas poderão ser fonte de consulta para pesquisas sobre assuntos já não mais contemporâneos.
- b) A segunda especificidade do emprego deste método é o propósito de produzir documentos históricos que serão utilizados como fontes de conhecimento.
- c) Outro desdobramento, não menos importante, é a influência da pesquisadora (or) na produção do documento oriundo da investigação: sempre haverá diversidade nas formas de interpretar os relatos, a depender do olhar, dos principais pontos apreendidos, de seus interesses, do lugar social, etc. Em função desta característica, inclusive, a maneira com que expus os relatos das mulheres, neste trabalho, foi definida de forma a possibilitar que a análise dos temas abordados se dê também a partir das (os) próprias (os) leitoras (es), extrapolando os limites das minhas observações.
- d) O foco da História Oral é a narrativa. A interlocutora que conta sua experiência não é o “objeto de observação”, como estaria denominada a partir da ciência moderna convencional; aqui, o objeto de observação se refere aos seus relatos de vida, às experiências. Assim, os eventos relatados se apresentam de forma subjetiva,



interseccional, nos permitindo enxergar, também, as dinâmicas das “entrelinhas”, ou da cotidianidade dos contextos estudados.

Apesar de focar nos relatos verbais, a História Oral também se respalda pelo cruzamento entre os depoimentos e documentos escritos, complementando-se mutuamente. Além disso, exige a utilização de instrumentos interpretativos próprios - o que dialoga também com a metodologia proposta por Bourdieu (2002).

Por fim, a associação, ainda, a instrumentos alternativos de Análise de Discurso e Conteúdo, como o trabalho por Suassuna (2005), favorece a concretude dos estudos em e da construção da História Oral e Ambiental a partir de um olhar perspectivista e popular, sendo estes os pilares metodológicos desta pesquisa.

### 3.3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA AMBIENTAL

Para observar a história a partir de um viés ambiental, como abordado anteriormente, é fundamental a análise partir das relações entre o social, o ambiental, o político, o cultural. Neste sentido, e partindo de um contexto comum a toda a América Latina, a clássica desigualdade entre o Norte e o Sul global, segundo Galeano (1999), trouxe, ao continente latino-americano, contextos específicos quanto às questões sociais, naturais, culturais. Em *As veias abertas da América Latina* (GALEANO, 1999), o referido autor traz, ao campo de discussão, a relação intrínseca entre os problemas sociais (conflitos de interesses, guerras, golpes de Estado), e os recursos naturais deste continente.

Ainda que não tenha sido o intuito principal do livro, a referida obra relata um tanto sobre o contexto da luta socioambiental na América Latina, cujo ambiente natural é referência e motivo de interesse mundial quanto à presença de todo tipo de matéria-prima, fator indispensável para o setor industrial a nível global. Neste sentido, também Acosta (2016), afirma haver relação entre a pobreza dos países do Sul Global e a própria riqueza destes, em recursos naturais; sendo, latino-américa, apesar de sua subordinação, o principal continente exportador de matérias-primas do mundo e, ao mesmo tempo, a parcela mais vulnerável na balança da má distribuição dos danos ambientais.

A luta das mulheres, principalmente de comunidades tradicionais e dos povos originários, contando com todos os seus recortes internos de luta - movimento de mulheres; movimento de mulheres negras, quilombolas, indígenas, camponesas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, quebradoras de côco, cortadoras de mandioca e cana-de-açúcar, catadoras de materiais recicláveis (ARANTES, 2010) -, em geral, está voltada ao combate ao atual modelo político-econômico, de típico extrativismo e base exploratória da natureza, e poderíamos considerar, este, como outro ponto característico das lutas latino-americanas (DILGER et al., 2016).

Quando observamos as expressões do capitalismo no contexto da América Latina, é possível perceber seu caráter nefasto para com a natureza e com os grupos minoritários. É de acordo com este sistema, inclusive, que serão determinadas as bases da sociedade moderna, levando em conta a produção de conhecimento, das normas sociais e das percepções sobre a vida. Assim, todas as nossas relações possuem um molde, uma pré-forma, que termina por embasar uma série de desigualdades e violências. A partir da lógica colonial, que define separadamente os homens, as mulheres, a população negra, o ambiente e as relações naturais, a sociedade moderna se respalda em ilusões antropocêntricas de uma superioridade sem fundamento e em uma ideia abstrata de desenvolvimento e progresso (MARQUES, 2015).

Os grupos minoritários, aos quais se inserem as mulheres em suas múltiplas intersecções, são os que estão, de forma direta ou indireta, ligados à exploração dos recursos naturais, e a uma exposição maior a riscos ambientais - interferindo, diretamente, na saúde e qualidade de vida; e atingindo, majoritariamente, populações negras e pobres, composta, em maior número, por mulheres (ARANTES, 2010; CASTRO; ABRAMOVAY, 2005). Sua economia, ainda, também se volta e se embasa aos/nos recursos ambientais de suas regiões. Diante destes contextos, estas lutas passam a compor, desde o Brasil Colonial, a linha de frente das reivindicações socioambientais (FERNANDES, 1999).

Em uma sociedade patriarcal, o silenciamento das mulheres faz parte de sua própria estrutura de manutenção, e se dá, primordialmente, na inferiorização das mulheres como sujeito humano, e na limitação, destas, ao ambiente privado, em detrimento ao ambiente público; este último destinado aos homens (BEAUVOIR, 2009). Estas violências se darão das mais variadas formas, tendo como base a subjugação das mulheres e corpos feminizados, bem como a inferiorização dos trabalhos reprodutivos e de cuidados (SEGATO, 2010).

Podemos perceber as limitações de uma sociedade antropocentrista a partir das seguintes presunções (MARQUES, 2015): a) a presunção ecológica; b) a presunção biológica; c) a presunção teleológica. A presunção ecológica se refere à superioridade da espécie humana diante das outras espécies e ambientes que habitam, dando-lhes o direito de intervir em qualquer ambiente ou relação natural em função da satisfação de seus interesses. Hoje a natureza se mostra limitada e insuficiente para a manutenção da sociedade moderna. A segunda presunção se refere às superioridades que serão afirmadas a partir de características biológicas específicas: humano, masculino, branco, hétero, inferiorizando todo o e a diferente (as mulheres, a população negra e indígena, as sexualidades dissidentes, as outras espécies). A presunção teleológica, por sua vez, se refere à crença na ocupação, a partir da sociedade humana (leia-se do homem branco, hétero, rico), uma posição intermediária entre as divindades celestes e as espécies inferiores da Terra. Ou seja, neste sentido o homem é um “semideus”, inferior aos deuses, mas superior a todo ser vivente na Terra.

Esta lógica antropocentrista será, portanto, a base da sociedade moderna e definirá o lugar, as funções, a importância e a própria autonomia das mulheres e demais grupos inferiorizados. No caso das mulheres, sendo este o tema deste trabalho, a estas estarão reservados o ambiente doméstico e o desempenho de funções específicas e distantes da participação em espaços políticos públicos, sendo mesmo uma negação impositiva. A luta das mulheres na América Latina se dá, portanto, em resposta às injustiças destas imposições sociais, culturais, políticas, perpassando as relações das mulheres com a própria sociedade humana, mas também as relações sociedade-natureza na qual se inserem as mulheres.

Na construção do conhecimento e da história não poderia ter sido diferente: a construção das normas, dos conhecimentos, das histórias, se dá a partir da visão do homem branco, hétero, patriarcal. Vemos pouquíssimas citações às mulheres-históricas, líderes de revoluções, ou com contribuições significativas à ciência, por exemplo (BEAUVOIR, 2009; GEBARA, 1997; PERROT, 2005), apesar de estas desempenharem funções importantíssimas para a manutenção da vida em sociedade (mas que devem ser reservadas ao ambiente privado).

Nas lutas socioambientais do Brasil, a participação das mulheres tem sido crucial. As reivindicações estão voltadas à equidade de gênero e melhoria das condições de vida da população, de maneira geral. Estando, as mulheres, diretamente ligadas aos trabalhos de cuidados e reprodução (trabalhos domésticos e cuidados humanos), os quais dependem,

significativamente, da qualidade de vida e direito de acesso aos recursos naturais, suas reivindicações pautam não só seus direitos políticos e trabalhistas, como o acesso às políticas públicas (educação, saúde, cultura, economia, e programas governamentais específicos para determinados contextos), melhoras das condições de saneamento e saúde pública, direito à moradia, à terra, à segurança alimentar, e na resistência de culturas e cosmovisões dos povos originários e sua relação com o território.

No campo, segundo o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2020), a situação de injustiça ambiental evidencia a permanência da violência estrutural dirigida às mulheres. É possível observar esta condição, por exemplo, nas experiências de mulheres militantes pela Reforma Agrária, referências históricas na luta pela terra: Margarida Maria Alves (assassinada no dia 12 de agosto de 1983, inspirando a determinação da data como Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária), Anatólia de Souza Alves Melo, (assassinada em 1973), Antônia Flor (morta a tiros por pistoleiros no dia 1º de dezembro de 1984), Irmã Adelaide Molinari (morta a tiros no dia 14 de abril de 1985), Roseli Nunes (assassinada em 31 de março de 1987), Maria da Penha Nascimento (morta em um acidente ocorrido em 14 de março de 1991), Maria de Nazaré Mineiro (assassinada em novembro de 1994), Irmã Dorothy Stang (morta em fevereiro de 2005).

Ainda neste sentido, a função que exerce, as trabalhadoras rurais, por exemplo, desde o núcleo familiar, além de contribuir na complementação da renda familiar, pode ser vista, ainda, de maneira central, pela produção de alimentos e itens de autoconsumo, bem como pela promoção da qualidade de vida da família (RAPOZO, 2019). Sendo assim, é importante salientar que as mulheres camponesas (RAPOZO, 2019), assim como as mulheres racializadas (SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2015), vêm apresentado um papel ainda mais decisivo na disputa pelas políticas públicas, em paralelo ao seu fortalecimento como sujeitos políticos, organizados e mobilizados, seja em sindicatos, em movimentos políticos, sociais ou no núcleo familiar. Vale ressaltar, ainda, que, até 2001, as mulheres rurais, por exemplo, não tinham direito à documentação de forma gratuita (o que impedia o acesso, destas, às políticas públicas, direitos trabalhistas e Reforma Agrária).

A própria questão da Reforma Agrária, no Brasil, mesmo sendo impulsionada pelos movimentos sociais, organizações e instituições da esquerda política, não incluía, até a década de 1990, as pautas das mulheres trabalhadoras rurais (DEERE, 2004). Este cenário escancara

como a sociedade nega às mulheres a participação nos espaços políticos; isto porque a participação política nestes espaços está ligada ao público que é, historicamente, atrelado à construção do masculino.

Embora as lutas das mulheres tenham questões específicas voltadas às questões de gênero e interseccionalidades, elas estão na linha de frente, junto com os homens, na luta contra o latifúndio, o agronegócio, o capitalismo neoliberal, e seu projeto de colonização dos territórios tradicionais e de sua função histórica e política no contexto campesino (RAPOZO, 2019).

No Brasil, a agricultura familiar e camponesa é agente central de luta pela soberania alimentar, geração de emprego e renda no ambiente rural. Entretanto, continua se embasando na lógica capitalista que inferioriza e explora as mulheres. Neste grupo social, as mulheres, raramente têm acesso ao dinheiro proveniente de seu trabalho na roça, no quintal, na casa, na horta, no processamento de alimentos, na criação de animais, e nos cuidados humanos do núcleo familiar, sendo, estas, condições essenciais – porém desvalorizadas e desvaloradas – para a manutenção da sociedade e do próprio sistema político-econômico (RAPOZO, 2019).

Dados do IBGE trazem o percentual de 34,1%, referente às trabalhadoras rurais que não possuíam rendimento, sendo, a maior parte da renda destas, proveniente de programas sociais (IBGE, 2010). Destes últimos, alguns estão ameaçados e outros já foram extintos pelo atual governo de extrema-direita (ALEX, 2019; RESENDE, 2019; BENITES, 2019).

A luta das mulheres camponesas, apesar de ter ganhado maior visibilidade na década de 80, não é algo recente, historicamente (BORDALO, 2011). As mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco, por exemplo, estão presentes, de maneira significativa, nas lutas pela terra, pelos recursos naturais, desde as Ligas Camponesas, até levantes populares e marchas e movimentos sociais rurais em geral (RAPOZO, 2019).

Segundo Bordalo (2011) “a questão da participação política das mulheres surge a partir de mobilizações no sertão do estado – *de Pernambuco*” (BORDALO, 2011, p. 46).

De acordo com os estudos de Cordeiro (2004; 2006) e Abreu e Lima (2003), entre 1979 e 1984, houve uma forte seca no sertão de Pernambuco, impulsionando a migração dos homens

para outras regiões do estado e do país. Este contexto potencializou a organização das mulheres rurais pernambucanas que, com a migração de seus companheiros, se tornaram então chefes-de-família.

Foi neste contexto de seca que a visibilidade da organização de mulheres, segundo Bordalo (2011), se deu; a partir da luta pelo direito de alistamento às Frentes de Emergência, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). As frentes eram programas públicos acionados nos períodos mais alarmantes de secas, e se destinava às obras de pequeno e médio portes em grandes propriedades (já tendo sido destinada a grandes obras públicas, voltadas às adaptações à seca), e compunha a pauta da luta dos trabalhadores rurais pelo direito a este benefício. Segundo Almeida (1999), no entanto, as frentes deste período ficaram conhecidas como “frente dos patrões”, por se desviarem de seu principal objetivo, financiando setores e interesses privados.

Somado à questão das Frentes de Emergência, há um ponto importante, ainda, a ser citado. A associação das mulheres aos sindicatos era estritamente proibida. Esta impossibilidade passou a ser questionada, com muita resistência, pelos grupos de oposição sindicais, até ser amplamente aceita no sistema sindical. Para Bordalo (2011), apesar da lentidão com que se levou a inserção da participação política das mulheres nos sindicatos, é pertinente reconhecer a importância destes últimos como espaços de representação política. Navarro (1996) também afirma que os sindicatos, juntamente com os movimentos sociais recentes à época, foram as principais vias para a visibilidade política e para a iniciativa de organização das mulheres.

Por fim, a reivindicação das mulheres, com o apoio dos sindicatos de oposição, formados a partir da inclusão de gênero, foi ouvida. O novo contexto favoreceu, também, alterações quanto a papéis diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres, principalmente a visão do trabalho invisível das mulheres como uma “ajuda” ao trabalho do marido. O que se buscava era o reconhecimento destas mulheres como trabalhadoras rurais, portadoras de reivindicações próprias e de todos os direitos que cabem à esta função (BORDALO, 2011).

A partir de 1985, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) consegue institucionalizar-se nos grupos de assessoria sindical, os quais tiveram participação significativa no apoio e fomento ao intercâmbio de saberes e experiências quanto a educação popular feminista. Este é um ponto importante a se citar, no que se refere às transformações

nas bandeiras dos movimentos das mulheres, assim como a inclusão do termo “gênero” nos discursos e práticas destas lutas (CAPPELLIN, 1989).

A apropriação deste último e sua interpretação, portanto, torna-se específica de cada movimento de mulheres. No caso de Pernambuco, o uso do termo “gênero” está interligado às reivindicações quanto a igualdade de oportunidades políticas, no seio da estrutura dos sindicatos, e desemboca na legitimação social de um espaço destinado, especificamente, às mulheres. Para Bordalo (2011), o êxito da luta pela participação e atuação das mulheres nos sindicatos é um dos principais aspectos da luta feminista camponesa, nestes mais de 20 anos de resistência.

Além dos nomes já destacados anteriormente, salientamos, ainda, como visto em Rapozo (2019), os nomes de Elizabeth Teixeira, Maria da Penha, Margarida Maria Alves – entre outros nomes, como Vanete Almeida (BORDALO, 2011) – que deixaram história e inspiração de luta contra o latifúndio, pela sindicalização das mulheres, por seus direitos à Reforma Agrária e outros direitos políticos, contra a violência, e por melhor qualidade de vida no estado. Somadas a estas estão outras muitas mulheres que, desde sua resistência diária, inspiram e fazem história contra o modelo atual de exploração da natureza desde sua complexidade.

Já nos centros urbanos os conflitos socioambientais são outros, não menos violentos. Em 2005, na Rede Brasileira de Justiça Ambiental, foi criado o Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Ambiental. Segundo Pacheco (2010), este termo se refere à má distribuição dos recursos ambientais, bem como das consequências ambientais oriundas do atual sistema de produção e consumo; recaindo, estas últimas, de maneira desproporcional, sobre etnias pertencentes às classes sociais mais vulneráveis.

Assim, este Grupo de Trabalho voltado à referida questão vem buscando dar visibilidade à intrínseca relação entre desigualdades ambientais e sociais, e tem fortalecido as lutas contra a injustiça ambiental e o racismo no Brasil; estas lutas, em geral, são compostas por populações tradicionais e grupos vulneráveis, como as etnias indígenas e a população, predominantemente negra e periférica aos grandes centros urbanos.

É importante salientar que, em uma sociedade patriarcal, a ponta da vulnerabilidade é direcionada às mulheres pobres e racializadas (muitas chefes-de-família, inclusive), sendo,

estas, mais da metade da população local, em geral (ARANTES, 2010; DAVIS, 2016). Assim, como se vê, é pertinente que a questão dos conflitos e injustiças socioambientais sejam analisadas a partir do racismo ambiental, considerando os recortes de gênero e classe (ARANTES, 2010; DAVIS, 2016).

Em nível de exemplo vale ressaltar a injusta responsabilização das mulheres quanto ao trabalho doméstico. Esta condição é intensificada, como afirma Silva (2010), diante de más condições ambientais, cenário recorrente nas periferias, cujas consequências são diretas à saúde e qualidade de vida das famílias. Ademais, a precarização do trabalho das mulheres, principalmente das mulheres racializadas, bem como sua presença massiva no mercado informal, escancara a situação de injustiça e negação de direitos e exposição a condições de vulnerabilidade, insalubridade e periculosidade social e ambiental (SILVA, 2010).

Dentro desta discussão, ainda, é importante salientar a falta de inclusão, também, das mulheres trans. O Brasil é o país que mais mata por transfobia, ainda há um tabu muito grande que atrela o corpo trans a um espaço sexualizado (também privado) e não permite a combinação entre suas pautas e as pautas ambientais. É como se estas pautas não se articulassem. Esta lógica além de objetificar o corpo trans e proibir sua integração aos espaços públicos e de construção política, invisibiliza como as mulheres trans sentem, entendem e experienciam seus ambientes (como, por exemplo, ao discutir a violência sofrida por elas).

Visando este déficit, se reforça a utilização do termo “mulheres”, neste trabalho, a partir do reconhecimento, com base em discussões transfeministas (BUTLER, 2012), de que o sexo biológico não diz respeito ao gênero que se representa socialmente (BEAUVOIR, 2009; BUTLER, 2012). É dizer: o termo “mulheres”, neste trabalho, se refere ao gênero através do qual cada participante representa a si mesmo, socialmente, independentemente de seu sexo biológico.

Estes papéis são exercidos, na sociedade, sob a mesma lógica de resistência à hegemonia patriarcal, assumindo, portanto, dentro de seus recortes e pautas, pontos de luta em comum. Este diálogo, de grande potência em sua união, entretanto, em nada hierarquiza ou sobrepõe pautas das referidas lutas; sendo, estas, distintas de acordo com cada recorte (BEAUVOIR, 2009; BUTLER, 2012; GIL; OROZCO, 2010).



Diante, então, de um contexto de total invisibilização, desvalorização e exclusão das mulheres, bem como a pouca abordagem destas lutas, a partir da história, entendo como de significativa importância salientar nomes e relatos de resistência, no intuito de visibilizar e denunciar situações de injustiças socioambientais em Pernambuco (Brasil), a partir da voz e da participação destas.

## 4 REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

Este trabalho mantém suas bases metodológicas no diálogo entre a História Ambiental e a história oral, já discutida anteriormente, e mais detalhada em Alberti (2005), juntamente a abordagens oriundas do pensamento descolonial, da epistemologia ecofeminista e da justiça ambiental, que nos ajudarão a pensar a partir de perspectivas distintas às tradições científicas modernas e contemporâneas, propondo uma visão mais ampla sobre o tema de estudo.

Sob esta mesma lógica, e a partir do que levanta Gebara (1997) e Silva (2016), entendo que não se pode separar o/a observador/a do objeto de estudo. Desta forma, é importante mencionar dois fatores:

- o tema desta pesquisa está, intrinsecamente, relacionado às minhas próprias perguntas e curiosidades, como pesquisadora, cuja relação é, fundamentalmente, íntima com a escolha do objeto de estudo. Sendo assim, os resultados apresentados se dão a partir da minha própria experiência social, bem como das experiências sociais das mulheres interlocutoras que construíram, em conjunto, tais informações;
- nada, na natureza, é estático, nem absoluto. Sendo assim, não houve interesse em impor tal conjunto de informações como “a verdade”, considerando que os contextos, as relações e seus múltiplos desdobramentos na sociedade cambiam continuamente; sendo estratégico, entretanto, conhecer tais dinâmicas para o entendimento, ainda que temporal, da sociedade pernambucana, sob a perspectiva de gênero.

### 4.1 TIPO DE PESQUISA E ESTRUTURA LÓGICA

Há de se reconhecer que, nos últimos anos, tem surgido, no campo das ciências sociais, valiosas discussões que se voltam ao desenvolvimento de novos recursos teórico-metodológicos de análise social e pesquisa, cuja abordagem seja realmente efetiva em diminuir o distanciamento dualista entre teoria e prática.

A pesquisa social, hoje, se orienta ao reconhecimento de um saber, que é fruto da experiência dos grupos sociais, e cujas relações devem ser consideradas para qualquer análise relacional entre sociedades e ambiente (GEBARA, 1997; SUASSUNA, 2005).

Inspirada nessa abordagem, e me embasando em Bourdieu (2002) e Gebara (1997), senti ser necessária uma estratégia de pesquisa capaz de reconhecer os conteúdos teóricos e empíricos, considerando, estes, como fundamentais para uma abordagem e experiência completa do assunto. Com este fim parti do método científico defendido pela contista, poeta, romancista e ensaísta afro-brasileira Conceição Evaristo: a escrevivência (CONCEIÇÃO, 2005; 2005; GODOY; MELO, 2017). Este método se apresenta como um meio de emancipação e retomada de poder sobre meios de produção de subjetividades, e do conhecimento advindo da experiência subjetiva, como também defende Gebara (1997) e Freire (1996). Outra perspectiva, não menos importante, se refere à da intelectual, filósofa, historiadora, política e professora Lélia González, a qual defende, em suas obras, a observação dos contextos brasileiros a partir das vivências próprias destes contextos, a partir de metodologias que estejam contextualizadas a estas realidades (GONZALEZ, 1979; 1983; 1988; 2020).

Diante dessas discussões, e também de acordo com Gebara (1997), o conhecimento é o próprio experimentar<sup>1</sup>. Sendo assim, todos possuem conhecimentos que devem ser levados em conta quando analisamos e construímos conhecimento. Trata-se, ainda, de uma metodologia que busca a simplificação das palavras, de maneira a democratizar o conhecimento, devolver, ao comum das pessoas, o poder de identificar os mecanismos de construção de seu conhecimento, a partir do seu experimentar cotidiano.

Esta pesquisa, por fim, está classificada, de acordo com Nascimento e Sousa (2016), como uma investigação qualitativa, exploratória e descritiva. Foram levantados dados secundários (teóricos) e primários (empíricos), visando o diálogo entre ambos (ALBERTI, 2005; BOURDIEU, 2002; GEBARA, 1997) e, tendo, como estratégia de análise, o estudo de caso sobre a participação das mulheres nos contextos socioambientais do estado de Pernambuco (Brasil).

## 4.2 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

A primeira parte da investigação trata do referencial teórico, onde exponho os pressupostos conceituais e teóricos necessários para um melhor entendimento do contexto estudado, e como base para as discussões da segunda parte da pesquisa. A metodologia de base para a

---

<sup>1</sup> Experimentar se refere à ação verbal do substantivo experiência. Ou seja, quando vivemos uma experiência estamos experienciando.

elaboração da pesquisa bibliográfica se embasa: a) na perspectiva ecofeminista (GEBARA, 1997); b) nas discussões descoloniais (ARÁOZ, 2016; DILGER et al, 2016; FANON, 1999; PORTO-GONÇALVEZ, 2003; LUXEMBURGO, 1984); c) e nas discussões sobre justiça ambiental (BOLLIER, 2008; DILGER et al, 2016; SVAMPA, 2016).

A segunda parte da pesquisa, por sua vez, se direciona à base empírica. Para estas análises, senti a necessidade de definir uma estratégia capaz de considerar, em sua complexidade, os aspectos culturais, os significados, os distintos contextos de experienciar e ver a vida, sendo, estes fatores, não passíveis de transformação em dados quantificáveis, como também aborda Suassuna (2005).

Para Chizzotti (1998), o estudo de caso é uma ampla caracterização, que considera uma diversidade de levantamentos que registram dados de vários casos, ou de um caso, em particular, no intuito de organizar um relatório, crítico e ordenado, de uma experiência, ou analisá-la de maneira analítica, visando a tomada de decisões a respeito ou de propor uma ação transformadora.

Para Gil (1994), por sua vez, trata-se do estudo, exaustivo e profundo, de um (ou uns poucos) objetos, visando permitir um amplo e detalhado conjunto de informações. Para Yin (2005), esta abordagem é indicada para situações em que se objetiva: a) descrever ligações causais em situações da vida real que são muito complexas para um tratamento com estratégias de levantamento de dados ou experimentais; b) expor um contexto específico, da vida real, na qual ocorreu uma intervenção; c) analisar uma intervenção que está ocorrendo, e transformá-la a partir do embasamento em um estudo de caso ilustrativo; d) analisar situações nas quais não se tem nitidez, a partir de determinada intervenção, do conjunto de resultados.

Desta forma, esta pesquisa se configura como qualitativa descritiva, cuja estratégia é o estudo de caso. Sendo descritiva, busquei observar, classificar, descrever e interpretar fenômenos, conforme Rudio (2004), dentro do tema de pesquisa.

Para a coleta dos dados, escolhi seguir a partir das orientações de Bourdieu (2002), bem como a partir das perspectivas metodológicas trabalhadas por Gebara (1997), e do perspectivismo de Castro (1996):

- por serem mais adequadas às pluralidades sociais;
- por serem inovadoras nas áreas sociais e ambientais; e
- pela crescente frequência em sua utilização, em todo o mundo e, principalmente, no contexto da América do Sul.

#### 4.3 FASES DO DELINEAMENTO DO CONTEXTO DE ESTUDO

Seguindo a metodologia proposta por Suassuna (2005), o delineamento do contexto de estudo foi realizado em quatro fases, sendo elas:

##### 4.3.1 Fase 1 - embasamento teórico dos dados

A primeira fase do delineamento do contexto do estudo foi destinada à construção do embasamento teórico para a análise dos dados. Nesta etapa foram escolhidos os conceitos-chave para construção das perspectivas de análises, sendo, eles: a) o pensamento descolonial; b) a epistemologia ecofeminista; e c) a justiça socioambiental.

##### 4.3.2 Fase 2 - delimitação da unidade-caso

Buscando delimitar os limites de análise, esta fase esteve destinada à definição do ambiente espaço-temporal a ser analisado. Para este foram considerados, portanto: a) as mulheres como agentes de transformação; b) os contextos socioambientais em Pernambuco; e c) o espaço temporal de 1980 a 2019, considerando, esta data de início, como uma década de significativa importância nas lutas vividas pela maioria das interlocutoras.

##### 4.3.3 Fase 3 - trabalho de campo

A fase três, em que foi realizado o trabalho de campo, foi definida a partir da:

- i) SUBFASE 1: Definição do perfil das interlocutoras. Para a determinação do perfil das entrevistadas, e considerando as indicações de Alberti (2005) para a definição deste, foram consideradas as seguintes características e condições: mulheres (BEAUVOIR, 2009; BUTLER, 2012), independentemente de seu sexo biológico, cuja atuação, na sociedade, seja de significativa importância no contexto da luta

socioambiental de Pernambuco. Assim, entrevistei 13 mulheres representantes de comunidades de base (entendidas como as comunidades não-tradicionais), de instituições (universidades, fundações de pesquisa), dos movimentos sociais (onde me refiro, especificamente, às lideranças que se apresentam como representantes de determinado movimento social), e do poder público.

- ii) SUBFASE 2: Definição das estratégias para composição das amostras. Em que considerei, a partir dos trabalhos de Bourdieu (2002) sobre metodologias inovadoras no campo social, uma rede de relações expressa pelas indicações das mulheres a outras mulheres, todas atuantes no campo dos temas estudados; e
- iii) SUBFASE 3: A coleta de dados. Realizada a partir de entrevistas estruturadas ou formalizadas (JUNIOR; JUNIOR, 2011) -, com perguntas abertas, de acordo com as contribuições metodológicas de Garrote et al (2009) e Alberti (2005). A estrutura das entrevistas, ainda, teve, como base, o perspectivismo defendido por Viveiros de Castro (2004), e também levantado por Gebara (1997), cuja visão reconhece que todo pensamento e percepção é resultante de uma perspectiva que é alterável a depender das características culturais de cada povo ou região. Assim, as entrevistas obedeceram a um roteiro geral (explicado nas próximas seções), mas tiveram suas perguntas adequadas ao contexto de cada interlocutora.

Todo o procedimento contou com o consentimento elucidado das participantes - ou seja, o consentimento a partir do pleno entendimento dos objetivos, possíveis riscos e benefícios da pesquisa, como defendido por Rosa e Arnoldi (2006). Tais conteúdos foram registrados em gravações de áudio e transcritos à linguagem escrita, sendo, o uso concomitante destas duas formas de registros, uma opção pertinente à conservação completa dos discursos, dentro do contexto de execução deste trabalho; estando, esta condição, justificada em Alberti (2005), e Boni e Quaresma (2005). O material das gravações foi duplicado, transcrito e armazenado sempre que finalizada cada entrevista, conforme recomendado por Alberti (2005).

Seguindo, ainda, as instruções de Alberti (2005), foram realizados roteiros específicos de cada etapa do levantamento de dados primários: roteiro geral, e roteiros individuais e parciais. O roteiro geral foi feito a partir da revisão bibliográfica e das consequentes perguntas de hipótese deste trabalho, e serviu de base para todas as entrevistas; os roteiros específicos foram definidos a partir do cruzamento de informações do roteiro geral e da biografia de cada entrevistada, sendo direcionados a estas de maneira individual. Nos casos em que houve a

necessidade de mais de uma entrevista, a segunda sessão teve como base um roteiro parcial, sendo o aprofundamento do roteiro específico (Alberti, 2005).

#### 4.3.4 Fase 4 - organização, tratamento e análise dos dados

Esta fase foi destinada à organização, tratamento e análise dos dados coletados, sendo subdividida em, com base em Suassuna (2005):

- i) SUBFASE 1: transcrição das entrevistas, procedimento já citado anteriormente;
- ii) SUBFASE 2: agrupamento de dados e construção dos grupos temáticos, onde foram definidos indicadores de análises, com base no roteiro geral e nas respostas das interlocutoras;
- iii) SUBFASE 3: construção dos Quadros de Caracteres, sendo, estes, estruturas de organização visual das informações (utilizado como uma estratégia para reordenar alguns conteúdos que eram citados no momento de resposta à outra pergunta), ou seja, as respostas foram reorganizadas a partir do tema específico de cada relato. Os Quadros de Caracteres, portanto, foram organizados a partir dos indicadores definidos na SUBFASE 2, onde foram registrados trechos importantes e contextualizados em detrimento a cada indicador, por cada interlocutora;
- iv) SUBFASE 4: análise das homologias. A partir da observação do Quadro de Caracteres foi possível observar as homologias e distinções entre os diversos contextos inseridos no limite territorial do estado de Pernambuco, relatado pelas interlocutoras desde suas vivências.

Por fim, e com base nas contribuições de Alberti (2005), e Boni e Quaresma (2005), os dados coletados nas entrevistas foram preservados em sigilo, sendo disponibilizados somente o produto da análise e tratamento destes. Para torná-los disponíveis, ainda, depois de tratados, foi solicitada a permissão de cada interlocutora, mostrando como os dados foram organizados e tendo uma escuta aberta às possíveis modificações.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas tradições científicas modernas convencionais a organização dos resultados está diretamente relacionada à organização dos objetivos específicos. Neste trabalho senti a necessidade de romper esta norma, sob viés de toda teoria que referencio, para melhor expor os resultados construídos. Desta forma organizei esta seção em um eixo central (A História Ambiental de Pernambuco sob a perspectiva das mulheres), que se desdobra em mais 5 seções que tratam, respectivamente: dos conceitos e fundamentos que utilizei nas análises dos contextos (Conceitos e fundamentos), de uma breve caracterização das mulheres que co-construíram este trabalho a partir de suas experiências (Sobre as interlocutoras), da discussão sobre a participação das mulheres nos contextos socioambientais do estado (As mulheres e os contextos socioambientais em Pernambuco), da discussão sobre os conflitos socioambientais de PE sobre a perspectiva das mulheres entrevistadas (Os conflitos socioambientais de Pernambuco) e a última, com a explanação das potencialidades observadas e diretrizes para caminhos de promoção à justiça socioambiental no estado).

### 5.1 CONCEITOS E FUNDAMENTOS

#### 5.1.1 Racionalizando a partir da epistemologia ecofeminista

Parece que a questão ecológica e de gênero se apresentam de forma alheia às temáticas epistemológicas tradicionais ocidentais. Não tenho a intenção, neste ponto, de trabalhar assuntos distantes da nossa realidade prática, entretanto, é importante perceber como estas questões epistemológicas se aplicam na nossa vida.

Epistemologia, aqui, com base na abordagem proposta por Gebara (1997), não possui restrição à filosofia, mas se preocupa em analisar a coerência entre as ideias que fundamentam, o nosso intelecto coletivo, à nossa realidade empírica. Assim, minha intenção é propor, às pessoas comuns, informações oriundas de uma análise mais humana e contextual, geopoliticamente, sobre o contexto socioambiental em Pernambuco. E, para isto, é importante abordar conceitos como os que lhes apresento nesta seção.



Conhecer o próprio conhecimento faz parte da vida. Este conhecimento é, na verdade, um convite para pensarmos sobre como conhecemos as coisas e a si próprias (os). A epistemologia, neste sentido, está nas informações mais mínimas, nas percepções, nos sentimentos que envolvem uma determinada situação ou tema de observação e análise. Conhecer é, antes de tudo, experimentar. E nem sempre será possível traduzir nossas experiências em palavras: “aquilo que dizemos conhecer é um pálido desenho do que experimentamos” (GEBARA, 1997. p. 57).

Segundo Gebara (1997), a epistemologia é uma metodologia de conhecimento com a finalidade de descomplicar as palavras. Trata-se de devolver à vida comum aquilo que faz parte da vida e da realidade das pessoas, e que lhes foi negado pelo elitismo que contamina a ciência. A questão epistemológica é, sobretudo, prática, e está intrinsecamente relacionada à atuação cotidiana nos meios populares.

Trabalhar a epistemologia é influir, diretamente, nos processos de transmissão de conhecimento, visando transformar a hierarquia presente nas bases do conhecimento e da sociedade. E esta ação nos exige posturas distintas frente ao conhecimento, também. Abrir espaço para o, anteriormente, inaceitável e não-científico, pensar o nosso próprio intelecto em função daquilo que queremos e que faz sentido nas nossas vidas. Refletir a partir da experiência é nutrir um olhar democrático do conhecimento, evidenciando as diversas expressões do conhecimento coletivo.

Os trabalhos desenvolvidos por Paulo Freire, e dos educadores populares que, nele, se inspiram, evidenciam a potência dos processos educativos quando voltados à realidade de cada grupo, espaço territorial, e demais recortes (FREIRE, 1987; 1996; 2018). Busco realizar estas análises, portanto, sob a lógica levantada pelos autores citados, abrindo-me, também, a outras referências: como a perspectiva ecofeminista, que considera a intrínseca relação da ecologia com o feminismo, da dominação da natureza e a dominação das mulheres - contextualizadas a partir das estruturas sociais e da ideologia cultural vigente -, bem como a partir da justiça ambiental.

A luta por justiça social não está alheia à luta por justiça em relação aos ecossistemas. É impossível haver vida humana sem que haja vida no planeta, em sua diversidade. “Como a questão feminista influenciam a nossa compreensão sobre o real e sobre nós mesmas (os)?

Trata-se de modificar a forma de racionalizar<sup>2</sup> o mundo ou apenas de inserir novos conteúdos às formas tradicionais de conhecimento?”

Quando buscamos conhecer a nossa realidade empírica, mergulhamos no campo da epistemologia. Ao questionar sobre como o feminismo e a ecologia transformam o nosso conhecimento, estou propondo a reflexão sobre dois aspectos que não eram considerados pelas epistemologias tradicionais. Esta última sempre buscou entender a realidade da vida sem considerar a realidade das mulheres e dos ecossistemas como pontos referenciais importantíssimos.

O que chamamos de epistemologia tradicional, ou do conhecimento como o conhecemos hoje é, de fato, conhecimento, mas limitado e restrito a um grupo muito seletivo de pessoas que, em geral, são homens-brancos-ricos. Portanto, neste trabalho, busco alargar essa perspectiva, introduzindo questões ambientais e de gênero. E, essa não é, necessariamente, uma tarefa complicada. Nós construímos, coletiva e continuamente, o campo do saber.

Como afirma Gebara (1997, p. 31):

Precisamos construir pouco a pouco novos jeitos de conhecer que se relacionem intimamente com as novas cosmologias, as novas cosmovisões e antropologias mais unitárias. Precisamos superar as divisões dualistas e hierárquicas de nossas formas de conhecimento e acentuar a conexão e interdependência entre elas. Precisamos sair do eurocentrismo do conhecimento e das dominações imperialistas da verdade sustentadas pelo mundo ocidental. Trata-se da reconstrução, urgente e necessária, de nossas referências culturais, cósmicas, vitais (GEBARA, 1997. p. 31).

A epistemologia ecofeminista não trata de impor uma nova abordagem à tradicional, nem de apresentar informações prontas e acabadas. Somos todos seres inacabados, em construção, influenciados e influenciadas pelas dinâmicas sociais e ambientais, que também são sempre inacabadas (FREIRE, 1996; GEBARA, 1997). A epistemologia ecofeminista é a prática que visa a busca por uma visão mais ampla das muitas realidades, construída em conexão com o conjunto que abraça todos os seres vivos.

---

<sup>2</sup> Entendendo o referido termo como o ato de pensar e produzir conhecimento sobre algo.

Sendo assim, sobre o que a epistemologia ecofeminista propõe, gostaria de citar os seguintes pontos:

a) A interdependência do conhecimento.

Quando menciono a interdependência de nosso saber, não me refiro somente às diversas expressões humanas do conhecimento. Me refiro, também, como defende Gebara (1997), à interdependência existentes entre todos os seres e elementos naturais na construção das realidades. A perspectiva ecofeminista, portanto, nos convida a, continuamente, abrir nossa visão e percepção à importância de um Corpo Maior, coletivo, que se expressa em níveis individuais e coletivos.

b) A realidade processual do conhecimento não é linear.

Segundo Gebara, conhecer é captar, perceber, transformar, perder, organizar, em forma de sentido, o universo que experimentamos. Este é um processo contínuo e cíclico. Assim, não se prioriza um momento do passado e do futuro como uma imposição paradigmática para todos os seres, mas parte do reconhecimento das dinâmicas do conhecimento relacionando-as às especificidades dos distintos grupos humanos.

c) Uma visão não-dualista.

A perspectiva filosófica tradicional foi construída a partir da polaridade de dois lados, sendo, um dos lados, sempre mais importante que outro. Certo-errado, mente-corpo, natureza-cultura, homem-mulher, branco-preto. Isso significa que estes conhecimentos são refletidos e trabalhados como se esta polaridade fosse real e natural. Na perspectiva feminista, estas separações são neutralizadas pela experiência de viver uma unidade, um corpo maior, que se expressa em muitos níveis, mas que estão, todos, intrinsecamente interligados.

d) Na construção do conhecimento, tanto homens como mulheres devem expressar sua maneira de ver o mundo.

A partir da epistemologia ecofeminista, denunciemos o caráter prioritariamente universalista e masculino do conhecimento. O masculino não pode continuar sendo sinônimo único da

historicidade da humanidade, e o ecológico não pode mais ser entendido como objeto da natureza, objeto de dominação e estudo pelo homem. Neste sentido, ainda, a ecologia vem abrindo espaço para a construção do conhecimento coletivo a partir da inclusão das culturas originárias, considerando não só a cultura indígena latino-americana, mas também as culturas africanas, expressas em todo o continente. Assim, partimos da valorização de um mundo onde as forças da natureza e os conhecimentos ancestrais tem lugar privilegiado.

e) A epistemologia ecofeminista é contextual.

A produção do saber, embora se conecte a uma perspectiva global é, necessariamente, contextual, e se desenvolve a partir dos contextos locais. “Contextual”, segundo Gebara (1997), diz respeito a limitar nossa forma de conhecer, incluindo, nas nossas reflexões, a provisoriade histórica e a pertinência de manter sempre aberta a nossa visão aos referenciais que a vida e a história mais amplas nos oferecem.

f) Uma epistemologia holística.

Para além das diferenças entre as abordagens essencialistas e construtivistas da corrente filosófica ecofeminista, a necessidade de uma epistemologia que rompa com a exclusão de distintas capacidades cognitivas e que são irredutíveis a um tipo único de discurso, de cunho racionalista, como o que provém das epistemologias tradicionais cartesianas. Como afirma Gebara (1997), o “Sagrado” que se deve levar em conta, ainda, se refere às coisas e relações que são caras e de significativa importância para nós, e que são fundamentais para a expressão e construção do conhecimento coletivo.

g) Uma epistemologia afetiva.

Se partimos de uma visão não-dualista das realidades, não faz mesmo sentido separar as capacidades racionalistas das afetivas. A introdução do afeto nas reflexões e na construção do conhecimento é, sem dúvida, uma audácia. Entretanto, é necessário ver que a razão não existe isolada em si mesma. Ela existe e é construída em conjunto com a nossa existência. Somos, como afirma Gebara (1997), razão, emoção, sentimentos. Cultura e natureza não são realidades isoladas do universo; são, indubitavelmente, emoção e razão.

#### h) Uma epistemologia inclusiva.

A epistemologia ecofeminista não impõe limites ao conhecimento. Neste sentido, não nos orientamos por um único padrão, cultura, paradigma, ou orientação sexual que busque se impor como normativas. Este caráter inclusivo busca romper com o mecanicismo do conhecimento tradicional, onde cada parte pode ser considerada separadamente do todo, considerando, assim, os distintos saberes que compõem as realidades.

Esta abordagem amparará a pensar a sociedade e a natureza a partir da biodiversidade como realidade, também, dos seres humanos.

#### 5.1.2 Sobre um olhar descolonial

Para além da abordagem capitalista ou progressista, da sociedade, é evidente, hoje, que a relação da civilização moderna com a natureza é de domínio e exploração. Como afirma Araújo (2016), os últimos anos sob influência de governos progressistas, na América Latina, evidenciaram a essência extrativista que permeiam estas relações em todo o continente.

A América Latina, sendo um continente marcado pela colonização e pelas influências políticas externas, apresenta especificidades que determinam, seriamente, as relações, e que serão brevemente mencionadas, nesta seção.

Para Araújo (2016), a nossa grande problemática, hoje, se refere ao fenômeno extrativista, à natureza colonial capitalista e seus desdobramentos produtivistas, antropocêntricos. Neste sentido, há de ser citado que, também os governos progressistas, têm se omitido, grave e teórico-politicamente, sobre as origens e efeitos do extrativismo sobre os países colonizados, ocultando informações importantes para o entendimento das nossas relações com o ambiente natural, e dos efeitos da relação entre a natureza de Nossa América com as necessidades capitalistas globais.

Mas o que é extrativismo? O extrativismo se define a partir da coleta de elementos da natureza para consumo próprio individual e/ou coletivo, a partir da sociedade humana. Esta é a mais antiga prática humana de relação com a natureza, sendo anterior, ainda, à agricultura, à criação de animais e às indústrias (DILGER et al, 2016).

No Brasil, se entende que o extrativismo é algo limitado, temporariamente, à períodos específicos da história, restringindo-o, inclusive, às geografias onde se localizavam as atividades ditas extrativistas. Para Linera (2012), o extrativismo é, meramente, uma etapa da evolução dos processos produtivos, presentes em qualquer civilização. Ele não considera, por exemplo, as implicações das políticas locais e externas e como estas se refletem na sociedade local.

Buscando uma breve menção das especificidades latino-americanas do extrativismo, menciono a Marx (1976, p. 368), que apresenta alguns pontos, desde a sua observação sobre o avanço capitalista, que caracterizam estes efeitos no nosso continente:

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e saque das Índias Orientais, a conversão do continente africano em campo de caça de escravos negros (...) (MARX, 1976. p. 368).

A partir de Marx é possível observar que, o extrativismo dos países colonizadores sobre os colonizados, extrapola os limites de extração de elementos naturais. Diz respeito, também, às relações de trabalho, às relações interpessoais, ao valor da vida em si.

Também Rosa Luxemburgo (1984) relata a desigualdade geográfica existente, permanentemente, no tempo, como característica do capitalismo mundial. Para Luxemburgo é impossível separar os processos de mais-valia dos processos de produção com a lógica subsidiária da política colonial, que se expressa, mundialmente, de maneira violenta, opressiva e rapinante.

Se entende, segundo Luxemburgo (1984), que, na economia mundial, a relação de dependência dos países colonizadores às suas neocolônias, é de um vínculo quase orgânico. Eles necessitam do nosso capital natural, social, humano. Sendo assim, é impossível analisar, historicamente, a nossa relação com a natureza sem levar em conta as influências de sistemas tão poderosos aos quais estamos, hoje, submetidas e submetidos (LUXEMBURGO, 1984).

Cabe perguntar-nos: por que o Brasil tem sua economia tratada como extrativista, em função da extração de Bauxita, por exemplo, enquanto a da Alemanha não é considerada extrativista, mesmo sendo, intrinsecamente, dependente do alumínio fornecido pelas jazidas brasileiras?

Este “vínculo orgânico”, de que fala Luxemburgo (1984), se expressa, em Nossa América, a partir do extrativismo, sendo, ele, um fenômeno estrutural que define nossa geopolítica e a própria era moderna do capital. Neste sistema, os países colonizados são meras zonas de sacrifício, espoliação e saqueio, destinadas ao suprimento das necessidades dos países colonizadores.

Como relata Porto-Gonçalves (2003, p. 168):

Sem o ouro e a prata da América, sem a ocupação de suas terras para as plantações de cana-de-açúcar, de café, de tabaco e de tantas outras espécies, sem a exploração do trabalho indígena e escravo, a Europa não seria nem moderna nem centro do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 168).

A concepção de uma “natureza americana” ou das regiões coloniais, em geral, se consiste, portanto, na espoliação e dependência direta das nossas matérias-primas, subordinando-as e a nós, a uma acumulação global desigual, e promovendo as bases simbólico-materiais de produção capitalista sobre a natureza, bem como a transformação, desta, em mero objeto colonial do capital.

Assim, a predominância e poder desta lógica, nos fez pensar, este *modus operandi*, como único e universal, impondo a lógica colonialista também sobre a ciência, e sobre a construção do saber. Assim, institucionalizando esta lógica, se institucionaliza, também, a visão da Natureza-vida como Natureza-objeto de conquista e exploração, em função da acumulação a nível mundial. Os efeitos dessa racionalidade, ao longo dos anos, têm se mostrado catastróficos.

Entender que o capitalismo é, intrinsecamente, dependente da exploração extrativista, é fundamental quando se objetiva realizar reflexões mais amplas sobre a relação natureza-sociedade humana da - e a partir da - Nossa América. Analisar estas relações em rede é ver que, para além das implicações ambientais e socioambientais, a exploração da Terra é a exploração dos corpos, a partir de suas especificidades. Homens, mulheres e dissidências latino-americanas são impactadas por esta racionalidade. Estamos, todas e todos, situados desde a perspectiva epistêmica da política do Sul Global. É sobre esta perspectiva que devemos analisar as relações natureza-sociedade, considerando, sobretudo, que a “riqueza” que o capital acumula - e que os governos progressistas e conservadores prometem distribuir -

se refere à riqueza em função de um fim abstrato (progresso e desenvolvimento), cujos resultados são a acumulação, por fagocitose, dos produtos de espoliação dos “condenados da Terra”, como nos conta Fanon (1999).

Assumindo, entretanto, uma postura alternativa, não-submissa e consciente sobre a nossa realidade contextual, entendemos que em fase de trilhar caminhos emancipatórios do experimentar e conhecer; estamos produzindo nosso próprio conhecimento (nossa experiência no mundo) a partir dos nossos próprios contextos. Estamos, inclusive, conhecendo e a nós mesmos, ao perceber e refletir sobre como adotamos a lógica colonial e como, esta, se expressa em nossas relações interpessoais e com a natureza.

Neste sentido, a abordagem do tema desta pesquisa não está alheia à minha forma de experienciar <sup>2</sup> (GEBARA, 1997) e entender o mundo, nem às experiências das mulheres que construíram, junto à mim, tal conjunto de informações. Tampouco estamos alheias às influências desta racionalidade colonial, mas, buscamos trilhar e construir caminhos para um conhecimento descolonial, amplo e inclusivo.

### 5.1.3 Giro Ecoterritorial e justiça ambiental

Para além das marcas específicas de cada luta, que são definidas segundo as especificidades de cada contexto e território, as lutas socioambientais, na América Latina, segundo Svampa (2016), vêm se tomando base, principalmente, a partir da construção de uma linguagem comum, que visa a valorização sobre a territorialidade. Esta perspectiva surge a partir da confluência entre o conhecimento oriundo da matriz indígena-comunitária e o discurso ambientalista, culminando no termo *giro territorial*.

Quando os movimentos sociais e organizações citam o giro territorial, estão se referindo à construção, segundo Svampa (2016), de marcos de ação coletiva, se apresentando como um conjunto de significados e estruturas interpretativas que contestam a produção e o próprio conhecimento ocidental.

Se pretende, com estes marcos, o desenvolvimento de uma significativa capacidade de mobilizar e instalar abordagens, diretrizes, linguagens distintas, em relação aos debates sobre a sociedade; na mesma medida que orientam para a mobilização necessária para a construção



de uma subjetividade coletiva comum aos povos latino-americanos (DILGER et al., 2016; SVAMPA, 2016).

Dentre outros marcos comuns que constituem a linguagem ecoterritorial, é fundamental referenciar os conceitos: a) bens comuns; b) bem viver; c) direitos da natureza; e d) justiça ambiental.

Para Bollier (2008), o conceito de bens comuns se refere à ampla diversidade de fenômenos que conduzem sistemas sociais e jurídicos, em direção à administração dos “recursos” naturais compartilhados, de maneira a garantir uma distribuição justa ambiental e socialmente. Ainda segundo este autor, esta perspectiva está, intrinsecamente, relacionada ao conjunto de tradições que afirmam a identidade de determinada comunidade, e contribui para que, esta, se autogoverne.

Segundo Gustavo Esteva, em entrevista para Anne Becker, da Fundación Heinrich Böll (2008), os bens comuns devem ser definidos, primeiramente, por uma construção de “âmbitos da sociedade”; e, posteriormente, por suas características (SILKE, 2008).

Não se trata, portanto, de uma simples disputa pelos recursos naturais, mas, sim, da construção de uma territorialidade que se embasa na preservação de nossos patrimônios culturais, sociais e naturais, como a própria preservação do “comum”.

Como afirma Svampa (2016), esse território é valorado, em alguns casos, a partir de questões como a história comunitária, familiar e, inclusive, ancestral – territórios herdados; ou por pessoas que escolheram adotar este estilo de vida de forma integral, passando a viver a realidade de territórios ameaçados – territórios escolhidos; ou, ainda, sob a concepção de território vinculada às comunidades camponesas e indígenas – territórios originários.

O conceito de justiça ambiental, por sua vez, nasce da união do ecologismo e da justiça social. Esta propõe o entendimento dos seres humanos não como externos ao ambiente natural, mas como parte integral e intrínseca deste. Este enfoque denuncia, também, segundo Svampa (2016): a) a desigualdade existente na distribuição dos custos ambientais; b) a falta de democracia e participação na gestão dos territórios (inclusive de seus corpos); c) bem como o racismo ambiental contra os povos originários e racializados; d) as injustiças de gênero; e e) a

dívida ecológica. Estes são termos-chave na origem de diversas redes direcionadas à promoção da justiça ambiental, principalmente; no contexto da América Latina, como a Olca (no Chile) e a Rede de Justiça Ambiental (Brasil).

Já o Bem Viver é um conceito intrinsecamente relacionado às experiências e cosmovisões originárias indígenas dos Andes, e se apresenta, muito sucintamente, como uma forma de visão voltada à emancipação, social e ambiental, a partir da construção de pontes entre ancestralidade e contemporaneidade; e dialoga, fundamentalmente, a partir de um olhar ecologista e de matriz comunitária (DILGER et al., 2016; GEBARA, 1997; RIBEIRO, 2017; SVAMPA, 2016).

Na América Latina nós temos duas experiências importantes de incorporação da perspectiva do Bem Viver: a) o Equador, que desenvolveu, a partir da Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, o “Plano do Bem Viver 2009-2013”, propondo, além do retorno de uma maior atuação do Estado, uma ruptura no modelo de acumulação, se direcionando para um desenvolvimento centrado na vida, aos contextos locais; e este processo é ainda mais acentuado na b) Bolívia, que incorpora o Bem Viver a partir de um processo ainda mais autocentrado, se conectando, muito intimamente, aos saberes e cosmovisões originárias.

Apesar destas duas experiências-referências de incorporação de um Bem Viver, este vem sendo implementado e reivindicado a partir dos próprios territórios, levando em conta as características sociais, ambientais, culturais e políticas, locais, traçando distintos caminhos em direções emancipatórias (SVAMPA, 2016; FREIRE, 1996). Nestes caminhos, o meio local tem importância crucial, para além das impossibilidades de traduzir suas experiências em políticas públicas verdadeiramente eficientes em um contexto de extrativismo dominante.

Este giro ecoterritorial, a partir do diálogo dos conceitos já expostos, ainda inclui a proposta de um deslocamento da visão antropocêntrica, que rege o pensamento ocidental moderno, para uma em que a Natureza seja reconhecida como sujeita de direitos. Na perspectiva dos Direitos da Natureza, se estabeleceriam, também, conceitos como a justiça ambiental e a justiça ecológica como dois tipos de justiça distintos e independentes: sendo, o primeiro, direcionado às condições sociais interligadas a um ambiente equilibrado e sadio; e, a segunda, relacionada à proteção e conservação da rede de vida composta de ecossistemas e espécies.

O maior exemplo de expressão deste último, segundo Svampa (2016), é dada pelo governo do Equador, em 2007, que optou, firmemente, pela não-exploração do petróleo pertencente ao Parque Nacional Yasuní, onde estão contidas cerca de 900 milhões de barris do óleo. Isto não significa que, esta, é uma ação que não prioriza a economia, mas que a própria economia considera a sobrevivência das espécies e do ecossistema como valor principal.

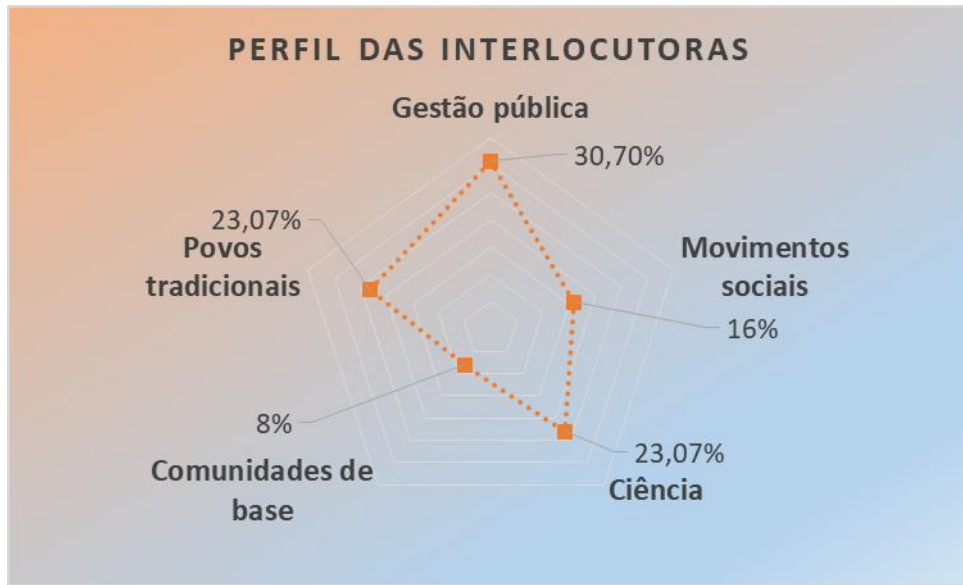
O giro ecoterritorial, por fim, busca promover a construção de novos caminhos, também, de conhecimento. Me inspirando a partir desta abordagem, aplico, às análises, o conceito de justiça ambiental, por ter sido referenciado pelas interlocutoras e pela notória ligação com os padrões socioambientais em contextos de conflitos. No intuito de contribuir para uma produção de conhecimento mais contextualizada às esferas sociais, políticas, ambientais e culturais locais, este conceito será, ainda, pensado a partir do contexto do estado de Pernambuco; sem a intenção, entretanto, de expressar todas as formas de vivências e realidades contidas neste território.

## 5.2 SOBRE AS INTERLOCUTORAS

Por interlocutoras, chamo as mulheres que cederam seu tempo, história e experiência para serem entrevistadas, com quem conversei sobre o tema de pesquisa visando a construção do conjunto de informações que são apresentadas neste trabalho. Nestas conversas, as mulheres relataram sobre sua experiência, desde o seu campo de atuação e vivência, sobre como elas veem suas realidades e como as constrói, também.

Para entender de onde vem o discurso e entender seu significado, construídos a partir de suas experiências, é importante, ainda, conhecer ao menos um pouco do perfil social destas mulheres, o qual classifiquei em relação ao campo de atuação e exponho no **Gráfico 1**.

Gráfico 1 - Perfil das interlocutoras.



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Assim, compuseram, tal amostra, mulheres advindas da ciência (universidades, instituições de pesquisa), com um percentual de 23,07%, da gestão pública (órgãos e programas estatais), com 30,7%, dos povos tradicionais (pescadoras, indígenas, em ambiente urbano e rural), 23,07%, dos movimentos sociais (cujo discurso se dá, especificamente, a partir da vivência de uma organização popular delimitada institucionalmente, seja de maneira formal ou informal), com 16% e das comunidades de base (não tradicionais), com 8%.

Como requisitos para a interlocução, foram predefinidos os seguintes pontos:

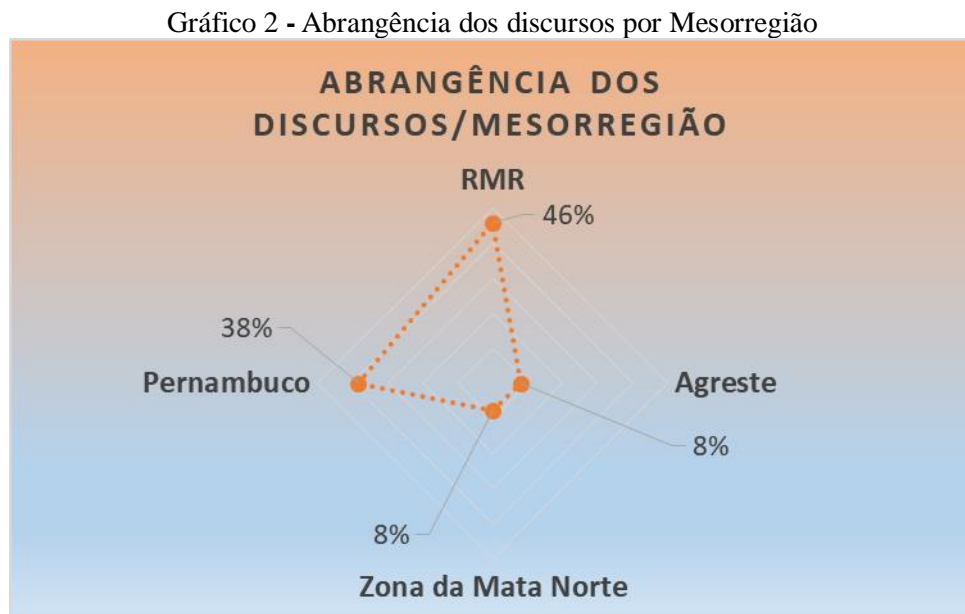
- Ser mulher, maior de 18 anos;
- Ocupar um cargo de liderança que permita um discurso abrangente sobre o tema de pesquisa;
- Residir na zona rural ou urbana do estado de Pernambuco;

Assim, a amostra foi composta por 13 mulheres, com as quais foram selecionadas tais informações, frutos de suas distintas realidades.

As entrevistas foram realizadas de maneira virtual, em função do atual cenário de isolamento social pela Pandemia Covid-19. As mulheres gravaram suas respostas, me enviando as mesmas. Para a construção das perguntas, considerei o perspectivismo necessário para

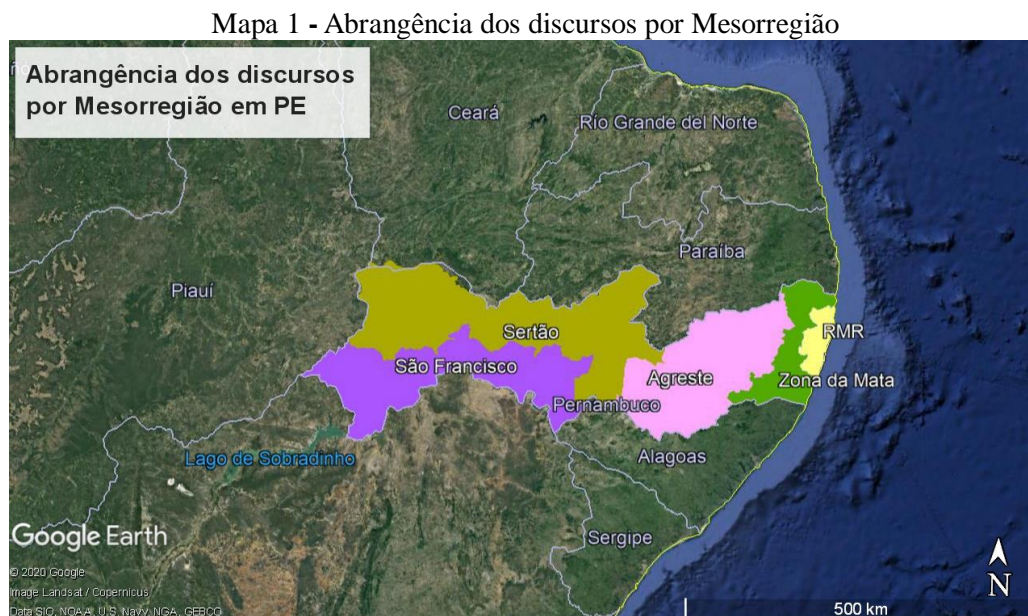
entender distintas realidades (CASTRO, 2004); adequando, as perguntas, à cada participante, mesmo que seguindo o roteiro temático geral e, ainda, os critérios metodológicos para uma abordagem não-violenta das entrevistas (BOURDIEU; DITAS, 1997). Na transcrição das entrevistas, a originalidade da linguagem foi preservada, no intuito de preservar, também, a essência mesma destes depoimentos.

Para referenciar a abrangência dos discursos, dentro do estado de Pernambuco, busquei caracterizá-las a partir das Mesorregiões que compõem o estado. Como exposto pelo **Gráfico 2**, 46% dos discursos abrangeram a Região Metropolitana do Recife, enquanto 8% abrangeram o Agreste, 8% a Zona da Mata Norte, especificamente, e 38% abrangeu todo o estado de Pernambuco (podendo ser mais de uma Mesorregião ou todas elas).



Fonte: elaborado pela autora (2020).

A partir do Mapa 1, ainda, é possível visualizar a localização das Mesorregiões Pernambucanas, todas contempladas na abrangência discursiva das interlocutoras.



Os resultados, por sua vez, foram reunidos em Quadros de Caracteres, onde cada Quadro se refere à uma pergunta específica (subtemas), expondo a resposta de cada interlocutora.

Gostaria de abrir um espaço, ainda, para relatar o falecimento de uma das entrevistadas: D. Maria José Martins, liderança Xukuru, cujo falecimento se deu durante o processo deste trabalho. Maria José exerceu, durante toda a sua vida, a missão que recebeu de seus Espíritos de Luz: a saúde coletiva e espiritual sob a perspectiva indígena, acolhendo pessoas indígenas e não-indígenas. Com a chegada da pandemia pelo COVID-19, a líder Xukuru foi afastada de suas funções. Todo esse contexto fez com que ela desenvolvesse depressão e uma série de complicações de saúde, o que a levou ao falecimento. Lamentamos este acontecimento reconhecendo, além da perda de uma mulher de cura, o imenso impacto na vida de seu povo, bem como para a luta socioambiental em Pernambuco. A perda de Maria nos anuncia um futuro de incertezas e a importância de nutrirmos, cada vez mais, a união e o amor entre nós, entre os povos de base, no intuito de nos mantermos firmes para os enfrentamentos aos contextos que se apresentam.

### 5.3 AS MULHERES E OS CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS EM PERNAMBUCO

Esta seção está destinada à discussão sobre as diversas formas de expressão das mulheres nas lutas e processos socioambientais do estado de Pernambuco. A primeira referência a ser contextualizada é a diversidade de contextos, ambientes naturais, culturas, políticas e questões sociais em todo o território pernambucano. São, estes, os fatores-chave que determinarão como as mulheres atuam e se organizam para a luta socioambiental no estado.

Sem a intenção de contemplar todo este território - em absoluto -, busquei resgatar, junto às interlocutoras que co-construíram estes resultados, como elas mesmas atuam e se organizam; bem como o resgate de relatos e memórias de atuações e organizações de mulheres em outros territórios e contextos pernambucanos.

Como é possível observar a partir de diversos autores e autoras, como Ivone Gebara, Paulo Freire, Enrich Leff, em suas muitas contribuições, os territórios e seus contextos são determinados a partir do ambiente natural local que, por sua vez, vai determinar, direto ou indiretamente, as políticas e os conflitos da região. As questões de gênero, raça e classe (DAVIS, 2016; GONZALEZ, 2020), mesmo que apresentando muitos pontos em comum com outras regiões e contextos, serão intensificadas de formas distintas; estando, intrinsecamente, interligadas aos contextos locais.

E quando pensamos na diversidade de ambientes naturais, em Pernambuco, devemos abranger desde o litoral, a restinga, até a zona da mata (mata atlântica), o agreste, o sertão (caatinga); sendo, estes ambientes, ainda, marcados pelo contexto social das zonas rurais e urbanas.

Visando a importância do relato das interlocutoras, em primeira pessoa, sobre suas lutas e realidades, exponho as considerações de cada uma delas.

Neste sentido, para Cynthia Suassuna (informação verbal), professora universitária e pesquisadora ambiental:

A mulher tem esse potencial de ser um agente ambiental, eu acho que assim, se você trabalhar essa mulher, ela tem muito mais capacidade de percepção, de passar isso para os filhos, de ser um agente transformador, as mulheres e as crianças. Porque as mulheres e as crianças são mais vulneráveis. Os

homens eu acho que eles ainda vão precisar aprender muita coisa, e perceber muitas coisas.

Para Edcleia dos Santos (informação verbal), a vida de organização e luta se apresenta de forma cotidiana:

A gente faz aqui uma ação, né, o grupo Espaço Mulher faz várias ações. Uma delas é o Ocupe Passarinho. O Ocupe Passarinho começou em 2015, a gente denunciando a falta de políticas públicas na comunidade. A questão da educação, saúde, meio ambiente, o lixo, a água, então, tudo que envolve a questão de políticas públicas dentro da comunidade [...], das mulheres do Grupo, a gente se reúne semanalmente, somos no entorno de 30 mulheres, ou um pouco mais, mas que, assim, são trabalhadoras domésticas, diaristas, então essas mulheres são chefes-de-família, então essas mulheres têm trabalhar pra se manter e cuidar também da sua casa, né, de seus filhos. A nossa participação é muito forte dentro do movimento de mulheres, porque a gente participa da Rede de Mulheres Negras, que a gente, também, ao longo da caminhada desse grupo, foi se reconhecendo Mulher Negra. A gente participa do Fórum de Mulheres de Pernambuco, que também é uma outra organização que tem uma grande lista de grupos, que agrega vários grupos de mulheres. Fora o Curumim, Cidadania Feminina e várias outras organizações. Porém, a gente tem várias pautas [...]. Então a luta que a gente faz aqui, junto com o Espaço Mulher e outras organizações parceiras é pra que essa comunidade não seja melhor nem pior, mas que a gente tenha uma qualidade de vida que a gente possa respirar [...]. Então tudo que acontece dentro da comunidade, todas as lutas que a gente corre atrás pra essa comunidade somos nós, as mulheres. O grupo é peça fundamental, as mulheres, aliás, são peça fundamental desse grupo. Por isso que esse grupo chegou onde chegou. Conhecido mundialmente, internacionalmente, porque a luta da gente a gente vai atrás. É um grupo também que vive de doação, né, então a gente tá aberto também a doações, é um grupo que a gente tem várias parceiras, então, é um grupo que a gente luta pra melhoria da nossa qualidade de vida. A gente quer viver numa comunidade em que a gente viva bem. Não só de viver bem de saúde, de educação, de cultura, porque é uma comunidade que não tem nenhuma cultura, né, não tem um grupo de jovens de nada, então é uma comunidade que tem um grupo de mulheres que tá aí lutando por várias políticas dentro da comunidade.

Edneida Rabelo (informação verbal), desde sua vivência como pesquisadora do setor público, pontua o contexto de inserção das mulheres em cargos estratégicos da gestão local, dentro do campo da sustentabilidade; sendo, esta, uma questão estratégica para uma gestão mais inclusiva:

A gente tem, dentro do campo da sustentabilidade, das ciências ambientais, dentro do campo da conservação, a diversidade de gênero – vou colocar de uma maneira mais abrangente – ela permanece relativamente baixa. E isso é algo que a gente precisa cuidar o tempo inteiro. Lógico que a gente tem comparado com outros momentos, ganhos significativos, e exemplos e experiências que vão se firmando e ajudando a abrir mais espaços nessa luta. Mas eu diria que é um campo de conquista, de atuação no território, no campo da geração e gestão do conhecimento, no planejamento de políticas públicas, no aporte de novos enfoques de conservação - os que são



tradicionalmente utilizados; e aí eu acho que a gente tem uma coisa que também é pra ser provocada na maneira de trabalhar a gestão ambiental, quando você tem toda uma grita das mulheres, principalmente, quando você diz: “olha, você vai lá e as mesas estão formadas basicamente por homens. Não haveria nenhuma mulher para versar sobre aquele tema?”. Então quando a gente discute proporcionalidade de participação fica parecendo até implicância, mas ela tem uma razão de ser. Mas não basta garantir “olha, vai ser metade e metade...”, se eu não tenho também todo o processo que dê sustentação a isso não vai adiantar muito [...]. É também interessante, a participação da mulher nesta trajetória de mudanças históricas. A gente tem todo um país constituído em um formato escravocrata, paternalista, e o lugar da mulher era um lugar de extrema submissão. E mudar esse lugar não foi e ainda não tem sido fácil. A gente tá em pleno século XXI assistindo absurdos na nossa cena política brasileira, seja de alto grau de violência contra as mulheres, seja de discursos extremamente machistas e racistas, além de homofóbicos e tudo mais que a gente possa agregar. Mas é a gente também saber que isso colocou a mulher, durante muito tempo, fora da vida pública. Seja no sentido de ocupar cargos, seja no sentido de participar de processos de organização local [...]. Então, pra que uma mulher saia de um sítio, por exemplo, para participar de uma reunião importante pra discutir o tema da água, por exemplo, na caatinga, se ela tem filhos pequenos, se ela tem uma atividade econômica mais específica, ela precisa ter uma retaguarda. O trabalho doméstico é algo ainda extremamente associado e colocado pendurado como responsabilidade da mulher e isso dificulta essa participação. A gente pode lembrar, por exemplo, o quanto demorou para que houvesse o direito de voto das mulheres. Então, é uma construção que não tem, digamos, um fim, “agora tá tudo equilibrado e a gente efetivamente pode dizer que temos condições igualitárias de participação” [...]. A gente tem no momento atual, no estado de Pernambuco, acho que um exemplo interessante e que eu sei que é desafiador, que é de ter a presença de mulheres em posições chaves dentro de instituições do estado. Então desde a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, a presidenta da APAC, a Secretária Executiva de Meio Ambiente, a presidenta da Compensa, isso é um dado que eu acho que a gente precisa até olhar de forma distanciada e poder fazer uma análise disso [...], mas sabendo, também, que são universos muito ocupados, de maneira geral, dentro da gestão pública, por homens, e por grande pressão e influência de questões político-partidárias [...]. E se a gente parte pra outros contextos, dos movimentos sociais e tudo mais, isso também é uma construção. E é uma construção que precisa ser lembrada, referendada, fortalecida o tempo inteiro. Seja em coisas simples, como eu já toquei – como viabilizar a participação das mulheres nas reuniões, nos encontros, nas formações até de como é o dinamismo, como a dinâmica destas reuniões, desses encontros, dessas formações, acolhe essa diversidade. E aí eu falo da mulher mas também falo dos diversos outros grupos de minorias que estão presentes em nossa sociedade.

Para Giannina Cysneiro, gestora do setor público do estado no período de realização desta pesquisa (informação verbal):

Eu vejo também uma questão de postura. Eu sempre vi que existe uma postura feminina e uma postura masculina no enfrentamento dos problemas. A postura masculina é muito agressiva, enquanto que a feminina é mais

sensível, é mais solidária, é mais colaborativa. Agora, existem homens com valores femininos, e existem muitas mulheres que agem de forma masculina. Então, eu gostaria, assim, de separar, tá? No primeiro momento que eu vejo, que eu vi, durante minha atuação, foi um papel muito interessante das mulheres buscando o seu espaço, mas buscando seu espaço de uma forma sensível, exercendo uma liderança criativa, e envolvida de fato na resolução de problemas, no enfrentamento de determinadas situações. Isso eu acho muito positivo e espero que este cenário perdure pra que a gente consiga transformar os movimentos sociais dentro dessa visão, dentro dessa visão de novos valores pra uma nova vida que a gente tá querendo: muito mais solidária, colaborativa, participativa, e com valores sociais, valores pessoais, valores individuais voltados à construção de uma vida melhor; um planeta protegido, a terra protegida, e as pessoas também protegidas; porque eu acho que a mulher tem muito isso, eu não sei se é pelo fato de gerar um filho, mas eu vejo que a mulher tem muito, na sua índole, a questão da proteção. Eu vejo por aí.

Para a funcionária pública voltada às populações rurais, Karlone Barroca, alguns pontos são fundamentais a serem citados para considerar a forma de luta e organização das mulheres em PE (informação verbal):

As mulheres que faziam tudo, a mulher que cozinhava, que lavava, que passava, geralmente submetida aos gostos do companheiro; e eu já tinha começado a sentir que algumas mulheres já tinham essa preocupação com a alimentação. De como fazer com que até a própria avicultura, ela pudesse trazer ovos, carne, para sua família. E outras já pensava além, de como poder ganhar dinheiro com esse galinheiro [...]. Os assentamentos na maioria eram homens, os presidentes da associação, e tinha uma, um assentamento que era uma mulher. E ela era muito rígida, muito correta, mas ela chegou num limite porque, infelizmente, o machismo e toda essa questão da liderança feminina, há quinze, vamos dizer, mais ou menos, quinze anos atrás, ainda não era uma coisa assim tão... não tinha tanta exposição, como hoje, então era uma coisa nova ainda. Então eu vejo que essa pessoa sofreu muito durante esse período, mas, também, me ensinou muito essas relações [...]. Nesse período – *(falando de sua atuação na CEASA)* - eu conhecia Maria do Mamão, que era uma pessoa que estava desbravando, que ele ficou viúva... minto, quando ela começou vindo pra CEASA, Maria do Mamão, ela começou, o marido dela era vivo, mas o marido dela não se adaptou à CEASA, e ela se adaptou. Então, ela cortou o atravessador e começou vindo. E aí a gente apoiou. Hoje, ela ainda tá na CEASA, hoje ela é referência, ficou viúva, hoje ela já tem caminhão, já é conhecida na CEASA, e ela é um orgulho porque ela é uma mulher que desbravou tudo isso [...]. Também temos um recorte, quando a gente pega as associações, muita associação interessante hoje. Nós temos uma porcentagem de mulheres que são presidentes das associações. E também temos um recorte que a maioria desses lugares onde as mulheres foram presidentes, foram os projetos que mais deram certo. Nós estamos finalizando agora no fim do ano com 297 projetos, boa parte já foram concluídos - e a gente tá até fazendo esse levantamento, mas ainda tá em curso -, mas a maioria desses projetos, muitas, das associações, são mulheres que são presidentes, então esse é um recorte já bem diferente. Se você pegar aquela minha fala da primeira pergunta, que há quinze anos atrás tinham poucas mulheres presidentes de associação, hoje já

é um recorte diferente. Já existem muitas mulheres presidentes de associação, de conselhos também, e muitas dessas mulheres tem atuação forte, as coisas dão mais certo [...], e hoje temos mulheres protagonistas que faz a diferença. Nisso o contexto tá mudando. Ainda não é uma coisa tão impactante, assim, pelo próprio preconceito, né, que existe ainda o machismo, mas quando a gente vai ver o recorte dos números a gente tá bem claro que a maioria das associações são de mulheres, a maioria dos projetos são chefiados por mulheres, e são levados por mulheres. A maioria desses projetos nossos as mulheres estavam na frente, e onde tem sucesso as mulheres estavam mais na frente, então, isso já é um recorte que dá pra fazer da atuação das mulheres, que mudou. Hoje elas são protagonistas das histórias. Ainda temos muito caso de violência no interior, mas a criação da Secretaria da Mulher ajudou muito nisso. Hoje o Conselho Rural das Mulheres é muito bom, eles tem uma atuação muito forte. Então isso ajuda muito [...], até porque quem primeiro veio na frente foi as ONGs, como a Chapada, o Centro Sabiá, como todas essas ONGs, o próprio sindicato rural que a gente trabalhava, nesses lugares, que começou essas iniciativas da produção orgânica. Então essas feirinhas conseguem dar uma rentabilidade pra esses grupos. E essas feirinhas também empoderou muitas mulheres, elas começaram a ser muito protagonistas. Os quintais produtivos não só aproveitou a questão para a venda, mas a partir do momento que elas foram para as feiras, elas se empoderaram, elas tem uma capacidade de tá dialogando com os clientes, elas se empoderaram, e a partir do momento também que elas têm renda, elas se tornam mais fortes, né. Elas não ficam mais numa submissão tão grande de seus companheiros, e se você for olhar direitinho as feiras agroecológicas elas não só tem vendedor homem, tem um pouco dividido e, dependendo da região, você vai encontrar até mais mulheres. Então isso fez com que mudasse um pouco a lógica da produção do campo [...]. Então, assim, acho que nós, do ProRural, a gente se destaca até como esse grupo multidisciplinar, tem engenheiras, tem sociólogas, tem psicólogas, tem de contabilidade, de serviço social, então, assim, existe várias mulheres, em todo tipo de área. Então, a participação da mulher é muito forte no ProRural. Não só no seu corpo técnico, no seu gerencial, e vendo isso no dia a dia do estado. Os projetos, os recortes dos projetos, a gente sempre trabalha com isso. Sempre trabalha empoderando as mulheres, com foco nesse diferencial [...]. Eu acompanho muito grupos de lideranças femininas e eu não vejo mais tanto problema como eu via no passado, de violência, de afazeres, de deixar de fazer as coisas porque tinha que fazer as coisas em casa. Eu acho que a mulher do campo evoluiu tão qual a da cidade, elas já viram que o papel delas é diferente, embora elas trabalhem mais, porque elas, as vezes, tem que buscar água, tem que cuidar de um jardim, de um quintal, tem que cuidar da galinha, tem que cuidar das coisas, tem que lavar roupa, e olhar os meninos, e ainda ali tá andando um projeto, tá caminhando, e vem aqui no ProRural, e vai simhora e cobra, então tem muito isso também [...]. A gente tá terminando, 297 projetos, o ProRural. A gente, agora, só falta finalizar 53. Mas, dos que já finalizaram, das mulheres, eu acho que uns 50% são mulheres, e a maioria a gente não teve problema. Raramente a gente tem problema de desvio de projeto ou desvio de recurso, quando as mulheres elas tão na cabeça. Isso é uma coisa muito interessante. Não que não tenha, não, tem! Mas muito, a proporção é bem menor [...]. Apesar de todas as dificuldades, elas conseguem avançar no projeto [...]. Então, assim, se eu pego há dez anos atrás, eu tinha bem menos mulheres presidentes de associação do que homens. Então, hoje, já não é tanto assim. Mas elas ainda têm dificuldade, por conta dos afazeres. Porque os homens, os afazeres, quando você chega no rural, ainda não é igual, igual, não. Com os homens,

alguns ainda ajudam, mas, muito pouco. Os homens no interior eles ainda tem essa dificuldade de compartilhar o serviço doméstico com as parceiras. Então, eu acho que ainda tem esse desafio, por isso que eu acho que, as mulheres, quando elas são lideranças, elas... tem todo o meu respeito. Porque, se nós aqui na cidade ainda tem dificuldade, as vezes, trabalha fora, trabalha em casa, faz uma coisa, faz outra, mas o parceiro ajuda, e por aí vai; no interior as vezes ela não encontra esse apoio de ajuda doméstica. Elas têm que, além de fazer a parte que ela quer fazer das associações, de liderança, de colocar as coisas pra frente, elas têm que cuidar da casa, cuidar dos filhos, porque o marido faz assim “ah, você quer? Quer. Agora dê conta de tudo”.

Para a Lika Souza, ambientalista e integrante do Movimento Salve Maracaípe, a participação das mulheres é uma constante resistência (informação verbal):

A gente acredita muito que o caminho é esse mesmo, que não há transformação sem enfrentamento, que o nosso papel é esse mesmo. A gente mora aqui, então a gente convive diariamente, e a gente vai se aproximando das pessoas por isso mesmo, por esse convívio. Eu já sou muito conhecida, então, é diariamente, na padaria, no mercado, e fazendo parte, também, de outros movimentos locais que tem esse contato com a comunidade mais fortemente. Que é o caso, por exemplo, da TPM, que é uma mulher, um projeto que eu preciso te apresentar também. Que é o Todas Para o Mar, que é um projeto que a principal atividade é aula de surf para as crianças da comunidade. E aí é um trabalho muito importante de educação dessas crianças, desses jovens, de empoderamento. Crianças que nem iam à praia, que ficava aqui por trás, pelo mangue, acompanhando suas mães na cata do siri, do aratu. E aí através do esporte de surf a gente vê o empoderamento de jovens, meninas e meninos da comunidade, que agora começam a se ver como parte da praia, sabe? Como surfista também. Porque há meio essa segregação, assim. A praia é tomada por turistas, há uma higienização, uma tentativa de higienizar o lugar por parte do empresariado, por parte da gestão. E aí são problemas sociais que vai além da capacidade de um profissional que lida com questões ambientais. Então, o que a gente tenta fazer é unir força com os movimentos locais, apoiá-los [...]. A gente tem cerca de 50 mulheres que ainda exercem a cata do aratu e a cata do siri aqui no mangue, só que não é uma organização coletiva, apesar de elas irem pra campo junta, em grupos, é uma coisa muito familiar, exercida principalmente pelas mulheres, pra garantir a soberania alimentar e sustento de suas famílias. Mas, por exemplo, a gente começa a conversar com elas sobre a importância delas, de repente, se organizarem numa cooperativa, pra que elas possam ter freezer pra estocar o que capturam, pra melhorar a produção, pra conseguir comercializar isso. Então é um processo mesmo, assim, de início de organização dessas coletividades [...], a participação feminina, no que rege essas questões de cuidado com o território, e organização da comunidade pra enfrentar e resistir às atividades econômicas que acabam por chegar aqui só pra explorar, tem como liderança mulheres. Como, por exemplo, a professora Beatrice, lá em Tamandaré, ela tá à frente do CEPENE, cuidando lá da conservação da biodiversidade na APA Costa dos Corais; aqui, pra Maracaípe, a gente tem as maiores líderes comunitárias, também, mulheres incríveis como Nuala Costa, ela é surfista das antigas, mulher negra, resistente, enfrentou muita coisa no mundo do surf por ser mulher, por ser negra, perdeu muita oportunidade, e Nuala, hoje,

desenvolve aqui um trabalho incrível com as crianças da comunidade, que eu já citei, que é a questão do esporte do surf como ferramenta de empoderamento e a partir disso, desse grupo de crianças, cerca de 30, 40 crianças, a gente vai trabalhando educação ambiental, fazendo trilhas ecopedagógicas com elas, visitando as escolas, acompanhando como tá na escola... todo um processo de educação que a gente consegue a partir disso, a partir de um projeto social que já existe. Assim como outros, aqui. Também temos a Leninha, que é marisqueira, pescadora local. A Leninha vive da cata do aratu, e aí ela tá começando a compreender esse potencial que ela tem agora de liderança, e de puxar, de repente, uma cooperativa. A gente tá instigando muito pra que as mulheres, aqui, comecem a se organizar nesse sentido, né? Pra trabalhar de forma coletiva, que aí a gente tem mais força pra manter o ambiente saudável e em equilíbrio, pra garantir que elas continuem exercendo as atividades delas de marisqueiras. E aí outro aspecto já, jovens, mulheres que, digamos, no início de uma carreira profissional, como eu, a Débora, e outras meninas que constroem os movimentos, como o movimento Salve Maracaípe, e outros. A gente tem a Vivian, que é a bióloga responsável, lá na Ecoassociados, pela conservação das tartarugas marinhas [...]. Então, pra onde quer que eu olhe, que eu veja iniciativas de cuidado com o ambiente, e com a coletividade, e com o uso do solo, e, enfim, dos ecossistemas, eu vejo mulheres a frente desse processo todo. Porque tá tudo interligado, né, a gente se importa da nossa natureza, e a gente não consegue simplesmente não observar o problema e não querer fazer parte da solução [...]. Outros projetos das meninas que trabalham com temas como o da ginecologia natural, essas coisas que acabam promovendo rodas de conversa e unindo mulheres que tão numa posição de liderança frente às lutas por aqui. Mas não há nenhuma estrutura firmada ainda, que garanta a participação, que faça essa discussão esse recorte de gênero. Por aqui, ainda não. Institucionalmente falando, não. É outra linha que a gente visa dar muita ênfase e muita força. Quando a gente conseguir uma sede a nossa ideia é promover cursos, chamar as meninas pra promoverem cursos, enfim, pra se unirem mais, pra discutirem mais, pra instigar, mesmo, a coletividade e as discussões, nesse sentido, por aqui, do empoderamento feminino. Isso aqui é bem essencial, sabe. Eu percebo a diferença, sim, já estive em outros lugares, já trabalhei em outros projetos, né, instituições, já vivenciei experiências onde isso era bem mais consolidado. E aqui a gente ainda tá na busca em consolidar isso [...]. A gente vai trabalhando isso aos poucos, a cada dia. É importante. Temos mulheres artesãs, marisqueiras, mulheres com grandes capacidades de liderar a reconstrução desse lugar aqui. Mas, ainda naquela rotina de casa, trabalho, rotina, filhos, e ainda precisando de muito apoio mesmo [...]. Maracaípe é o último ponto até que o rio desagüe no mar, e por aqui ainda acontece a cata do siri, a cata do aratu, principalmente desenvolvidas por mulheres. Os homens quando saem pra pescar saem mais pro alto mar, e as mulheres é que dominam esse território aqui do estuário, do mangue [...]. A gente tem grandes mulheres que são lideranças comunitárias, aqui em Maracaípe, como a Leninha a Nuala, como outras... no entanto, eu sinto ainda que falta muito, sabe, eu fico nesse desejo de atrair pra cá algum projeto de extensão, de atrair projetos sociais, com a galera das ciências sociais. O que eu vejo aqui, a presença que eu vejo da universidade, como eu te falei, são pesquisas mais pontuais com os ambientes em si. A gente ainda tem esse déficit. Ao longo de todo litoral sul não, claro, que tem experiências com mulheres à frente. Lá naquela região ali de Suape, onde tem a pesca mais organizada, tem, com certeza, muitas mulheres que puxam a luta ali, são mulheres que se reconhecem enquanto pescadoras e tão à frente do trabalho. Mas por aqui a gente tá nesse processo, assim, né, elas

são líderes comunitárias, mas tem mais potencial que do coisas realmente sendo desenvolvidas já, hoje. E aí lá pro lado de Tamandaré tem também a questão da comunidade bem mais organizada, que o CEPENE desde o início dos anos 90 que vem trabalhando com essas comunidades que já tem essa consciência mais desenvolvida, digamos. Mas é porque aqui, quando se pensa coletivo, o que a gente tem mais é a associação de jangadeiros, a associação de bugreiros, a associação de mergulhadores. Acaba que realmente esses coletivos são compostos por homens. Mas as iniciativas mais individuais são sempre puxadas por mulheres, os projetos e tal, são sempre puxados por mulheres. Com certeza [...]. Então, eu te enviei um episódio dessa websérie: “mulheres na conservação”, que é organizada pela Paulina Chamorro, porque é bem uma referência pra mim no que tange a essa área de conservação ambiental, né, conservação marinha, principalmente. E aí ela tá bem desde o início lá da área de proteção ambiental, aqui no litoral sul. E aí ela lidou muito bem com a questão da população local, há anos, né, desde o início dos anos 90 que eles tão por lá e ela é bem atuante até hoje. Está à frente de projetos como o Reef Check, o Meros do Brasil e importantes projetos de pesquisa. E outras duas referências mulheres pra mim, aqui em Maracaípe, né, uma coisa mais local, é a Nuala Costa, que é surfista e desenvolve esse projeto socioambiental aqui com as crianças, socioeducativo, né, que a partir dele a gente consegue essa aproximação e diálogo com a comunidade. Principalmente mulheres e crianças. Do mesmo modo Leninha, Leninha é moradora local, catadora de siri, de aratu, faz a melhor empada de siri e aratu da vida. Leninha tem uma história muito linda, já através desse projeto do Todas Para o Mar, que é liderado pela Nuala, né, que acabou se reorganizando na Associação de Mulheres de Maracaípe, do qual eu também faço parte; a partir desse convívio com outras mulheres Leninha despertou a mulher empoderada que existia dentro de si. Leninha nem falava antes, nos grupos, nas rodas, e hoje você vê uma mulher completamente empoderada e pronta pra assumir a liderança, aqui, de uma possível Cooperativa de Mulheres, de uma possível Associação de Pescadoras. Isso que a gente fica instigando aqui, incentivando, né. Então são as referências que eu citaria aqui com relação a mulheres na conservação, né, porque elas desempenham esse importante diálogo social e é o que vai permitir a gente, cada vez mais, intensificar os projetos de conservação no local.

Lourinalda Selva Silva, expondo os conhecimentos construídos a partir de sua vivência como pesquisadora atuante junto às comunidades de base e comunidades tradicionais (informação verbal):

Muitas vezes eu me deparo com grupos de mulheres, e o que a gente percebe, quando chega pra fazer ou desenvolver algum trabalho nos territórios, é que são as mulheres que estão à frente dos processos, né? Por exemplo, a gente teve uma experiência agora da primeira e segunda água, em Betânia, que foi uma oficina de fitoterápicos, que uma das técnicas quis articular pra fazer esse trabalho, e essa política do P1+2 ele veio exclusivamente só para as mulheres. Então a importância desse trabalho é porque fez com que a mulher assumisse essa responsabilidade dentro do seu território, que muitas vezes as políticas chegam para o homem, assim, o recurso vinha só no nome do homem e muitas das famílias não tinham nem um homem em casa, né, era uma família com a chefe-da-família mulher, muitas vezes, e o que a gente tem percebido é que essa política trouxe o empoderamento para essas

mulheres, mas quando se fala sobre a questão ambiental, eu consigo ver que ainda é muito distante, sabe, a valorização dos ecossistemas, do bioma, né, eles não conseguem enxergar a riqueza que tem na Caatinga, por exemplo [...]. Duas comunidades, a da Palha do Arroz e a do Passarinho, que a gente vê que são lideradas por mulheres e que a Casa da Mulher do Nordeste, o Centro Sabiá, eles tão bem próximos na cidade, fazendo esse movimento. E que a maioria das reivindicações delas, como elas estão na área urbana, e ao redor não tem muita biodiversidade, no Passarinho até que tinha uma mata grande e elas conseguem perceber que tá cada vez mais desmatando e as pessoas tão construindo e tá aquecendo, né, o bairro; mas as reivindicações delas é muito em relação a isso, a escola, creche, posto de saúde, moradia, saneamento básico, que falta, então, esse tipo de reivindicação. Então elas fazem eventos, ações, chamam as comunidades, articulam, participam de vários eventos, elas estão sempre participando e representando a comunidade, tanto da Palha do Arroz como do Passarinho; a do Passarinho é mais antiga e a da Palha do Arroz é mais recente [...]. Quando a gente vai pra área do campo, a gente tem um avanço maior na discussão em relação a resistência e as reivindicações. Porque a via campesina e o MST, por exemplo, eles tão mais organizados nesse sentido. As mulheres tão mais organizadas pra reivindicar e enfrentar. As mulheres indígenas, a gente vê que é um movimento que tá crescendo, né, porque no território indígena a gente vê ainda que são os homens que se sobressaem, né, mas a gente tem mulheres indígenas se organizando aqui também em PE, pra ter reivindicação, né, ter voz, e também estarem participando com outros grupos de mulheres, encontro de mulheres. Mas a gente vê muito uma fala, que vem do território, de não tá separando homens e mulheres, que quando tiver fazendo as atividades tem que ser com homens e mulheres, né, então existe uma questão cultural que influenciam um pouco esse avanço em relação as mulheres indígenas. Em relação as mulheres das águas, as marisqueiras, a gente percebe, que com as que a gente trabalhou, lá em Itatuoca, elas não estavam organizadas, mas o Centro de Mulheres do Cabo, elas dão uma assistência muito grande a essas pescadoras e marisqueiras que foram retiradas de suas comunidades, de seus territórios, pra fazer formação com elas, oficinas, pra elas se empoderarem e correrem atrás de seus direitos. Mas se é difícil pra o povo da cidade e os camponeses, que estão organizados a muito tempo, imagina para os povos das águas, a dificuldade é maior ainda, das mulheres, pra se ver nesse processo de luta, pra elas correrem atrás e batalhar, né, pelos seus direitos [...]. A gente sabe que a realidade das mulheres, principalmente do campo, é uma realidade muito patriarcal, né, que a mulher cuida do quintal, ela planta, ela colhe, ela produz, mas, também, ela faz todo o serviço doméstico. Então, com base nisso, a gente já vai nessa pegada de fazer com que essa mulher pare de fazer seus afazeres em casa, e que a gente possa garantir que as crianças e essa mulher vão tá alimentadas durante o processo de formação, e que elas não se preocupem, né. Mas que é um trabalho muito difícil a ser feito, porque a gente percebe que os parceiros são muito resistentes, ainda, porque uma dessas mulheres as vezes tem cinco filhos, né? Então, são cinco crianças pra alimentar e pra cuidar, e a gente fica se dividindo, meio que fazendo uma ciranda, pra ver se a gente consegue dar conta pra que a mãe consiga se envolver nas formações das oficinas [...]. E a gente consegue ver como é importante a importante a participação 100% dessa mulher nas oficinas, como ela muda depois disso, né, as iniciativas que ela, como ela fica empoderada, em relação a tudo que ela aprendeu [...]. Então, chega uma pessoa e faz: “olha, faz três dias que eu tou aqui e tou adorando, mas eu trabalho com lavagem de roupa e, nesses três dias, as minhas roupas tão paradas. Aí a gente pega e questiona pra essa mulher:

quantas pessoas tem na sua casa? - Aí ela vai e responde: 3 pessoas – será que elas não conseguem lavar roupa, duas filhas, um homem, será que juntando os 3 não conseguem lavar as roupas? A gente tenta fazer alguma reflexão junto com essa mulher. Mas aí ela diz: “ah, mas eles não lavam como eu, e eu vivo disso”. Então, ainda é um desafio muito grande a gente trabalhar com essas mulheres, sabendo que elas têm essa jornada de trabalho, e que geralmente elas são a dona da casa, né, elas são a chefe da família. Então, é complicado, mas a gente tem em mente sobre a importância da gente garantir que essa mulher se sinta confortável nesse ambiente, sabendo que a gente conseguiu, de alguma forma, dá assistência, pelo menos em relação a alimentação, em relação a ciranda, né, mas nem tudo a gente consegue garantir [...]. Eu vejo um protagonismo grande das mulheres, em relação a preservação e conservação ambiental. Tanto é que a maioria delas estão ocupando cargos, hoje, de liderança nos territórios, por exemplo, no território de Betânia – PE, a liderança de lá, que é Expedita, ela é vereadora também. Então, uma das questões dela, que ela atua, tá relacionada a preservação da Caatinga e ao uso dos recursos da Caatinga, e ela tá sempre fazendo essa frente, das mulheres, junto com a Secretária da Mulher lá de Betânia. Agora, recentemente, a gente consegue ver que as mulheres estão se apropriando de uma certa forma. No caso, elas estão acessando mais, experimentando mais, e isso tá trazendo pra elas uma consciência muito grande a respeito do papel delas nesses setores. E, como a maioria dessas mulheres estão no território que tá relacionado muito a bioma, natureza, elas têm participado mais. E, também, uma questão importante de se colocar é que elas são maioria, as mulheres. Elas são a maioria. E elas têm se articulado de uma ajudar a outra pra que a outra consiga a oportunidade, né, que ela já teve, de passar por um processo, e assim vai. Então, existe uma formação que acaba acontecendo entre elas, fortalecendo um determinado grupo, mas, no território quilombola, que eu tive agora, a influência da igreja protestante, principalmente Assembleia de Deus, diminui um pouco a participação das mulheres em algumas oficinas, por questão de algumas ações, algumas atividades está fora, né, elas não podem praticar, cantar músicas que não sejam da igreja. Eu me deparei com uma situação dessa e foi muito triste, é muito triste pra mim ter que contornar essa situação, de uma mulher não querer participar, não querer dançar um côco, porque isso era música do mundo, né? E a gente tava ali socializando e celebrando as atividades que a gente tinha feito, né? Eu não tenho muita coisa pra falar sobre isso, isso é a vivência que eu tenho, de alguns territórios que eu frequento, e que eu posso dizer que a maioria, mesmo que eu vá fazer uma atividade na comunidade que não seja, especificamente, voltada pra mulheres, o que eu percebo é que as mulheres são a maioria e são as protagonistas nesses espaços. São elas que estão a frente desses espaços que eu tenho frequentado [...] eu gostaria de citar aqui o nome de Leca, que ela faz parte do Núcleo de Saúde do MST, e que é uma pessoa que tá a frente, que articulou a vinda das mulheres, que só vieram da Zona da Mata, e que tem articulado essa questão da gente tá fortalecendo essa saúde das práticas integrativas, complementares, tanto no campo como na cidade; então ela é uma mulher, que representou a saúde no MST, que tem feito muito aqui no estado em relação à saúde, no geral, assim como à saúde da mulher, que foi o nosso encontro.

Já para Luíza Cavalcante, integrante e uma das fundadoras do Sítio Ágatha, a vivência também se sente, diretamente, na pele e no cotidiano; e propõe uma atuação e organização



ativa e crítica, incorporada à ancestralidade e cultura de sua região (informação verbal):

Hoje, por exemplo, foi quarta né, ontem foi terça-feira... isso, hoje é quarta. Então, ontem o cara que foi indicado – diretas já – pra Fundação Palmares, de uma vez só, ele extinguiu os órgãos representativos do povo negro dentro de uma fundação, né, organizada para defender os interesses do povo negro. Destituiu conselhos, comitês, tudo, ele agora tudo tem que passar pela mão deles, do governo, de quem governa ele. As decisões quem toma, arbitrariamente, é uma pessoa que diz que o racismo não tem nesse país e que a escravização foi importante e fundamental para a formação do povo brasileiro. Pô, cara... então, o que é que a gente faz pra contrapor a isso? Que estratégia pra sobreviver a isso, entendesse? E saber que ele agora é detentor da identidade de todo mundo, de todos os quilombos e quilombolas desse país. Saber que as demarcações das terras agora é se ele quiser. Será que ele quer, que ele vai querer? Isso aí é uma coisa que não deveria existir. Uma pessoa vestida de pele preta a serviço da ação devastadora eurocêntrica, branca eurocêntrica. Então, como que a gente vai lidar com tudo isso? Que estratégia montar pra sobreviver a isso, pra se contrapor a esse tipo de política? Estou falando da igualdade racial, né, a gente sabe que os povos indígenas, todo e qualquer povo que se organiza nesse país, que é pobre, sabe que tá vivendo dias de incertezas também [...]. É um momento de muitas surpresas mesmo. A surpresa de ambos os lados. O povo está surpreso, estarrecido... bom, a história, eu diria que a gente, que com certeza, o nosso povo em toda a América Latina, ou em todo e qualquer lugar no mundo onde há opressões, o povo vai estar usando o provérbio Sankofa, Sankofa é um pássaro que se põe, no provérbio africano, a olhar sempre pro seu rabo. Ele olha para trás, sempre pro seu rabo. Mas ele quer dizer coisas. Ele quer dizer que nunca é tarde para voltar no tempo, ou voltar no passado e recolher tudo que de bom lá deixamos. Nunca é tarde da gente olhar para trás e aprender com tudo o que fizemos lá, com tudo o que existe lá e aplicar nos dias de hoje. Então, crendo nisso, e tantas vezes vivenciando o provérbio Sankofa, eu lhe digo que o povo, o nosso povo, em todo e qualquer lugar, vai, qualquer dia, aplicar... e, muitas surpresas. Muitas surpresas. E o sol há de continuar a brilhar, e a lua há de continuar a brilhar, a vida há de continuar existindo, e é isso [...]. E citar, nesse exercício, as cantorias. Que é outra expressão maravilhosa, né? O povo cantava seu dia a dia e hoje retomam isso, as cantorias, os violeiros, violeiras, boladoras, as e as coquistas também, mestres e mestras de maracatu, hoje a gente tem juventude, principalmente mulheres, aqui na mata norte, que já são mestras de maracatu. A coisa mais linda. Aqui mesmo no meu território, em Tracunhaém, tem uma mestra de maracatu que é um encantamento. Eu não lembro exatamente o nome dela agora, mas posso inclusive buscar isso, com o irmão dela. Uma jovem maravilhosa e, assim, fazendo, sabe? As toadas de maracatu. E eu vi, a gente tava num encontro de mestres e mestras, e várias mestras de maracatu, várias mestras, assim, encantadas, encantadas, e ratificar, dizer: “poxa, você é maravilhosa, você é uma grande mestra, menina. Você é uma grande mestra, leve firme, leve à frente”. E é um orgulho muito grande, especialmente das mulheres, né? E eu vi isso, isso existe aqui. Cirandeiras... então são resgates da agroecologia, manifestações da agroecologia, desse fazer ecológico aqui na região. Eu sou muito contente com isso, sabe? Inclusive a manutenção das feiras. Por mais que haja, na feira, produtos não agroecológicos, mas o jeito de produzir, o jeito de comercializar, o gosto de estar todo final de semana, né, o sábado, o domingo, ou nas quartas-feiras, as pessoas se dirigirem para a feira pública e lá os costumes que são colocados, sabe? O

jeito de quem vai vender, ou quem vai comprar, o jeito do compadre, da comadre, sabe, da freguesa, sabe? Essa coisa da chamada que é feita: “Olá, quem não pediu pida!”, né? “Um Km por um real!”, essas coisas, o mangaio, né, essa toada que é feita na feira pública. Isso é maravilhoso, e isso vem, oh, de muitas ancestralidades, isso vem de muito tempo. É um jeito de fazer do nosso povo, e o povo fazia isso quando não conhecia veneno. Quando ninguém conhecia o envenenamento da terra, dos elementos, das águas, do ar, o povo praticava esse tipo de comércio. Então eu tenho um encantamento com as feiras porque elas rememoram, pra mim, elas resgatam pra mim esse saber, sabe? Esse jeito, essa expressão da agroecologia no povo. É uma economia solidária, é uma economia que, sabe? Que passa por muitos e muitos elementos, né? Da cultura, da espiritualidade, do todo. Do raizeiro e raizeira na feira, sabe? Conhecimento das plantas, das raízes, das sementes, dos cascos, entendeu? Das flores [...]. Aqui na mata norte, a participação da mulher começa a ser crescente. Ela era muito os homens, acho. Não, na verdade, aqui a mata norte, a agroecologia se dá mais início mesmo, com mais expressão, a partir aqui do sítio Ágatha, um movimento mais de mulheres. Mas ainda havia muitos homens. A agroecologia como um todo né? Na verdade, as mulheres ficam invisibilizadas e aparecem mais os homens. O grande contexto hoje, de enfrentamento, é esse. A reivindicação é essa visibilidade. Da participação das mulheres, de estarem mais presentes, e isso tem acontecido pau a pau. Com a Associação Agroflorestral Terra e Vida é bem mais expressivo isso. Temos muitas mulheres participando da associação e dos pontos de comercialização também. Então, vem dando força a isso. As feiras agroecológicas... mas a mata norte, ela ainda é muito pequena a expressão da agroecologia como um todo, eu diria. Ela ainda é pequena. Saindo da mata pro agreste a gente tem mais expressões, Bom Jardim, Feira Nova, Glória de Goitá, que são lugares onde o Sertão atua com mais força também. Lagoa de Taenga... e aí a gente já tá saindo da mata norte pro agreste, né, esses municípios. A expressão da agroecologia aí ela é muito mais forte, entendesse? Mas esse eixo aqui, quando a gente pega aqui de Paudalho a Macaparana, Timbaúba, as expressões ainda são pequenas. Paudalho hoje está sendo bem forte, as expressões, aí Carpina começa a aparecer, a gente aqui em Tracunhaém, entendeu? Nazaré da Mata tem algumas expressões, tem assentamentos e também algumas pessoas que fizeram curso no Sertão, começam a ter hoje essas expressões. Ainda tá acontecendo, tá ficando bonito ainda, mas Timbaúba tem já uma expressão mais antiga. Mas ainda é limitado, poderia ser muito mais gente, entendesse? E o que a gente deseja é isso, que seja muito mais gente. Mas eu diria que, pra participação das mulheres, a gente quer mais condições, sabe, de estar presente [...]. Quando a gente sai do campo agroecológico há um crescimento de participação. Aqui na região da mata norte, existe, praticamente em todos os municípios, existem hoje grupos de mulheres, entendesse? Municipais. E a Secretaria da Mulher do Estado, nos últimos anos, investiu muito nesse sentido, de aparelhar os grupos que já haviam e fomentar novos grupos. Por quê? Nos processos de eleição elas utilizam essas mulheres para votar em quem eles querem, né? Por exemplo, o príncipezinho do Eduardo, né, o Joaquinzinho, o bichinho, tão lindo e maravilhoso, tão novo, tão inteligente – mentira -, ele se elegeu largamente, com muitos votos, a partir desse emparelhamento feito pela Secretaria da Mulher do Estado aos grupos de mulheres das regiões. Especialmente da região da mata como um todo, sabe? Norte e Sul., Mas aqui na mata norte vem muito disso, a gente vai sentindo o aparelhamento [...], mas aí, por outro lado, é importante que as mulheres estão, no dia a dia, se organizando, estão presentes nas coisas, nos movimentos, nos conselhos, corregedorias, tudo

acontecendo nas cidades, e isso é muito bom, porque tira a mulher daquela função dentro de casa, né, da dona de casa, da recatada e do lar, entendeu? E traz elas para as ruas, pros grupos, pra ir a intercâmbios, esses movimentos em todo. Então, é crescente nesse sentido. Se a gente tira a utilidade ao estado, o resto é muito bom, muito importante. Que elas estejam, que elas participem. Do ponto de vista dos assentamentos, do Movimento Sem Terra, por exemplo, a participação das mulheres é muito intensa. É muito grande mesmo, sabe? Aqui na região de Nazaré, Condado, Itaquitanga, essas regiões, Buenos Aires, onde tem assentamentos do MST, Paudalho, a participação das mulheres é muito intensa. A gente encontra muito mais. Em suma a gente sabe que quando se trata do movimento social as mulheres são maioria presente. Agora claro que há uma luta ainda muito grande para as estancias de decisões. Muitas vezes quando não é um movimento de mulher, a participação da mulher é grande, mas a direção é masculina, né? Os sindicatos especialmente. Se for sindicatos, aqui, de participar sindicatos de trabalhadores rurais, então... os homens é que mandam, as mulheres são os enfeites. E quem não é não cresce. Não ganha cargos dentro do processo. Essa é uma realidade que tá se quebrando quando a gente vai pro agreste, quando a gente vai pros sertões, especialmente, isso tem se quebrado, as mulheres têm assumido esse lugar de direção, especialmente mulheres novas, muita mulher nova, de menos de 30 anos, assumindo esses espaços de poder. Tá dirigindo um sindicato e é outra mudança de conjuntura, sabe, é outra história pros trabalhadores e trabalhadoras. Esse olhar mais apurado, mais um leque que se tem, gera bem mais fortaleza, mais participação e garantia de direitos, sabe? Mas briga também no sentido das políticas públicas, de ir atrás, de questionar, debater, exigir, isso fica melhor. Poucas se dão ao direito de servir o capital, de correr atrás dos privilégios. Poucas. A maioria tem sido bem combativa, e isso é importante. E não só aqui na região da mata norte, é o Nordeste como um todo. A gente tem participado dos movimentos de mulheres, aí, nacionais e tem visto disso, uma grande participação. E se a gente fala de políticas pros povos negros também as mulheres negras estão super presentes hoje. Isso é muito lindo. A gente tem hoje a Rede de Mulheres Negras aqui de PE, uma Rede de Mulheres Negras NE, uma Organização de Mulheres Negras Brasileira, e há uma imensidão de mulheres participando, sabe, e muita gente jovem, super talentosas, super preparadas, pós-graduadas de muita coisa, participando desses espaços. Eu ando super encantada quando vou pra esses cantos, é muito bom. O mesmo eu vejo com as mulheres indígenas. Você viu agora a marcha das mulheres indígenas em Brasília? Que maravilha. No ano passado, né? Uma expressão maravilhosa, imensa, de mulheres que estão dizendo “a gente existe, estamos aqui, temos propostas pra uma sociedade melhor”. Então, isso tá acontecendo em todo lugar. Em todo lugar. PE também. E aqui na mata há algumas, ainda poucas, mas há algumas mulheres que já se reconhecem mulheres indígenas e tem agido conforme, tem procurado as suas raízes, tem procurado se expressar também nesse ponto, sabe? Ter a sua estética, a sua cultura. E isso é tão enriquecedor, né? Então, é por aí, a participação das mulheres [...]. Eu sinto, nesse momento, a necessidade de andar mais na mata, e conhecer e reconhecer as experiências que estão acontecendo, de agroecologia, mas especialmente das mulheres. Eu me sinto agora mais nessa instiga e, de certa forma, nessa responsabilidade também. Isso já não acontece porque a gente precisaria ter recursos, né, pra andar, pra sair, não é fácil, por aqui. Você sabe as distâncias. E eu não tenho transporte próprio. Então teria que ter o recurso, não é só o tempo disponível. É muito mais do recurso para ter acessibilidade, poder viajar por aqui, pela mata norte, conhecer mais, ver como estão [...]. Majoritariamente mulher, nessa luta

socioambiental, no momento, eu não lembro de algum grupo assim. A maioria que eu conheço são mistos, como as mulheres do Assentamento Chico Mendes III, em Paudalho, São Lourenço- Paudalho, tem essa luta mas são mistas. Tem a MONAN, em Nazaré da Mata, que é majoritariamente mulher, mas eu não sei se elas encampam a luta socioambiental, sócio sim, né? Que elas têm um maracatu só de mulheres, maracatu rural, só tem mulher, muito linda, pioneira, aqui na mata. Tem rádios, cursos, muita coisa acontece lá, muita coisa bacana. Em Buenos Aires, aqui perto de Nazaré, tem o grupo de mulheres Mãe Rainha, que é possível que façam uma luta socioambiental. Aqui em Vinagre tem um grupo, a Associação Tuoca, uma associação mista, mas elas têm um grupo de mulheres dentro da organização. A associação é presidida por uma mulher, Olda, que também é secretária de meio ambiente e agricultura em Araçoiaba. É quem preside a associação, e ela tem um grupo só de mulheres, e discute a questão da agroecologia, né [...], todas elas têm uma mulher na organização. A Tuoca é uma mulher, a Monan é só mulher, a Associação Municipal de Mulheres de Nazaré da Mata, a Monan acho que tem 15 ou 20 anos já, de existência. É bem forte. O grupo Mãe Rainha, em Buenos Aires, é só mulher. A associação do Assentamento Chico Mendes III é uma mulher, Maria Vulcão, é assim, são presididas por mulheres.

Partindo desde a vivência dos povos originários, D. Maria José Martins, nos conta como as mulheres Xukuru atuam como linha de frente junto às Forças Encantadas de Luz (informação verbal):

A sua segunda pergunta, respondendo, pedindo força aos Orixás, e pedindo licença às Matas Sagradas, pedindo licença a Pedra e Rio, pedindo licença às forças encantadas. A sua segunda pergunta, como a gente se organiza, né, a gente se organiza através dos nossos índios, reúne os nossos índios pra Mata Sagrada. Lá fazemos o nosso ritual e chamamos os Encantados de Luz para nos ajudar e proteger, aí o nosso trabalho continua, a nossa luta continua, com muita fé, com muita força, com muita coragem e crença, e tradição. Pra poder a gente fazer isso, chama todos os índios que participam do Ritual Sagrado, pra que nós faça um ritual e chamamos os Orixás pra gente se organizar. Isso na Mata Sagrada, isso lá no nosso Peji Sagrado, com todos os índios, com as lideranças indígenas, com os jovens que estão começando na luta, chamamos eles, e vamos fazer esse ritual na Mata, que é do Povo Xukuru, que é do povo da espiritualidade [...]. As mulheres são guerreiras, viu? Trabalhava e adquiria com que nós passar. E até hoje nós trabalha na agricultura, planta mandioca, tira, faz beijú, faz farinha, bota mandioca pra amadurecer pra fazer bolo. Hoje a gente vive, ainda, essa luta, a luta acirrada, que chama a Luta do Povo Xukuru. Temos muita coragem, minha fia, para trabalhar. Nunca tivemos ajuda de governo de estado nenhuma, nenhuma. Só ajuda de Deus e dos nossos esforços [...]. As mulheres Xukurus tem seu papel muito importante. As índias, as guerreiras, porque são guerreiras, na luta do Povo Xukuru, as mulheres indígenas são as primeiras da frente na luta pra tudo. Pra resolver tudo o que falta, dentro de uma luta, nós iremos buscar onde tiver e resolvemos esse problema, que somos mulheres guerreiras, mulher de força, que acredita nas Forças Encantadas, que acreditamos na força de nossos Antepassados. Então nós resolve tudo e joga essa luta pra frente, pra nós vencer com a nossa força e com os poder poderoso de Deus. Nós, mulheres Xukurus, temos um papel muito importante dentro da luta do povo, em tudo, em tudo: pra resolver situações

difíceis, pra resolver problemas dentro da nossa tribo, pedimos aos Orixás Sagrados pra que nos dê abertura e vamos buscar, com fé em Deus, onde tiver, e resolvemos. Porque somos mulheres fortes e guerreiras dentro dessa luta. Muito importante a nossa participação dentro da luta de Povo Xukuru. Eu sou Maria José Martins, como eu disse a você, eu sou uma futura Pajé, o Pajé tem 80 e poucos anos e me convidou, eu, como irmã dele, me convidou pra assumir o lugar dele pra quando ele se passar pra o outro mundo, eu assumir o lugar dele. Então, hoje, eu sou uma sucessora do Pajé. Substituo. Onde ele não tá, lá eu estou, substituindo ele. É nas pajelanças, é nas oração, é nos ritual, onde ele não está eu estou lá, resolvendo tudo isso, pra ele, junto aos Encantados de Luz, junto às Forças Encantadas. E eu tenho orgulho por isso, porque vivo junto, vivo dentro das Matas Sagradas, junto às Forças Encantadas de Luz.

Para D. Maria das Águas, pescadora tradicional e liderança comunitária (informação verbal):

Nós buscando sempre na organização social, em nos juntarmos, muitas vezes estando distante, com muita luta, consegue mais resultados só quando a gente se junta em movimento. Porque sozinho... só quem pode fazer tudo sozinho é Deus. E nós somos movimento organizado, tanto as mulheres como os homens pescadores, e em outras áreas, também, de agricultura, de pesca. E várias organizações sociais só se dá quando se unem, se junta com um só objetivo, para que possamos ter vida digna e com respeito [...]. As mulheres estão na atuação da luta pelo ambiente desde as pescadoras ribeirinhas, às mulheres que trabalham com reciclagem, tornando muito, muito mesmo, material que serviria para poluir o ambiente, faz voltar a ser usado ou reaproveitado todo, em outra forma, assim, tornando útil, novamente novo, e ter mais um tempo de vida. E talvez não voltar a poluir aquele mesmo material. O ambiente fica mais livre dessa parte, dessa porção que foi reciclada pela população que se capacitou para lutar nessa área, fazer a reciclagem. Eu conheço várias pessoas, vários lugares, em Recife, e eu tiro o chapéu, e agradeço muito por isso. Porque o ambiente fica mais feliz [...]. Nós nos organizamos em Associações, Colônia de Pescadores, e estamos sempre atentas procurando ver o que fazer para defender e salvar a nossa comunidade do desmando e do desrespeito, e mostrar que somos sujeitos da sociedade, que queremos ter vida digna e com respeito em todas as áreas, e sermos aceitos como nós somos, do nosso jeito. E apresento a Socorro, uma mulher de uma Associação que se chama Recapibaribe, que é uma grande referência em defesa do ambiente, junto a muitos pescadores. E no dia do rio chega a tirar várias toneladas de lixo no rio Capibaribe. Ali naquelas áreas onde eles atuam, ali por dois irmãos, lá na frente. É do Recapibaribe, encontra ela por aí. Onde atua eu já vi, e nunca vi tanto lixo sendo tirado de dentro do rio. Da falta de pensamento nosso, né, de cuidado do ambiente, de preservar. E apresento, também, Joana Mousinho, que é da Colônia Z10, em Itapissuma. Grande defensora do meio ambiente, mulher de luta, que esteve à frente das lutas desde que, mulher, foi ser presidente da Colônia de Pescadores, ela foi a primeira mulher, em PE, e também a primeira mulher presidente da Associação de Pescadores à nível de Brasil. Apresento Dona Angela, lá de Goiana, da Colônia Z14, que é uma lutadora, também, em defesa do ambiente, e Maria da Guia, também no Sertão, presidente de Colônia, que tá lá lutando pelos direitos, pelo meio ambiente, né? [...]. E Maria da Z25, que fica em Candeias. E com essas mulheres você, se quiser, vai encontrar várias mulheres que está lutando. Porque, afinal de contas,

somos maioria, né? Somos 53% do eleitorado brasileiro, podendo, assim, escolher um presidente da república, gestores para as nossas cidades. As vezes até nas associações, quem puxa de frente são mais as mulheres. Não quero divisão com os homens, não, só peço que eles nos veja como cidadãos de direitos. Só isso, e com respeito.

Para a gestora pública Maria do Carmo Sobral (informação verbal):

A mulher tem um papel fundamental em diversos aspectos, né? Mas eu ressaltaria na questão como mãe, como formadora dessas crianças, desses filhos futuros. Porque nos valores que você aprende na família, na infância, no seu ambiente familiar, valores éticos, valores morais, do que é justiça, do que é respeito, do que é compaixão, isso você precisa trazer de berço, da sua casa, independentemente de ser uma família em condições financeiras mais ou menos. Eu conheço pessoas à princípio pobres, mas extremamente ricas em seus valores morais, em seus valores, né, do que é justiça e do que é um comportamento ético, então eu acho que esse é um papel relevante. E é claro que a mulher, cada vez mais, eu vejo eu sou professora do curso de graduação de Engenharia Civil, da UFPE, e eu vejo, eu me formei em 1974, no nosso grupo éramos 180, e tínhamos 8 mulheres, de todas as engenharias. Então, hoje, eu entro na sala, é pau-a-pau. Se brincar, tem até mais mulheres do que homens, fazendo o curso de Engenharia Civil. Então, se nós vamos também nos órgãos públicos, também, muitas mulheres. É claro que isso ainda tem injustiças, ainda tem salários mais altos pros homens, mas eu acho que nós avançamos muito. Inclusive, comparando com outros países, quando eu comparo com a Alemanha, por exemplo, eu não encontro tantas professoras mulheres nas universidades como eu vejo no Brasil. Eu não encontro tantas mulheres em cargos de órgãos executivos, de poder, como eu encontro no Brasil. Eu, então, eu acho que nós avançamos, eu não vejo a mínima dúvida, mas, ainda existe uma relação de valorização, de valorização ainda maior do sexo masculino [...]. É o papel da mulher como educadora, é o papel da mulher como educadora nos diversos momentos, em casa, com os filhos, mas no trabalho, no ambiente da universidade, e todos, com os amigos, eu acho que em cada lugar que nós formos nós levamos essa mensagem, de respeito à natureza, de redução dos conflitos, uma mensagem mais de paz, né. Os grandes avanços, na sociedade, foram por pessoas que tiveram essa visão de harmonização, de redução dos conflitos, né [...]. Nós temos Dona Lurdes, que é uma moradora da Lagoa do Araçá, que nos anos 1980, acho que 90, 90 eu acredito – eu voltei, eu fui pra CPRH em 91 – então ela, era com Joaquim Francisco, o governador, e ela fez uma mobilização, ela é uma líder comunitária, acho que ainda é viva, ela foi no governador, ela foi no prefeito, ela foi no presidente da Compesa, ela foi em diversas, foi no jornal, criou a associação dos moradores da Lagoa do Araçá. E com essa mobilização, com esse jeitinho, ela conseguiu que fosse implantado, é claro que teve a acessibilidade do governo, então nós construímos, fizemos a área ao entorno da Lagoa, fizemos repovoamento, mais de mil caranguejos, não sei quantos mais de mil caranguejos, que nós conseguimos colocar lá, de doação do buraco da gíria, de Goiana, eletricidade, uma área de pista para as pessoas caminharem... então foi melhorando a área, fiscalização, a questão da segurança, então isso são conquistas da comunidade, né? [...]. As mulheres atuam intensamente no uso da água e energia no ambiente familiar. Externamente, na agricultura familiar e na educação /conscientização ambiental transmitida aos filhos e familiares.

Para Sandra Caetés, pesquisadora do CPRH e responsável pela Esec-Caetés (informação escrita):

Quando iniciamos a reunir a comunidade local, na Esec-Caetés, para transmitir a educação ambiental, o número de homens e mulheres participantes era predominante o sexo masculino; mas, com a presença das mulheres, muitas vezes acompanhadas com filhos, o número foi aumentando e predominando na Estação. Creio que a sensibilidade feminina foi essencial para a Unidade, a ponto das mulheres se tornarem verdadeiras entusiastas em defesa do meio ambiente. Na própria luta histórica para que não fosse instalado o aterro sanitário, a participação das mulheres foi fundamental na influência junto à comunidade conquistando a adesão de outras para também aderir à campanha. As mulheres foram exemplos de participação na questão da conquista em tornar aquela área em uma Unidade de Conservação, que foi essencial à proteção da Mata Atlântica e, conseqüentemente, o lençol freático, porque se a obra do aterro fosse levada à frente essa proteção não seria possível. A participação delas, junto a outras instituições, influenciou o Governo do Estado de Pernambuco a embargar a obra do aterro e torná-la uma Unidade de Conservação. Afora as mulheres pesquisadoras, hoje, as líderes de comunidades, gerentes de Unidades, gestoras, e diretoras da CPRH, que contribuíram e contribuem para uma expansão de desenvolvimento na proteção ambiental. Os pontos que ressalto na participação feminina são a persistência e a sensibilidade quanto às várias questões de enfrentamento [...], participando das atividades na unidade, se capacitando, denunciando, buscando instituições pra lutar, pra lutar pelo que elas acreditam e aquilo que causa impacto e prejudica sua qualidade de vida. A mulher tem uma sensibilidade muito grande enquanto a isso. E foi um grande exemplo a comunidade existiu aí, na própria comunidade, uma ONG, um grupo chamado Grupo Resistencia, com Maria da Penha, ela hoje em dia mora na Alemanha. Então, é o espírito de luta. A forma é assim, é denunciando, é indo atrás, é adquirindo conhecimento, com a participação nas reuniões. Existe o conselho, mas também existem pessoas que vão como ouvinte participar, para aprender mais, para adquirir conteúdo, para se planejar e defender suas causas.

Por fim, Terezinha Filha nos relata, desde sua experiência como liderança comunitária da Ilha de Deus, cuja luta é cotidiana, histórica e exemplo para as demais lutas populares e socioambientais do estado:

Essas referências que a gente tem aqui, a Poupança Comunitária, o Encontro de Mulheres Empreendedoras... a Poupança Comunitária é um grupo de mulheres que trabalham com essa questão, fomentando a ideia da importância dessa economia solidária e partilhada, né, na contramão desse capitalismo. Porém, ainda está em curso, na minha compreensão, esse processo de entendimento - que é até difícil, né? Você se desligar de um processo de capitalismo estando dentro dele -, mas enfim. E o encontro de mulheres empreendedoras, na verdade, foi um encontro pontual e que não contemplou todas as mulheres da Ilha, não. Porém foi também importante [...]. A ponte Vitória das Mulheres parte dessa organização, que sempre houve, no território. Eu cheguei bem depois, mas toda a história que eu conheci, e que faço questão de fortalecer, mostra que foi a partir da

organização e luta das mulheres que lograram as conquistas das Políticas Públicas, né. A ponte, inclusive, tem o nome Ponte Vitória das Mulheres por esse motivo. Mas assim como a ponte, foi a questão da energia, a questão da água, ou seja, é sempre o movimento das mulheres que demarca a trajetória de luta da comunidade, de organização política e resistência. Todos esses motivos, né? [...]. Pra você ver, a gente tá inclusive melhor, mas a gente passava, tipo, 1 mês sem água, e você via logo as mulheres, rapidamente, se articulavam pra promover algum protesto, algum ato, e ir atrás da luta. Então, elas tem essa dinâmica de organizar e colocar a sua voz e vez, e reivindicar seus direitos. Então eu acho que as mulheres, de uma forma geral, elas têm essa dinâmica de resistência, porque a gente já nasce tendo que resistir sempre. E aí é meio como se essa dinâmica de resistência – é meio não, acho que é isso mesmo – essa dinâmica de resistência já tá introjetada na gente, né? Acho que a gente já tem ela como parte da nossa vida, e quando isso vai pro coletivo se torna ainda mais forte, porque é uma construção em rede [...]. Há diversas mulheres, que são incríveis nessa luta, no estado, mas acho que vale destacar D. Maria das Águas, lá de Lagoa do Carmo; Joana Mousinho, de Itapissuma; D. Leu, de Brasília Teimosa; aqui na Ilha tem diversas, tem Conceição, tem D. Nissinha, tem Erica, tem Obede, tem, nossa, D. Maria dos Prazeres da Cruz, tem D. Lurdes, D. Miúda, então, são diversas mulheres que, muitas vezes, saíam daqui sem nem ter passagem, andando mesmo, daqui pra cidade, pra ir reivindicar e ir à luta, pra garantir os seus direitos.

Diante dos relatos expostos a partir dos discursos das interlocutoras, pude observar a presença ativa das mulheres, nas lutas socioambientais, desde diferentes esferas e realidades, estando, estas, apresentadas no **Quadro 1**.

A diversidade de atuação e participação das mulheres nos contextos socioambientais, observada desde as vivências das interlocutoras e dos estudos sobre o tema - e resumida, a partir da minha perspectiva, no **Quadro 1**, escancara as dificuldades e potencialidades da luta socioambiental enfrentada desde a perspectiva das mulheres; considerando, inclusive, as funções e ambientes que, geralmente, não são relacionados à atuação direta nas lutas socioambientais, como o ambiente doméstico e a luta, das mulheres, por melhor qualidade de vida da população.

A partir destas realidades, as mulheres interagem com o seu meio (núcleo familiar, associações e organizações, Estado), de formas muito peculiares; sendo, estas, uma intrínseca adaptação às dinâmicas locais.

Em todos os processos de resistência e enfrentamento, é possível observar, como ponto central de luta, a melhoria e garantia da qualidade de vida da população: seja no que se refere às políticas públicas, como acesso à saúde, educação, cultura, e às infraestruturas mínimas de



viver e experienciar o seu bairro, sua região; seja por uma distribuição justa dos recursos e danos ambientais; e pelo próprio reconhecimento da proteção ambiental como foco central para a garantia da qualidade de vida.

**Quadro 1 – Como as mulheres se organizam e atuam nas lutas socioambientais de Pernambuco.**

**Como as mulheres atuam e se organizam para a luta socioambiental em PE**

Exercendo cargos estratégicos na gestão pública  
 Na organização popular comunitária  
 Nos movimentos de mulheres  
 Desempenhando funções reprodutivas e de cuidados  
 Como agentes de transformação, principalmente no contexto das mudanças climáticas  
 Exercendo uma liderança criativa  
 A partir dos distintos e diversos contextos socioecológicos que caracterizam o estado  
 Liderando de organizações e movimentos rurais e urbanos  
 Rompendo padrões de exploração em ambientes rurais e urbanos  
 Participando das estruturas de participação popular na gestão pública  
 Reivindicando participação em processos de luta e tomada de decisão no ambiente rural  
 Com projeto e ações locais para o empoderamento local  
 Resistindo desde a continuidade de atividades tradicionais  
 A partir de rodas e grupos de mulheres para o autoconhecimento  
 A partir da crescente organização de mulheres indígenas como grupo específico de mulheres  
 Organizações feministas com significativo apoio à luta pautada pelas mulheres  
 Recebem grande influência da falta de estrutura aos trabalhos reprodutivos e de cuidados para que as mulheres possam participar da gestão dos territórios  
 Sendo protagonistas na luta pela preservação e conservação ambiental  
 Recebem influência das igrejas protestantes na desmobilização das mulheres  
 Mantendo a cultura popular, diretamente ligada à natureza local  
 São invisibilizadas, apesar do protagonismo  
 Presença de grupo de mulheres em todos os municípios de PE  
 Logrando avanços em relação às Políticas para as Mulheres  
 Participação intensa nos assentamentos e MST, porém, com menor frequência em cargos de liderança  
 Maior chance de uma gestão coerente quando a liderança vem de uma mulher  
 Afirmando questões de gênero a partir de sua ancestralidade  
 Influência da infraestrutura de locomoção para a participação das mulheres rurais  
 Se organizando a partir de sua ancestralidade e tradição  
 Compondo a linha de frente na resolução de problemas e conflitos  
 Assumindo cargos de liderança também de povos tradicionais  
 Agindo diretamente na reparação ou minimização dos danos socioambientais  
 Como gestora ambiental desde o planejamento e economia doméstica  
 Com persistência e sensibilidade para o enfrentamento socioambiental  
 Disseminando a educação ambiental a partir do cotidiano e de ações específicas

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A aplicação, portanto, da perspectiva ecofeminista, chama a nossa atenção à complexa história das mulheres nos contextos socioambientais de Pernambuco, onde ocupam um lugar estratégico para a manutenção da vida e da própria sociedade, tal qual a conhecemos hoje. Olhar estas multirealidades, como parte de uma realidade, também, compartilhada, é estar abertos e abertas ao desenvolvimento de distintas formas de experienciar e de distintas formas de se adaptar. Neste sentido, a abordagem da produção do conhecimento a partir da experiência (GEBARA, 1997; GADOTTI, 2000; FREIRE, 1996) é, estrategicamente, enriquecedora, diante do interesse de entender a complexidade socioambiental vivenciada

pelas mulheres, expondo os desafios enfrentados e as soluções desenvolvidas para tais questões.

A experiência das mulheres, em Pernambuco, apesar de muito específicas e contextualizadas ao local, também se insere a um contexto macro, à nível de América Latina, em que se sobrepõe um tipo específico de economia exploratória, embasada no neoextrativismo, como citamos anteriormente. Pernambuco é uma das regiões mais antigas do Brasil, sendo uma das primeiras a serem invadidas no período do Brasil Colonial (FREYRE, 2016). Esta influência colonial é possível de ser observada, ainda hoje, principalmente, no contexto rural de Pernambuco. A dificuldade de incorporação das mulheres trabalhadoras rurais às associações e sindicatos de trabalhadores rurais, é uma das expressões mais gritantes desta força colonizadora. E demonstra, também, como, mesmo no campo da esquerda política, onde as mulheres podem ter mais acesso à voz, a invisibilização é um processo recorrente (BORDALO, 2011; DEERE, 2004; RAPOZO, 2019).

Também as relações de produção, no estado, vão determinar o tipo de exploração econômica de cada tipo de ambiente natural regional. Neste sentido, as injustiças ambientais também serão contextuais, e estarão presentes em todas as áreas onde haja conflitos socioambientais no estado (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2020).

Arantes (2010), afirma que não é possível haver justiça ambiental enquanto as mulheres - marisqueiras, indígenas, pescadoras, raspadeiras de mandioca, ribeirinhas, quebradeiras de coco, quilombolas, agricultoras, catadoras de materiais reciclados, dentre tantas outras funções e vivências -, não forem evidenciadas a partir de suas distintas formas de viver tais injustiças ambientais; da mesma forma que não há como pensar a justiça socioambiental sem pensar em como o racismo ambiental direciona as mulheres para um contexto de pobreza, exploração, doenças e criminalização das mulheres negras.

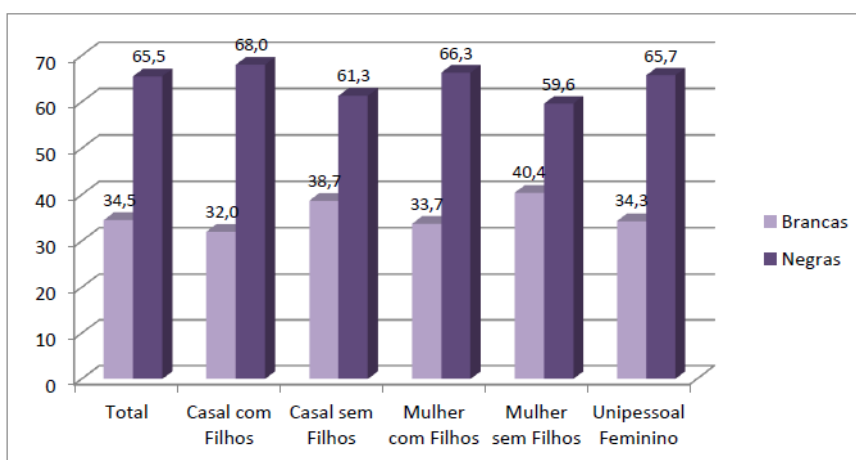
Considerando que a maioria da população periférica, em Pernambuco, é constituída por pessoas negras e indígenas, é possível afirmar que a injustiça ambiental, sofrida por estas comunidades, possui, de fato, um viés étnico e racializado (SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2015). Uma parte significativa, destas mulheres, ainda, é responsável pelo sustento de toda a família.

Se mostra pertinente dizer, então, que são às mulheres pobres e racializadas que as injustiças ambientais atingem mais intensamente em Pernambuco (OLIVEIRA, 2015).

As implicações da divisão sexual do trabalho agravam, ainda mais, as injustiças ambientais. Estas implicações se expressam, por exemplo: i) na imposição do trabalho doméstico às mulheres; ii) na desigualdade salarial, entre homens e mulheres, em cargos idênticos; iii) na imposição de duplas e triplas jornadas de trabalho; além iv) do contexto de trabalho informal, sem proteção social, sem direitos trabalhistas e previdenciários, em que se inserem as mulheres, sobretudo periféricas (SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2015).

Em Pernambuco, segundo o PNAD (2013), dentre as famílias chefiadas por mulheres, 65% corresponde às mulheres negras, enquanto 35% é representado por mulheres brancas, como é possível observar no **Gráfico 3**.

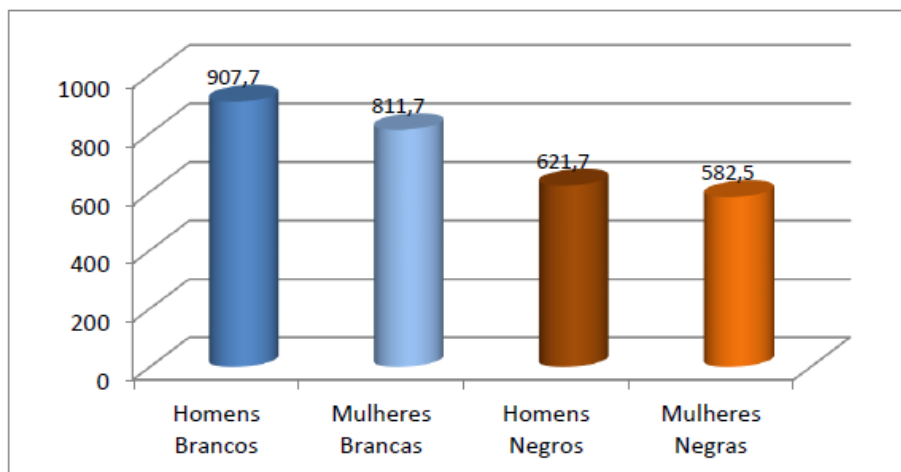
Gráfico 3 - Percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo tipo de arranjo e cor ou raça da chefe da família.



Fonte: Oliveira (2015).

Estes dados, além de evidenciarem a solidão da mulher negra na pesada carga que suportam na sustentação de suas famílias sem o apoio de seus companheiros, comprovam o protagonismo das mulheres racializadas no enfrentamento e resistência socioambiental (OLIVEIRA, 2015), sendo, ainda, estas mulheres, as que possuem a menor renda, em comparação aos outros grupos, como visto no **Gráfico 4**, onde se observa as mulheres negras como o extrato com menor renda domiciliar *per capita*:

Gráfico 4 - Renda domiciliar per capita média por sexo da (o) chefe de família, segundo cor ou raça.



Fonte: Oliveira (2015).

Sendo assim, é importante considerar o diálogo entre as questões de gênero, raça e classe, com as questões ambientais (NASCIMENTO, 2008; OLIVEIRA, 2015; SILVA, 2010; SEGATO, 2010); se expressando, esta relação, a partir: i) dos contextos onde a atividade laboral se torna mais difícil pelas más condições ambientais; ii) em contextos onde a imposição da convivência com a degradação ambiental interfere, diretamente, na saúde e na qualidade de vida da população; iii) do reconhecimento das mulheres rurais, racializadas e periféricas como linha de frente no enfrentamento à degradação, injustiça e racismo ambiental, seja no ambiente rural ou nos grandes centros urbanos. A precarização do trabalho e da qualidade de vida das mulheres, portanto, é fator fundamental no aumento da exposição e vulnerabilidade às injustiças ambientais em Pernambuco (SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2015).

Fica evidente, portanto, a atuação das mulheres como linha de frente na luta socioambiental do estado de Pernambuco, sobretudo das mulheres racializadas e rurais; seja pelo enfrentamento direto às injustiças ambientais – má distribuição dos recursos ambientais e espaços ambientalmente equilibrados, má distribuição dos danos ambientais, falta de autonomia e segurança alimentar, e os diversos desdobramentos destas questões na qualidade de vida – ou pela atuação e mobilização nas/das lutas socioambientais; considerando, ainda, todas as dificuldades de visibilização e inserção neste campo de luta.

## 5.4 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES

### 5.4.1 Como o ambiente está inserido no cotidiano e pautas das lutas das mulheres

Partindo da diversidade de ambientes do território pernambucano, fatores já mencionados, é importante observar de que maneira estes ambientes se inserem na vida cotidiana e nas pautas de luta das mulheres. Seja em ambientes rurais ou urbanos, o ambiente está, intrinsecamente, interligado à qualidade de vida das pessoas. Desta forma, este sempre vai estar sendo pautado na luta das mulheres, seja em forma de reivindicações por infraestrutura básica, saneamento, acesso a políticas públicas, moradia, segurança, trabalho, e/ou por questões de proteção e conservação do ambiente local e de distribuição justa dos recursos e danos ambientais (justiça ambiental).

Esta diversidade se torna gritante diante dos relatos das interlocutoras, no que se refere às formas como as mulheres entendem e vivem cada ambiente local - o que irá definir suas reivindicações, pautas e estratégias de luta -, enquanto todas dialogam entre si a partir do eixo central: a qualidade de vida do núcleo familiar e da população local.

Cynthia Suassuna evidencia como a falta de acesso a recursos naturais essenciais, como a água e o direito a viver em uma área livre de riscos é fator chave de exposição das mulheres às violências, às doenças, e outras formas de violência que se agravam no contexto de gênero (informação verbal):

Se a pessoa não tem como armazenar água ela vai sofrer a escassez, ter que se deslocar, ter que se expor, ter que buscar água não sei aonde, ter que viver e conviver com essa escassez de água como uma carga a mais na vida dela. Porque, em todos os contextos, se falta água pra lavar roupa, se falta água pra fazer comida... então, a escassez na seca é um tipo de coisa... do excesso de sol, das distâncias longas de andar, das violências no caminho, isso é da seca. No contexto do litoral, exatamente a falta de uma Política de Habitação faz com que muitas dessas moradias, principalmente das populações mais pobres, sejam em áreas de morro, em áreas de alagados, e muitas vezes, vejo mesmo, vai trabalhar de manhã, tem que passar dentro da água, tá tudo alagado, tá chovendo, mas ela não pode deixar de trabalhar porque está chovendo. Então vai, se expõe a uma doença, muitas vezes empregada doméstica, passa por dentro daquela água com esgoto, com rato, com tudo, porque tá numa área alagada. Os extremos também, moram em áreas de encosta, vamos dizer, as áreas mais vulneráveis, as áreas de encostas. Chuvas, sai, mora em área de risco, as vezes tem que sair e voltar... área de

morro, não dorme, porque está lá alerta da defesa civil que tem que sair para um abrigo, que tem que sair com suas coisas, que tem medo de sair. Eu conheço muitas pessoas assim, que diz assim, olha – tem um irmão de uma menina que trabalha aqui que ele tem 7 filhos, moram juntos, tudo numa encosta. A pessoa sai pra trabalhar, o filho fica em casa com o irmão, não sei quê. Aí você fica naquela coisa “será que chove”, vai saber você dormir com uma chuva, sem saber se você vai... veja, que carga. A gente não tem ideia do que é isso, não tem. Não tem noção do que é dormir noites naquele período de chuvas intensas.

Nas experiências vividas e relatadas por Edcleia dos Santos se torna ainda mais evidente a abordagem ambiental integral do ambiente, que considera multifatores para a composição de um “ambiente equilibrado” onde será possível uma melhor qualidade de vida (informação verbal):

A gente vive hoje – hoje não, né – desde muitos anos a gente vive o racismo ambiental. Então a galera preta, a negritude vai sendo empurrada para as vielas, para as periferias, bem longe do centro da cidade, e aí vai ocupando essas periferias, vai sendo ocupada sem nenhuma estrutura. E aí o governo se faz de cego. Porque quando a gente chegou aqui na comunidade de passarinho, que foi uma luta no morro da conceição, a luta, na época, final dos anos 80, entrando nos 90, o governo era Miguel Arraes, e aí, depois de muita caminhada, depois de enfrentar polícia, de tudo e tal, ele indicou essa terra de passarinho aqui para as famílias. Então a gente veio. A luta no morro começou porque quando chovia caía muita barreira, na época de muita barreira, as barreiras não tinham nenhuma infraestrutura de barreira, então, morria muita gente nessas barreiras, as pessoas tinham muitos filhos na época. Então, esse projeto começou daí, um projeto por habitação. Então a gente chegou aqui em Passarinho com a promessa do governo da época que ia calçar todas as ruas, que ia sanear os lotes, que ia repartir os lotes tudo direitinho e tal [...]. A gente tá em outro processo, que é um processo de ZEIS [...], para que as pessoas fiquem nessa área, né, porque as pessoas estão lá e não tem nenhum documento dizendo que aquele chão, que aquela casa é daquelas pessoas. E a gente está aí lutando, sempre conversa com Mariana, que foi advogada, o Cristovão, também, que foi outro advogado, e eles dizem que o processo tá parado, as pessoas tão aí, a gente já tá em 2020. Então as pessoas tão aí sem direito a nada. Sem saneamento básico, sem escola, sem saúde, sem lazer, e sempre que a gente faz alguma ação a gente faz também pensando nessas pessoas, porque são pessoas que tão aí lutando por uma qualidade de vida, pra um bem viver melhor da sua vida, e as pessoas tão ali naquele lugar lutando por um bem viver [...]. Então a luta que a gente faz aqui, junto com o Espaço Mulher e outras organizações parceiras é pra que essa comunidade não seja melhor nem pior, mas que a gente tenha uma qualidade de vida que a gente possa respirar [...].

Edneida Rabelo, por sua vez, aponta para uma perspectiva estrutural onde se evidencia uma teia de relações dos meios sociais, culturais, políticos, ambientais (informação verbal):

Aqui, recentemente, a gente tem duas coisas interessantes, que é a revisão do Programa Estadual de Educação Ambiental, e a criação da Política Estadual, agorinha em novembro de 2019, e aí isso dá uma força, do ponto de vista desse arcabouço legal e institucional, mas, que não é suficiente. Por quê? Porque se isso não estiver inserido nas estruturas, se a gente diz que a EA é transversal, se ela não tá inserida de uma maneira mais transversal na estratégia da própria SEMAS, e se ela não tá também de forma transversal nas estratégias da Secretaria da Educação, além de equipe, além de financiamento, ela fica letra-morta, como um conjunto de outras coisas. Então eu diria que é um critério que eu sempre olho, porque, tudo quanto é de situação desafiadora e problemática, leva a que as pessoas falem de que a educação é a saída. Mas, se você olha dentro dos orçamentos, dentro do planejamento das Secretarias, e tudo mais, como é que isso tá se dando, aí você vai ficar um pouquinho mais preocupada, no sentido de que a coisa não vai tá fluindo. Isso, sem falar, que a gente não pode imaginar a Educação ambiental como algo que tá descolado, principalmente, no seguimento da educação formal, de todas as outras problemáticas e desafios que a gente tem na educação brasileira [...]. E hoje em dia, quando a gente fala da educação não-formal, a gente tem toda uma fragilidade, porque as organizações da sociedade civil estão se vendo envoltas em um momento, assim, de muita fragilidade; do ponto de vista de recursos, que repercute nos quadros, no ponto de vista de inúmeras frentes, todas elas urgentes para dar conta, porque os absurdos que estão sendo postos para serem votados no Congresso Nacional não para de acontecer, e isso mobiliza energia. Então, tudo isso é um grande desafio, e que também vai repercutir no quadro estadual [...], todo esse processo, né, de degradação, de modelo mesmo, alimentar, que distancia, a gente come alimentos ultra processados, cheios de agrotóxicos, que depende, cada vez mais, de estender fronteiras agrícolas e, com isso, matar ecossistemas, e com isso aproximar comunidades humanas desses ecossistemas degradados, enfim, é um grande risco. Eu diria até que essa temática, da interdependência das crises, de como enxergar essa relação seres humanos e seus diversos contextos de vida é um tema que eu diria que vai ser fundante para a educação ambiental, dialogando, de uma maneira mais clara, com a vida das pessoas [...]. Então, assim, em última instância, eu estou o tempo inteiro, mesmo que eu esteja com alta tecnologia, eu estou intervindo e também estou sentindo as repercussões nos contextos em que eu estou atuando. Então, se eu tenho, dentro da área urbana, toda uma precariedade de políticas públicas habitacionais, que faz com que as pessoas passem a ocupar áreas de risco, e aí eu desmato, e aí eu recorto barreira e tudo mais, os deslizamentos vão ser, digamos, uma ameaça permanente. Então, essa relação é permanente. As políticas públicas ou por suas ausências ou por suas implementações inadequadas vai, também, intermediando essa relação. A gente tem todo um processo de intervenção, desmatamento, de uso de combustíveis fósseis de forma acelerada, eu estou, de certa forma, mudando ciclos, ao ponto de sermos vistos como verdadeiras formas geológicas. Daí toda a discussão sobre o antropoceno.

Já Giannina Cysneiro, desde sua experiência com gestão ambiental e biodiversidade, nos relata uma preocupação, advinda das mulheres, em Pernambuco, intrinsecamente interligada às questões ecológicas e de preservação de ecossistemas e territórios (informação verbal):

Como minha atuação foi muito voltada à questão de florestal, de proteção de

biodiversidade, a pauta sempre estava voltada, primeiro, na questão da regulação do clima, que era o que todo mundo e as mulheres também percebiam, que a manutenção de áreas florestadas pra regulação do clima, e outras vezes, também, a questão do território, de manter um território verde, para barrar a expansão urbana, a especulação imobiliária. E também a valorização das áreas onde elas habitam, porque acreditam, ou acreditavam que as áreas florestadas traziam algum valor a sua moradia, seja pela regulação do clima, seja pela própria presença, na questão da contemplação. Mas, ressaltando que minha atuação foi sempre na área de biodiversidade, e é em cima dela que eu estou te respondendo.

Segundo sua experiência com o ProRural, Karlone Barroca relata um pouco da realidade das mulheres rurais em relação ao acesso a incentivos voltados para as atividades econômicas das trabalhadoras rurais, bem como o acesso a recursos básicos para a sobrevivência, como a água e saneamento básico, e como estes fatores interferem na saúde da população em Parnamirim (informação verbal):

A mulher também não vendia direto na CEASA, geralmente era um espaço totalmente ocupado masculino. No máximo você tinha a mulher que ia com o marido vender na CEASA, mas, era um local altamente masculino. Eu acho que hoje ainda é assim, né? [...]. Elas viram o quanto aquilo ajudou na saúde delas, né? As crianças não iam mais fazer, não ficaram mais tão doentes, elas tinha água de boa qualidade, tinham o banheiro [...], a comunidade pediu o banheiro [...], e depois que o banheiro chegou foi que eles sentiram o quanto era importante o projeto que eles tinham pedido. Viram a questão da qualidade de vida, qualidade de saúde, como aquilo mudou, as mulheres, e as mulheres se apropriaram disso mais rapidamente. O que é outro detalhe também: eu acho que as mulheres se apropriaram disso mais rápido do que os homens, então, nessa reunião que a gente fez, tinha quase 40, 50 pessoas, a maioria mulheres, de como aquele saneamento rural tinha mudado a vida delas. Tanto a questão de trabalho, quanto a questão de saúde das crianças, todo uma percepção que ficou bem mais forte depois do projeto [...]. Então o banheiro fez essas pessoas pensarem o ambiental [...]. A gente tem um projeto muito interessante, que a gente fez até em grande quantidade no Parnamirim, que foi o do banheiro. E, assim, eu acho que faz uns 4 meses, foi o ano passado que eu tive lá, e eu fiquei emocionada. A gente juntou as mulheres, na maioria, pra conversar o que é que um banheiro, um simples banheiro... a gente agora construiu um banheiro maior, melhor, que fica fora da casa, mas, um banheiro completo. Um banheiro que é todo em cerâmica, todo organizado. E aí o depoimento foi muito emocionante, porque as mulheres começaram a falar que, a partir do momento que elas tiveram esse banheiro, teve crianças que disse “mãe, dá vontade de dormir no banheiro, que é melhor que o meu quarto”. Mas o que foi interessante, como esses banheiros ajudaram as mulheres? Primeiro a questão que o banheiro ele tem a caixa d’água, a água; a questão de não ter que tá indo buscar água no rio, porque de todo jeito, no banheiro, a gente acopla, na parede de trás, um tanque de lavar roupa. Então, não ir buscar água, isso já ajuda; a questão da saúde, diminuiu sensivelmente a questão das diarreias das crianças; então as mulheres começaram a ter mais tempo, a se cuidar; então esses banheiros interferiram muito na vida das mulheres.



Segundo Lika Souza, do coletivo Salve Maracáípe, nos conta um pouco sobre as dinâmicas de pescadores e pescadoras do rio Maracáípe, e como a questão do ambiente natural desta região é impactada por interesses econômicos, na mesma magnitude em que, esta, deveria estar sendo preservada; tanto pelos importantíssimos serviços ambientais que nos oferecem, os ambientes costeiros, como pela preservação das atividades e comunidades tradicionais da região (informação verbal):

Maracáípe é o último ponto até que o rio desague no mar, e por aqui ainda acontece a cata do siri, a cata do aratu, principalmente desenvolvidas por mulheres. Os homens quando saem pra pescar saem mais pro alto mar, e as mulheres é que dominam esse território aqui do estuário, do mangue [...]. Então acho que a nosso principal esforço aqui é atrair a atenção de geral pra importância ecológica desses ambientes ecocosteiros aqui. Principalmente agora a gente vai conseguir usar essa importância dessa discussão global quanto a crise climática e tal, né. Principalmente usando dessa Agenda, agora, climática global, porque a importância de se proteger cada estuário, cada mangue, cada coral e a gente sabe a importância disso tudo aqui. Então a gente vai tentar atrair a atenção do mundo pra cá, e vai brigar de frente com a gestão e com quem vê isso aqui só como território de exploração econômica. O turismo pode ser algo destrutivo também, se for visto só dessa forma, só por essa ótica.

Lourinalda Selva Silva nos conta, desde sua experiência no estado, como ela entende a relação entre as mulheres e o ambiente natural em Pernambuco (informação verbal):

Quando se fala sobre a questão ambiental, eu consigo ver que ainda é muito distante, sabe, a valorização dos ecossistemas, do bioma, né, eles não conseguem enxergar a riqueza que tem na Caatinga, por exemplo. Uma das coisas que eu levantei nas oficinas de fitoterápicos foi justamente a de mostrar que todo potencial de saúde e de cura e tratamento tá na Caatinga, e que a Caatinga é uma riqueza. Porque muitos anos falando que o semiárido não era um lugar bom pra viver e você fazer um trabalho pra trazer a valorização do bioma Caatinga para essas mulheres tem sido feito já, esse trabalho, mas a gente consegue perceber que muitas delas perderam o conhecimento ancestral sobre o uso das plantas da Caatinga, é uma coisa que a gente tá fazendo, resgatar esse conhecimento junto com elas. Tem algumas que conseguem reconhecer as plantas, mas não conseguem saber pra que serve ou como usa, então a gente consegue ver, a partir da minha experiência, a valorização o bioma, no caso da Caatinga, um pouco distante da realidade; elas não conseguem ver que aquilo ali é uma riqueza, sabe, que o bioma é uma riqueza [...]. Duas comunidades, a da Palha do Arroz e a do Passarinho, que a gente vê que são lideradas por mulheres e que a Casa da Mulher do Nordeste, o Centro Sabiá, eles tão bem próximos na cidade, fazendo esse movimento. E que a maioria das reivindicações delas, como elas estão na área urbana, e ao redor não tem muita biodiversidade, no Passarinho até que tinha uma mata grande e elas conseguem perceber que tá cada vez mais

desmatando e as pessoas tão construindo e tá aquecendo, né, o bairro; mas as reivindicações delas é muito em relação a isso, a escola, creche, posto de saúde, moradia, saneamento básico, que falta, então, esse tipo de reivindicação [...]. Com certeza as mulheres estão reivindicando qualidade de vida, sim. Porque você tendo uma moradia digna, você tendo educação, saúde, você vai poder criar seus filhos, né, vai ter diminuição da violência, se eles tiverem creche onde ficar elas vão poder arrumar um emprego, né? Então, com certeza tudo isso tá relacionado a qualidade de vida, sim.

Luíza Cavalcante, por sua vez, nos relata seu contexto e pontos de vista como mulher trabalhadora rural, evidenciando as injustiças ambientais sofridas no contexto da Mata Norte de Pernambuco, onde as estruturas estatais e econômicas se apropriam dos direitos, das terras, das pessoas e dos ambientes naturais (informação verbal):

A gente tem a terra, o território, como elemento fundamental, o qual tá a maioria preso na mão do latifúndio, do agronegócio. Cada dia surgem mais cercas, cada dia surgem mais cercas, grandes cercas. Ora para o gado, ora para a cana-de-açúcar e também o eucalipto. Então tá chegando, né, que dizem que um projeto que eles têm é, com a transposição do rio São Francisco, plantar cana no sertão e eucalipto na mata norte. E eles já estão experimentando, e tá dando certo, viu? E o outro recurso necessário demais é a água. A água é um outro elemento conflituoso porque a medida que eles avançam com o maquinário deles, com a tomada de terras, com o plantio de monocultivos, eles também precisam aguar. E aí os mananciais de água vão também sendo cercados e passam a receber grandes motores, né, para puxar sua água. As comunidades do entorno ficam sem água, há uma escassez de água em tempos de aguação da cana-de-açúcar. Há muita escassez. Considerando, inclusive, um outro conflito que é: o estado libera pra o agronegócio e para o latifúndio o uso de motores para irrigação, e proíbe para os pequenos agricultores o mesmo uso. Entendeu? Então é uma medida muito descabida, muito violenta. Como lidar com esse conflito? Onde quem pode tem acesso e quem não pode, quem tem pouco recurso não acessa nada. Então, como produzir sem água? Aí a agroecologia enfrenta, também, isso, aqui na mata norte. Como conviver com tamanha dificuldade? Daí que quando a Nizinga, a minha filha, ela desafia: “vamos fazer agroecologia sob condições precárias”, especialmente sem recursos hídricos, sem recursos financeiros. E aqui se tem muito disso, né, que é a ausência do hídrico, mas a agroecologia tem se desafiado a plantar água (risos). A gente vai conseguir, mas até lá não é fácil. A peleja é muito, é muito grande [...]. E dentro desse contexto todo de repressão, de ausência de condições e direitos, a gente ainda tem o outro contraponto que é o veneno, né? Todo esse processo de tomada de território, de aprisionamento de água, ele se dá também no sentido de não acessibilidade a políticas públicas que venham fortalecer a população, se dá também no sentido do veneno, né, o uso intenso de agrotóxico, é intenso, é imenso. Então, a gente tem grandes dificuldades de se manter. Eu conheço pessoas que antes eram agroecológicas e, de tanto receber o agrotóxico de seus vizinhos, resolveu botar agrotóxico no que é seu também. Infelizmente fez isso, né. Mas a pressão é muito grande, entendeu? E aí toda hora você está plantando limpo mas chega até sua plantação a sujeira do seu vizinho, a sujeira do monocultivo da cana-de-açúcar, que são os resíduos dos agrotóxicos aplicados e é muito difícil. No

meu caso é diferente porque eu tenho uma área que fica quase que isolada de vizinhos, ela tem área de reserva ao seu entorno, com apenas um vizinho. Mas é bem distante, sabe? O principal da terra, a área maior, ela tá protegida, graças graças a todos os Orixás. Então, eu tenho isso. Dá pra se sair no processo. Entretanto não tenho ainda o acesso adequado a água. Mas a gente vem trabalhando nesse sentido, de consegui-lo. Espero que a gente consiga logo. Então a gente conta com esses problemas todos, são muitos problemas, são muitos conflitos [...]. O outro elemento que existe muito é fogo, fogo que destrói. Então, o cara pra plantar cana ele põe fogo na sua área, e muitas vezes é nesse horário: o sol muito quente, ventos velozes, e o fogo escapole do controle e começa a queimar tudo no entorno. E se alastra. E isso é uma coisa que eu enfrento todos os anos, desde 2009, eu enfrento isso do fogo comer tudo, destruir tudo que eu planto. E a gente refaz, eu planto tudo de novo. Então, esse ano a gente conseguiu conter com estradas, conseguiu conter parte. Mas a metade da minha área foi queimada. Muitas outras propriedades aqui do entorno foram queimadas, áreas de reservas queimadas, tudo destruído. Então são coisas assim que não é fácil de conviver. Entendeu? Não é fácil pra agroecologia. Tem um outro elemento dentro desse contexto que é justamente os megaprojetos de desenvolvimento, ditos de desenvolvimento, na região. Então esses projetos eles chegam e causam imensos danos, né? É o polo industrial aqui na mata norte, aqui em Goiana, que tem causado situações muito muito difíceis né? Desde as questões com as mulheres, desde isso aí a violação das mulheres, e aí as crianças mulheres. As questões de água, a gente chega aqui no assentamento BU há uma devastação de muitas propriedades a partir desses projetos, dos resíduos, do lixo instalando já há algum tempo na cabeceira do rio Arataca. Tanta denúncia, tanta movimentação e não se mudou isso e isso aí foi destruindo os rios. Hoje a maioria está contaminado, dentro desse assentamento. As matas e as pessoas. Eu acompanhei isso durante um bom tempo, acompanhei diretamente, de visitação, de ajudar nas discussões, nos laudos, sabe, pra fazer a denúncia, buscar do ministério público, ou de outros órgãos, providências que de nada adiantou. E hoje existe uma grande degradação nesse lugar por conta disso. Aí a gente tem nesses lugares esta devastação. A questão da Hemobrás, a GEOP, vários empreendimentos foram feitos e a degradação com os rios, né, especialmente, com as águas tem influenciado em toda a bacia hidrográfica da mata norte, que é recebida daí, né, as fluviais vem da bacia hidrográfica do rio Goiana, que tá extremamente prejudicado por esses empreendimentos. E aí cá na frente a gente encontra as usinas de cana-de-açúcar, né, então esses mega tem prejudicado muito. Outro elemento também é as torres de energia, essas torres de transmissão de energia elétrica, que vem de longe, e passam nessa região, tem atingido de uma forma absurda porque são faixas imensas de terra, né, e que você não pode utilizar, e chega, passa, lhe tira casa, lhe tira a vegetação, compromete a vegetação, a flora e a fauna do lugar, e especialmente a fauna humana, o som dos fios, o som que eles fazem é de prejudicar muita gente. Aqui no meu território tem acontecido isso, na mata norte, com muita frequência. Atualmente eu estou aqui dentro da minha área, tem uma torre sendo elevada. Já é, assim, um choque, quando você olha aquele monstro de ferro, erguido para o céu, é uma coisa absurda. E saber que a gente vai ouvir a zoada dele, vai saber que tudo que a gente tem cuidado ali no entorno, que todo o bioma vai ser atingido, os pássaros, os répteis, tanta biodiversidade de flora e fauna que serão atingidos, né, imensuravelmente, nessa faixa toda. Isso é bem doloroso da gente olhar e da gente saber que não pode lutar contra, não pode. Eu até tentei, a gente aqui tentou. Mas disseram pra gente: “bom, se a senhora quiser insistir na briga não vai adiantar muito, porque vão passar de todo

jeito. O que vão fazer é depositar uma contribuição no juízo pra senhora referente a faixa que a gente vai usar e pronto. De todo jeito a gente vai passar aí e fazer”. E aí você, bom, vai ter que achar um acordo razoável pra não perder de tudo. E assim a gente tá tentando fazer. Inclusive a gente conseguiu que eles mudassem um pouquinho a direção da linha de transmissão pra não atingir demais a nossa área, que a gente trabalha e que a gente mora. São situações assim, que são bem conflituosas, que geram grandes danos e que é um desafio imenso pra agroecologia se firmar dentro da mata norte [...]. E digo mais [...]: cada pessoa, cada família, aqui na mata norte, que consegue viver agroecologia, ela... como é que eu digo, ela é vitoriosa, ela é muito forte. Cada pessoa dessa é muito forte. Quando a gente fala de pessoas simples, sabe? De pessoas de pequenas propriedades que vêm fazendo o processo, elas são muito guerreiras. Principalmente começando pela gente (risos), sabe? Em meio a tanta adversidade conseguir implantar um agroecossistema saudável, sustentável, não é fácil. Com todas as adversidades que a gente tem no entorno. E olha que eu só tou lembrando de algumas, no momento. Esqueço também das políticas públicas. Quando a gente fala de políticas públicas, política partidária, também perceber que a gestão pública, a maioria não conhece, nem tem interesse em desenvolver ou em se envolver. E também de, naturalmente, por consequência, de fomentar e implantar políticas que venham favorecer o desenvolvimento da agroecologia. Então isso é um desafio muito grande, um conflito muito grande que a gente enfrenta nesses territórios aqui da mata norte, que é quando o município, a gestão municipal, ela reconhece. É louvável demais quando alguma aparece que reconhece e consegue ser companheiro nesse processo. Companheiro mesmo, no sentido de acompanhar, de ver, de implementar políticas... entendesse? De fazer com que o Orçamento Público possa abraçar a causa, abraçar esse elemento da agroecologia. Então são raríssimos, e a gente até conta a dedo quais são. E é isso, são muitas dificuldades, muitos desafios, mas estamos ousando [...]. As pessoas querem viver. As pessoas querem estar em paz. As pessoas querem continuar construindo os seus horizontes, sabe? E muita gente quer poder desenvolver essa terra, poder continuar criando seus filhos, seus netos, netas, filhos e filhas, nessa terra. As pessoas tão com fome de direitos. E daí que a delicadeza é também como que a gente faz (risos). Nesse momento eu creio que o Brasil também como o mundo inteiro fica estarecido diante de tanta aberração. Estarecidos. E aí, estando estarecidos, a mente fica meio nublada, né? O que é que a gente vai pensar pra além de conseguir viver? Sobreviver a todos, re-reinventar, se reexistir diante de tanta atrocidade, de tanta... não tem palavras, né, que possa definir tamanha bestialidade. Tamanha violação da vida. Não só dos direitos humanos, mas da vida como um todo, né? É uma violação de si mesmo, né? Porque uma pessoa que reage e age como a gente tem visto e ouvido, nos últimos tempos, ela viola a si mesmo. Ela tá cuspidando pra cima, e o cuspe cai na cara dela uma hora ou outra. Não é verdade? Porque um planeta que vai ficando insustentável, quando ele cair, ele cai pra todo mundo. Cai pra todo mundo. Então, há uma bestialidade quando uma pessoa faz o que a gente tem visto, ouvido, sentido. Realmente o povo se torna estarecido. E como pensar, né? Se tá estarecido. É como, pra quem tem medo de cobra, ver uma grande cobra passando na sua frente. Vai ficar como, essa pessoa, né? Não consegue nem gritar, nem correr (risos), ela só fica ali, tremendo e esperando, de olho arregalado. Então eu só posso lhe dizer isso, nesse momento, viu? E a gente aqui faz o que a gente sempre soube fazer, a gente faz o que a gente sempre soube fazer: Reexistir. Reexistir. Acho que é isso que o povo tá fazendo, né, em toda a América Latina. Reexistir. Diante de tanta adversidade, reexistir. Não é? [...].

Aqui na mata norte, a participação da mulher começa a ser crescente. Ela era muito os homens, acho. Não, na verdade, aqui a mata norte, a agroecologia se dá mais início mesmo, com mais expressão, a partir aqui do sítio Ágatha, um movimento mais de mulheres. Mas ainda havia muitos homens. A agroecologia como um todo né? Na verdade, as mulheres ficam invisibilizadas e aparecem mais os homens. O grande contexto hoje, de enfrentamento, é esse. A reivindicação é essa visibilidade. Da participação das mulheres, de estarem mais presentes, e isso tem acontecido pau a pau [...], e o que a gente deseja é isso, que seja muito mais gente. Mas eu diria que, pra participação das mulheres, a gente quer mais condições, sabe, de estar presente. Eu creio que a principal reivindicação são meios de políticas públicas, de acessibilidade, muitas vezes as condições de com quem deixar os filhos pra tá mais participante dos processos tanto de comercialização como de intercâmbios, entendeu? Para as mulheres as reivindicações passam mais por aí mesmo, sabe? As condições de exercer, as condições. Quando as mulheres têm marido é mais autonomia, né, ou autonomia de fato pra tomar decisões, pra manter seus quintais agroecológicos funcionando. Em geral eles tomam as decisões. E são essas, as reivindicações vão passando por estas demandas, sabe? É por aí.

Segundo suas vivências como mulher e liderança indígena pernambucana, D. Maria José Martins relata como o ambiente é tido e entendido pelo povo Xukurú de Ororubá, sendo ponto central na vida e na espiritualidade de seu povo (informação verbal):

Nós tem prazer, nós indígenas, guerreiros de luta, temos prazer em preservar as nossas matas, preservar o nosso rio, pedra, tudo que há dentro do nosso território, nós preserva com prazer. E somos as primeiras, aí, a enfrentar. Coisas difíceis, nós estamos lá, enfrentando.

Para D. Maria das Águas, mulher e pescadora de água doce, o ambiente está intrínseco a ela mesma na vida, nos saberes e, até mesmo, no nome (informação verbal):

Então, vamos seguir, até quem sabe um dia podermos ser livres, ser tido como gente, e ter direitos iguais, como qualquer um outro, respeitando os defeitos de cada um e buscando as qualidades. Eu penso muito nisso. Que talvez não seja para o meu alcance, mas eu tento formar caminhos para os que tão pra vir, para os que tão pra crescer. Que possa crescer em um país mais digno, mais em paz, com direitos garantidos. É também um repúdio da minha parte ver tanto sangue derramado, por um direito que foi deixado por Deus: direito à vida, ao alimento, à água, à terra. Isso ficou pra todos nós. Mas, infelizmente, fazer o que... veremos o que faremos para que possamos mudar, né? Por isso eu conto com vocês, que estão estudando, que possam fazer um desenho diferente para este mapa que está aí pra chegar [...]. Eu não gosto dessa palavra, meio ambiente [...]. Porque é uma coisa que inventaram para abrir espaço para acabar com a outra metade. E eu gostaria que o ambiente fosse todo preservado, todo cuidado, e nós pudéssemos viver em todo o ambiente e com responsabilidade. Então eu penso em zelar de todo o ambiente. Por isso que eu não gosto dessa palavra, MEIO ambiente [...]. E dizer pra vocês, também, uma coisa muito interessante: eu me chamo

Maria das Neves, Maria das Águas passaram a me chamar por tanta luta, por tanta briga por água limpa pra todo mundo, em todo lugar, em toda cidade, em todo município, e em todo país. E de tanto brigar por água limpa acabaram por me chamar de Maria das Águas. E tem vezes que eu me confundo, vou assinar o meu nome e, quando vejo, já assinei Maria das Águas. Eu digo “meu Deus, faça isso não”. E agora, as vezes, quando eu participo das coisas... eu tive o prazer de ganhar o prêmio maior do Olegário Mariano, que ajudou a mudar a história de PE, quase que eu escrevia Maria das Águas. Aí eu disse: gente, bota aí entre aspas e coloca Maria das Neves dos Santos, e deixa Maria das Águas, porque senão não sei viver se não for dessa forma. Porque eu me sinto mulher de água, mais da metade da água, eu me sinto feliz nas águas, eu canto nas águas, eu sou feliz. Nós todos né. Mas eu tenho um assunto com água muito sério.

De acordo com D. Maria do Carmo Sobral, as mulheres, ainda, percebem e sentem o ambiente desde as funções domésticas do ambiente familiar, assim como na agricultura familiar e no exercício de promoção da educação ambiental (informação verbal):

As mulheres atuam intensamente no uso da água e energia no ambiente familiar. Externamente, na agricultura familiar e na educação /conscientização ambiental transmitida aos filhos e familiares.

Sandra Caetés, por sua vez, observa como o ambiente é importante para a garantia de serviços ambientais, cuja importância é tão significativa para as/os moradores de Caetés (informação escrita):

A resistência surge mais da necessidade de cada comunidade em usufruir dos bens ambientais que lhes são favoráveis. Como o que aconteceu em Caetés, o mesmo foi na Colônia de pescadores, no Porto Jatobá. Para a população de Caetés o aterro seria um desastre na qualidade de vida e, para a Colônia, seria a luta pela preservação do Rio Timbó que é veículo de sobrevivência daqueles pescadores. O meio ambiente ganha pela luta e a população enriquece os meios de relação com esse bem.

Para Terezinha Filha, por fim, o ambiente está, intrinsecamente, inserido no cotidiano das mulheres; e reverbera, primeiramente, nas questões relacionadas ao acesso e qualidade dos recursos ambientais essenciais, como a água (informação verbal):

Primeiro porque elas são as primeiras a serem impactadas, há uma diferença muito grande, né. Se faltar água, a mulher corre o dia inteiro pra juntar água, pra poder dar conta de todo o processo do pescado, dos filhos, da casa, então, ela é muito mais impactada nessa relação de administração e cuidado com todos, né? Que infelizmente é colocado de forma injusta sobre responsabilidade da mulher.

A partir da minha experiência com as interlocutoras e a partir das análises de homologias e distinções nos distintos discursos, observo, para este tópico, os levantamentos no **Quadro 2**:

**Quadro 2 – Como o ambiente está inserido no cotidiano e pautas de lutas das mulheres?**

**Como o ambiente está inserido no cotidiano e pautas de lutas das mulheres?**

Nos recursos naturais básicos para manutenção do núcleo familiar  
 Na infraestrutura local de uma maneira geral (educação, saúde, saneamento, lazer)  
 Com demandas específicas e emergenciais, mais precisamente no caso das áreas de risco  
 Como fator crucial para uma boa qualidade de vida  
 Relação desigual quanto ao acesso aos recursos e a distribuição das consequências ambientais  
 Habitação digna e de qualidade  
 Na fragilidade (falta de orçamento público) da educação na promoção de uma visão mais ampla, crítica e socialmente justa do ambiente  
 Objeto no processo de intervenção antrópica, que vem mudando ciclos e dinâmicas socioecológicas  
 Como fator influente na manutenção do clima e, conseqüentemente, da qualidade de vida local  
 Como objeto de contemplação  
 O equilíbrio ecológico local como ponto fundamental para a qualidade da saúde da comunidade  
 Com difícil acesso, seja por privatização ou pela exigência de percorrer longas distâncias  
 Como fonte principal de sustento, de segurança alimentar e renda  
 Na necessidade de instâncias de participação e tomada de decisão na gestão dos territórios

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observando este conjunto de relatos é possível perceber que o ambiente está sempre presente, sob distintas formas, na vida política e nas reivindicações das mulheres, em Pernambuco; considerando uma ampla gama de relações com o ambiente local, cujo ponto de diálogo se dá a partir da garantia de uma boa qualidade de vida para suas famílias e para a população em geral.

É importantíssimo considerar o contexto de cada vivência, e projetar a imensidão, deste, se pensamos em todas as pessoas que habitam, vivem e experienciam o estado Pernambuco. Neste sentido, e desde o meu ponto de vista, o ambiente é pauta central das reivindicações das mulheres, no estado, sendo, entretanto, a própria noção de ambiente, muito ampla.

No ambiente urbano, por exemplo, as questões de moradia segura e digna, acesso a infraestruturas mínimas de saneamento e a um ambiente equilibrado para viver - onde se considere a cultura, a educação, a saúde, o trabalho e o bem-estar -, está diretamente relacionada ao ambiente onde se inserem as pessoas que as reivindicam. No ambiente rural, entretanto, se sobressaem os conflitos contra agrotóxicos, queimadas, destruição dos ecossistemas, negação de direitos essenciais à população rural e às trabalhadoras rurais,

violências estatais e privadas em nome da exploração econômica ambiental e afins. Já nos ambientes costeiros, as consequências do turismo desenfreado e da má gestão, reverberando de tantas maneiras quanto vidas.

Com isso podemos observar como as dinâmicas sociais, em Pernambuco, são definidas pelo tipo de dinâmicas ambientais locais e vice-versa. Como dinâmicas sociais podemos imaginar desde atividades econômicas de base e de grande escala, como as relações com o sagrado e com a própria epistemologia e filosofia de vida, como evidenciado pelos povos originários, que percebem o ambiente de maneira intrínseca a estes mesmos.

Pensar sobre esta perspectiva é considerar a complexa teia de relações que representa a relação sociedade-ambiente, e conecta, em infinitos caminhos e desdobramentos, os meios políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, à nível local como bem defende Gebara (1997).

Mais do que reconhecer a diversidade de formas de nos relacionar com o ambiente, ainda é possível observar como o ambiente está inserido e organizado em uma teia de relações de poder, onde os grupos mais vulneráveis são os mais expostos às injustiças ambientais; enquanto as estruturas de poder, privado e público, exercem de plenos direitos de vida e morte sobre o ambiente natural (considerando as pessoas como parte, também, deste ambiente), em função de interesses econômicos.

Neste sentido o contexto de Pernambuco também se interliga com um contexto mais amplo, à nível continental, onde o neoextrativismo é operante e protagonista nas relações sociedade-ambiente (ACOSTA, 2016).

Malerba (2010) chama atenção a como o discurso hegemônico sobre os contextos ambientais apontam para um contexto global e invisibiliza o contexto local, além de propor uma visão limitante, do ambiente, em que se considera um padrão fixo de biodiversidade e dinâmicas ambientais, que se distingue somente em relação a algumas características - como o tipo de bioma, dentro de um todo indiferenciado, compostos por florestas, rios, mares, fauna e afins. Entretanto, o ambiente, a partir das características quanto a sua biodiversidade e especificidades, vai estar em constante modificação em relação às influências sociais, econômicas, políticas e culturais, que vão estar em constante relação com o ambiente local. E



assim como as relações político-sociais não são estáticas, nem padrões, dentro do estado, as dinâmicas socioambientais e a própria percepção do ambiente também não obedeceram a um padrão pré-determinado (MALERBA, 2010; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Sendo assim, é pertinente levar em conta como a sociedade humana interfere no ambiente, da mesma forma que as características do ambiente local vão determinar certas dinâmicas sociais e socioambientais (MALERBA, 2010; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

A biodiversidade e o ambiente serão percebidos, então, de formas distintas, de acordo com as especificidades culturais e sociais de cada povo: as concepções da valorização dos rios, ecossistemas, animais, florestas, etc, serão distintas, por exemplo, entre comunidades tradicionais, povos originários, esferas de poder econômico privado e público, comunidades urbanas, rurais, populações de mulheres, homens, pessoas não-binárias, enfim, considerando a ampla gama de diversidade de formas de experienciar e produzir os conhecimentos, as vidas e os ambientes (GEBARA, 1997; MALERBA, 2010).

Outro ponto importante de ressaltar é que as reivindicações por melhor qualidade de vida e direito de acessos a seus ambientes, se dão a partir de comunidades e grupos periféricos que sentem, de forma mais intensa e direta, os danos ambientais que o discurso hegemônico propaga como um conjunto de consequências ao qual todos nós estamos sujeitos. Entretanto, como já mencionado por aqui, as injustiças ambientais e a má distribuição dos recursos da natureza se dão de forma unilateral às populações e grupos mais vulneráveis e invisibilizados, como também observado por Malerba (2010).

Desta forma, é imprescindível que tenhamos em mente esta diversidade de visões e formas de experienciar a vida e o ambiente, para que seja possível olhar o contexto socioambiental de Pernambuco de forma ampla e, sobretudo, integrada.

Esta percepção se mostra importante não só para uma visualização o mais próxima possível das realidades pernambucanas, como para fundamentar os desdobramentos desta abordagem, no que se refere à construção dos saberes, à promoção de políticas públicas e à criação de estratégias que visem promover a equidade social e socioambiental no estado, considerando o ambiente e a própria sociedade como fatores que co-evoluem em constante e mútua influência. Pensar o ambiente e a sociedade exige formas complexas de pensamento e abordagens, porém,

podemos considerar, esta percepção ampla das realidades, um passo inicial pertinente para o entendimento das dinâmicas socioambientais em Pernambuco.

#### 5.4.2 Como as mulheres sofrem os contextos socioambientais

Nesta seção busco organizar as informações, disponibilizadas pelas interlocutoras, no que se refere a como as mulheres percebem e sentem os contextos socioambientais do estado. Percebemos, na seção anterior, que o ambiente se dá, e é sentido e reivindicado, de formas distintas, em relação ao contexto e vivência de cada local e grupo de intersecção. O mesmo se dá com a percepção das injustiças ambientais (que dialogam, direta e intrinsecamente, com os outros tipos de injustiças).

Neste sentido, Cynthia Suassuna pontua, desde o seu campo de análise, como as mulheres sofrem as injustiças ambientais e como estas injustiças estão intrinsecamente interligadas com as questões sociais de segurança própria e de seu núcleo familiar (informação verbal):

A gente tem, hoje, não sei esse número exato, mas assim, é mais de 70% dos domicílios são liderados por mulheres [...]. Existe uma predominância de mulheres, porque, a mulher é cuidadora, ela é quem cuida dos filhos, quem cuida dos idosos, é quem cuida da casa, faz a comida, quem lava roupa, veja, na nossa cultura, ela ainda tem muito esse papel. E como ela, muitas vezes, é sozinha, fica com os filhos abandonada, o homem vai embora, arranja outra, não sei o que, ela que tem que cuidar dos filhos, cuidar da casa, cuidar da comida, lavar roupa, cuidar dos idosos, tudo isso, e trabalhar pra manter a casa. Então veja, por si só essa mulher ela é uma gestora, inclusive, reconhecida pela ONU como uma gestora. Ela é uma gestora do meio ambiente, porque a mulher economiza água, economiza comida, a mulher tem essa noção de sobrevivência e de cuidado porque ela sabe que tem que fazer comida pra aqueles filhos, que tem alimentar, e ela vai aproveitar tudo que tem, não vai jogar comida fora, não vai desperdiçar, então, assim, ela é gestora. Ela cuida porque ela já tem, ela se preocupa com ela, com os filhos, com os pais, ela quem cuida. Sendo cuidadora das pessoas, ela é cuidadora do meio ambiente. Isso tem documentação na ONU, muitas, muitas sobre isso [...]. Então sair de casa pra trabalhar, e muitas vezes deixar seus filhos expostos, sozinhos dentro de casa, cuidados por um irmão mais velho, muitas vezes, sai de casa e quando volta a violência doméstica, a violência externa, as mulheres que vão buscar água, por exemplo, longe de fontes de não sei quantos km lá no sertão que às vezes vão buscar água, que são estupradas, violentadas, assim, elas têm tanto um potencial maravilhoso como também são mais frágeis às mudanças climáticas. Então, a questão de água, abastecimento de água, mulher às vezes não dorme esperando chegar a água, que vai chegar de madrugada, que ela tem que colher a água pra deixar em casa, então não dorme. Eu conheço uma menina, que trabalhou na casa da minha mãe, que ela dizia: eu hoje acordei de 3h da manhã, porque na

minha casa só chega água de madrugada, e eu tive que colher a água. Aí depois que ela colheu a água, vai trabalhar. Então assim, é muito complicado.

Edcleia dos Santos, por sua vez, demonstra como a relação local com o ambiente se dá a partir do reconhecimento das dinâmicas socioambientais de maneira ampla, e das demandas que se mostram específicas da comunidade local, mesmo que pertença, também, a uma realidade mais ampla (informação verbal):

Então o Passarinho tem uma boa quantidade de gente e a questão de saúde e educação, dentro de Passarinho, é escasso, né, pra população. Muitas crianças estão fora da escola, muitas crianças, se termina o antigo fundamental tem que sair da comunidade, porque não tem escola de segundo grau, e aí vai pra outra comunidade. Sem falar também na saúde, que a saúde aqui é bem precária, então, a gente tem o Passarinho baixo, que é onde eu moro, mas também tem o Passarinho Alto, onde tem o posto de saúde, mas também que tem uma falta grande de profissionais, de medicação, e a gente aqui, as mulheres, não tem uma ginecologista, não tem um dentista, só tem, no posto só tem uma enfermeira chefe, um médico que é um clínico geral, uma enfermeira que dá vacina nas crianças e pronto. A saúde da mulher é feita pela enfermeira chefe, do posto, e só isso. E aí tem várias demandas pra esse posto, que a gente tá lutando pra fazer um posto maior dentro da comunidade. Fora isso a gente tem a questão da água, a questão do lixo, que passa todos os dias, mas você encontra lixo na comunidade; a questão da água, a gente tem água uma vez por semana, de 5 em 5 dias é que essa água chega na comunidade. Então você observa que a questão de doença é frequente dentro da comunidade, e isso é a resistência que a gente faz junto com nossas parceiras e o grupo Espaço Mulher e os moradores e moradoras da comunidade.

Edneida Rabelo, desde sua experiência na gestão pública, nos relata um pouco das dificuldades de inserção das mulheres nos processos de gestão ambiental dos territórios, bem como sobre a abordagem dada desde as vozes que predominam nessas instâncias, que se embasa em uma visão pouco ampla e aberta à diversidade de realidades socioambientais (informação verbal):

E aí eu acho que a gente tem uma coisa que também é pra ser provocada na maneira de trabalhar a gestão ambiental, quando você tem toda uma grita das mulheres, principalmente, quando você diz: “olha, você vai lá e as mesas estão formadas, basicamente, por homens. Não haveria nenhuma mulher para versar sobre aquele tema?”. Então quando a gente discute proporcionalidade de participação fica parecendo até implicância, mas ela tem uma razão de ser. Mas não basta garantir “olha, vai ser metade e metade...”, se eu não tenho também todo o processo que dê sustentação a isso não vai adiantar muito [...]. Então, pra que uma mulher saia de um sítio, por exemplo, para participar de uma reunião importante pra discutir o tema da água, por exemplo, na caatinga, se ela tem filhos pequenos, se ela tem

uma atividade econômica mais específica, ela precisa ter uma retaguarda. O trabalho doméstico é algo ainda extremamente associado e colocado pendurado como responsabilidade da mulher e isso dificulta essa participação. A gente pode lembrar, por exemplo, o quanto demorou para que houvesse o direito de voto das mulheres. Então, é uma construção que não tem, digamos, um fim, “agora tá tudo equilibrado e a gente efetivamente pode dizer que temos condições igualitárias de participação”. Por outro lado, é muito interessante porque, como são seções muito próprias, né, não ter esse olhar deixa esses espaços, esses momentos, estas institucionalidades, marcadas por uma perspectiva única e dominante. Uma voz muito masculina, de uma maneira de enxergar e atuar bastante masculina, e muito centrada em elementos que não são simples de desconstruir, como a questão da competitividade, da tecnocracia, com um olhar muito pragmático e pouca paciência para um exercício mais sistêmico e de articulação.

Também Giannina Cysneiro, desde seu campo de atuação, como as mulheres sentem as consequências advindas dos desequilíbrios ambientais locais (informação verbal):

Eu acredito, apesar de não ter pensado muito sobre isso, mas o pouco que eu me lembro, que já faz um tempo que eu estou afastada disso, tinha muito presente, a questão, quando havia desmatamento, do aumento de vetores, aumento de insetos, aumento de animais peçonhentos, e aí isso sempre dava medo porque poderia prejudicar ou trazer consequências pra vida das pessoas que habitavam as redondezas.

Karlone Barroca, cuja experiência na gestão pública é enfocada na população rural, nos mostra algumas das dificuldades da participação das mulheres trabalhadoras em estruturas onde sua participação foi, historicamente, negada (informação verbal):

Antes de entrar no ProRural, eu passei 2 anos na CEASA [...], e foi muito interessante, porque eu era mulher e, num mundo totalmente masculino, que só tinha 5% de mulher na CEASA. Fui até ameaçada, na época, e tudo. Porque o agricultor familiar ele entregava aos atravessadores, e a gente conseguiu quebrar essa lógica, então, só pra você ver como o papel feminino a gente rompe barreiras [...]. Vi também que o agricultor familiar, a mulher também não vendia direto na CEASA, geralmente era um espaço totalmente ocupado masculino. No máximo você tinha a mulher que ia com o marido vender na CEASA, mas, era um local altamente masculino. Eu acho que hoje ainda é assim, né? [...]. Mas eu ainda acho que é muito lento, essa questão do ambiental e o feminino, ele tá criando ainda um espaço, mas ele ainda não está legitimado. O lugar de fala das mulheres e do ambiental, ele tá aparecendo muito, mas na prática eu acho que ainda não é bem isso, eu acho que tem muito a que se vencer. Principalmente o ambiental. Eu acho que a questão das mulheres nesse meio ela até aumentou muito, acho que as mulheres vêm dando um grito de liberdade, a questão da violência também, que é uma questão muito séria no meio rural, não é muito fácil. É difícil. Então, assim, a gente tem que ter muito cuidado com isso. Porque tem uma violência, aí não é fácil você dizer pra uma mulher: “ah, deixe o marido e vá seguir”, ela vai viver de que? Então são uns contextos bem contraditórios.

Lika Souza, representante do coletivo Salve Maracáípe, nos conta como a dimensão ambiental e as injustiças ambientais impactam a vidas das mulheres no contexto de Maracáípe, e como estes contextos estão, intrinsecamente, relacionados às dinâmicas, consequências e injustiças sociais na região (informação verbal):

A praia de Maracáípe fica orientada no Complexo Ambiental de Ipojuca, Litoral Sul de Pernambuco, né? Que apesar de possuir a maior extensão territorial do litoral e apesar de possuir a segunda maior economia do estado, é um município com maior desigualdade social também. Isso porque, é fruto desse desenvolvimento desordenado, desse crescimento desordenado. É um local visto, puramente, como um local para a exploração econômica. Então, a gente vê essa questão da desigualdade, aqui, muito gritante, né? Bom, de acordo com o IBGE, dados divulgados agora em 2019, Ipojuca lidera o Ranking com a maior taxa de desemprego do país. E houve uma redução de cerca de 98,6% no número de ofertas de emprego. Desde de 2013 pra cá, né? Então esse cenário está completamente ligado ao cenário ambiental, ao tipo de empreendimento que tá sendo desenvolvido por aqui, com esse discurso que vai gerar emprego e renda, e o que a gente tem observado é uma completa degradação ambiental, a chegada de subempregos, que não garantem a transformação da realidade de ninguém, muito menos das mulheres, então, o que a gente vê acontecendo é que as mulheres que antes trabalhavam direto com a natureza, que muitas ainda trabalham, vão perdendo estes espaços e ficam com a promessa de novos empregos e oportunidades. E o que resta são os subempregos nos hotéis, empregos de faxineira, camareira, esse tipo de coisa; o que acaba colocando estas mulheres, por muito tempo, muito distante das suas famílias e filhos. Que acabam por ficar sozinhas durante boa parte do dia e enfim, gera uma série de problemas, crianças sozinhas nas ruas. É um local que já sofre também com a questão da chegada do tráfico nos últimos anos, que influencia, principalmente, os mais jovens. É aí que muitos deles têm a oportunidade de receber o primeiro dinheiro e colocar no bolso, e aí causa essa série de preocupação que tá diretamente ligada ao descaso ambiental do lugar. A gente sabe que hoje cerca de 200 mulheres ainda vivem disso, da cata do aratu, do siri, no manguezal aqui de Maracáípe, e em contrapartida, não há a mínima estrutura pra garantir a sobrevivência, a continuidade dessa atividade econômica, nem no sentido da preservação ambiental, porque não há um levantamento, sobre números, não tem uma estimativa sobre quanto é retirado do ambiente, como é que tá a questão da sobrepesca destas espécies, como é que tá a questão reprodutiva destas espécies, do ambiente, se o ambiente tem suportado, e nem a parte, minimamente, de se ter estrutura onde elas possam conseguir armazenar e com isso, e até beneficiar pra conseguir um maior retorno econômico com esse produto. Então elas acabam ficando à mercê de comercializar no pequeno mercado local, mesmo, diretamente para restaurantes e bares, e aí, por não ter onde armazenar, tem que comercializar rápido, pegar e comercializar fresco, e acaba não tendo o retorno econômico que poderia ter. Então, a gente ainda observa muito essa problemática toda aqui, sabe? Essa junção do descaso com o meio ambiente, o tipo de licença que é dada por aqui pra construir, pra construção, né? Em área de praia, em área de restinga, de mangue. Empreendimentos que acabam por não trazer contrapartida, como justificam que trazem, e o que a

gente vê é a transformação da realidade, sobretudo, de mulheres, que viviam perto dos seus filhos, viviam da pesca artesanal, da cata do marisco, aratu, do siri, com os seus filhos por perto, porque, geralmente, o trabalho é feito em família. E é isso que, em pleno 2020, ainda vemos em Maracáipe e Porto de Galinhas, essa triste realidade. E aí sem contar que esse cenário caótico se agravou ainda mais com o crime ambiental do petróleo, que atingiu as praias do NE no último semestre de 2019, ano passado, causando um grande impacto econômico, principalmente, às comunidades pesqueiras. Sendo, as marisqueiras, um dos grupos mais afetados. Além disso, cerca de 40% da economia do município provém disso, do setor turístico, e no último ano chegou a empregar mais de 21 mil trabalhadores. Só que com esse cenário de decadência de emprego, de crise do petróleo [...], as marisqueiras de Maracáipe, que têm sua atividade econômica estritamente relacionada ao setor turístico, uma vez que esse é o atual consumidor de marisco pescado, estão sem alternativas para garantir sua fonte de renda. Conseqüentemente, não existe possibilidade de garantia de segurança alimentar, pra esse grupo, uma vez que as atividades de coleta de marisco estavam, né, limitadas, todo esse tempo, tão retomando agora pouco devida à necessidade de distanciamento social, e aí tornando mais de 200 famílias, lideradas por mulheres marisqueiras e seus familiares, enfim, ainda bastante vulnerável. É este o cenário por aqui.

Lourinalda Selva Silva pontua como o ambiente está intrínseco às primeiras necessidades das comunidades tradicionais pesqueiras, em Pernambuco, e como a vulnerabilidade desse ambiente também se interliga com a vulnerabilidade dos povos tradicionais pesqueiros (informação verbal):

Os ecossistemas são realmente importantes para a preservação e conservação dos saberes e dos povos porque são através da natureza, desse convívio com a natureza, que eles vão manter as suas tradições, sua qualidade de vida e seu modo de vida; e isso vai continuar sendo perpetuado por toda uma geração, como já vem, e também um exemplo disso, como aconteceu com o derramamento de petróleo bruto, né, na área pesqueira de Itapuama, nas praias de Carneiros, a gente pode perceber que foi muito prejudicial para os povos das águas, que sobrevivem da pesca artesanal, que comercializam seus produtos pra comprar outras coisas através da sua pesca, e a gente sabe que no NE 70% do pescado é de origem artesanal, então é só pra gente ter uma ideia do impacto que qualquer modificação num ecossistema desse pode causar pra um povo desse, tradicional. Então, a gente percebe que os pescadores e as marisqueiras já vivem há muitos anos fazendo essa pesca artesanal, que é o trabalho deles, de subsistência e o excedente eles comercializam, e que as políticas negligenciam, né, elas fazem vista grossa. É como se os povos das águas não existissem, né. Inclusive poluindo o rio, jogando dejetos no rio diariamente. Se a gente fosse fazer uma comparação com o derramamento do petróleo, que é de origem orgânica né, em relação a todos os dejetos que são jogados diariamente sem tratar no mar e no estuário, nesses ecossistemas, já teve uma perda de biodiversidade absurda pela contaminação. Então, quanto mais dejetos se joga, menos biodiversidade a gente tem. Então a gente consegue ter o entendimento que a preservação e conservação desses ecossistemas, o povo da cidade que come e se alimenta de peixe, ele também não tem consciência de que se não tiver um modo

sustentável de tratar esses dejetos, daqui a uns dias as espécies de peixes também vão desaparecer desses estuários, porque são jogados diretamente nos estuários. E o que é que o pescador e a marisqueira vai fazer quando todos esses animais estiverem extintos? Eles vão viver de que? Então, a gente consegue perceber, nesse exemplo que eu tou dando, a importância da preservação e conservação desses biomas, dessa agrobiodiversidade, desses ecossistemas, que não é só sustentar os povos que vivem nele, mas muitos desses povos alimentam a cidade também, e as pessoas não têm consciência disso [...]. A gente vê que precisaria de uma creche, né, para as mulheres trabalharem lá, as marisqueiras; tem a questão da escola, tem a questão da infraestrutura do posto; então muitas coisas que elas poderiam tá reivindicando, mas elas não conseguem se ver nesse processo porque eram mulheres que viviam em sítios, né, próximos de seus estuários de pesca, e agora estão numa área urbana, então elas ainda estão tentando compreender que lugar é esse, né. E também elas têm outras demandas, nesse lugar, que elas não tinham lá quando moravam no território. Como, por ex, comprar gás, elas não precisavam comprar gás, elas tinham o forno à lenha, e isso tudo dificulta a vida delas em vários aspectos, né? Porque não pode construir fogão à lenha porque a casa é colada com outra pessoa e que o fogo vai todo pra lá, e no sítio não tinha isso, né. Então elas ainda estão nesse processo de adaptação, então tem uma demanda pessoal delas de adaptação, que elas às vezes não consegue se ver nesse processo de adaptação e enfrentamento, né, e de resistência em relação aos direitos delas. E à voz, né, também, ter voz.

Luíza Cavalcante, desde o Sítio Ágatha, nos relata um pouco da realidade das trabalhadoras e trabalhadores rurais da Mata Norte, onde o contexto industrial e de monocultivo influencia, diretamente, nos direitos básicos dessa população (informação verbal):

Oh, mulher, repressão é sempre a mesma coisa em todo e qualquer lugar. Em um grau maior, menor, mas saber que chega pessoas armadas, ou com papéis na mão com poder de estado, com poder de decisão, pra te tirar o direito, te tirar o que tu construiu, te dizer que o território não te pertence, ou que é isso, é aquilo, e que eles são donos, isso é ruim em todo e qualquer lugar, né? Então, aqui na mata norte, foi muito recorrente as lutas por terra e os enfrentamentos, e o tamanho da repressão, né? A polícia, os capangas, carros, armas, cachorro, cavalo, helicóptero, geralmente é todo esse aparato, né? Bombas de gás, muita pancada, prisões. A gente já passou isso, eu já passei, diretamente, na pele, tudo isso. Até a prisão. E sei o quanto é ruim, o quanto dói, e em todo e qualquer lugar, não só na mata norte, quando isso tá acontecendo é algo que nos dói muito, nos fere muito. É algo muito difícil, muito difícil. Hoje eu posso afirmar com muita tranquilidade, eu posso afirmar com muita força, com muita certeza, o quanto que repressão dói, o quanto que isso fere, o quanto que isso é ruim, porque eu tenho descendente muito direta dos povos que foram sequestrados em África, né, pra trabalhar aqui na monocultura da cana-de-açúcar. Meus bisavôs passaram por isso. Meus bisavôs maternos. Eles foram escravizados nas terras vizinhas aqui de onde eu moro hoje. Então, dores, sentimentos que eu tinha, visões, os ouvir que eu tinha, hoje eu compreendo exatamente. Então quando a gente fala de repressão, isso é uma coisa que tá cravada na alma, na pele, na ancestralidade. Então é difícil, e é difícil pra gente falar, fácil da gente compreender o que é. E na mata norte as pessoas tem medo de ousar. Pra tu

ter uma ideia, a gente chegou há 23 anos, na região, com o acampamento, muita gente no entorno tinha um quintalzinho e não plantava nada. Por quê? Porque a gente tem medo do usineiro, porque a gente planta e eles destrói, planta, eles destroem. Pra avançar com a cana, que muitas vezes tá na porta da cozinha, ou, às vezes, até impedir as pessoas de abrirem a porta da cozinha, porque ia passar só no meio do canavial. E as pessoas, muitas, deixaram de medo a medida em que foram vendo o acampamento crescer, vieram ser mão-de-obra... quando o assentamento se fez essa realidade mudou bastante aqui na região. Hoje, onde você passa tem alguém plantando o seu quintalzinho, seu jardim, plantando comida. Então é uma expansão e expressão, um espelhar-se na luta da gente aqui. Embora tenha sido tão dolorosa, tão dramática [...]. Nos últimos tempos, nesses últimos cinco anos, especialmente, tem sido menor a, eu diria, no meu entorno direto, esse conflito direto, do corpo-a-corpo, sabe? Porque aí as cercas do latifúndio subiram e as pessoas ficaram com medo de avançar, de ir em busca da terra, pra trabalhar, pra viver dela, né, mas tem um elemento bem, assim, eu tou aqui falando, e no horizonte em frente tem o presídio. Ele está aqui há uns 6km, 8km no máximo, aqui de mim, um presídio, o presídio de Três Ladeiras e Araçoiaba. Ele tá aqui bem diante. E isso é uma repressão. Isso é uma intimidação direta que as pessoas têm sentido aqui no entorno [...]. Então falar de repressão é bem doloroso. Diria que é sinistro para mim, reviver tudo isso, desde as minhas memórias de ancestralidade aos dias atuais. Viver na pele, sentir na pele, sentir na alma, sentir nas vísceras, sentir nas costas, sentir no lombo, como se diz. As dores. *(pausa antes de acabar o áudio)*.

D. Maria José Martins, liderança Xukuru, mais uma vez nos demonstra como as mulheres Xukurus estão, intrinsecamente, interligadas ao ambiente natural local (informação verbal):

As mulheres indígenas são as primeiras da frente na luta pra tudo. Pra resolver tudo o que falta, dentro de uma luta, nós iremos buscar onde tiver e resolvemos esse problema, que somos mulheres guerreiras, mulher de força, que acredita nas Forças Encantadas, que acreditamos na força de nossos Antepassados. Então nós resolve tudo e joga essa luta pra frente, pra nós vencer com a nossa força e com os poder poderoso de Deus. Nós, mulheres Xukurus, temos um papel muito importante dentro da luta do povo, em tudo, em tudo: pra resolver situações difíceis, pra resolver problemas dentro da nossa tribo, pedimos aos Orixás Sagrados pra que nos dê abertura e vamos buscar, com fé em Deus, onde tiver, e resolvemos. Porque somos mulheres fortes e guerreiras dentro dessa luta. Muito importante a nossa participação dentro da luta de Povo Xukuru. Eu sou Maria José Martins, como eu disse a você, eu sou uma futura Pajé, o Pajé tem 80 e poucos anos e me convidou, eu, como irmã dele, me convidou pra assumir o lugar dele pra quando ele se passar pra o outro mundo, eu assumir o lugar dele. Então, hoje, eu sou uma sucessora do Pajé. Substituo. Onde ele não tá, lá eu estou, substituindo ele. É nas pajelanças, é nas oração, é nos ritual, onde ele não está eu estou lá, resolvendo tudo isso, pra ele, junto aos Encantados de Luz, junto às Forças Encantadas. E eu tenho orgulho por isso, porque vivo junto, vivo dentro das Matas Sagradas, junto às Forças Encantadas de Luz.



D. Maria das Águas, por sua vez, evidencia como as injustiças ambientais sentidas, cotidianamente, pelos pescadores e pescadores de água doce, afetam e desrespeitam, diretamente, as subjetividades destes povos (informação verbal):

A minha vivência como mulher pescadora foi muito difícil, porque eu não me via como liderança nos contextos sociais e ambientais de PE. Eu sentia uma grande necessidade que todos nos vissem e aceitassem com respeito, como sujeito digno de ser cidadão no seu habitat natural, com direito de ir e vir, trabalhar e se manter com o suor do seu rosto, sem ter que ser massa de manobra e que fossemos tratados sem indiferença por conta do pano, ou da classe ou da cor da pele. Ou a moda que estivesse usando. E sim, apenas como ser humano, com defeitos e qualidades, como qualquer um outro.

Desde sua experiência, também, D. Maria do Carmo Sobral levanta a questão do trabalho e das desigualdades sociais sofridas neste ambiente (informação verbal):

As mulheres sofrem as injustiças por receberam salários menores que os homens e muitas atividades serem ainda restritas ao sexo masculino como por exemplo a construção civil.

Também Sandra Caetés relata a relação de interdependência entre as comunidades locais e tradicionais e o ambiente natural local (informação escrita):

A resistência surge mais da necessidade de cada comunidade em usufruir dos bens ambientais que lhes são favoráveis. Como o que aconteceu em Caetés, o mesmo foi na Colônia de pescadores, no Porto Jatobá. Para a população de Caetés o aterro seria um desastre na qualidade de vida e, para a Colônia, seria a luta pela preservação do Rio Timbó que é veículo de sobrevivência daqueles pescadores. O meio ambiente ganha pela luta e a população enriquece os meios de relação com esse bem.

Visibilizando o contexto tradicional da Ilha de Deus, Terezinha Filha também nos traz como a comunidade sofre no que se refere à preservação do ambiente e a permanência da própria comunidade que existe e co-existe, com este ambiente, há mais cem anos (informação verbal):

Os conflitos socioambientais da ilha, é principalmente na questão da regularização do território. Inicialmente havia um enfrentamento muito grande por conta desses interesses, de ocupar esse espaço. Vejo, uma área nobre, né, de uma certa forma, porque é próxima do centro, o formato, a geografia desse lugar, também faz com que todos os olhos se voltem pra esse lugar. Então eu sempre ouvi muita discussão no sentido de tirar a comunidade daqui. E foi toda uma luta, organização e resistência pra que a

comunidade continuasse nesse lugar. E a partir daí veio o processo de urbanização, mas ainda há, dentro desses conflitos, a luta pela questão da poluição dos rios, dessa Política das Águas que não acontece, que deveria acontecer em todo o estado. Aliás, não só no estado, mas no mundo. Que iria beneficiar não só as comunidades tradicionais, mas toda a sociedade, né. E essa questão da garantia dos territórios. Porque a grande maioria dos territórios tradicionais pesqueiros são áreas de marinha, e há esse embate sobre a posse. E esse embate faz com que ocorra essa “fragilidade”, porque enquanto se tem consciência e organização política, essa fragilidade diminui bastante. Mas acho que as águas e a própria garantia do território são as questões mais emblemáticas, hoje em dia. Inclusive, a gente fala da Ilha, mas não é só pra a Ilha, né, é nos diversos territórios tradicionais, né, há muita especulação, muito interesses empresariais, políticos e partidários para a desapropriação desses lugares. E pra isso, há uma relação de comunicação com esses territórios, no sentido de propagar a ideia de que esses territórios são territórios de coitadinhos, negando todo o potencial que faz movimentar toda a economia da cidade, né? A Ilha de Deus, por exemplo, dentro da pesquisa que a gente fez, anualmente, ela movimenta uma economia de 2 milhões de reais, aproximadamente. Então a gente não tá falando de uma economia bestinha, né, a gente tá falando de um processo, de uma dinâmica tradicional, que contribui, diretamente, na economia do estado [...]. Primeiro porque elas são as primeiras a serem impactadas, há uma diferença muito grande, né. Se faltar água, a mulher corre o dia inteiro pra juntar água, pra poder dar conta de todo o processo do pescado, dos filhos, da casa, então, ela é muito mais impactada nessa relação de administração e cuidado com todos, né? Que infelizmente é colocado de forma injusta sobre responsabilidade da mulher. E aí essa relação de organização e luta das mulheres é uma coisa que perdura até hoje.

A partir destes relatos, e das análises de homologias e distinções nos distintos discursos, observo, para este tópico, os levantamentos no **Quadro 3**:

O **Quadro 3** resume pontos que pude observar nos discursos das interlocutoras, e aponta a distintas percepções sobre as injustiças socioambientais, considerando os problemas ambientais diretos, e uma ampla e complexa rede de desdobramentos que promovem, ainda mais, as desigualdades sociais e socioambientais em Pernambuco.

As especificidades aqui relatadas indicam, ainda, um contexto muito mais complexo de dinâmicas e relações entre as diversas realidades vividas no estado, se pensamos esta complexidade a partir das muitas subjetividades e formas de vivenciar os ambientes e os territórios.

Tais informações são fundamentais para qualquer objetivo de promover um desenvolvimento sustentável que priorize o local e pense (e repense) o global, como previsto pelas convenções e compromissos ambientais internacionais assumidos pelo Brasil. Segundo Malerba (2010),

ao se desconsiderar os sentidos dados e as vivências empíricas da natureza, pelas comunidades locais, se camufla e invisibiliza alternativas com maior capacidade de sustentabilidade e que, inclusive, pode se apresentar como uma verdadeira alternativa à atual crise ambiental.

### Quadro 3 – Como as mulheres sofrem os contextos socioambientais

#### Como as mulheres sofrem os contextos socioambientais

Desigualdade de acesso aos recursos naturais e ambiente equilibrado  
 Desigualdade quanto à distribuição das consequências ambientais  
 Sobrecarga sobre a responsabilidade do núcleo familiar  
 Agravamento das injustiças ambientais pelo contexto de injustiças de gênero, raça e classe  
 Falta de Políticas Públicas gerais e específicas  
 Falta de infraestrutura local básica  
 Falta de incentivo e infraestrutura de apoio para garantir a participação na gestão dos territórios  
 Desigualdade de participação de feiras para comercialização de seus produtos  
 Desigualdade no acesso a direitos básicos, como sua própria Documentação, principalmente no contexto rural  
 Dificuldades de lidar com contextos rurais, sendo mulher, na gestão pública  
 A violência urbana e rural  
 Vulnerabilidades oriunda da degradação ambiental de seus territórios  
 Subempregos e desemprego oriundos do avanço turístico predatório  
 Repressão e criminalização dos movimentos sociais  
 Violência estrutural e racismo ambiental  
 Com influências diversas de seus contextos, em ambiente urbano e rural  
 Sendo linha de frente na luta socioambiental  
 Desigualdades salariais em cargos iguais  
 Falta de uma Política Habitacional pelo Poder Público  
 Invisibilização do potencial econômico de comunidades tradicionais

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como vimos no caso do derramamento de petróleo no litoral do Nordeste, onde o poder público se negou e/ou não esteve preparado para conter os impactos, as respostas rápidas e efetivas vieram da população que vive estes ambientes e que sentem, diretamente, a degradação (JORNAL NACIONAL, 2019; UCHÔA 2019; 2019). Neste sentido destaco, ainda, a irresponsabilidade do poder público que, além de não cumprir o seu papel de prevenção e gestão de riscos e impactos, não se movimentou, verdadeiramente, em relação à proteção mínima das pessoas que estavam se expondo à toxicidade do petróleo: crianças, senhoras, senhores, pessoas de todas as idades que fizeram um trabalho grandioso expondo sua própria saúde.

Sendo assim, é importante reconhecer a diversidade de saberes que estão intrínsecos à vida empírica, à vida vivida, como defendido por Gebara (1997), cenário que evidencia a urgência

em incluir, efetivamente, a população nos processos de gestão e tomada de decisão em relação aos seus territórios. Não somente por entender, melhor que ninguém, as dinâmicas socioambientais locais, como, também, por serem, estas pessoas, o ponto alvo das injustiças ambientais.

Para além das estruturas atuais de participação que, em Pernambuco, me refiro ao reconhecimento do poder popular local na promoção de respostas efetivamente válidas às grandes crises ambientais, bem como ao reconhecimento da necessidade de escuta e incorporação desses saberes na gestão pública local.

Quando analisamos este cenário no contexto da América Latina, é possível observar um padrão de abuso e negação das subjetividades em função da imposição de um poder que determina as normas na mesma medida que explora as subjetividades e os ambientes em que estas se inserem (DILGER et al., 2016). Nesta perspectiva mais ampla e interligada ao neoextrativismo latino-americano, fica mais fácil entender a dificuldade de implementação de estruturas de participação popular, e da facilidade na violação dos direitos dos povos em função de atividades econômicas diversas.

É pertinente, então, voltar a questionar qual o papel do poder estatal, do poder público e das estruturas de gestão da sociedade na garantia dos direitos à qualidade de vida e a um ambiente saudável e equilibrado, como previsto por lei à todo cidadão e cidadã brasileira. Questionar, inclusive, as estruturas de leis ambientais, sociais, e atentar para as experiências que realmente conseguem dar respostas às crises ambientais. Neste sentido, as mulheres possuem papel central, a partir do exercício de funções sociais que, para além do misticismo e do essencialismo, nos aproxima e nos direciona, com maior força, as injustiças ambientais e socioambientais (BARRAGÁN, 2016; GEBARA, 1997).

Não há como promover a justiça ambiental sem considerar a vivência e as experiências vividas pelos grupos invisibilizados, desde suas diversas intersecções (MALERBA, 2010; GEBARA, 1997). Sendo assim, é notória a necessidade de incorporação da perspectiva das mulheres diante dos contextos socioambientais e da gestão do ambiente local. Elas são a linha de frente dos impactos ambientais, e são, justamente, a menor presença nas estruturas – já um tantas falhas- de participação popular.

A falta de estrutura de apoio aos trabalhos reprodutivos, a condição econômica, as relações de trabalho, são, ainda, fatores principais para a impossibilidade de participação das mulheres na gestão de seus territórios. Esse contexto, somado à falta de empatia/interesse na não incorporação das necessidades das mulheres nas pautas de demandas sociais e socioambientais, evidencia uma sociedade que invisibiliza a importância e o protagonismo das mulheres nos contextos socioambientais, tanto pela potencialidade de respostas às crises, como por estarem na linha de frente dos impactos socioambientais.

Estes cenários apontam, por fim, à necessidade de uma mudança profunda de paradigma, como defende Gebara (1997), Freire (1987; 1996; 2018), Marques (2015), que seja co-construído pelas distintas e diversas subjetividades, e que seja capaz de visualizar as realidades a partir do respeito à vida, à cultura, às dinâmicas naturais, e aos direitos humanos e ambientais, em escala local e global.

#### 5.4.3 Como atua o estado diante dos contextos socioambientais

Uma das perguntas que me motivou a investigar o tema deste trabalho foi como o estado atua diante dos contextos socioambientais em Pernambuco. A observação do meu entorno, as minhas próprias vivências e uma boa quantidade de registros científicos já me davam uma noção de resposta para esta pergunta. Entretanto, buscando cruzar com as vivências empíricas das interlocutoras, perguntei, à cada uma, como elas viam a atuação do estado diante dos contextos socioambientais aos quais elas se interligavam.

Sob os pontos de vista de Cinthya Suassuna (informação verbal):

Com relação ao governo, minha gente, sem palavras. O estado é uma coisa, se a gente tivesse, a gente tinha que ter uma Política Ambiental, uma Política de Estado, ou seja, qualquer governante que chegasse, ele não tinha como mexer nisso. A Política Ambiental e essas coisas tinha que ser uma Política de Estado, que fosse restritiva e desse aos governadores e aos governos que entrassem, uma certa flexibilidade, mas limitada àqueles parâmetros de proibição de retrocessos, que é um princípio Constitucional. Existe um princípio chamado Vedação do Retrocesso, na esfera ambiental. É uma vedação, a gente não poderia tá fazendo leis que reduzissem a proteção, como a gente tá vendo, agora, um monte de projeto de lei mudando tudo, abrindo todas as portas. E aí, veja, num contexto de normalidade. No contexto do governo atual, é um contexto completamente excepcional. É uma pessoa que está violando todas as regras do Estado Democrático de Direito, com políticas que tão, não só na questão ambiental, mas na saúde, na

educação, em todas as políticas, elas estão contra as pessoas. Elas não estão atendendo o interesse público. Então, eu acho que como o nosso país ele tá muito refém de governo, e não de uma Política de Estado. Então, o que é que a gente tá vendo, é assim, a gente todo dia se espanta. A hora do espanto. A gente se espanta com tudo que a gente está vendo “meu Deus, como é que o Ministro do Meio Ambiente diz tudo aquilo? Ele tá destruindo, punindo as pessoas que estão fazendo o papel delas”. São coisas que a gente perdeu totalmente o controle. Então, assim, eu acho que a gente tá precisando fazer um pacto de novo, repactuar tudo isso, sociedade com as comunidades que vivem nesses contextos mais próprios do meio ambiente, pra que a gente ressignifique.

Para Edcleia dos Santos (informação verbal):

Os governos sempre fazem cara de [...], né, cara de bestão, que a gente quando vai lá ele promete céu e terra, diz que vai fazer não sei o que, e aí termina não fazendo nada, e quando é na época de eleição vem prometer céu e terra. É isso também que acontece aqui. Agora, desde 2018, da eleição de vereador, que a gente tem um vereador que a gente conhece, sabe da luta dele, mas na sua maioria a gente nem sabia que era vereador. Só via de 4 em 4 anos, aparecia aqui, desaparecia e pronto. Pagava não sei quanto para os seus cabos eleitorais e acabou-se. E a gente ficava aqui sem nenhuma infraestrutura, sem nada [...]. Mas se a gente fosse depender da gestão, várias pautas que a gente tem dentro da comunidade, de mobilidade, por exemplo, que a gente precisa de um ônibus que vá até a BR, que a BR, hoje, tá mais ou menos porque tem já as ocupações lá, já chegando perto da BR, porém ainda tem assalto, ainda é esquisito à noite, e a gente luta pra que tenha um ônibus que vá até a integração da macaxeira, né. Isso é uma luta que a gente tem de muito tempo, não é de agora. E a gente até agora nunca foi ouvido. A gente conseguiu trazer aqui dentro de Passarinho o coordenador do transporte público, ele veio, andei com ele, eu e outro companheiro da comunidade, Vado Luz que, na época, era conselheiro da RPA3. A gente veio, andou, ele foi até a BR, voltou, mostrou os pontos negativos que tem pra população e até hoje a gente não foi ouvido nessa questão dessa luta por mobilidade e por transporte da comunidade.

Na experiência de Edneida Rabelo (informação verbal):

A gente tem um histórico de um conjunto de políticas, de programas, dentro do governo do estado, que dão arcabouço bem interessante do ponto de vista da temática ambiental. Política Estadual de Combate à Desertificação e Mudanças Climáticas, Política Estadual de Convivência com o Semiárido, a gente tem um Programa Estadual de Educação Ambiental, tem esse arcabouço todo em termos de gestão, e tem um arcabouço, uma arquitetura institucional, mas a gente sabe que tem, também, muitas fragilidades, seja no tocante ao acúmulo e ao aprendizado institucional, que eu reputo-me valendo de um monte de gente boa que vem escrevendo sobre isso, ser um aspecto fundamental para a construção de resiliências, então, nesse sentido, a gente acaba não tendo, na nossa formação de gestão pública, isso, de uma maneira mais explícita; ou seja, como é que a gente vai aprendendo com as iniciativas, com a construção, com a implementação de projetos, de programas, com que faça com que haja uma melhoria no funcionamento, na gestão disso. Depois a gente tem muitas mudanças institucionais, né, do

quadro. Então, de uma maneira geral, as nossas secretarias têm quadro técnico concursado muito reduzido, e isso faz com que haja mudanças a cada vez que entra uma gestão nova, às vezes mesmo dentro de um mesmo governo, de uma mesma gestão de 4 anos de governo. Basta que mude o partido que vai tá lá conduzindo a gestão naquele momento. E aí você tem isso como um desgaste grande no funcionamento e na continuidade disso [...]. Muita dificuldade, às vezes, de assessoramento técnico de determinados grupos, para estar presente em determinados ambientes, e daí é uma provocação e ao mesmo tempo uma crítica que eu faço a esses espaços colegiados, que é algo que é inerente, é um certo vício na linguagem, no funcionamento, pautas que atropelam processos, e nesse sentido, acho que existe, também, um certo distanciamento da sociedade pra ocupar esses espaços. Muitos casos, dificuldades de acesso a informação, seja porque os documentos não chegam, ou, quando chegam, as vezes, são documentos que tem um linguajar, que tem uma especificidade que não atrai... [...]. Então, eu diria que, ter esses espaços é fundamental, não dá pra abrir mão, quando eu faço todas essas críticas, e são críticas que são anteriores, inclusive, a todo esse desmonte que passou a ser feito a partir de 2016, o que eu digo é que a gente precisa reconstituir esses espaços, os interesses das pessoas em participar, em ocupar esses espaços, e cada vez mais uma clareza do papel que o Estado tem relação ao compromisso social e ambiental [...]. A gente tem altos e baixos nas estruturas e na importância e na força que a educação ambiental tem no cenário político-institucional no Brasil, as vezes dentro de um mesmo governo, dentro do mesmo contexto de forças, à depender de que gestor se escolhe para estar à frente do Ministério da Educação, do Meio Ambiente. Porque, interessante, isso depois foi desconstruído nesses períodos de 2016 pra cá, mas a gestão da educação ambiental era feita pelos dois Ministérios, havia uma câmara que congregava os dois Ministérios. Então, da mesma forma, aqui no governo do estado, a gente tem um histórico bem interessante, que foi, primeiro, movimentado no contexto da Secretaria da Educação, com inúmeras iniciativas, na época tinham muitas organizações trabalhando com educação ambiental, a gente tinha, dentro do Ibama uma coordenação, dentro do CPRH outra coordenação, diversas instituições, as Universidades, a FUNDAJ, ONGs atuando, e pouco diálogo; às vezes, no mesmo território você chegava com iniciativas variadas, e isso suscitou que houvesse um espaço favorável e, na época, o Unicef apoiou isso, para que pudesse haver mais convergências, e se chegou, inclusive, a criar uma Agenda comum de Educação Ambiental no estado, e aí também nasce, junto, mesclando com isso, o que seria, posteriormente a CIEA, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do estado, que, depois, passa a ser coordenado pelo que hoje é a atual SEMAS. Então, isso também tem altos e baixos, às vezes em função de financiamento, às vezes em função da importância dada ao tema.

Já Giannina Cysneiro nos conta (informação verbal):

Bom, o Estado, no meu ponto de vista, o papel do Estado é de regulador, e ao mesmo tempo também ele é o grande moderador de conflitos. Ele entra aí pra ser um intermediário na luta pela produção do espaço, pelo consumo do espaço, ele entra como mediador de interesses. E essa mediação, geralmente, vai atender a um interesse preponderante que, geralmente, é o interesse econômico [...]. Então eu vejo o Estado como um mediador e, ao mesmo tempo, um direcionador de interesses... [...]. Eu acho que os instrumentos não são efetivos nessa área de resolução de conflitos, e também a postura dos órgãos ambientais não é de buscar o entendimento e buscar um trabalho,

vamos dizer assim, colaborativo, de construção junto, não sentia isso, não. Muitas vezes era, quando você estimulava um pouco a participação social, o envolvimento das comunidades na solução e no encaminhamento de soluções, e no enfrentamento de questões locais, você era meio que...não tinha apoio. Você podia até dizer, assim, um adjetivo, era meio de “louco”, por tá indo nesse caminho, que não é por aí, que o estado tem autonomia pra intervir, e por aí vai [...]. Eu não considero, não, os instrumentos do estado efetivos pra resolução desses conflitos. Nem para o enfrentamento [...]. Tem algumas exceções, que eu vou colocar pra não ser injusta. Nos últimos anos do governo, nos últimos anos não, na gestão da Secretaria de Meio Ambiente – *entre 2007 e 2014* -, a postura da Secretaria de Meio Ambiente mudou, e aí foi quando a gente conseguiu dar um salto mais qualitativo e quantitativo no processo de conservação da biodiversidade. Quando a gente começou a chegar mais junto com o apoio do estado. Então, as ideias que a gente tinha eram mais bem acolhidas no próprio governo, e a gente conseguiu avançar mais alguma coisa.

Segundo Karlone Barroca, por sua vez (informação verbal):

As políticas públicas ela não chega na ponta fácil. E as políticas públicas, quando chega nas pontas, geralmente, tem mediadores eu ganham dinheiro com essa informação. Ainda tem isso. Então, pra um técnico, uma pessoa, pular isso tudo, ela ainda tem que fazer acordos com os mediadores, que são os tomadores de informações, que faz com que aquela política pública chegue na ponta. E as vezes ela não chega da forma que deveria. Então, o trabalho ele é bem complexo, nesse sentido. O ProRural facilita, porque ele já tem todo um arcabouço de trabalhar com os conselhos, dos projetos serem aprovados, e tem que tá todo dentro de uma legalidade pra ser aprovado. Mas não é fácil vencer a burocracia, as exigências do banco mundial, em relação até à questão ambiental, e as vezes a gente precisa ajudar nesse ponto. Tanto é que agora a gente contratou dois analistas ambientais por conta que o banco faz uma série de exigências, e as próprias comunidades, as OPS, que são os empreendimentos, eles não estão preparados para isso, eles não entendem isso. A informação não chega de forma clara na ponta [...]. Ele, praticamente, quando a gente pega a história do ProRural, ele que inovou, que incentivou essa política do Conselho Rural, não existia. Então todos esses projetos que vinham para o ProRural, eles vinham através do Conselho. E foi feita uma reestruturação dos conselhos, que os conselhos fossem 80% da sociedade civil e 20% do poder público [...]. Então o ProRural já trabalhou com esses recortes mais efetivos, e essa questão também do Conselho. O Conselho ele é muito importante. Eu participei faz uns 7 anos atrás, 8, da reestruturação desses conselhos e foi muito interessante. Porque eles se apropriaram, que o Conselho era uma ferramenta importante, independente do ProRural. Porque, o que é que acontecia no passado? Esses conselhos foram criados, basicamente, para receber projeto do ProRural [...]. Então, para qualquer projeto ser financiado, teria que ter aprovação do Conselho Municipal Rural de Desenvolvimento Rural. E o que é que acontecia? Os Conselhos pareciam mais do ProRural do que, propriamente, das comunidades, do que, propriamente, dos municípios. Aí foi – eu não me lembro, meados, eu acho que foi 10 anos atrás, mais ou menos – a gente fez a reestruturação dos Conselhos. Teve até a questão da mudança de nome também, que era Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, e também que os municípios se apropriassem dos Conselhos, que os conselhos não eram do ProRural, meramente para projetos. Que seria um



espaço que os municípios iria discutir tudo que tivesse a ver de pauta rural [...]. Os conselhos, hoje, têm vida própria e discutem várias outras pautas. Inclusive tem outras PPs (políticas públicas) que exigem os respaldos dos Conselhos [...]. Então, assim, a gente tem um estudo permanente e diálogo pra poder a gente ter o entendimento destas demandas, então, assim, pra a gente conseguir ao longo dos anos, ter que dialogar com a ciência e com os movimentos sociais, porque, sem isso nós não conseguiríamos ter um desenvolvimento rural [...]. Então a gente tem que saber individualizar cada região, cada local, e dialogar tanto com os movimentos sociais, como políticas de estado, porque a gente não trabalha só, a gente tem IPA envolvido, Adagro, todos os outros órgãos, tem que ter o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem que ter o Ministério da Agricultura. Então é um leque, tudo que nós vamos fazer, nós temos que pensar bem, e por região, como é que vai ser contemplado e como vai ser [...]. Quando a gente tem um projeto de alguma coisa, de beneficiamento, ou de um abastecimento de água, ou o que seja, esse olhar ambiental é feito, hoje, pelo ProRural, porque a gente tem uma imposição do Banco Mundial, que ele tem que ser visto, e pelo CPRH, pra poder tirar as licenças ambientais. Então é muito mais, o que eu sinto, pelos instrumentos que são colocados pra que isso aconteça – porque tem uma lei, porque existe uma licença tal – do que a própria comunidade ela estar empoderada disso para cobrar. Eu não sei se estou me fazendo entender. É como se as coisas acontecem as vezes se tiver lei, ou obrigando uma licença, pra aquilo ser daquele jeito, mas não há uma preocupação – em boa parte, não em todos os projetos -, em pensar nessa questão do meio ambiente, do ambiental, como vamos trabalhar isso [...]. O que eu quero dizer é o seguinte: o que eu sinto no público é que se não tivessem as leis, se não tivessem as diretrizes, as coisas a cumprir pra ter uma licença, eu não sei se essa consciência já viria na cabeça. O que eu sinto é isso. E aí eu sinto que as pessoas que já trabalha no viés da agricultura sustentável sem veneno, essas pessoas sim se empoderaram e elas já tem essa preocupação, de fazer isso naturalmente [...]. Mas é importante as leis, e os licenciamentos [...]. Então, eu via todo mundo atuando, cada um no seu quadrado, se dialogava, mas efetivamente algumas coisas andavam, outras não, mas sempre, assim, eu acho que o braço do estado, geralmente, ele vencia mais... a promotoria, quando tinha qualquer embate entre os agricultores, os assentados com o estado, eu acho que ficava uma coisa meio desigual. Até por, mesmo, conhecimento. Só quando um presidente ou outro ele tinha o conhecimento de todas as leis, da regra ambiental. E as vezes eu acho que o CPRH ou o Ibama eles tem mais um papel mais de fiscalizador e de cumprir licença. Eu não vejo eles muito na ponta, fazendo um trabalho diferenciado. É uma burocracia imensa, as vezes não tem uma sensibilidade, mas é só questão de burocracia. Mas, assim, não se tem, às vezes, aquele trabalho efetivo mesmo que deveria ter. É tudo muito em cima de uma licença [...]. A gente tem uma experiência muito interessante que eu posso falar um pouco, não é recente, mas eu acompanhei, a questão dos abatedouros. A gente, quando proibia um abatedor, ninguém entendia. É um caos, vem prefeito, vem vereador, vem todo mundo em cima da gente. E dá muito conflito, aí é que eu digo a você que o econômico vem em cima. “não, porque pra gente comprar carne, a gente precisa de renda aqui...” E a gente tinha um projeto que esses abatedouros fossem em consórcio. Um abatedor ele atenderia a 5, 6 municípios. Isso seria interessante. Então, pra que você ter o abatedor todo dentro das normas, em cada município? É muito caro! Tanto pro prefeito quanto pra aquele município. Pro prefeito não, pro município. É muito caro, o equipamento é muito caro, de abatedouro. Mas, o que é que acontece? Os municípios quer, cada um, ter o seu. Não dá! Então a

gente tentou fazer um lá em, tem um em Afogados da Ingazeira que atende a determinado território, mas é muito difícil a gestão do equipamento, os outros municípios, pra levar os bichos pra lá, eles botam mil dificuldades, e quando esse bicho era abatido no município era na beira do rio. Toda aquela sujeira, todo aquele – esqueci o nome -, do boi, ia tudo pra o rio, aquela água suja [...]. A própria composição do ProRural, mesmo, gerencial, a gente tem o gerente geral, que é um homem; eu sou gerente, tinha a diretora, que ela tá saindo agora, que é mulher. É, ainda tá meio a meio. E mais 3 gerentes. Mas, mesmo assim, sempre houve mulheres gerentes no ProRural, não teve esse preconceito na gerência.

A Lika Souza, sobre sua experiência com as estruturas do Estado, nos relata (informação verbal):

Há dois anos atrás surge o Movimento Salve Maracáipe, um movimento formado por jovens conscientes e preocupados com a degradação ambiental advinda da intervenção ocorrida no território. E aí, desde então, o que a gente tem visto por parte das gestões públicas que passaram é o descaso com as questões socioambientais, sabe? Porto e seu entorno é tido como zona de sacrifício pra exploração econômica. Enquanto isso, os grupos empresariais conseguem licença pra construir onde quiser, quando bem quiser. E aí a população local é cada vez mais encurralada pra dentro do mangue, onde, conseqüentemente, tá tomado por construções marginais, em área imprópria, sem saneamento básico. E isso tudo é a fórmula pra que a violência seja construída a cada dia, né? Que a violência se instaure. Então, resumidamente, é esse o problema que a gente vê acontecer aqui há anos [...]. Mas tudo parte, também, da questão política da coisa, do plano diretor do lugar que precisa ter essas brechas de proteção. Não pode ser visto, simplesmente, como um local de exploração econômica. É aí que a gente bate muito nessa tecla, por aqui [...]. Então, – *sobre o vazamento de petróleo no litoral do Nordeste* -, agora é um momento bem importante pra voltar a falar dessa tragédia toda, desse crime, e nesse sentido, de buscar cada vez mais recursos pra estudar os ambientes atingidos e os grupos sociais atingidos, e de que forma a gente se prepara pra que isso não volte a acontecer. E continuar cobrando do governo federal, que nos deve muitas respostas, né? [...]. Então, a gente já questionava, naquela época, “a prefeitura tá preparada pra isso? Quantos pares de luvas tão disponibilizando pra isso, quantos pares de botas, quantas máscaras, quantas pás?”. E aí a gente percebeu a seriedade, que não estava ninguém preparado, porque a ausência do governo federal, não deu suporte do governo estadual, que não deu suporte pros municípios, né, inicialmente. Então toda aquela mobilização mesmo de como se fazer e de que forma se fazer veio a partir da mobilização social. As pessoas atuando, os movimentos articulando isso de arrecadar os materiais necessários, os protocolos foram construídos ali no momento mesmo, né?

Já Lourinalda Selva Silva nos conta (informação verbal):

Esse ano, em Janeiro, teve até oficinas de aprendizes de rezadeiras, benzedeiras e parteiras, a gente sabe que tem o Cais do Parto, em PE, que foi pioneiro nessa questão de resgate do parto com as parteiras (essa é uma outra

questão bem interessante do Estado), e a gente vê fortemente que as iniciativas sobre conhecimento e sobre a resistência das comunidades tradicionais vem muito mais da sociedade civil que do estado; o estado não garante, né, e nesse atual governo é que a gente teve uma perda grande de incentivo para as comunidades tradicionais, ameaça de retiradas de direitos no Brasil inteiro, inclusive a gente passou alguns problemas em Salgueiro, em Conceição das Crioulas, com a questão da desapropriação de terra [...]. Então, eu vejo que PE tem uma questão interessante em relação a resistência e sobrevivência das comunidades tradicionais, mas a gente sabe que tem uma história anterior como acontece com o caçique Chicão, em Pesqueira, que ele trouxe, resgatou toda a questão do povo dele, do território, e conseguiu realmente fazer com que o povo recuperasse toda a área do território do povo Xukuru e que isso foi bem anterior a agroecologia chegar e estabelecer diálogo com o povo Xukuru, que é o que a gente percebe que a gente consegue ver os povos tradicionais sendo convidados a participar de mesas e de trabalhos na área de agroecologia mas esta última tem abraçado a causa, em PE, dos povos tradicionais mas a gente percebe que o povo tradicional tem consciência sobre o papel deles e a identidade deles em relação a agroecologia. Mas se a gente for falar em termos de governo, incentivo do estado, a gente consegue ver que realmente o governo não faz essa frente de resistência com os povos fazem, eles não têm o incentivo e, se tiver, é muito pouco, né, o incentivo voltado para as comunidades tradicionais.

Também Luíza Cavalcante, evidencia (informação verbal):

E aí os mananciais de água vão também sendo cercados e passam a receber grandes motores, né, para puxar sua água. As comunidades do entorno ficam sem água, há uma escassez de água em tempos de aguação da cana-de-açúcar. Há muita escassez. Considerando, inclusive, um outro conflito que é: o estado libera pra o agronegócio e para o latifúndio o uso de motores para irrigação, e proíbe para os pequenos agricultores o mesmo uso. Entendeu? Então é uma medida muito descabida, muito violenta. Como lidar com esse conflito? Onde quem pode tem acesso e quem não pode, quem tem pouco recurso não acessa nada. Então, como produzir sem água? [...]. Repressão é sempre a mesma coisa em todo e qualquer lugar. Em um grau maior, menor, mas saber que chega pessoas armadas, ou com papéis na mão com poder de estado, com poder de decisão, pra te tirar o direito, te tirar o que tu construiu, te dizer que o território não te pertence, ou que é isso, é aquilo, e que eles são donos, isso é ruim em todo e qualquer lugar, né? Então, aqui na mata norte, foi muito recorrente as lutas por terra e os enfrentamentos, e o tamanho da repressão, né? A polícia, os capangas, carros, armas, cachorro, cavalo, helicóptero, geralmente é todo esse aparato, né? Bombas de gás, muita pancada, prisões. A gente já passou isso, eu já passei, diretamente, na pele, tudo isso. Até a prisão. E sei o quanto é ruim, o quanto dói, e em todo e qualquer lugar, não só na mata norte, quando isso tá acontecendo é algo que nos dói muito, nos fere muito. É algo muito difícil, muito difícil.

Para a experiência vivida por D. Maria José Martins (informação verbal):

Não, minha querida. Até hoje a gente lutou com o nosso próprio esforço, com a nossa própria condição de vida, da nossa luta, das nossas plantas, né [...]. Não tivemos ajuda de governo de estado nenhum, foi do nosso esforço

que lutamos pra conseguir a retomada, com todo o nosso esforço.

Para D. Maria das Águas, liderança dos e dos pescadores/as tradicionais de água doce (informação verbal):

Os governantes, na maioria, subentende que o rio é o esgoto maior da nação. Isso em todas as áreas, nos estados, no país. E muitos tem terra nas margens dos rios, mesmo sendo terras onde nós temos direito de ir e vir para a pesca, é tida como “terra de alguém”, que tem poder de fogo, e que não deixa os pescadores passar para exercer a sua profissão e ganhar o seu sustento. Não é fácil porque quem manda no nosso país é quem tem muito dinheiro. E não importa de como foi adquirido. Em compensação, nós, trabalhadores da pesca, e muitos trabalhadores das outras áreas, as pessoas que trabalham na agricultura familiar e outros, sentem, também, muita represália por parte do poder dos capitalista, que vocês chamam de capitalismo, eu chamo de capetalismo. É o povo que vive ligado, segurando a mão do capeta, e que não vê o ser pobre, preto, trabalhador braçal, da pesca, da agricultura, da cana, de outras áreas, até mesmo as domésticas como gente e como ser humano.

Entretanto, para D. Maria do Carmo Sobral:

Veja só, vamos conversar do órgão executor, no caso da CPRH, como órgão Executor da Política Ambiental. Houve uma mudança, eu acho que, se nós olharmos... você quer falar um pouco de história, né? Se você pega até início de 1980, ou, pra mim, o início, quando saiu a Política Nacional de Meio Ambiente, que eu acho que é de janeiro de 1981... agora eu tou até atrapalhada, eu acho que é, né, 81, a 6938. Então, eu acho que, até os dias de hoje, nós avançamos muito. Isso devemos isso a Dr. Paulo Nogueira, que foi o presidente da Semas, da Secretaria Especial de Meio Ambiente, que foi criada. E ele bolou essa lei, foi uma lei feita a portas fechadas, mas ele criou uma visão democrática, uma visão participativa, no momento que ele criou colegiados, Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conselho Estadual, Conselho Municipal, a ligação, a interação de todos os órgãos das horizontais e verticais, dos diversos níveis. Então, ele mostrou a necessidade de uma articulação, e, acima de tudo, ele procurou os governos, isso da década de 1970, você tá analisando a de 1980, mas, a anterior, né? A década de 1970, depois que teve a reunião de Estocolmo, ele procurou o governo pra poder se criar órgãos de meio ambiente, né, a CPRH, que é de 1977, 76, bom, eu tou um pouco confusa com as datas, a gente pode olhar depois. Então, de lá pra cá, dos anos 1980 pra cá eu acho que nós amadurecemos, nós crescemos. Onde é que tá o ponto que nós precisamos avançar? É uma coisa que precisamos ter essa ideia, porque não é o órgão ambiental que vai resolver, nem é a secretaria de meio ambiente, nós termos o meio ambiente equilibrado, com a questão dos usos dos recursos naturais mais racional e mais distribuída, né? É preciso que todas as instituições estejam envolvidas, que nós tenhamos postura de meio ambiente em todas as instituições. Nos setores produtivos, da indústria, do transporte, na agricultura, na energia, todos eles, eles têm que ter uma política, ter uma postura de, vamos dizer, na época, nos anos 1980, a gente falava de ecologização, da temática, levar essa temática ambiental pra eles, pra cada um dos setores, para as universidades,

para as empresas, então isso é o papel de todos, que tá lá na nossa Constituição. Houve avanço, mas ainda nós estamos muito atrasados, comparando com outros países que avançaram mais [...]. E já está mudando, eu acho que essa geração, hoje, já tem muito mais postura de cuidar do meio ambiente, do que a anterior. Em relação ao governo isso varia, porque o governo é genérico. Então, por exemplo, no setor de transporte - vamos falar em setores dentro do governo – avançou muito pouco, porque nós ainda temos uma matriz de transporte nossa, muito poluidora, muito baseada em transporte automotivo, transporte de carga em estradas, então ainda é uma matriz dependente de produtos fósseis. Já o setor elétrico avançou mais, então estamos com muita energia renovável, você vê o avanço que nós tivemos na energia solar, na energia eólica, principalmente aqui no NE. Então, eu acho que você dizer “governo”, o governo é muito amplo, eu estou dizendo apenas setores. Setores que avançaram mais, as indústrias avançaram muito, né, desde 1980, que você diz, com a legislação, nos movimentos que a gente começou a estabelecer licenciamento, fiscalização, penalidades, então, muitas indústrias já não são mais problema, já estão cuidando do meio ambiente, estão respeitando os condicionantes estabelecidos das licenças ambientais. O nosso maior problema, em termos ambientais, hoje, em Pernambuco, é a questão do lançamento de esgoto, é a questão do lançamento de lixo em locais inadequados, do uso demasiado da água quando nós temos já restrição em relação à qualidade e quantidade.

Segundo as experiências de Sandra Caetés (informação escrita):

Desde o início de minhas atividades na Esec-Caetés, testemunho que, a cada passo, as questões relativas à preservação do meio ambiente, vêm tomando o interesse das gestões governamentais, como também a qualidade das pesquisas das universidades que são desenvolvidas na Unidade e transmitidas à população. Hoje, nós temos uma sede da Estação mais organizada, com uma equipe consolidada, para desenvolver as atividades necessárias dentro do Plano de Manejo. As instalações físicas foram recentemente reformadas, de forma integrada e exclusivamente para uma Unidade de Conservação, conseqüentemente para que todos desfrutem, a exemplo da comunidade local, da científica ou da população em geral, com o fim para a educação ambiental. Ressalto, neste ponto, a atuação do Ministério Público em defesa da Esec-Caetés e da preservação do meio ambiente na região, evitando tragédias maiores em prejuízo da natureza e da população; principalmente com a atuação competente da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), empresa da qual a Estação pertence e é administrada. A Companhia Independente de Policiamento Ambiental – CIPOMA, também teve e tem a sua contribuição nessa luta, desde os primeiros passos da Unidade, e caminha paralela com a CPRH. À medida que os anos passam as formas de tratar o meio ambiente mudam e as imperfeições não notadas ou adiadas por governos, são estudadas posteriormente, pela experiência e, a partir daí são encontrados caminhos para novas empreitadas de crescimento.

Terezinha Filha, por fim, nos evidência (informação verbal):

A gente costuma dizer que “É nós por nós”, né? Se a gente for esperar que o Poder Público venha garantir re-dignidade pra gente, isso nem tão facilmente vai acontecer, porque, infelizmente, o modelo de gestão pública que a gente

tem é um modelo que é assistencialista, não considera os potenciais e não contribui para a transformação real da vida das pessoas. Então, essa organização da comunidade, esse protagonismo das comunidades é fundamental pra essa resistência.

A partir de tais relatos pude observar alguns pontos que exponho no **Quadro 4**:

**Quadro 4 – Como atua o Estado na resolução dos conflitos socioambientais em PE**

**Como atua o Estado na resolução dos conflitos socioambientais em PE**

Não atende ao interesse público  
 Ineficácia das políticas públicas  
 Falta de uma Política de Estado  
 Pouco ou nenhum diálogo com a população  
 Com políticas e programas que dão arcabouço interessante do ponto de vista da temática ambiental  
 Fragilidades no aprendizado institucional, salvo alguns trabalhos como exceção  
 Fragilidades das mudanças institucionais  
 Poucos cargos concursados, desfavorecendo a continuidade de ações e programas  
 Pouco compromisso e incentivo para a participação popular, apesar das estruturas de participação  
 Altos e baixos nos avanços populares em função dos interesses do governo atual  
 Desempenhando funções de regulador e moderador de conflitos  
 Mediador de interesses na luta pela produção do espaço  
 Voltado ao interesse econômico a qualquer custo  
 Ineficácia dos instrumentos de gestão na resolução de conflitos  
 Falta de interdisciplinaridade na atuação dos órgãos ambientais  
 Apresenta estruturas importantes para a preservação e conservação ambiental  
 Apresenta estruturas importantes para a participação popular  
 Dialogando com a ciência e os movimentos sociais para pautar suas ações  
 Compromisso meramente burocrático com a temática ambiental  
 Descaso para responder rapidamente a catástrofes e impactos ambientais extraordinários  
 Reprimindo comunidades em função de interesses privados  
 Apresenta muitos avanços a nível socioambiental  
 Necessita uma abordagem interinstitucional da visão ambiental  
 O governo é genérico, variando os avanços e retrocessos dependendo do objeto de análise  
 Crescente internalização das demandas ambientais  
 É assistencialista, não considera os potenciais e não contribui para a transformação real da vida das pessoas

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Desde os relatos expostos, é possível observar como as opiniões das interlocutoras se diferem a partir do seu campo de atuação, experiência e demais contextos. As mulheres atuantes nas estruturas da gestão pública foram capazes de relatar a esperança e a potência que veem nas políticas públicas e seus impactos, e algumas puderam reconhecer e apontar pontos-chaves nas limitações das ações governamentais. Já para as representantes dos movimentos sociais, das comunidades de base, e dos povos originários mencionam a atuação do estado a partir da ineficiência de suas políticas e do uso indevido da força e da violência policial no contexto destas lutas, nos abrindo o campo de visão sobre a influência estatal nos diferentes recortes

contemplados nesta investigação.

É possível observar também como o estado atua intermediando setores da sociedade e seus interesses. Entretanto, pensar a função do estado dentro do contexto de Pernambuco evidencia a dependência, deste, aos grandes setores da indústria. Poderíamos dizer que seria aos interesses econômicos, mas, esta afirmação seria válida, a meu ver, somente se as comunidades de base e tradicionais não movimentara e contribuía, significativamente, para a economia. E este não é o caso, como podemos observar nos relatos das mulheres e em outros registros (BENIDES E TRENTINI, 2019; PRORURAL, 2020)

Sabemos que a maior parte dos alimentos produzidos e consumidos pela população vem da agricultura familiar, da pesca artesanal e tradicional, e que, sim, contribuem, significativamente, para a economia do estado. Estes setores, porém, não são os que financiam campanhas e que possibilitam que grupos específicos ocupem funções estratégicas no poder público.

Como afirma Marques (2015), o poder público, hoje, está, intrinsecamente, dependente das grandes indústrias, se caracterizando, como ele definiu, como um Estado-Corporação. Este termo se refere à atuação do poder público, que está cada vez mais mergulhada na lógica da rede corporativa transnacional e nacional, tendendo a pensar e funcionar a partir do elo dessa dinâmica. Daí a dificuldade de assumirem qualquer protagonismo na criação e execução de políticas públicas capazes de atender aos interesses públicos e às necessidades socioambientais, bem como a arcar com as consequências dos desequilíbrios ambientais; o que recai, diretamente, nas costas dos setores mais vulneráveis da sociedade. Também é possível observar este contexto nos conflitos registrados pelo Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (MAPA DE CONFLITOS, 2020).

Além desta dependência é importante ressaltar a limitação dos avanços democráticos, nos espaços políticos, pela própria estrutura e dinâmica estatal. Como mencionado pelas interlocutoras, a falta de uma política de Estado, que permita a continuidade de políticas - dentro das dinâmicas de eleição e trocas de governo/partidos -, também é um fator-chave que enfraquece as pequenas forças, dentro do poder público, que realmente tentam avançar em direção aos interesses da população.

Quando analisamos este contexto sob a perspectiva das mulheres, vemos que a falta de apoio do estado vai ser sentida, ainda mais intensamente, pelos setores da sociedade que já não contam com quase nenhum apoio. Neste sentido, as mulheres negras, que são a maioria da população de baixa renda, em Pernambuco, e a maioria das mulheres chefes-de-família, serão as mais atingidas, também. E este cenário, obviamente, recai sobre todo o núcleo familiar.

Em Pernambuco, o estado além de não atender os interesses públicos, ainda exerce um poder autoritário e injusto para com os povos, com negação de direitos, desapropriações, violências diretas, prisões políticas, ameaças, violências simbólicas e estruturais, evidenciando sua função como controlador social em função do interesse de poucos (MAPA DE CONFLITOS, 2020).

Martínez et al (2016) aponta a como o poder público, na América Latina, apresenta: i) tanto as limitações de um agente controlador e que conta com aparatos militares, burocrático-administrativos, jurídico-normativos, policialescos, cujo objetivo é garantir a reprodução e acumulação do capital; como ii) as potencialidades das conquistas populares, principalmente de inclusão da participação popular no setor público.

Esta forma de atuar, do estado, também escancara como é complexo pensar as injustiças ambientais, já que tudo está interligado. O poder público, junto às grandes indústrias, são os principais poluidores e agentes de degradação ambiental, quando a função deveria ser, justamente, a contrária. Observar este tipo de comportamento do estado-corporação nos abre espaço para reconhecer como se dá o contexto complexo de injustiças socioambientais em Pernambuco, e quais os agentes envolvidos em cada processo.

A partir da visualização deste cenário, portanto, podemos questionar as estruturas de poder no estado e suas ações locais e regionais, observando a atuação do poder público, os interesses econômicos privados e os interesses da população. Assim é possível contextualizar nossas observações a partir de um padrão de comportamento regional, definindo o espaço de nossos contextos específicos em um maior campo de visão e questionamento.

#### 5.4.4 Como atua a ciência diante dos contextos socioambientais



Este tópico tem a finalidade de refletir sobre a função da “ciência” como instrumento social de desenvolvimento, bem como a própria concepção da “ciência” ao qual nos referimos. Este questionamento se faz necessário, a meu ver, por dois fatores: i) a que ciência nos referimos quando pensamos a ciência? ii) para que tipo de desenvolvimento esta ciência trabalha, em Pernambuco?

Neste sentido, busquei perguntar às interlocutoras, como elas veem a atuação da ciência desde o seu campo de experiência.

Para a Cynthia Suassuna:

A ciência tem toda base teórica que a gente estuda sobre riscos, mas toda ciência que a gente tem, mais atual, ela é muito pautada em conhecimentos ocidentais, todo um certo distanciamento do conhecimento tradicional. Então, ainda tá muito impregnado na ciência esses valores. Então, muita parte do conhecimento que tá posto é originado desse pensamento racionalista, da ciência muito distanciada e transcendente da questão ambiental, vendo, assim, de longe, como se a gente tivesse perto. A ciência se distanciou muito das informações das comunidades tradicionais, não escutou nem valorizou esses conhecimentos, esses saberes. Eu acho que isso foi muito ruim. Então por isso que eu acho que a gente tá num patamar, que é como se a gente tivesse dizendo: “eu sei tudo”, só que eu não sei! O que eu sei não serve pra quem tá ali vivendo. Então, o que é que a gente precisa fazer? Baixar a bola, ter mais humildade, e fazer essa escuta com quem vive e quem tem essa relação de imanência com o ser humano, que são exatamente essas comunidades tradicionais, e aí são os indígenas, os quilombolas, os arborígenas, as pessoas que têm uma visão de mundo, de natureza, diferente. E eu acho que a gente precisa resgatar esse entendimento.

Já Edcleia dos Santos (informação verbal): “Eu até estou rindo, agora [...] Tudo que a gente faz aqui na comunidade é em parceria com os movimentos sociais. Se esse grupo não existisse Passarinho vivia esquecido de tudo”.

Para Edneida Rabelo, desde sua experiência, também, como pesquisadora (informação verbal):

Além dessa presença destas dualidades, nesse campo, digamos assim, ciências humanas-ciências exatas, ciências duras-ciências sociais, a gente tem também um outro aspecto de uma ciência que nega os outros saberes e as outras formas de produção de conhecimento também válidos, também importantes, também necessários. Nem por isso conhecimentos que sejam intocáveis, que não possa também ser questionados, da mesma forma que a ciência precisa ser questionada. Então, isso dificulta muitas vezes essa aproximação com esses grupos que têm, na sua relação com o mundo da

vida, também toda uma bagagem, toda uma ancestralidade, toda uma maneira que explica, inclusive, porque as coisas são feitas de uma determinada forma, mesmo que elas não sejam as mais aconselháveis pra um processo de proteção de áreas.

Sob o ponto de vista de Giannina Cysneiro (informação verbal):

A ciência, como é que eu vejo a ciência dentro dos processos de resistência para o enfrentamento das questões socioambientais, de uma maneira geral: a ciência, no meu ponto de vista, ela fornece insumos que podem embasar, que podem não, que embasam o conhecimento e fundamentam as lutas de classe; as lutas de classe, as luta pela, as lutas de uma forma geral que se desenvolve na sociedade. No ponto de visto ambiental é fundamental, porque o meio ambiente se pauta na ciência. Todos os conflitos ambientais, do que é ou deixa de ser, tem que ser embasado na ciência. Então a ciência tem um papel fundamental no fornecimento e na produção do conhecimento, que podem subsidiar o conhecimento voltado ao saber popular. Passar o saber científico de forma que as comunidades possam se apropriar e incorporar nas suas lutas, nos processos de resistência, das conquistas socioambientais.

Na experiência de Karlone Barroca (informação verbal): “O ProRural, sem dialogar com a ciência, com os movimentos, com o próprio estado, com as outras entidades, a gente não avança no desenvolvimento. Não tem como avançar. Esse diálogo tem que ser permanente”.

A Lika Souza, através do coletivo Salve Maracaípe (informação verbal):

E aí bom, as pesquisas que costumam chegar por aqui são mais pontuais, né, de determinada espécie, determinado ecossistema, dificilmente é um trabalho de extensão que dialogue por mais tempo com a comunidade [...]. Aí aqui mais pro sul, passando aqui do município de Ipojuca, vai ter aqui Tamandaré, né, que é a área da APA Costa dos Corais, que tem o CEPENE, então lá, sim, acontece importantes pesquisas já muito consolidadas, por causa do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do NE, liberado pela professora Beatrice Padovani, uma referência na conservação marinha. O companheiro Mauro [...]. E aí o que a gente tem de trabalho ambiental são as instituições, como a Ecoassociados, que é uma ONG, né, que há 20 anos trabalha aqui com conservação das tartarugas marinhas. E aí faz um bom trabalho de conservação ambiental e de preservação desses animais. Mas aí, por ser uma ONG local, depende economicamente da prefeitura, acaba que, né, ficando por ali amarrada, não há muito esse enfrentamento [...]. Há pesquisa, como eu disse, mas pontuais. Pesquisa sobre determinadas espécies, sobre determinados ecossistemas específicos. Atualmente a gente tem o Projeto Biofábrica de Corais, que é uma pesquisa de implantação e recuperação das piscinas naturais de Porto, tem o trabalho com as tartarugas marinhas, que é contínuo, tem, mais recentemente, trabalhos de pesquisa de conservação do mangue. A

universidade tá chegando agora também com projetos em relação aos estudos de impacto, em relação ao episódio com o petróleo. Nós, também, o Salve Maracáípe, acaba de aprovar um projeto de avaliação e monitoramento dos ecossistemas atingidos pelo petróleo. São coisas mais específicas, entende? Porque como o local em si, o plano diretor, não determina essa área aqui como unidade de conservação, isso é uma luta antiga, né? Mais de 10 anos atrás, pesquisadores já apontam a necessidade dessa região do estuário do rio Maracáípe, do rio Merepe, tudo isso, ser uma unidade de desenvolvimento sustentável, porque aí sim a gente teria aparato para atrair pra cá e desenvolver vários projetos de recuperação do ambiente, e conseguiria melhor atrair a comunidade, porque há um enfrentamento nesse sentido, dos ambientes [...]. Mas, sim, é extremamente importante. Toda pesquisa é importante, né. A pesquisa com relação aos corais, com a recuperação dos corais. A recuperação dos corais é extremamente importante, esse ambiente aqui, muitas pessoas dependem dele, né? Dependem do ambiente saudável pra que continue, inclusive, tendo esse tipo de atividade de turismo [...]. Semana passada eu tive lá no CEPENE em Tamandaré, com a professora Beatrice, mergulhei lá na APA com eles, já visando trazer o Reef Check pra cá, que é um programa de monitoramento dos recifes de coral; já visando trazer o Meros do Brasil, que é um programa de monitoramento da espécie em risco de extinção que é o Mero, a gente escuta aqui dos jangadeiros que viu esse peixe aqui no rio, então a gente tá buscando exatamente isso, atrair os olhos da universidade [...]. E aí eu fico atrás da universidade pra me ajudar nesse sentido. Trazer projetos de extensão pra cá, porque é um projeto multidisciplinar, né. Preciso aproximar pra cá também a galera das ciências sociais, entendeu? De assistência social, essas outras áreas também. Porque trabalhar só com o ambiente e com os animais não me garante conseguir isso tudo.

Já Lourinalda Selva Silva nos conta:

Mas hoje a gente tem várias frentes sendo feita, por exemplo, o Encontro de Saberes da Caatinga, que é o encontro de benzedeadas, rezadeiras e parteiras, que esse ano teve o quarto encontro. E é um encontro que está relacionado com a resistência do território sobre esta prática, preservação e conservação dos saberes das comunidades tradicionais. Mas não tem envolvimento com política, quem faz a frente desse Encontro de Saberes da Caatinga também é a FioCruz, a Universidade Federal de PE também, dá esse apoio para fortalecer e fazer com que esse conhecimento dos saberes tradicionais e dos territórios consigam se fortalecer e ser repassado [...]. Bom, hoje a gente tem algumas pós graduações na área, a gente percebe que estas estão muito mais nas áreas de humanas, em relação a preservação, conservação e fortalecimento; e tem feito esse intercâmbio de saberes. Quando eu falo em relação a UFRPE, a gente tem o núcleo de Agroecologia e Campesinato, que também faz essa valorização desses saberes, como a gente teve a Jornada dos Povos de PE, onde teve o primeiro evento, segundo evento (que foi imenso, ele agregou o Seminário Internacional de Agroecologia e o Seminário do Estado também, de agroecologia. Foram 3 eventos em 1, e foi bem marcante esse encontro, porque a gente fez uma articulação com os povos dos territórios, de PE, e a gente percebe que foi bem importante esse momento na UFRPE porque a gente ocupou um espaço que deu uma visibilidade muito grande aos saberes e práticas dos povos de terreiro, dos povos

quilombolas, dos povos nativos (que o povo Xukuru estava representando), o povo das águas também estavam presente, tinha umas pessoas dos movimentos sociais que também estavam presentes na jornada dos povos. Então foi bem marcante esse evento dentro da UFRPE, que é uma universidade que tem o curso de ciências agrárias e acaba sendo campo de resistência pra esses povos, porque são esses estudantes de ciências agrárias que vão fazer enfrentamento no futuro em relação a esses povos, sobre ocupar seus territórios, sobre desmatamentos na região, porque a produção de ciências nas ciências agrárias não dialoga muito com a preservação e conservação da flora nativa, e também com a preservação e conservação dos saberes. A gente lá no Laboratório de Química Aplicada e Fitoterápicos, que é o laboratório que eu coordeno, a gente tem bem forte essa linha de trabalhar a ciência dos saberes tradicionais e popular, porque existe uma diferença em a gente falar dos tradicionais e do popular, e a gente sempre tá estabelecendo esse diálogo junto com os povos pra que a gente possa ter a compreensão desses saberes e que a gente possa tá fazendo alguns trabalhos juntamente com eles e com elas pra que esses saberes sejam valorizado, potencializados, preservados, multiplicados, tanto no campo como na cidade. A gente faz essa frente como laboratório de química aplicada e fitoterápicos. E tem um evento, que é o simpósio de plantas medicinais: dialogando saber acadêmico com o saber popular, que foi realizado esse ano o terceiro simpósio. E este evento, que é construído por várias mãos, a gente tem pessoas do campo e da cidade. As pessoas da cidade são pessoas das comunidades, que a gente chama, do entorno da universidade, comunidades, próximas a universidade, que trabalhem com agricultura urbana, plantas medicinais na cidade; as benzedeiras urbanas, as rezedeiras urbanas, parteiras urbanas e também a gente faz o diálogo com as mulheres e os homens da floresta, das águas, pra que a gente construa sempre um evento que contempla a demanda que venha do território deles, e esse evento é realizado dentro da universidade. Nessa última edição a gente falou sobre a saúde da mulher e foi bem legal, esse simpósio de plantas medicinais no campo e na cidade, e a partir desse evento foi criado a rede aroeira, sobre a saúde da mulher no campo e na cidade. Então dentro dessa rede a gente conseguiu trazer e colocar em rede mulheres do MST, mulheres da AMARFITSA, mulheres das boninas, mulheres Xukurus, então foram várias mulheres de territórios diferentes do campo e da cidade, com suas práticas de saúde. Agora, elas estão em rede. E a gente pensa, como o simpósio acontece de dois em dois anos, que o próximo simpósio, ao invés de ser dentro da universidade, sejam em um dos territórios, e o pessoal do MST já indicou que poderia estar fazendo o próximo simpósio, que vai ser construído, dentro desses dois anos dialogando e construindo essa pauta, em Normandia, que é onde fica o assentamento do MST e que tem a residência em saúde do campo. Então a gente tá avançando como universidade, valorizando essa ciência que vem dos territórios. E, se existe ciência hoje, saberes voltados para as práticas de plantas medicinais e saúde, elas vieram todas desse território e a gente perdeu muito quando a gente deixou de valorizar esses saberes e que hoje a gente tá trabalhando pra resgatar esses saberes junto com eles. O povo xucuru, só os mais velhos conseguem identificar as plantas nativas que podem ser utilizadas como plantas medicinais, e hoje eles já estão fazendo um resgate sobre todas as plantas que tem no território e como pode tá fazendo esse uso. Então a gente também faz esse trabalho junto com eles e com elas, principalmente as mulheres do povo Xukuru. A gente, como universidade, aprovou um projeto em parceria com as agricultoras urbanas, e que a contrapartida seria fazer oficinas e cursos nos territórios. Então um dos territórios que foi contemplado foi o do povo Xukuru de Ororubá, e nós

fomos lá produzir sabonete, pomada, xarope, a partir do conhecimento do povo do território. Além disso também foi realizado a construção e implantação do relógio cósmico, de acordo com a cosmologia do povo Xukuru, a gente fez esse trabalho. Então foram duas ações com essas oficinas, que foram realizadas no território Xukuru, pra que a gente possa tá fortalecendo e valorizando e contribuindo nesse resgate da medicina do povo Xukuru junto com eles e elas, principalmente as mulheres [...]. A gente já tem um movimento de quase 40 anos, que o professor Dr Severino Carriconde, que é médico, gaúcho, veio pra PE e ele começou, não sei se na década de 70, 80, eu sei que ele foi preso, na ditadura militar, foi exilado, e quando ele voltou do exílio foi que ele veio pra PE e como que começou a fazer esse trabalho sobre saúde, sobre medicina popular. Que ele é do Centro Nordeste de Medicina Popular. Então, Severino começou a trabalhar ali nas comunidades mais carentes, né, no Córrego do Jenipapo, em Casa Amarela, por ali em Olinda, tanto é que o Centro Nordeste de Medicina Popular é em Olinda. Então ele trouxe, nessa época que ele começou a articular, ele conseguia pela ActionAID e outros órgãos, fomentar recursos de fora do país pra tá fazendo oficinas e dando formação a mulheres e homens, principalmente as mulheres, que eram mais engajadas, sobre saúde e sobre medicina popular, através das plantas medicinais. E também a diocese de Pernambuco também incentivava essas práticas utilizando plantas medicinais. E a partir desse movimento que Severino fez, em todo estado, porque ele conseguiu implantar um laboratório de produção de fitoterápicos junto com a farmácia viva, estimular, fazer algumas ações, interiorizando essa ação, a ponto de diminuir 20% de venda de medicamentos alopáticos nas farmácias nessa época. Eu era estudante da graduação de farmácia na década de 90 e eu vivenciei um pouco isso, essa mobilização, essa articulação que Severino Carriconde fez aqui no estado, e depois com uma intervenção que o governo federal fez, falando sobre esses produtos, porque de alguma forma esses produtos causaram um impacto a indústria farmacêutica em Pernambuco, e aí começaram a exigir certas especificações, a Anvisa, de produção desses medicamentos. Então, isso foi muito difícil pra sociedade civil se organizar, porque essas mulheres não sabiam nem ler nem escrever, eram mulheres que não saíam de casa, eram mulheres que só vivam em casa, então trouxe até um pouco desse empoderamento para as mulheres, porque elas começaram a produzir e a ganhar dinheiro com isso. Então a partir daí teve 4 laboratórios que foram criados nesse período, um fica em Paulista, que é o CEFOMP, o outro fica em Muribeca, que é o CESAM, um fica em Camaragibe, que é o CEPROSC, e o outro fica em Olinda, que é o Cabo Gato. Eles existem hoje e estão organizados numa associação que é chamada de Associação de Manipulação de Remédios Semiartesanaís do Estado de Pernambuco, que é a AMARFITSA. E aí a AMARFITSA é mais recente, tem 7 anos, mas esses laboratórios têm mais de 20 anos, e eles tem a farmácia viva e eles produzem manipulam medicamentos e comercializam esses medicamentos pra comunidade. Principalmente onde esses laboratórios estão instalados, a comunidade local, do entorno é que se beneficia. O CESAM mesmo participa de uma feira que é a Feira Agroecológica, que fica dentro da UFPE; então a gente, de alguma forma, em PE, a presença da AMARFITSA, até hoje, até os dias atuais, é uma forma de resistência em relação a contrapartida do sistema de saúde que o Estado oferece. Não só o estado, mas eu falo também a nível de Brasil, porque existe a Política Nacional De Plantas Medicinais, e essa Política Nacional De Plantas Medicinais não consegue fazer o que a AMARFITSA faz em termos de promoção de saúde no Estado. Porque os medicamentos fitoterápicos, os medicamentos semiartesanaís que são produzidos, manipulados pela

AMARFITSA, saem até de Pernambuco, vão pra outros estados. Só pra você ter uma ideia do impacto e da importância da produção da AMARFITSA; lembrando que a maioria das pessoas que compõem a AMARFITSA hoje são mulheres e são essas mulheres que são beneficiadas e são essas mulheres que são educadoras populares de saúde e que dão formação. Foram estas mulheres que foram pro território Xukuru, dar oficina. Então o Laboratório de Química Aplicada e Fitoterápicos da UFRPE, que é o que eu coordeno, somos parceiros da AMARFITSA, e a gente sempre quando vai pros territórios a gente tá sempre com uma dessas mulheres e elas que tã a frente ministrando esse curso junto com as comunidades.

Para o contexto em que se insere Luíza Cavalcante (informação verbal):

A universidade é uma coisa assim, né, a gente sabe que hoje tem setores bem importantes, bem avançados, que tá saindo dos muros, das cadeiras, das salas de aula, e voltando para as fontes de onde bebem conhecimento, e pra devolução, também. Então, nesse fazer, tem sido muito importante o papel da ciência, de fortalecer esse povo. Algumas questões têm sido levantadas, quando a gente fala da ciência a partir da farmácia, por exemplo, a universidade Rural tem participado disso, a Federal, no sentido de trazer conhecimentos fitoterápicos, tem sido muito importante. Participar, conhecer os grupos que tão trabalhando, da orientação, da manipulação das plantas medicinais, das tinturas, e tantas outras coisas que têm sido feitas diariamente e são conhecimentos que o povo traz mas que precisam ser científicos. E aí tem sido muito, muito importante, isso. Um exemplo é o CESAM, a participação da universidade lá é algo maravilhoso. Tem outros agrupamentos que estão também recebendo isso, mesmo no setor da agroecologia, né? Tem outros conhecimentos da ciência que tem chegado a nós partir da universidade e tem fortalecido. Até, muitas vezes, na questão mesmo da identidade das comunidades. Muitas comunidades que são quilombolas que não sabiam, não tinham esse conhecimento, não sabiam que por aí era um lugar. E a partir da ciência eles vão se reconhecendo e se firmando em seu território, né? Cuidando, passando a ter outra qualidade de vida. Inclusive aprendendo a ir buscar políticas públicas, acessar essas políticas públicas nos seus territórios. Então, a ciência ela tem sido importante nesse sentido e a gente tem visto hoje quantos avanços. Isso PE tem muito. Muita ciência e nos diferentes setores da ciência. Eu não saberia agora elencar tanta coisa, mas eu sei de participações, de ouvir, de assistir, quanto que tem sido rico a participação no nosso estado enquanto universidade e ciências produzidas, o quanto tem avançado por aí e resolvido tantos problemas. Mas eu digo a você que é sim, é muito importante. Nesse momento mesmo, esses dias, estamos vivendo aqui na região onde eu moro, nos assentamentos, estamos vivendo a recepção a presença, né, da universidade. O curso de bacharelado em agroecologia, esse curso tem estado em diversas propriedades, conversando, visitando, conhecendo, ouvindo, se colocando, isso são coisas importantes. E a partir daí trazendo outros conhecimentos também pra dentro desses territórios. Então pra gente é um papel importantíssimo de estar se fazendo. Isso é fortalecimento. Um conhecimento como a energia solar, numa região carente de água, por exemplo, como nós da mata norte, as águas estão concentradas nas mãos do latifúndio. E a ciência nos chega através da universidade federal, sobre a construção da energia solar. Então na hora em que a gente consegue acessar ela, saber como montar uma fotocélula, né, fazer a custos mais baratos, isso

é uma contribuição muito grande. Inclusive é uma das expectativas que está se tendo, esses dias, né, com a proximidade da universidade, da incubadora, da universidade federal, que tem se achegado... entendeu? Então são ciências que vêm e que fortalecem e que são muito necessárias. E eu digo mais, é preciso que a universidade se fortaleça também nesse lugar de estar dentro das comunidades e trazer a ciência, aquilo que é um conhecimento científico, muito desses conhecimentos a gente sabe, foi bebido na fonte das comunidades, entendeu? E agora que ele tá científico precisa retornar de forma a tornar sustentável a vida nesse território. Então eu quero deixar isso como mensagem, tá? Pra tu levar pra universidade.

Já para D. Maria José Martins a ciência que faz sentido para o povo Xukuru é outra (informação verbal):

A gente se organiza através dos nossos índios, reúne os nossos índios pra Mata Sagrada. Lá fazemos o nosso ritual e chamamos os Encantados de Luz para nos ajudar e proteger, aí o nosso trabalho continua, a nossa luta continua, com muita fé, com muita força, com muita coragem e crença, e tradição. Pra poder a gente fazer isso, chama todos os índios que participam do Ritual Sagrado, pra que nós faça um ritual e chamamos os Orixás pra gente se organizar. Isso na Mata Sagrada, isso lá no nosso Peji Sagrado, com todos os índios, com as lideranças indígenas, com os jovens que estão começando na luta, chamamos eles, e vamos fazer esse ritual na Mata, que é do Povo Xukuru, que é do povo da espiritualidade.

Para D. Maria das Águas, entretanto (informação verbal):

Nós, pescadores e pescadoras, temos vivência própria e como acontece o nosso bem, ou mal, viver. E respeitando a ciência e buscando apoio científico. Temos, sim, muito forte e bons cientistas junto conosco, em nossas vivências, em nossas lutas. Como o nosso – que eu chamo de Companheiro de luta e tradição, e defensor da pesca artesanal – o professor Cristiano, o professor e cientista Tarcísio (acho que é da FUNDAJ).

Segundo a D. Maria do Carmo Sobral (informação verbal):

Os movimentos sociais têm contribuído junto com à academia para divulgar e lutar pelos conflitos socioambientais como por exemplo no acesso à água, posse da terra, entre outros. Não se pode generalizar a ciência, mas sim representantes dela.

De acordo com as experiências de Sandra Caetés (informação escrita):

Desde o início de minhas atividades na ESEC-Caetés testemunho que, a cada passo, as questões relativas à preservação do meio ambiente, vêm tomando o interesse das gestões governamentais, como também a qualidade das pesquisas das universidades que são desenvolvidas na Unidade e transmitidas à população. Hoje, nós temos uma sede da Estação mais organizada, com uma equipe consolidada, para desenvolver as atividades necessárias dentro do Plano de Manejo. As instalações físicas foram

recentemente reformadas, de forma integrada e exclusivamente para uma Unidade de Conservação, conseqüentemente para que todos desfrutem, a exemplo da comunidade local, da científica ou da população em geral, com o fim para a educação ambiental [...]. Um dos pontos essenciais que venho trabalhando, desde o início (1991) de minhas atividades na ESEC-Caetés, é a questão da educação ambiental, isto é, o despertar da consciência ambiental, por parte da sociedade, pelo conhecimento. Por isso também venho incentivando as pesquisas das universidades na Estação, porque estas oferecem condições para instruir a população do entorno, sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Por fim, segundo Terezinha Filha (informação verbal):

A ciência, ela tem um papel importante enquanto base, porém, ela não tem correspondido como deveria. Porque, o que é que acontece: a ciência aparece aqui, no formato da academia, e aí, em geral, vem, busca pesquisar, fortalecer suas monografias, suas teses, seus doutorados, suas pós, volta para as Universidades, conseguem suas grandes notas, né, com êxito, e não há nenhum retorno, de todo esse processo, de construção com a dignidade das pessoas que foram lá e serviram de objetos para estas notas. Então, no geral, é bem complicado. Porém, a gente, já faz um tempo... desde o princípio, inclusive, a gente questiona esse formato, e a partir desse questionamento a gente vem conseguindo ter construções diferenciadas nessa relação com a ciência. A ciência é fundamental, né. Acho que a ciência é uma base de reflexão, de estudo, que vem a contribuir bastante. Porém, não neste parâmetro como superioridade, né. Eu acho que, inclusive, a gente tem que passar a perceber que há muita ciência nos saberes ancestrais, nos territórios tradicionais, que tem, se não igual, muito mais valor. Eu diria que tem bem mais valor. Por quê? Porque o que está escrito lá, foi, antes, um saber que foi pesquisado e colocado, e publicado. Então, depois que ele é publicado, o que é que acontece? Esse saber ancestral passa a não ter, cientificamente, o mesmo valor. É muito louco isso, assim, pra mim, na minha cabeça. Então eu acho que os saberes ancestrais são científicos e a gente precisa aprender a valorizar isso. Eu acho que, em um momento como esse, inclusive, ele vem muito a dizer sobre isso, né, há uma necessidade de um movimento, uma dinâmica de retorno a essa ancestralidade, de retorno à origem; de valorização da ciência, mas, da compreensão de que essa ciência ela está, principalmente, nesses saberes ancestrais.

De acordo com as análises e cruzamentos destas informações, foi possível observar os seguintes apontamentos (**Gráfico 5**):

#### **Quadro 5 - Como atua a ciência nos contextos socioambientais de Pernambuco**

##### **Como atua a ciência nos contextos socioambientais de Pernambuco**

Racionalista, distanciada e transcendente da questão ambiental e dos saberes tradicionais  
 Ausência de apoio científico às comunidades  
 Presença de dualidades (exatas X humanas, sociais X duras)  
 Fundamental do ponto de vista ambiental  
 Fornece insumos que embasam o conhecimento  
 Subsídiam o conhecimento voltado ao saber popular  
 Dialogando permanentemente com o Estado e com os movimentos sociais  
 Desenvolvendo pesquisas pontuais, sem - ou com pouco - diálogo com as comunidades



Desenvolvendo trabalhos importantes de conservação ambiental e de preservação  
 Sem multidisciplinaridade na abordagem  
 Parte da ciência com ações comprometidas com o social, de maneira mais ampla e multidisciplinar  
 Empoderando e desenvolvendo alternativas de adaptação e/ou minimização de impactos  
 Favorecendo o fortalecimento e a permanência dos saberes tradicionais e dos territórios  
 Valorizando e interiorizando o intercâmbio de saberes  
 Proporcionando instâncias de articulação popular  
 Atuando direta e ativamente, junto aos territórios, no contexto socioambiental  
 Proporcionando instâncias de articulação de grupos de mulheres  
 Rompendo os limites das Universidades e se aproximando fisicamente dos territórios  
 Articulando para atender às demandas dos territórios, como resistência contrapartida ao Estado  
 Se afirmando a partir de sua própria ciência tradicional e ancestral, no caso dos povos tradicionais  
 Denunciando crimes socioambientais  
 Sensibilizando a população sobre as questões ambientais  
 Sem compromisso efetivamente popular em suas pesquisas  
 Agindo a partir de uma superioridade sem lógica e coerência

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Gostaria de comentar os pontos observados nos discursos das mulheres, a partir das seguintes questões:

- i) Quando pensamos em ciência, pensamos em algo interligado à noção de uma instituição da sociedade que objetiva a produção de “conhecimento”, junto a outras estruturas, para o desenvolvimento dessa sociedade. Entretanto, a etimologia da palavra “ciência” se refere a “conhecimento” e “saber”. Gebara (1997), Freire (1987), também defendem, como visto no capítulo anterior, que o conhecimento é fruto e consequência do próprio experienciar, e que essas experiências se dão a nível individual, coletivo e transpassa recortes muito subjetivos, únicos de cada pessoa/indivíduo/grupo. Nesse sentido, é possível afirmar que todos os seres que experienciam a vida são possuidores de conhecimentos próprios, provenientes de suas experiências e contextos (até mesmo os animais não-humanos).

Com isto quero ressaltar a importância de observar a produção do conhecimento a partir de uma lógica que reconheça a ciência dos povos tradicionais, dos povos de base e de seus distintos recortes entorno de classe, raça, gênero e espécie (DILGER et al, 2016; GEBARA, 1997; HARAWAY, 2019); e que reconheça o lugar da ciência moderna não como ponto central, mas como parte de uma teia de formas de construção do saber.

- ii) A segunda questão que gostaria de pontuar se refere às diferentes opiniões sobre a atuação da ciência, de acordo com a área de atuação das interlocutoras. Como já exposto anteriormente, as interlocutoras nos contam seus relatos a partir de suas

experiências nos movimentos sociais, em órgãos e programas ambientais governamentais, na universidade, no cotidiano das comunidades de base e dos povos originários. Sendo assim, a própria percepção da ciência se apresenta de maneira distinta. Na universidade a prática científica é vista com entusiasmo crítico, que reconhece a potência da instituição mas também as lacunas no apoio efetivo às lutas populares e socioambientais. Na gestão pública é comum a perspectiva da ciência como pilar intelectual para fundamentação das políticas públicas; mas somente uma das três interlocutoras mencionou as limitações das práticas científicas no que se refere ao fortalecimento das lutas populares e do ambiente em sua proteção e conservação. Para as representantes das comunidades de base - as quais pautam o ambiente a partir do acesso às políticas públicas de saúde, educação, infraestrutura – fica evidente que, em algumas comunidades, há ações pontuais e contínuas que fortalecem áreas específicas - como o estudo e produção de medicamentos naturais (que, para além dos benefícios na saúde, fortalece também a continuidade e manutenção dos saberes populares e tradicionais) – mas que, em outras comunidades, não há nenhum tipo de apoio das instituições científicas. Esta falta de apoio é reconhecida também pelos povos originários, que não reconhecem a ciência moderna nem na produção de conhecimentos válidos aos seus contextos, nem no apoio efetivo às suas lutas.

- iii) Com base no segundo apontamento, gostaria de referenciar, por fim, os distintos direcionamentos da ciência moderna. Partindo da função da instituição “ciência” (ciência moderna) como produtora (não única) de conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, é possível observar como é importante questionar para quem a ciência da qual me refiro trabalha. Muitas são as discussões que referenciam a falta de ética nas práticas científicas, quase sempre relacionando-as à produção de serviços e/ou produtos que desrespeitam as pessoas, os ecossistemas e favorecem, unicamente, à produção e acumulação de capital (AYRES, 1997;). Entretanto é possível observar, ainda, correntes e/ou pesquisadores e pesquisadoras que se direcionam, a partir do reconhecimento ético da prática acadêmica, ao apoio das lutas sociais para o desenvolvimento destas sociedades.

Desta forma podemos perceber que tipo de ciência está interligada às lutas de base e que tipo de ciência está interligada a outros setores, ambas dentro do campo de dinâmicas socioambientais de Pernambuco. Este contexto terá, ainda, seus muitos desdobramentos, em função da localidade e dos processos locais.

Ampliar o nosso campo de visão, de visualização das distintas realidades, das distintas formas de produção de saber, das experiências e conhecimento adquiridos, é fundamental para qualquer tentativa de compreensão dos contextos pernambucanos. Se observamos este cenário, portanto, dentro do contexto da América Latina, é possível perceber a magnitude da influência do pensamento colonial nas abordagens da ciência moderna. Em todo o continente se expressa um padrão de conhecimento que nega os conhecimentos originários, e impõe uma outra forma de conhecer e experimentar (GEBARA, 1997).

Neste trabalho, portanto, a partir da contextualização das diferentes formas do saber, e do próprio contexto colonial da ciência moderna, proponho e me posiciono a partir da ampliação do campo de observação, em direção à diversidade de saberes tradicionais, populares, originários, das comunidades de base, dos e dos trabalhadores/as, de pessoas que experienciam a vida desde as suas subjetividades. Sem a romantização do saber que não pode ser questionado, seja diante dos saberes inferiorizados ou dos saberes “científicos”; levando em conta que somos seres inacabados, em constante transformação, assim como nossas experiências, nossos saberes e nossos contextos.

#### 5.4.5 Como atua os movimentos sociais diante dos contextos socioambientais

Nas seções anteriores, analisamos como o estado e a ciência atuam para o desenvolvimento da sociedade, diante dos contextos socioambientais. Neste sentido, me parece importante analisar a atuação dos movimentos sociais, considerando, estes, também, como instituições/organizações voltadas ao mesmo objetivo, mas que considera recortes sociais específicos.

É importante, ainda, citar a referência de movimentos sociais a partir da seguinte classificação: i) organizações da sociedade civil, formais ou informais, e que se reconhecem enquanto tal; e ii) organizações de um conjunto de pessoas que se reúnem para solucionar um problema específico e pontual, de caráter popular e não-institucional (SILVA, 2016).

Neste sentido, Cynthia Suassuna opina (informação verbal):

Os movimentos sociais, eu acho que a gente tem avançado, em alguns. Por exemplo, no caso do Estelita, que foi um movimento bem interessante, teve muita força, teve muita luta, a gente aprendeu muito, foi um movimento bem engrandecido, com participações de jovens, universitários, da população que

vivia no local, de até professores, gente de fora, David Harvey veio aqui, a gente tem alguns movimentos fortalecidos. Mas tem outros perseguidos e enfraquecidos, eu acho que a gente precisa trabalhar ainda muito a participação das pessoas, esse empoderamento das pessoas, eu acho, assim, a informação, eu acho que as pessoas ainda não tão absorvendo, as informações não chegam de forma adequada pra que todas as pessoas, não só nos movimentos sociais, precisa ter pessoas. Tem uma contaminação política grande, que eu acho que atrapalha. O cara tá ali na liderança, daqui a pouco tá cooptado pra ser cabo eleitoral de um vereador, e aí já vai desvirtuando o movimento. A gente vê isso no movimento estudantil, as vezes, né, que tem um padrão, daqui a pouco você vê o pessoal querendo, sendo sugado por forças políticas não-coerentes com aquele movimento [...]. Então assim, tem essa violência institucional do Estado contra esses movimentos, tem a corrupção que também afeta a saúde do movimento, e também tem a falta de informação e de conhecimento, que também afeta. Então, eu acho, assim, tá muito, ainda, tá muito longe. A democracia é uma construção que dá um trabalho.

Já de acordo com a experiência de Edcleia dos Santos (informação verbal):

Tudo que a gente faz aqui na comunidade é em parceria com os movimentos sociais. Se esse grupo não existisse passarinho vivia esquecido de tudo, porque esse grupo começou em 1999, que era um grupo de trabalhadoras domésticas que ia trabalhar numa Kombi já de um morador da comunidade, que ele era kombeiro da época e já ia levando a gente, e a gente, eu, Luíza, que, hoje, é presidente do sindicato das domésticas e da FENATRAD, Vania e outras companheiras, íamos conversando nessa Kombi sobre a questão da melhoria da comunidade. Foi daí que esse grupo nasceu, né, em 1999. E foi assim, eu que, as outras meninas, nem Vânia, nem Luíza, nem as outras, conheciam o movimento de mulheres, só eu que conhecia, porque eu já vinha do Morro da Conceição, que já fazia parte do Grupo de Mulheres do Morro, já conhecia o Fórum de Mulheres, o SOS Corpo, e várias organizações, as Loucas de Pedras Lilás, que eu fui durante 10 anos das Loucas, então eu já conhecia o movimento de mulheres. E foi daí que este grupo nasceu.

Para Edneida Rabelo (informação verbal):

Por exemplo, foi uma ousadia grande, na década de 1990, final da década de 1990, aproveitando a oportunidade ímpar da realização de um evento, aqui no Brasil, de um evento internacional, que foi a COP 3 da desertificação; os movimentos sociais que se organizaram para a participação num fórum paralelo, que é um desenho já previsto nesses encontros, eles não só foram discutir, mas eles pactuaram antes, construíram uma rede de diálogo e proposições, de forma que eles botaram na mesa um documento que era, digamos, a semente, do que seria o Programa Um Milhão de Cisternas. Mas até essa proposição, “olha, a gente tem experiências que dão certo, que respondem pra água, pra consumo humano, pra familiar, no período não de seca, mas de estiagem, e qual é a do poder público, qual é a resposta? Isso transforma em política pública” [...]. E se a gente parte pra outros contextos, dos movimentos sociais e tudo mais, isso também é uma construção. E é

uma construção que precisa ser lembrada, referendada, fortalecida o tempo inteiro. Seja em coisas simples, como eu já toquei – como viabilizar a participação das mulheres nas reuniões, nos encontros, nas formações até de como é o dinamismo, como a dinâmica destas reuniões, desses encontros, dessas formações, acolhe essa diversidade. E aí eu falo da mulher, mas também falo dos diversos outros grupos de minorias que estão presentes em nossa sociedade. Então o fato de termos momentos em que a gente tem a participação que é diversa, dependendo de como as coisas se dão, não necessariamente a gente vai tá sendo inclusivo.

Giannina Cysneiro nos conta, desde sua experiência (informação verbal):

E os movimentos sociais têm um papel fundamental, têm um papel fundamental que é a busca da consolidação dos espaços pra serem ocupados, nas lutas socioambientais. Meio ambiente é uma questão que não é incorporada. Ou melhor, não é que não seja incorporada, ela é uma questão marginal dentro das políticas de governo. Então, os movimentos sociais e a ciência é que, são os braços que podem fazer com que o Estado atue de uma forma, vamos dizer assim, não é degradante, de uma forma mais socioambiental, vendo mais os outros componentes, que não seja só a economia. Então, os movimentos sociais têm um papel muito grande nesse processo de ampliar os espaços de atuação, e de ampliar as conquistas ambientais até pra o próprio estado. O estado define e implanta políticas, a ciência fornece os subsídios pra que as políticas sejam definidas e sejam implantadas de uma forma compatível com os fundamentos, e os movimentos sociais, dentro desse cenário, é quem dá o termômetro do direcionamento das políticas e dos investimentos. Agora, as coisas não são lineares, a gente vive numa dialética, e não é assim um faz isso, outro faz isso, outro faz isso, né? Cada um... isso é uma rede, e tem várias interfaces, várias possibilidades. Não é assim, linear.

Segundo as experiências de Karlone Barroca (informação verbal):

Quanto aos movimentos sociais, justamente, eles também vão estar dentro dos Conselhos, e eles também tem um diálogo permanente com o ProRural, de abertura, de conversar, de questionar, de dialogar em relação a todas as políticas que estão sendo praticadas. Então, esse diálogo é muito tranquilo, mas, as vezes, tem muito a ver com o gestor principal [...]. O gestor, que eu digo, é o do ProRural, quem é o gerente geral. Isso vai depender muito [...] a gente, quando eu trabalhei, que eu já fui assessora de um Secretário, a gente recebia muito os movimentos sociais, às vezes ia de caravana, a gente nunca ficou, assim, como o Incra ficava, mas já aconteceu de eles ficarem acampados na Secretaria de Agricultura, reivindicando a reintegração de posse daquela área. E sempre a gente tentou negociar, as instituições, a gente sempre tenta negociação pra evitar o enfrentamento com a polícia [...]. Então, esses conflitos, pelo menos a parte que eu acompanhei, não houve nada tão violento. Mas, assim, eu já assisti, há acho que uns quatorze anos atrás, um presidente lá em Moreno, era na época que eu dava assistência a alguns assentamentos, e um presidente de associação, ele denunciou que estava tendo um desmatamento da mata, e, assim, o Ibama e os órgãos demoraram a tomar uma providência, tomaram, mas, mesmo assim, ele foi assassinado [...]. Era o Engenho Herbert de Souza, se eu não me engano, que ele tem uma casa muito bonita lá [...] eu andei muito, toda essa área de Moreno ela é

muito rica, dá pra você fazer muita coisa. Então aconteceu muito isso, de vender parcelas, repassar parcelas, teve presidente denunciado, de associação envolvida, até gente do Incra, uma confusão muito grande, mas, eu presenciei isso também, um presidente de associação foi assassinado porque denunciou que estavam entrando na mata, acabando com a mata [...]. Então, até hoje, ninguém sabe quem matou Carimba, que era Carimba que a gente chamava, o nome dele [...], e os assentados só tinham mais condições de enfrentar as instituições quando os movimentos sociais estavam respaldando eles. Porque aí, justamente, os movimentos sociais têm advogados, eles têm como dar conta, argumentando. Então, por isso, até, que os movimentos sociais eles têm um certo poder sobre esse grupo de agricultores. Porque, sem eles não se consegue, muito, tá negociando esses conflitos. Porque é muita regra, muita lei, muito tudo. E o nosso povo não tá preparado, ele estranha. E outra coisa, as regras mudam muito, hoje pode uma coisa, amanhã não pode. Então, eles não entendem [...]. E aí eu estou sendo, elogiar, eu acho que o que mudou a chave de PE foi as pessoas, os movimentos, as ONGs que começaram a trazer o orgânico. Como eu acompanhei logo no início, essa mudança, e alguns agricultores, uns que já faleceram, eu acho que o que mudou mesmo foi esse pessoal que começou no Sertão, aqui tem também, que começou com essa preocupação. Porque, quando, eu já vi mesmo, em Inajá, o pessoal plantando melão, não estava muito preocupado se aqueles tantos Hectares de melão ia fazer bem às terras de Inajá ou não. Se o solo ia chegar uma hora que não ia mais dar melão legal porque ia tá saturado, ninguém queria saber, até hoje ainda tão produzindo muito melão por lá, então, assim, eu acho que a mudança do comportamento de muitos agricultores foi essa questão dos orgânicos. Eu acho que as feirinhas, isso mudou muito a mentalidade da produção. Porque, antigamente, era muito isso: monocultura, o coco, o maracujá, Inajá melão, melancia, quando você vai pra as áreas irrigadas, que também é outra área de conflito, porque a questão da água, que utiliza a água, e quando você – eu agora, falando, me lembrei – que tem um custo, aquela água, que é tirada do rio São Francisco, e tem muitos agricultores que não pagam a água, e essa operação ela tem um custo também, ela tem um custo pra natureza, então se você não faz de uma forma adequada, você, no futuro, pode prejudicar o solo, a questão dos rios, então, é bem difícil isso, você mudar essa chave, fazer um desenvolvimento rural pensando no meio ambiente.

Segundo a Lika Souza, por sua vez (informação verbal):

Não há muito esse enfrentamento com a comunidade local. O Salve Maracaípe é um movimento de ativismo, né, de enfrentamento. Desde de 2009 vem enfrentando com a comunidade a destruição do ambiente pra construir a estrada, desmataram o mangue, e aí desde essa época vem o enfrentamento. Então, tem essa pegada de ativismo, nós denunciemos os crimes ambientais que aqui são cometidos. Nós não temos vínculos políticos, então, a gente pode fazer o que as ONGs, que de repente tem essa dependência econômica com a gestão, não pode. Mas, agora é que a gente começa a se reconstruir enquanto instituto de pesquisa, aí aprovando editais, captando recursos, pra começar a destinar verbas para os projetos que já são desenvolvidos aqui e novos projetos [...]. Então, é importante salientar o quanto é delicado fazer ativismo ambiental num território tão disputado, por pessoas tão poderosas, por grupos tão poderosos. A gente tá num lugar que é tido como o paraíso, né? Porto de Galinhas, por mais de 10 vezes, foi apontado como a melhor praia do Nordeste, e é essa imagem que quer se vender. Então tudo que é irregular aqui acaba sendo abafado. Tudo que

acontece aqui acaba sendo abafado. Então ter um grupo de jovens ambientalistas que estão expondo os problemas do lugar é, muitas vezes, perigoso pra gente, entendeu? Antes desse episódio com o petróleo, por exemplo, a gente vinha conseguindo realizar atividades mais contidas, a gente tava puxando a questão do banimento dos plásticos descartáveis de uso único nas praias, a gente conseguiu fazer a primeira Conferência para Banimento dos Plásticos, inclusive fazer lá no Resort Serrambi. Então, enquanto a gente tá discutindo de forma mais interna, a gente conseguia apoio, inclusive de resorts e hotéis em si. Quando chegou o episódio do petróleo, que a gente começou a questionar, e identificar, né, o Salve Maracáipe foi o primeiro movimento a identificar o problema e a denunciar nacionalmente, fomos o primeiro grupo a irmos a Brasília denunciar na Comissão de Direitos Humanos, que as praias do NE estavam sendo atingidas por Petróleo, enquanto ninguém ainda sabia do que se tratava, enquanto o governo não tinha, ainda, dado nenhuma resposta. Então foram meses de enfrentamento, de luta em campo, pra retirada daquilo tudo. E aí, quando chegava o petróleo aqui nas praias, íamos a campo, mostrávamos, denunciávamos, começamos a notar que alguns grupos não concordavam, não queriam, não era pra gente falar que tinha petróleo aqui, né. Porque teve um impacto econômico muito grande, né? Um local que é movimentado pelo turismo não pode ter problemas, as pessoas não podem deixar de vir pra cá, então, nesse sentido, há esse enfrentamento, briga com peixe grande mesmo, sabe? [...]. Mas é uma demanda muito grande pra um grupo muito pequeno. E aí dificulta muito as coisas. Por outro lado a gente tem apoio de entidades ambientais muito fortes, internacionais, inclusive, e isso nos fortalece. Mas, é, o nosso principal desafio é isso, ter que fazer tudo: ter que fazer a pesquisa, ter que mobilizar localmente, ter que fazer educação ambiental, ter que sensibilizar as pessoas, mostrar que não somos os vilões, que estamos aqui pra proteger o ambiente, pra justamente a gente possa ter a manutenção dessas atividades econômicas sendo desenvolvidas por mais tempo, por mais gerações [...]. Então, o que a gente tenta fazer é unir força com os movimentos locais, apoiá-los. A ideia do Salve é isso. Somos agentes captadores de recursos pra apoiar tudo que for projeto socioambiental. Principalmente com criança, com educação, com mulheres, com empoderamento da comunidade. Então, o Salve sozinho não faz nada. O salve apoia e atrai outros projetos, outros recursos, outros importantes pesquisadores, outras lideranças. Começa a falar e a despertar isso, por aqui, assim, de que as coisas não estão como deveriam ser e que a gente precisa se apropriar, que a gente precisa cuidar, porque quem tem seu hotelzinho, quando a praia tiver destruída, oh, vai embora, monta seu hotel em outra praia. Então a gente tem que falar diariamente para as pessoas que vivem aqui, que cresceram aqui, que tão aqui a mais tempo, que elas precisam se apropriar desse cuidado com o ambiente. Porque quem vem de fora, e tem recurso pra investir, né, vem com esse discurso de que vai gerar emprego, que vai gerar desenvolvimento, quando na verdade vai gerar uma exploração econômica e contribuir pra uma degradação ambiental [...]. E aí, só concluindo, a nossa principal linha de atuação é de denuncia mesmo, no ministério público, de protocolar tudo que a gente denuncia, de apresentar propostas de projetos de lei como o banimento dos plásticos descartáveis, né, denúncia ao MP como o caso do Arena Porto, como no caso do muro de contenção na praia por parte dos mega resorts. A gente também tenta construir campanhas com outras grandes entidades, outros grandes movimentos ambientais, internacionais, a gente mobiliza pra ação, por exemplo, de limpeza de praia, de educação ambiental, dialoga diretamente com o estado, também. Temos uma boa relação com a Secretaria de Meio

Ambiente, temos boa relação com grandes pesquisadores da academia. Então a gente vai tentando falar isso, a gente sozinho não resolve nada, o que a gente tem de conhecimento sobre quem pode resolver tal situação; o que a gente faz é articular, denunciar, chamar atenção, propor uma solução; e tentando estreitar os laços com a comunidade local e mostrar, tentar trabalhar junto pra construção dessa consciência ecológica, que não dá pra ficar esperando que a comunidade local se organize. A comunidade local justamente precisa de UPP, precisa que a gente consiga atrair pra cá formas de enfrentamento. E atuar junto a escolas, a gente tá buscando entrar mais nas escolas locais a partir desse semestre, desse ano, já fui pra algumas reuniões de coordenação, e daí inserir na grade curricular das escolas atividades extracurriculares, pedagógicas, com trilhas ecológicas, esse tipo de coisa também. Então, são várias formas de atuação a partir dos problemas que vão surgindo. O que a gente tenta mesmo é articular, saber quem pode resolver tal problema e cobrar isso, buscar isso [...]. O Salve Maracápe foi bastante atuante – *sobre o vazamento de petróleo no litoral nordestino*, né, firmamos uma base de atuação lá em Itapuama, uma das praias mais atingidas do NE. Enfim, desde então, nossa vida mudou de cabeça pra baixo, e o peso da responsabilidade de lidar com esse tipo de problema só aumenta, e é um desafio diário. A gente escuta muito que os impactos ainda são imensuráveis, então, vários desses projetos de estudo de impacto tão construindo agora, tão começando a mensurar agora. Inclusive o nosso projeto, financiado pelo Fundo Casa é um desses projetos que vem pra somar em mensurar esses impactos [...]. Em locais com grande holofotes, né, e interesses turísticos como Porto de Galinhas, até os próprios turistas se arriscariam e colocariam a mão no óleo e participariam dessa remoção nos ambientes. Enquanto praias menos assistidas, praias que não tem os holofotes turísticos todos voltados pra ela, a população local sozinha, movida pelo sentimento de pertencimento, ia enfrentar o problema sozinha e sem muito apoio. Então, por isso, nós firmamos base lá em Itapuama, né, a gente viu que porto de galinhas estava bem assistido, tinha muita gente preocupada com o lugar, e a gente entendeu e percebeu logo de cara que a população lá, sozinha, ficaria, ficaria... E aí mobilizamos tudo pra lá, né, os mantimentos, os EPIs, e assim outros estados também. Fizemos isso na Bahia com essa mesma preocupação, de que praias mais isoladas, o ambiente tava impactado, a população local é pequena, e não tinha tanta mobilização voluntária para atuar nesses ambientes isolados.

Para Lourinalda Selva Silva:

Então a gente tinha o Centro Sabiá, várias outras ONGs que atuavam, principalmente as ONGs, que vinham fortemente fazendo esse trabalho; o povo do próprio território, organização dos povos tradicionais, os povos indígenas se organizaram, as etnias, para preservar esses saberes em seu território, a cultura [...]. Então, o que eu posso dizer hoje é que em termos de sociedade civil, PE hoje tem uma forte representação pela AMARFITSA, sobre a valorização do saber popular, porque a AMARFITSA vem dessa linha, do saber popular, ela não vem dessa linha do saber tradicional, tanto é que a maioria das plantas utilizadas pela AMARFITSA são plantas domesticadas, mas a AMARFITSA também tem plantas nativas. Elas usam barbatimão, aroeira, angico, que são plantas na nossa região, daqui da Caatinga e da Mata Atlântica. Mas a maioria das plantas que elas utilizam são plantas domesticadas, mas elas têm ainda a influência do saber



tradicional utilizando plantas que são endêmicas e que ainda não são legitimadas pela Universidade, pela Anvisa, não consta na Farmacopeia como uso, entendeu? Que deveria estar, porque a gente se baseia no uso ancestral, no uso tradicional [...]. A gente tem algumas ONGs, hoje, como a Casa da Mulher do Nordeste, muito importante essa ONG. Ela faz um trabalho bem importante no estado de Pernambuco, inclusive na capital, em Recife. Ela tem uma aproximação com as comunidades que são a comunidade da Palha do Arroz [...], e comunidade do Passarinho. Então são duas comunidades, a da Palha do Arroz e a do Passarinho, que a gente vê que são lideradas por mulheres e que a Casa da Mulher do Nordeste, o Centro Sabiá, eles tão bem próximos na cidade, fazendo esse movimento. E que a maioria das reivindicações delas, como elas estão na área urbana, e ao redor não tem muita biodiversidade, no Passarinho até que tinha uma mata grande e elas conseguem perceber que tá cada vez mais desmatando e as pessoas tão construindo e tá aquecendo, né, o bairro; mas as reivindicações delas é muito em relação a isso, a escola, creche, posto de saúde, moradia, saneamento básico, que falta, então, esse tipo de reivindicação. Então elas fazem eventos, ações, chamam as comunidades, articulam, participam de vários eventos, elas estão sempre participando e representando a comunidade, tanto da Palha do Arroz como do Passarinho; a do Passarinho é mais antiga e a da Palha do Arroz é mais recente.

Para Luíza Cavalcante (informação verbal):

Qual a estratégia, a não ser a de viver. As pessoas querem viver. As pessoas querem tá em paz. As pessoas querem continuar construindo os seus horizontes, sabe? E muita gente quer poder desenvolver essa terra, poder continuar criando seus filhos, seus netos, netas, filhos e filhas, nessa terra. As pessoas tão com fome de direitos. E daí que a delicadeza é também como que a gente faz (risos). Nesse momento eu creio que o Brasil também como o mundo inteiro fica estarecido diante de tanta aberração. Estarecidos. E aí, estando estarecidos, a mente fica meio nublada, né? O que é que a gente vai pensar pra além de conseguir viver? Sobreviver a todos, re-reinventar, se re-existir diante de tanta atrocidade, de tanta... não tem palavras, né, que possa definir tamanha bestialidade. Tamanha violação da vida. Não só dos direitos humanos, mas da vida como um todo, né? É uma violação de si mesmo, né? Porque uma pessoa que reage e age como a gente tem visto e ouvido, nos últimos tempos, ela viola a si mesmo. Ela tá cuspidando pra cima, e o cuspe cai na cara dela uma hora ou outra. Não é verdade? Porque um planeta que vai ficando insustentável, quando ele cair, ele cai pra todo mundo. Cai pra todo mundo. Então, há uma bestialidade quando uma pessoa faz o que a gente tem visto, ouvido, sentido. Realmente o povo se torna estarecido. E como pensar, né? Se tá estarecido. É como, pra quem tem medo de cobra, ver uma grande cobra passando na sua frente. Vai ficar como, essa pessoa, né? Não consegue nem gritar, nem correr (risos), ela só fica ali, tremendo e esperando, de olho arregalado. Então eu só posso lhe dizer isso, nesse momento, viu? E a gente aqui faz o que a gente sempre soube fazer, a gente faz o que a gente sempre soube fazer: Reexistir. Reexistir. Acho que é isso que o povo tá fazendo, né, em toda a América Latina. Reexistir. Diante de tanta adversidade, reexistir. Não é? [...]. Como se organizar, diante disso tudo? Hoje, por exemplo, foi quarta né, ontem foi terça-feira... isso, hoje é quarta. Então, ontem o cara que foi indicado – diretas já – pra fundação palmares, de uma vez só, ele extinguiu os órgãos representativos do povo negro dentro de uma fundação, né, organizada para defender os interesses do povo negro. Destituiu

conselhos, comitês, tudo, ele agora tudo tem que passar pela mão deles, do governo, de quem governa ele. As decisões quem toma, arbitrariamente, é uma pessoa que diz que o racismo não tem nesse país e que a escravização foi importante e fundamental para a formação do povo brasileiro. Pô, cara... então, o que é que a gente faz pra contrapor a isso? Que estratégia pra sobreviver a isso, entendesse? E saber que ele agora é detentor da identidade de todo mundo, de todos os quilombos e quilombolas desse país. Saber que as demarcações das terras agora é se ele quiser. Será que ele quer, que ele vai querer? Isso aí é uma coisa que não deveria existir. Uma pessoa vestida de pele preta a serviço da ação devastadora eurocêntrica, branca eurocêntrica. Então, como que a gente vai lidar com tudo isso? Que estratégia montar pra sobreviver a isso, pra se contrapor a esse tipo de política? Tou falando da igualdade racial, né, a gente sabe que os povos indígenas, todo e qualquer povo que se organiza nesse país, que é pobre, sabe que tá vivendo dias de incertezas também. Mas o sol ta aí, ele brilha pra todos. Você olhou esses dias a lua? O tamanho da lua? Pra toda a humanidade, pra toda a natureza, exposta. Se colocando de forma maravilhosa, imensa, com a cor da fertilidade, da fartura, da abundância. Lá, a lua. Os dias de lua cheia tem sido assim. Daí que se a lua vem e se põe de forma tão super, tão próxima, tão nua e tão bela, por que nós outras não?

Segundo as experiências de D. Maria José Martins (informação verbal):

Não, minha querida. Até hoje a gente lutou com o nosso próprio esforço, com a nossa própria condição de vida, da nossa luta, das nossas plantas, né. Plantamos mandioca, plantamos feijão, plantamos batata, temos banana, então, a nossa luta foi toda do nosso esforço. Não tivemos ajuda de governo de estado nenhum, foi do nosso esforço que lutamos pra conseguir a retomada, com todo o nosso esforço; com plantas que nós trabalhava, que os homens e as mulheres tudo trabalhava. As mulheres são guerreiras, viu? Trabalhava e adquiria com que nós passar. E até hoje nós trabalha na agricultura, planta mandioca, tira, faz beijú, faz farinha, bota mandioca pra amadurecer pra fazer bolo. Hoje a gente vive, ainda, essa luta, a luta acirrada, que chama a Luta do Povo Xukuru. Temos muita coragem, minha fia, para trabalhar [...]. Só ajuda de Deus e dos nossos esforços.

Já D. Maria das Águas afirma (informação verbal):

Nós somos sujeitos efetivos dos movimentos sociais, e comeci muito cedo, desde os 13 anos de idade, que já lutávamos por igualdade de direitos, e somos sabedores dos nossos deveres. Porque direito só se consegue com luta, porque quem se acha que está na frente, muitas vezes, acha que não tem o direito. Então a gente precisa ter muito conhecimento para mostrar que é nosso direito de luta para que ele permaneça ou que passe a existir, quando ele é negado. Nós, pescadores e pescadoras, temos vivência própria e como acontece o nosso bem, ou mal, viver [...]. E nós buscando sempre na organização social, em nos juntarmos, muitas vezes estando distante, com muita luta, consegue mais resultados só quando a gente se junta em movimento. Porque sozinho... só quem pode fazer tudo sozinho é Deus. E nós somos movimento organizado, tanto as mulheres como os homens pescadores, e em outras áreas, também, de agricultura, de pesca. E várias

organizações sociais só se dá quando se unem, se junta com um só objetivo, para que possamos ter vida digna e com respeito. É muito mais difícil ainda para os pescadores artesanais do Agreste e do Sertão, porque somos pescadores que se diz de águas doce: de rios de açúde, de barragem; enfim, pescadores artesanais, e que temos os mesmos direitos, cumprimos com os mesmos deveres, mas que na junção governamental, muitas vezes, passa por cima dessa área de pescadores de água doce e só vê muito mais os pescadores do litoral, e a gente luta muito por isso. Só que enquanto pescadores de água doce e pescadores do Sertão, vivemos conjuntamente na luta com os pescadores do litoral. E eles e elas mesmo, quando tem alguma coisa que sente que nós, pescadores de água doce, estão de fora, elas colocam: “epa, olha a turma no Agreste, olha a turma do Sertão, tem que tá todo mundo junto”. Todos juntos e misturados e ninguém solta a mão de ninguém.

Segundo D. Maria do Carmo Sobral (informação verbal): “Os movimentos sociais têm contribuído junto com a academia para divulgar e lutar pelos conflitos sócio-ambientais como por exemplo no acesso à água, posse da terra, entre outros”.

Já Sandra Caetés observa (informação escrita):

A gestão participativa e educativa com a comunidade, para Esec-Caetés, me fez pensar que é o melhor para a própria conservação da Unidade. Como se sabe, a comunidade organizada local impediu que funcionasse uma obra implantada para ser um aterro sanitário que, só por este fato, considero uma intervenção popular de suma importância junto aos especialistas diversificados, instituições governamentais e não governamentais, que são a sociedade civil.

Terezinha Filha, por sua vez, nos conta (informação verbal):

A gente tem uma gestão que é horizontal, então todas as decisões passam por decisões coletivas. E hoje, atualmente, eu estou como presidente do Caranguejo Uçá, mas essa parte de estar Presidente é uma característica que a gente não considera como um processo de hierarquia, mas é necessidade institucional mesmo, né? E aí tem atuado bastante nesse foco dado ao fortalecimento e acolhimento das mulheres. Mas nossa luta, ela tem como foco a garantia, a regularização dos territórios pesqueiros, e a garantia dos direitos dos povos tradicionais [...]. Eu estou no Caranguejo Uçá desde a formação, desde o início mesmo, e minha atuação na Ilha começa a partir daí. Na verdade, isso é, mais ou menos, 1999-2000, é quando a gente começa. Esse sentimento de Caranguejo Uçá, já existia esse sentimento de algumas pessoas da comunidade, e a partir desse sentimento, que era um sentimento, na verdade, de indignação pelo formato assistencialista que havia tanto nos aparelhos comunitários, não só aqui na Ilha, mas na grande maioria das comunidades. Que tinha esse caráter assistencialista e que não contribuía para de fato o crescimento das pessoas. Então, a partir desse sentimento, quando eu chego, a partir da partilha deste sentimento, a gente começa a construir numa perspectiva que a gente depois deu o nome de Caranguejo Uçá. Acho que no fundo, essencialmente, era uma construção em rede de outros coletivos que também faziam a resistência em suas comunidades e

também com grupos culturais [...]. Os movimentos sociais são fundamentais, né, dentro do processo de enfrentamento local, porque é a partir dessa construção em rede, com outros coletivos, que a gente se fortalece, fortalece as outras quebradas e faz valer a nossa voz.

A partir das análises de tais relatos, portanto, levanto os pontos referenciados no **Quadro 6** a seguir:

**Quadro 6 - Como atuam os movimentos sociais nos contextos socioambientais do estado?**

**Como atuam os movimentos sociais nos contextos socioambientais do estado?**

Fragilidades por falta de informação e empoderamento das pessoas  
 Fragilidades por perseguições e violências institucionais do Estado  
 Grande contaminação política  
 Fundamental para a articulação e fortalecimento da luta popular  
 Dialogando e propondo ações e trabalhos que fundamentam políticas públicas  
 Pautando suas ações a partir da inclusão social de grupos desfavorecidos  
 Apresentando estruturas efetivas para participação de gênero em suas ações  
 Papel fundamental na busca da consolidação dos espaços a serem ocupados nas lutas socioambientais  
 Braços do Estado, juntamente à ciência, para conduzir as políticas públicas de forma mais justa socialmente  
 Grande função de ampliação dos espaços de atuação e de conquistas ambientais até mesmo para o Poder Público  
 Funciona como um termômetro para o direcionamento de políticas públicas e de investimentos  
 Diálogo constante com o Poder Público  
 Sofre a vulnerabilização das lideranças populares  
 Prestando apoio com serviço jurídico às lutas populares  
 Promoção de práticas sustentáveis que atendem aos interesses populares  
 Promovendo ações diretas de apoio a catástrofes e impactos ambientais, em resposta às ações que deveriam vir do Estado  
 Atendendo a demandas socioambientais que o Estado não atende  
 Apresentando propostas de lei que atendem aos interesses populares  
 Propondo soluções às demandas socioambientais  
 Sensibilizando a população para a temática ambiental  
 Desenvolvendo pesquisas com forte compromisso socioambiental  
 Formando organizações e potencializando ações e articulações menores  
 Se afirmando como movimento social a partir da vida empírica dos povos e comunidades tradicionais  
 Se fortalece a partir da criação e atuação em rede

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Diante do exposto fica evidente a diversidade de atuação, também, dos movimentos sociais nos contextos socioambientais de Pernambuco, e como as percepções destes se diferem em relação ao campo de atuação e demais contextos de cada interlocutora. De acordo com as realidades locais, estes movimentos irão se expressar, seja pontual ou continuamente, em função da defesa dos interesses populares. Neste sentido é importante dialogar com a instituição “movimentos sociais” dentro do contexto das duas últimas discutidas: o estado e a ciência.

O Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde do Brasil aponta 28 conflitos registrados no território pernambucano (MAPA DE CONFLITOS, 2020). Em todos os casos é possível perceber o poder popular, organizado a partir dos movimentos sociais, em confronto direto com injustiças causadas pelo Estado-corporação (MARQUES, 2015). Se analisamos a ciência a partir de seu posicionamento diante destes contextos - que, geralmente, está voltado a interesses privados -, se mostram cada vez mais notórios os principais agentes envolvidos nos conflitos socioambientais e como estes exercem suas funções sociais.

Os movimentos sociais aparecem, aqui, como uma instituição que tem poder de articulação e voz com outros setores da sociedade. Este diálogo, entretanto, pode ser possível ou não; resultando, na maioria das vezes, em enfrentamentos diretos. Como relatado pelas interlocutoras, muitos são os casos de violências aos direitos e integridade física e moral do setor popular e de suas lideranças, seja por parte do poder público e/ou privado-industrial (MAPA DE CONFLITOS, 2020).

Podemos entender este cenário, portanto, a partir do reconhecimento da potência da articulação popular na luta por seus direitos, vendo, nestes, a principal forma de expressão deste setor. Desta forma dialogamos, mais uma vez, com o que Gebara (1997) e Freire (1987) defendem quando ressaltam a importância da organização e empoderamento local e popular pela reapropriação de suas realidades. Este é o setor de maior vulnerabilidade entre os agentes que atuam nos contextos socioambientais, e a importância de agir como um coletivo é notória tanto no enfrentamento direto às tentativas de retiradas de direitos, como nas respostas imediatas às emergências socioambientais extraordinárias (o que contribui diretamente à proteção dos ambientes).

É a sociedade civil organizada, inclusive, que mostra uma maior eficiência na proteção e conservação do ambiente, sendo um contexto comum a todo o continente, desde as suas subjetividades locais (DILGER et al, 2016). E, neste ponto, volto a ressaltar as distintas formas de viver e perceber o ambiente, sem a romantização de que a conservação ambiental deve ser priorizada em função da mínima qualidade de vida das pessoas - estas sempre irão retirar do ambiente o que o estado retira, mas não distribui como deveria.

Neste sentido, os movimentos sociais, assim como a ciência que trabalha para os - ou se origina nos - povos originários e de base, desempenham um papel fundamental nas lutas

socioambientais, no que se refere à proteção dos direitos e interesses populares, bem como na promoção da justiça socioambiental; tendo, ainda, o estado, como agente quase sempre oposto, que atua como controlador social em função dos interesses privado-industriais.

## 5.5 POTENCIALIDADES, ASPECTOS SÓCIO-ECOLÓGICOS E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Os tópicos anteriores contextualizaram um pouco da diversidade de contextos socioambientais de Pernambuco, desde a perspectiva e recorte de gênero. Esta seção busca expor informações que apontam para algumas potencialidades e aspectos socioecológicos locais que podem servir de inspiração ou base para a construção de caminhos mais justos socioambientalmente, considerando esta construção desde o âmbito popular local nos contextos socioambientais de Pernambuco.

Neste sentido, esta seção se organiza a partir de dois tópicos: i) a importância da organização popular nos processos de resistência socioambiental em Pernambuco; e os ii) Aspectos socioecológicos do estado, constituídos por algumas informações, nos discursos das interlocutoras, que apontam características muito locais e que devem ser consideradas, junto a outras muitas informações, em qualquer atividade que vise construir caminhos ligados à justiça socioambiental em PE.

Desta forma, espero que estas informações venham a contribuir e inspirar outros trabalhos e ações, bem como ressaltar, novamente, a importância de considerar o local, o popular e a diversidade de realidades existentes.

### 5.5.1 A importância da organização popular nos processos de resistência socioambiental em Pernambuco

A organização popular é fundamental nos processos de resistência popular, seja no âmbito social, ambiental, político ou cultural. Buscando, entretanto, trazer essa discussão para os contextos locais pernambucanos, perguntei às interlocutoras se elas viam na articulação e organização popular o principal instrumento de resistência dos povos aos contextos socioambientais no estado.

Para Cynthia Suassuna (informação verbal):

Resiliência, a capacidade de resiliência, ela depende de 5 dimensões, de um ambiente urbano, estou dizendo nem das cidades e das pessoas. Uma delas é a capacidade de organização, e outra dela é a capacidade de entender os seus riscos. Então todos são... a gente tem governança, tem o uso e ocupação do solo, tem a questão financeira, mas essas duas, que é organização, a comunidade organizada e consciente do seu papel, dos riscos que ela corre, de como ela precisa se organizar, é uma ferramenta muito fácil da gente vê até na nossa vida.

Para Edcleia dos Santos a organização popular também é assunto central (informação verbal):

Fomos nós, mulheres, que fundou esse grupo, e tá nessa resistência até hoje. Então tudo que acontece dentro da comunidade, todas as lutas que a gente corre atrás pra essa comunidade somos nós, as mulheres. O grupo é peça fundamental, as mulheres, aliás, são peça fundamental desse grupo. Por isso que esse grupo chegou onde chegou. Conhecido mundialmente, internacionalmente, porque a luta da gente a gente vai atrás. É um grupo também que vive de doação, né, então a gente tá aberto também a doações, é um grupo que a gente tem várias parceiras, então, é um grupo que a gente luta pra melhoria da nossa qualidade de vida. A gente quer viver numa comunidade em que a gente viva bem. Não só de viver bem de saúde, de educação, de cultura, porque é uma comunidade que não tem nenhuma cultura, né, não tem um grupo de jovens de nada, então é uma comunidade que tem um grupo de mulheres que tá aí lutando por várias políticas dentro da comunidade.

Já Edneida Rabelo aporta (informação verbal):

A auto-organização dos territórios é uma construção, e uma construção que não é garantida, não é permanente: “ai, eu consegui num determinado lugar, num determinado momento, um processo de auto-gestão, de auto-organização, e isso tá também garantido” ... não, não porque as pessoas mudam, porque os contextos histórico-político-ecológicos mudam, então é algo também pra ser observado permanentemente. Lógico que em democracias mais consolidadas, em lugares em que a gente tem já uma trajetória histórica mais ampla, algumas dessas questões elas podem estar mais firmadas, mais plantadas com raízes mais profundas, mas nem por isso pode baixar a guarda. Ela é, sim, uma ferramenta muito importante de resiliência, eu diria, em havendo essa condição de articulação, de confiança, de representatividade, essa rede local mais fluida, mais transparente, diante de situações de risco, diante de situações mais desafiadoras, a capacidade de resposta é interessante. Seja para situações que dependem daquele contexto, seja, inclusive, nas demandas, na maneira de se organizar e demandar a outras instâncias. Então, eu diria que ela é algo crucial.

Para Giannina Cysneiro (informação verbal):

É verdade. Eu acho que a minha vivência nos anos que eu atuei na área ambiental, mais de 20 anos, eu pude ver que, nas comunidades onde existem mais resistência, elas enfrentam com mais, não digo sabedoria, mas com mais garra, também, as questões ambientais. Elas estão mais conectadas com os seus interesses e com o destino que querem dar às questões que elas estão envolvidas. Agora também eu observei outras coisas, que tem, as duas comunidades que mais engajamento eu vi, até hoje elas marcaram muito a minha experiência, foram aqui, na RMR, em Caetés e no Engenho Uchoa. E o que é que eu via no diferencial delas? É que elas desenvolveram uma resistência, um envolvimento, um engajamento, um interesse pela questão ambiental, porque sentiram na pele que a atuação do governo iria trazer prejuízo à vida delas. Então, rapidamente se mobilizaram, no caso de Caetés era um aterro sanitário, então, eles acharam que aquele aterro não estava sendo consultado, foi um projeto que estava caindo de paraquedas na comunidade. E quando eles descobriram que era um aterro sanitário eles foram atrás, se juntaram, foram atrás de universidades, ONGs e, enfim, criaram um movimento que conseguiu embargar o aterro sanitário e, hoje, é a Estação Ecológica de Caetés [...]. E a outra comunidade, aqui, que eu também admiro muito e tenho um respeito muito grande pela luta delas, pela resistência, é o pessoal do movimento da Mata do Engenho Uchoa, que é aqui no Barro, e que também surgiu por conta de um projeto que tinha, de desmatamento naquela área, pra implantação de loteamento, e depois mudou de loteamento, passou pra, chegou até, também uma... não era uma estação de reciclagem, não, não estou me lembrando exatamente o que era – então, eles ali já tinham uma noção de ecologia, uma noção de que era importante a mata, eles sentiam na pele os benefícios que a mata trazia, a presença da mata no entorno, ali, trazia, e se juntaram, fundaram um movimento, também com a ONG, e foi a mesma ONG que ajudou Caetés, e que eles sobrevivem até hoje. Até hoje eles têm uma luta, são fortes, são atuantes, e tem essa organização de base, tem uma gestão, eles têm instrumentos que levam a luta adiante [...]. Eu me lembrei de outra coisa, que na época que eu estava trabalhando na Secretaria, a gente tentou implantar, tentou constituir os Conselhos Gestores de algumas Unidades de Conservação, e muitas delas a gente não conseguia porque não tinha, na comunidade do entorno, nenhum movimento que defendesse aquela área. Então, eles não tinham se apropriado da questão ambiental, não tinham se apropriado dos benefícios de estar próximos de uma área de mata, por exemplo. Também nunca tinham passado por ameaças tão fortes quanto essas duas áreas, estás entendendo?

Já Karlone Barroca nos conta, desde sua experiência (informação verbal):

Quando a gente tem um projeto de alguma coisa, de beneficiamento, ou de um abastecimento de água, ou o que seja, esse olhar ambiental é feito, hoje, pelo ProRural, porque a gente tem uma imposição do Banco Mundial, que ele tem que ser visto, e pelo CPRH, pra poder tirar as licenças ambientais. Então é muito mais, o que eu sinto, pelos instrumentos que são colocados pra que isso aconteça – porque tem uma lei, porque existe uma licença tal – do que a própria comunidade ela estar empoderada disso para cobrar [...]. Então, eu não sinto isso. Pode ser que, no futuro, nos próximos projetos, já tenham esse olhar. Mas, eu não sinto. E não acho também que o poder local, as vezes, se preocupa também muito com isso. Então eu acho que ainda o que prevalece muito nas comunidades é o econômico. Lógico, o que muda um pouco essa lógica é o pessoal que trabalha a agroecologia e o orgânico,



porque essas pessoas elas já têm um empoderamento [...]. O que eu vejo muito é essa questão desses grupos, que são ligados na agroecologia, na produção orgânica, que coloca a feirinha no interior. Esses grupos, nos municípios, é que fazem a diferença. Estes grupos eles pautam a prefeitura, eles pautam o Governo do estado, então eles vêm com essas pautas de meio ambiente, de preservação, não usar agrotóxico [...]. E quando entra o econômico, eu sinto muito isso, é esquecido o ambiental. Mas aí quando você, às vezes, se o governo ou a gestão local resolve fazer um projeto interessante, então aí as pessoas também se apropria e começa a entender mais a questão do meio ambiente [...]. O econômico às vezes atropela tudo. E também, as vezes, a necessidade, né? [...]. Eu só acho que as pessoas que se empoderaram mais da questão ambiental e briga mais, é o pessoal que lida com a agricultura orgânica e agroecologia, porque eles se empoderaram do tema, eles sabem, eles sabem brigar mais. Então é o contrário, eles pautam as instituições, eles pautam que haja uma defesa, eles pautam que o CPRH veja ali, eles pautam Ibama, eles vão na linha contrária, eles pautam as instituições. Então hoje eu vejo muito o Ministério Público defendendo a linha dos orgânicos, ele já atua nesse viés. Mas as pessoas que ainda não tem essa produção, não tem muito essa consciência, não. E os órgãos eles são mais fiscalizadores, mas eles não são educadores, nem vive, não se tem uma conscientização, então é muito aquelas caixinhas, e bora obedecer a lei e ponto. E assim caminha [...]. Quando os agricultores, as pessoas que moram na zona rural, elas têm a consciência das coisas, então, é mais difícil o Estado agir errado, as entidades da federação, do estado ou municipal mesmo [...]. Às vezes, assim, o socioambiental, as pessoas, ela faz essa interferência justamente por causa do econômico. Então isso pesa muito nas decisões, no dia a dia, cultural, de tudo. Mas eu acho que a gente tá virando essa página, eu acho que no futuro as coisas podem vir melhor, mas ainda tem muito chão pela frente.

Para a Lika Souza, por sua vez (informação verbal):

A gente percebeu desde o início que caberia mesmo à população local atuar na retirada desse petróleo, porque ninguém ia confiar em empresas pra fazer isso, né, a gente sabe como funcionam as coisas no Brasil. Por outro lado, a gente tinha preocupação, porque a população que estava sendo mais atingida, que por vezes já não tem acesso a um sistema de saúde que preste, já não tem acesso, estaria colocando também sua saúde em risco [...]. Então, a gente já questionava, naquela época, “a prefeitura tá preparada pra isso? Quantos pares de luvas tão disponibilizando pra isso, quantos pares de botas, quantas máscaras, quantas pás?”. E aí a gente percebeu a seriedade, que não estava ninguém preparado, porque a ausência do governo federal, não deu suporte do governo estadual, que não deu suporte pros municípios, né, inicialmente. Então toda aquela mobilização mesmo de como se fazer e de que forma se fazer veio a partir da mobilização social. As pessoas atuando, os movimentos articulando isso de arrecadar os materiais necessários, os protocolos foram construídos ali no momento mesmo, né? Aqui em Maracaípe fomos nós mesmos que estávamos no campo e que direcionávamos quando e onde se colocaria a barreira de contenção... então tudo foi desenvolvido ali no susto, naquele momento. E aí, num segundo momento, quando começaram as reuniões com o IBAMA, com os setores federais, nos comitês de crise, e tal, é que os pescadores levantavam a voz pra falar: “Oh, eu tou retirando assim, do mangue; eu tou fazendo assim, no coral; eu tou fazendo assim”. E aí foi percebendo que, realmente, quem sabe

a melhor forma de lidar com o ambiente são eles que trabalham, que tão ali diariamente, que sabem os cuidados que devem ser tomados ou não. Então, com certeza, essa foi uma ação que começou assim, todo mundo meio perdido, mas ao longo do tempo foi percebendo que não teria outra forma de se fazer isso, a não ser pela própria comunidade local e os movimentos, e os voluntários que se chegavam pra somar força, vindo de todos os lugares, vindo das cidades. Muitos voluntários vieram da cidade pra fazer isso, pra atuar na limpeza das praias, né, pra além de quem já mora nas praias dos locais atingidos [...]. Em locais com grandes holofotes, né, e interesses turísticos como Porto de Galinhas, até os próprios turistas se arriscariam e colocariam a mão no óleo e participariam dessa remoção nos ambientes. Enquanto praias menos assistidas, praias que não tem os holofotes turísticos todos voltados pra ela, a população local sozinha, movida pelo sentimento de pertencimento, iria enfrentar o problema sozinha e sem muito apoio [...]. A organização da comunidade é que tem força pra organizar o local em si, né. No caso, aqui, eu sinto muito isso. Um lugar, o que era Maracaípe há vinte, trinta anos atrás, né? Era um lugar ainda protegido, assim, digamos a população aqui ainda é descendente da época até do tráfico negreiro que rolou por muito tempo, aqui. A gente faz uma trilha ecológica pelo mangue que é uma trilha histórica, né, onde o Beto faz esse resgate histórico de Maracaípe, inclusive. E aí tem comunidade ainda, remanescente. A família de sr. Antonio, lá em cima, que tem a casa de farinha e tudo. A gente até trabalha com eles também, leva os turistas lá pra conhecer a casa de farinha. Mas é uma família, assim, como eu te disse, eles não têm aquele reconhecimento, assim, “eu sou quilombola”. Eles sabem que descendem de negros que foram trazidos pra cá pra trabalhar como escravos na região, mas não é uma comunidade organizada, que se reconhece enquanto uma comunidade tradicional, aquilo tudo. São comunidades tradicionais de pescadores também, mas que, ao longo dos anos, foram deixando a atividade da pesca, atividade mais tradicional, pra ir trabalhando com o que foi aparecendo de atividade turística, né, porque Maracaípe tá bem do lado de Porto e aí isso foi crescente de lá pra cá, e aí com a construção da estrada e tudo só amplificou a construção de hotéis, pousadas, por aqui.

Segundo as experiências de Lourinalda Selva Silva (informação verbal):

então, eu vejo que PE tem uma questão interessante em relação a resistência e sobrevivência das comunidades tradicionais, mas a gente sabe que tem uma história anterior como acontece com o caçique Chicão, em Pesqueira, que ele trouxe, resgatou toda a questão do povo dele, do território, e conseguiu realmente fazer com que o povo recuperasse toda a área do território do povo Xukuru e que isso foi bem anterior a agroecologia chegar e estabelecer diálogo com o povo Xukuru, que é o que a gente percebe que a gente consegue ver os povos tradicionais sendo convidados a participar de mesas e de trabalhos na área de agroecologia mas esta última tem abraçado a causa, em PE, dos povos tradicionais mas a gente percebe que o povo tradicional tem consciência sobre o papel deles e a identidade deles em relação a agroecologia. Mas se a gente for falar em termos de governo, incentivo do estado, a gente consegue ver que realmente o governo não faz essa frente de resistência com os povos fazem, eles não têm o incentivo e, se tiver, é muito pouco, né, o incentivo voltado para as comunidades tradicionais [...]. A gente pode afirmar isso, que existe uma gestão que é independente da política, das ONGs, que as comunidades e os povos já faziam, anterior a isso, e continuam fazendo. A agroecologia veio e

fortaleceu o que já existia, agregou, fortaleceu, e isso foi importante. Mas esse campo de resistência e autonomia vem bem de antes [...]. Eu percebi, desse tempo pra cá, do derramamento de petróleo, que os povos das águas eles se organizaram mais e mostraram ao governo federal que eles têm tecnologias pra reter, como eles retiveram uma boa parte do petróleo bruto que foi derramado na costa. Então, eles têm essa consciência, né, a questão é que eles têm consciência, eles têm resultados, eles têm provas, mas eles são muito pacíficos na ação. É feito os povos indígenas, são muito pacíficos na ação pra reivindicar.

Luíza Cavalcante se posiciona, neste sentido, afirmando (informação verbal):

A gente precisa se reconhecer nesse lugar, sim, de quem oferece uma alternativa de desenvolvimento, sabe? E hoje eu posso dizer que a nível da região, tanto da metropolitana como dos interiores, que se multiplicaram nos últimos anos, muitos mutirões, muitos espaços assim, chamando, buscando, ajudando, muitas cirandas da vida se formando, mas isso a partir do nosso fazer, sim. Muitos sítios coletivos, com uma outra perspectiva, uma outra pegada de ser, de realizar, foram surgindo a partir da gente. E isso eu posso afirmar, sim, inclusive eu conheço muitas pessoas que, antes, vinham ao nosso mutirão e entenderam que isso era um caminho, né, a forma como a gente vai fazendo, que não é uma maneira perfeita, ainda, mas a gente tá nessa busca de fazer o melhor. E as pessoas foram encontrando razão de ser e de multiplicar, de se expandir nesse sentido. E o sítio Ágatha se sente, hoje, expandido em muitas boas experiências [...]. A realidade da mata norte é uma realidade de morte (risos). É uma realidade de monocultivo de cana-de-açúcar, né, é muito veneno, muita violação do todo, da natureza como um todo, né, água, tudo. Então, a agroecologia ela é fundamental para que as pessoas encontrem esperança de futuro. Esperança de viver, principalmente para a juventude. Porque muita gente estuda e conclui o ensino médio, por exemplo, e diz assim: “po, eu vou pra universidade pra que, se o meu caminho é ir trabalhar na usina, na cana-de-açúcar, com toda formação, com todo o tempo que eu tenho me dedicado a isso?” E essa realidade existe. Muitas garotas acabam indo pra Recife, né, e outras regiões, trabalhar de empregadas domésticas, mesmo tendo cursos, entendesse? Então é uma realidade bem difícil especialmente para essa juventude, e a agroecologia, já é o contrário, vem dizer não a isso e mostrar outro jeito. No momento a gente tem o Serta, o Serviço de Tecnologia Alternativa, que oferece cursos durante um ano e meio para as pessoas, né, que já tem o ensino médio concluído. E, assim, aqui onde eu moro temos hoje mais de 10 jovens que fizeram, aqui no meu entorno, também, outra quantidade de jovens que tem ido ao Serta fazer. Desde 2013, 2012, as pessoas tão indo se formar. E isso tem mudado a relação deles, essas pessoas já não estão indo para a usina, né, pra ser mão-de-obra da cana-de-açúcar. Então a agroecologia é um caminho seguro. Além de que, todo esse modelo de desenvolvimento, né, colocado aí, ele não sustenta nada. Só os grandes usineiros, né, só o agronegócio. Então, a agroecologia é o contrário, ela sustenta o pequeno e a pequena agricultora, né, que o campesinato realmente se autossustenta quando descobre, quando caminha, quando redescobre, quando retoma o seu poder de cuidar de si, sabe? Quando retoma seus conhecimentos da agroecologia, que é uma coisa que vem de muito tempo, dos nossos povos negros e indígenas, né, especialmente toda a América Latina, é muito ancestral [...]. Pensando a agroecologia como esse processo bem amplo, né, porque pra mim ela não

passa só pela produção do alimento no campo, pra produção de grãos, tubérculos, né? Ela tem todo um contexto integrado das relações que a gente estabelece entre a gente e os outros seres, as manifestações da natureza. Então todas as nossas expressões, pra mim, são agroecologia. E aqui na mata norte a gente vê isso com muita força, sabe? A da saúde, o uso das medicinas fitoterápicas né? As farmácias vivas, a parteira, a benzedeira. Ontem com muita escassez, mas hoje existe já uma retomada desse lugar. Mas isso são culturas que ainda permanecem vivas, apesar das igrejas fundamentalistas, aí, ditas evangélicas, essas culturas elas ainda permanecem muito fortes.

Para D. Maria José Martins, liderança Xukuru (informação verbal):

Até hoje a gente lutou com o nosso próprio esforço, com a nossa própria condição de vida, da nossa luta, das nossas plantas, né. Plantamos mandioca, plantamos feijão, plantamos batata, temos banana, então, a nossa luta foi toda do nosso esforço. Não tivemos ajuda de governo de estado nenhum, foi do nosso esforço que lutamos pra conseguir a retomada, com todo o nosso esforço; com plantas que nós trabalhava, que os homens e as mulheres tudo trabalhava. As mulheres são guerreiras, viu? Trabalhava e adquiria com que nós passar. E até hoje nós trabalha na agricultura, planta mandioca, tira, faz beijú, faz farinha, bota mandioca pra amadurecer pra fazer bolo. Hoje a gente vive, ainda, essa luta, a luta acirrada, que chama a Luta do Povo Xukuru. Temos muita coragem, minha fia, para trabalhar. Nunca tivemos ajuda de governo de estado nenhuma, nenhuma. Só ajuda de Deus e dos nossos esforços.

D. Maria das Águas, por sua vez, nos conta (informação verbal):

Para mim, a capacidade de resistência e enfrentamento aos contextos socioambientais vem da gestão e organização da comunidade popular local, e com muita luta. Porque tudo começa pelo começo. E a base é a nossa comunidade. E a dificuldade é grande, porque a política partidária atrapalha muito a nossa política social. É preciso ter muita força pra não deixar que a nossa entidade de representação passe a ser um curral eleitoral. Isto se faz com muito jogo de cintura, com muita capacidade de mostrar que podemos estar nos dois espaços: espaços político-partidário e a parte político-social, sem ter que transformar em uma só. Melhor dizendo, podemos ser sujeitos de direitos com a nossa responsabilidade com a nossa entidade e com a nossa categoria; no caso, a minha, é pesqueira [...]. E dizer que estamos firme pra lutar contra esse desmando, este desenho desanimado que estão desenhando para acabar com a nossa pesca artesanal, com nosso território pesqueiro, e com o ambiente que vivemos, que devemos lutar sempre para que possamos preservar [...]. É muito mais difícil ainda para os pescadores artesanais do Agreste e do Sertão, porque somos pescadores que se diz de águas doce: de rios de açude, de barragem; enfim, pescadores artesanais, e que temos os mesmos direitos, cumprimos com os mesmos deveres, mas que na junção governamental, muitas vezes, passa por cima dessa área de pescadores de água doce e só vê muito mais os pescadores do litoral, e a gente luta muito por isso. Só que enquanto pescadores de água doce e pescadores do Sertão, vivemos conjuntamente na luta com os pescadores do litoral. E eles e elas mesmo, quando tem alguma coisa que sente que nós, pescadores de água doce, estão de fora, elas colocam: “epa, olha a turma no Agreste, olha a turma do Sertão, tem que tá todo mundo junto”. Todos juntos e misturados e ninguém solta a mão de ninguém [...]. A resistência das comunidades

tradicionais tem pagado um alto preço de dor e saudade, de perda de parente, de amigos, companheiros de luta, para manter o ambiente protegido, para manter seu habitat natural, e ser respeitado sobre o controle das espécies e contra a exploração econômica desenfreada.

D. Maria do Carmo Sobral, por sua vez, aporta com a seguinte visão (informação verbal):

Não creio que seja, eu creio que tem sido um modelo... o mais importante mesmo é nós termos leis, e nós termos instituições que coloquem essas leis em prática, ações, né? Então eu melhoro o saneamento quando eu consigo ter instituições que consigam ter dinheiro e que implantem sistemas de saneamento dessas comunidades; dê prioridade política pra que seja feito, porque a população pode se organizar, pode fazer passeata, pode ir pra lá, pode ir pra cá, mas se ela não atingir o processo de tomada de decisão de nada valeu. Quer dizer, valeu, mas ainda não surtiu o efeito desejado. Agora, é claro que a organização da comunidade é importante, a organização da comunidade passa, principalmente, por formação de lideranças. A formação de liderança, um líder comunitário, um líder, seja ele qual seja, mas uma população, né, vamos pegar, que sofre de injustiças, ele tem um papel muito importante pela capilaridade, pela capacidade que ele tem de mobilização. Então, nós crescemos no Brasil, no momento que nós criamos sistemas colegiados, Comitê de Bacia, Conselho Estadual, Conselho Municipal, que seja de saúde, que seja de educação, que seja de meio ambiente, tudo isso era no sentido de colocar pessoas de diferentes setores da sociedade pra tomada de decisão, pra discussão, pro planejamento. E nesses grupos você tem representante da sociedade, comunidade. Eu queria que você colocasse como um exemplo que a partir de um exemplo prático nós podemos mostrar como isso funciona. Nós temos Dona Lurdes, que é uma moradora da Lagoa do Araçá, que nos anos 1980, acho que 90, 90 eu acredito – eu voltei, eu fui pra CPRH em 91 – então ela, era com Joaquim Francisco, o governador, e ela fez uma mobilização, ela é uma líder comunitária, acho que ainda é viva, ela foi no governador, ela foi no prefeito, ela foi no presidente da Compesa, ela foi em diversas, foi no jornal, criou a associação dos moradores da Lagoa do Araçá. E com essa mobilização, com esse jeitinho, ela conseguiu que fosse implantado, é claro que teve a acessibilidade do governo, então nós construímos, fizemos a área ao entorno da Lagoa, fizemos repovoamento, mais de mil caranguejos, não sei quantos mais de mil caranguejos, que nós conseguimos colocar lá, de doação do Buraco da Gia, de Goiana, eletricidade, uma área de pista para as pessoas caminharem... então foi melhorando a área, fiscalização, a questão da segurança, então isso são conquistas da comunidade, né?

Já para Sandra Caetés (informação escrita):

A gestão participativa e educativa com a comunidade, para Esec-Caetés, me fez pensar que é o melhor para a própria conservação da Unidade. Como se sabe, a comunidade organizada local impediu que funcionasse uma obra implantada para ser um aterro sanitário que, só por este fato, considero uma intervenção popular de suma importância junto aos especialistas diversificados, instituições governamentais e não governamentais, que são a sociedade civil.

Por fim, para Terezinha Filha (informação verbal):

A gestão local ativa da comunidade é uma ferramenta, com certeza, de resistência local. Porque a gente costuma dizer que “É nós por nós”, né? Se a gente for esperar que o Poder Público venha garantir redignidade pra gente, isso nem tão facilmente vai acontecer, porque, infelizmente, o modelo de gestão pública que a gente tem é um modelo que é assistencialista, não considera os potenciais e não contribui para a transformação real da vida das pessoas. Então, essa organização da comunidade, esse protagonismo das comunidades é fundamental pra essa resistência. É essa resistência local que tem feito a diferença na percepção das pessoas em relação às comunidades e na condição indigna destas pessoas e desses territórios.

A partir dos relatos das mulheres, pude observar os pontos organizados no **Quadro 7**:

**Quadro 7** - A importância da organização popular na resistência popular aos contextos socioambientais

**A importância da organização popular na resistência popular aos contextos socioambientais**

Pouca importância se não associado às estruturas públicas de participação popular

Fundamental, ponto central

Processos não permanentes e de construção contínua

Sujeito a interferências temporais, partidárias e de interesses individuais

Como principal forma de dialogar com outros setores da sociedade

Como principal forma de responder efetivamente às catástrofes socioambientais

Como grupo de competência significativa na construção de tecnologias ambientais locais e alternativas de desenvolvimento local

Como instrumento intrínseco à vida e resistência dos povos originários e tradicionais

Pela resistência ao contexto de insegurança da população organizada e suas lideranças

Como instrumento de empoderamento local a partir de uma abordagem voltada à ecologia social integral

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir das informações expostas pelas interlocutoras, bem como dos pontos referenciados no **Quadro 7**, gostaria de ressaltar, primeiramente, a importância de pensar o local e considerar as opiniões subjetivas das pessoas e grupos, desde distintos recortes. Muitos trabalhos referenciam a organização popular como o principal meio de resistência dos povos (BORDALO, 2011; SILVA, 2016; DILGER, 2016). Entretanto, pensar a partir das experiências das mulheres foi essencial para visualizar o contexto diverso de dinâmicas, potencialidades e fragilidades da organização popular em Pernambuco.

Como relatado por elas, apesar de sua inegável importância, é fundamental observar este instrumento de forma não romantizada, considerando seus processos descontínuos, de construção contínua, e suas fragilidades às influências de interesses político-partidários e não-

democráticos. Além das fragilidades intergrupais, é pertinente visualizar o contexto de enfrentamento direto e desproporcional às violências de instituições “com poder de decisão, vida e morte”, como nos relata Luíza Cavalcante.

Sob esta perspectiva, podemos observar o Estado-corporação (MARQUES, 2015) exercendo e afirmando poder de controle no corpo coletivo das organizações sociais, em função da defesa de interesses privados-econômicos, e utilizando seus aparatos institucionais que, teoricamente, deveriam proteger e servir ao povo (FOUCAULT, 1979; HARAWAY, 2019).

Por outro lado, mesmo diante da fragilidade em relação às forças opressoras dos poderes público e privado-econômico, a organização popular continua sendo a mais potente forma de responder coletivamente às injustiças socioambientais, tanto no sentido do enfrentamento direto em defesa de seus direitos, como pela capacidade de responder rapidamente às catástrofes socioambientais (o que também deveria vir do estado, mas este quase nunca tem a proatividade –ou interesse- de/em responder).

A utilização de estruturas governamentais jurídicas e de participação popular na gestão dos territórios também é uma potência para muitas organizações, o que poderia indicar um diálogo saudável com o poder público. Entretanto, vale ressaltar que: i) muitas destas estruturas de participação e reconhecimento de direitos populares foram criadas a partir das reivindicações dos próprios movimentos populares, sendo, a organização popular, anterior a estas estruturas; ii) em muitos casos a própria estrutura jurídica não é capaz de sobrepor os interesses políticos-corporativos, o que desfavorece o setor popular na defesa de seus direitos (como visto, mais diretamente, nos contextos dos povos tradicionais e originários).

Pensando, ainda, a partir do recorte de gênero, é possível observar a força da organização de mulheres (sejam grupos que se reconheçam feministas ou não) na defesa dos territórios e no enfrentamento direto às injustiças socioambientais. Como referenciado no capítulo anterior, as mulheres sofrem mais diretamente as injustiças sociais e socioambientais, pelo contexto – construído socialmente - de ligação com os trabalhos reprodutivos e de cuidados, além de sua própria condição, na sociedade, desde suas intersecções (BARRAGÁN et al, 2016; GEBARA, 1997; MAPA DE CONFLITOS, 2020; SILVA, 2016).

Além das dificuldades enfrentadas pelas organizações populares em geral – em relação ao estado e às forças econômicas -, as mulheres ainda enfrentam uma série de dificuldades no campo das lutas da própria esquerda política (BORDALO, 2011; SILVA, 2016). E apesar dos inúmeros impedimentos, conquistaram espaços e exercem forte influência, desde seus campos de luta e de seus territórios, sendo no cenário socioambiental comum à toda América Latina.

Neste sentido considero de fundamental importância chamar atenção para: i) a potência do movimento e organização popular, bem como dos movimentos de mulheres, na defesa dos territórios, e na incorporação de suas perspectivas nas ações estratégicas; e para ii) as fragilidades contextuais de cada grupo/organização – principalmente em relação à falta de diálogo com as pautas e lutas das mulheres racializadas.

Finalizo esta seção apontando para a necessidade do exercício coletivo da observação destes contextos, a partir do reconhecimento das cadeias de relações e dinâmicas que perpassam as potencialidades e fragilidades das organizações populares locais. Como visto anteriormente, pela diversidade de contextos que observamos em Pernambuco, não há uma metodologia específica e padrão para a construção de caminhos mais justos e democráticos. Entretanto, é fundamental que qualquer iniciativa, neste sentido, parta do contexto local, considerando as diversas dinâmicas e os recortes de gênero, raça, classe e, por que não, espécie.

Talvez, esta perspectiva não seja a mais fácil de se implementar e praticar, já que ainda necessitamos aprender a dialogar, como disse Freire (1987). Mas, como bem pontuou a Cynthia Suassuna: “a democracia é uma construção que dá trabalho”. Neste sentido é fundamental que estejamos – pessoas de todos os setores sociais - abertas/os a ampliar nossa visão e escuta. Este exercício pode vir a nos capacitar a agir mais diretamente nas origens das injustiças socioambientais e, assim, poder fortalecer, estrategicamente, a organização e o poder popular no enfrentamento aos contextos vividos no estado de Pernambuco.

### 5.5.2 Aspectos socioecológicos de Pernambuco

Nesta seção serão expostas algumas informações, contidas nos discursos das interlocutoras, que apontam para uma diversidade de contextos locais. A intenção de dialogar sobre estes aspectos é a de ressaltar (mas não definir completamente) uma extensa e complexa rede de contextos que, juntos, compõem as realidades socioambientais de Pernambucano.



A partir desta perspectiva, Cynthia Suassuna aporta (informação verbal):

Nosso estado é muito, mas muito vulnerável às mudanças climáticas, de duas formas: primeiro, no semiárido, com as secas intensas, isso aí a gente já sabe, e só vai agravando as suas tendências; e na região metropolitana, nas zonas costeiras, que é isso que eu venho estudando, Recife é a 16<sup>a</sup> cidade mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas DO MUNDO. Décima sexta, do mundo. Então, assim, Recife está num Decreto de Mudança Climática, não sei se você sabe disso. Nós estamos num Decreto de Mudança Climática já, desde 2019, e Recife tá realmente buscando se preparar, a gente já tem um Plano de Mitigação de Gases de Efeito Estufa, temos um Plano de Adaptação, já tem alguns passos [...]. Toda a RMR é vulnerável: chuvas, que o padrão de chuvas ele vem mudando, de vez em quando a gente tem chuvas em excesso, como tem uma população também muito vulnerável de morros e de áreas alagadas. Primeiro é baixinho, a enxurrada vem, naquelas áreas, margens de rios, ocupação desordenada do território, pobreza, então você vê que os riscos não afeta as pessoas de forma igual. Ulrich Beck já dizia isso, naquele livro dele, Sociedade de Risco, que os riscos são como o dinheiro, ele não se distribui igual. Dinheiro não se distribui igual, risco também não. Só que dinheiro vai pra umas mãos poucas e os riscos vão sempre para os mais frágeis, os que não tem onde morar, que não tem casas seguras. Então, quando as pessoas tem dinheiro, elas conseguem garantir sua segurança com algumas outras formas [...]. Então a população de Recife é o sexto em maior número de pessoas em áreas de risco. Vai quase 200 mil pessoas morando em áreas de risco na cidade do Recife, então, assim, é um contingente significativo. Então, assim, o contexto das mudanças climáticas é urgente. Aumento do nível do mar, e alteração dos padrões de chuva na zona costeira e, no semiárido, a questão das secas; que ele impacta de forma diferente porque, como as cidades são menos adensadas, e existe algumas políticas de socorro, vamos dizer assim, emergenciais, você vê, eles vão se mantendo naquele nível. E ainda tem mais essa: falta água pro Recife também, né? Apesar de ter água de chuva, falta água pra o abastecimento, falta esgoto, então tem uma quantidade de doenças, dengue, Zika, todas essas coisas que são doenças ambientais, por conta da exposição das pessoas a essas vulnerabilidades. Moram em áreas arriscadas, áreas não saneadas, então não tem abastecimento de água regular, então é uma superposição de fragilidades, de vulnerabilidades. Então, acaba sendo uma coisa que precisa ser vista. A gente precisa fazer alguma coisa porque é catastrófico [...]. Tem alguns locais em Afogados que enche e aí você fala, de onde tá vindo essa água? Do mar. Retorno pelas águas pluviais, pelas infraestruturas de drenagem. Quando a maré enche, ela vem, entra, e vai aparecer lá... Não vem até a Avenida Boa Viagem porque você tem a praia, que é uma segurança, tem os bancos; mas os lugares mais baixos tão enchendo.

Edcleia dos Santos, por sua vez, nos conta que (informação verbal):

A luta no Morro começou porque quando chovia caía muita barreira, na época de muita barreira, as barreiras não tinham nenhuma infraestrutura de barreira, então, morria muita gente nessas barreiras, as pessoas tinham muitos filhos na época. Então, esse projeto começou daí, um projeto por habitação [...]. A gente tinha um rio maravilhoso que também acabou, com o crescimento da comunidade (*Passarinho*), e aí porque fizeram um esgoto pro saneamento ir pra lá, que a gestão municipal fez esse esgoto, e a sangria

corria toda pra dentro do rio. Então acabou com o rio, que era a praia de boa viagem nossa, o pessoal lavava roupa, o pessoal tomava banho, dia de domingo o pessoal vinha pra beira do rio com pagode, com bebida, e todo mundo alegre, contente, tomando seu banho, e hoje não existe mais isso. Hoje a área é totalmente desmatada. É totalmente, inclusive, ocupada por bares, por mercado, por pessoas morando, e aí é isso [...]. A gente tinha uma mata aqui maravilhosa quando a gente chegou. Hoje a mata tá sendo totalmente desmatada, as grandes empresas estão entrando em Passarinho, mas não emprega ninguém da comunidade [...]. A situação de Passarinho é uma situação em que a gente tá cada dia mais sufocado, porque a gente tá lutando pra que a gente viva num meio ambiente melhor, e é difícil, mas a luta resiste.

Segundo Edneida Rabelo (informação verbal):

A gente tem, permeando as nossas relações sociais, um forte peso de clientelismo, assistencialismo e paternalismo, a gente tem uma falta de cultura política. No Estado de PE a gente pode falar que tem vários conflitos relacionados a esse aspecto socioecológico. Talvez o conflito da água seja muito presente, seja enquanto tensão somente, seja se concretizando, se formalizando como um conflito, a partir do momento que eu publicizo isso, oficializo e coloco isso em instância, seja no MP, seja com denúncias na ouvidoria dos órgãos competentes, ele é bastante significativo, e é um elemento fundamental no que diz respeito à vida humana [...]. A fragilidade existente no processo de saneamento, de carência absurda, ainda, no tocante ao abastecimento de água - isso dentro da RMR, não precisa ir pro semiárido, não - de tratamento de esgoto e coleta dos resíduos. Sem falar, pra gente aqui, também o tema da drenagem, ela é super importante. A gente tá entrando agora no período de chuva, e trechos, aqui do Recife, com pouca chuva e a gente já vê alagamento. Mas, assim, eles são diversos. Relacionados, por exemplo, acho que, hoje, algo muito gritante, a produção da agricultura familiar orgânica em relação aos cultivos transgênicos, é outro elemento chave. Um conflito que nem sempre é desenhado dessa forma, mas já chegou a ser, já chegou a ir pra o MP e tudo mais é, no semiárido, a retirada de areia em leito de rio intermitente, fazendo com que a atividade de mineração ela conflite com o uso da água, principalmente nos períodos de estiagem. Todos os conflitos relacionados à implementação de obras, a gente tem Suape como um exemplo, mas a própria transposição do São Francisco gerou uma série de conflitos não resolvidos. Então, eu diria que é um pacote significativo.

Giannina Cysneiro aporta o seguinte (informação verbal):

No gerenciamento costeiro tínhamos três frentes: uma que era a fiscalização dos empreendimentos que estavam sendo instalados na zona costeira do estado; outras eram licenciamento de empreendimentos; e uma outra que era a elaboração de projeto de gerenciamento costeiro para PE. Tinha uma verba do ministério, que na época era o ministério da Marinha, não me lembro qual era. Mas os recursos eram do Ministério da Marinha. Não era do Ministério do Meio Ambiente porque eu acho que nem existia. Então, comecei a trabalhar nessa área. Mais ou menos depois de um ano de atuação, foi o período de muitos conflitos aqui em PE, pra instalação de novos empreendimentos. Era instalação de novos empreendimentos e a área

costeiro sempre foi uma área-objeto de interesses econômicos, e tinham projetos que demandavam – não é nem que demandavam – eram projetos que traziam impactos ambientais. Como a área costeira, a CPRH, era mais voltada a questão industrial, então toda área de licenciamento voltada ao uso do solo era novidade. Então os empresários não estavam preparados nem queria seguir legislação ambiental, que também era nova, era desconhecida, e estava todo mundo aprendendo. Só que a gente estava aplicando, e o lado do empreendedor estava querendo colocar os empreendimentos independente de legislação. Então, o que acontecia era que existia interesse por parte do governo, em atrair investimento; por parte dos empreendedores, o interesse em se instalar em PE; e o órgão ambiental, cabia a ele, mais ou menos recente, lhe cabia licenciar, ambientalmente, considerando a Política Nacional de Meio Ambiente e várias legislações que existiam e que estava sendo implementada na CPRH. Então, foi nessa área que eu comecei a atuar, com muitos conflitos, conflitos grandes, assim, gente poderosa, e que, com um ano e pouquinho, da minha atuação nessa área, teve um enfrentamento com alguns empreendedores grandes, e que tinham ligação direta com financiamento de campanha política, e que não principalmente eu, mas um grupo de mais 4 técnicos da CPRH que ocupavam, que gerenciavam áreas estratégicas fomos afastados da CPRH, e tivemos que passar alguns anos na Secretaria de Planejamento. Na Secretaria de Planejamento foi o embrião do que é hoje a Secretaria de Meio Ambiente, mas até chegar lá teve vários estágios [...]. Áreas protegidas, na CPRH era, basicamente, lidar com UCs, e com licenciamento, também, de empreendimentos que, ou utilizassem a questão dos produtos florestais, ou que tivessem no entorno de UCs [...], e assim foi, sim, nessa, também, nós definimos uma estratégia pra gestão de UCs, que o grande problema era falta de pessoal, de equipamentos, enfim, de estrutura pra gerir as UCs, que ainda, não sei mais se ainda é, mas era um calo, porque, uma coisa que, apesar de dar muita visibilidade, requer um custo, e um custo que o estado não está disposto a arcar [...]. Agora, também, teve conflitos bons que a gente viveu. Assim, de uma boa participação dos movimentos sociais, das comunidades, em várias áreas que a gente atuou. Não é somente coisa ruim, teve atuações que foram bastante significativas em UCs e que o problema não era a atuação em si, o problema é a continuidade da atuação. Que você consegue envolver, você consegue fomentar, você consegue compartilhar conhecimento, você consegue motivar as pessoas, mas as políticas são descontinuadas. Então, você perde a crença, perde a credibilidade junto à essas comunidades. Aí parece conflitos, mas não é, são descontinuidades que existem.

Karlone Barroca observa, também, os seguintes pontos (informação verbal):

Aprender, você, aquele desafio, pessoas que as vezes não tinha nem o que comer, mas tá ali prestando atenção na aula, e estava porque o SENAI lhe dava alimentação durante os cursos. Então tinha gente que ia assistir os cursos porque não tinha a alimentação, e iam para poder comer. Mas eu tinha que fazer com que aquela uma semana, o curso, oito horas por dia – lógico que a gente não fazia 8 horas integral, porque você não prende o homem do campo oito horas – mas era interessante porque a gente tentava levar não só os conhecimentos da avicultura, mas outros elementos: o cuidado com a natureza, o cuidado com os recursos naturais que tinha, e foi uma troca muito interessante [...]. Foram 6 anos de muito aprendizado. E aí eu já comecei a identificar muita coisa. A resiliência dos jovens que moram no

interior, de tá se adaptando... as vezes estavam ali mas não queriam tá ali [...] A primeira observação que eu faço é: os recortes [...]. Você tem a diferença dos desafios do Sertão, é um público, da Zona da Mata Norte e Sul, é diferente, do Agreste é diferente. Nós temos um Pernambuco, mas temos diferentes, como posso falar, diferentes olhares. Então, as pessoas são muito diferentes em cada lugar desse. E a receptividade da informação também é diferente. A zona da mata ela tinha mais dificuldade nisso, porque, como vinha o pessoal da cana-de-açúcar, acostumado a carteira assinada, até hoje eles têm dificuldade nisso, de ser só autonomia. Já o pessoal do Sertão, não, eles eram mais empoderados, já tinham outra perspectiva de olhar em relação aos treinamentos [...]. Eu tenho algumas críticas de como esses assentamentos são criados. Às vezes há pessoas ali que não queriam estar ali, é bem complexo [...]. É como se eles fossem criados, mas, tem hora que não dá certo. Tanto é que no NE a gente tem alguns assentamentos que deram certo e outros que não. É um pouco diferente do Sul [...]. E o que eu vi nessa experiência de assentamentos, há 15 anos atrás, é que não se tinha esse cuidado com a natureza [...]. Os projetos eram: bora produzir todo mundo igual, côco; as produções não tinham essa questão diferenciada porque, qual era a lógica? “bora todo mundo produzir pra ter uma quantidade pra vender”. Então há 15 anos atrás a lógica era essa, era produção grande pra poder todo mundo se juntar e vender. Porque se cada um fizesse da sua área o que quisesse não renderia, não daria o lucro esperado. Então era assim que se pensava. Então, há 15 anos atrás, os assentamentos não se tinham ainda essa questão do orgânico, da agroecologia, desse pensamento diferenciado, quintais produtivos, isso não existia. Há 15 anos atrás o que existia era, vamos fazer todo mundo coco cerqueiro... todo mundo fazia a mesma coisa. Também tinha a política do banco, projetista, dinheiro rolando, então tinha todo um contexto que não tinha individualização. Então os projetos eram muito iguais. E também já existia o ProRural, que é o projeto no qual, hoje, eu trabalho, que fazia projetos também, e nesse âmbito também, entrava nessa mesma linha [...]. Hoje eu vejo, com a experiência, e depois de ter feito até uma especialização em agroecologia, como isso é ruim. Como se tinha uma padronização de todos os assentados. Então talvez isso seja um motivo que, hoje, muito assentamentos são fracassados [...]. Então a gente tem que, há 5 anos atrás, eu acho que aí já era um desafio que o ambiental não funcionava, ali, não era pensado nada ambiental. Tinha, nos projetos, alguma coisa muito que botava lá, o dano ambiental, mas não se tinha muito isso, não se falava muito isso [...]. Há um desafio muito grande e eu, como pessoa, vejo que eu vi muitas mudanças, mas ainda temos muito a caminhar. Temos uma coisa que ajudou muito essa questão das feiras agroecológicas, do orgânico, no ProRural a gente trabalha muito nessa perspectiva, de ajudar as feiras orgânicas [...]. Então a gente hoje tem que ter esse cuidado, porque, as vezes, o pessoal só vende o orgânico – como já aconteceu -, e não consumia. Vendia, mas não consumia. Então, hoje, já se tem essa preocupação, né, de essas pessoas que se ligam com isso ter um estilo de vida [...] essa questão da agricultura familiar voltada muito pro orgânico, pro agroecológico, ela também empodera as famílias. Então, hoje, elas conseguem ter um sustento maior [...]. O que eu sinto, é que na teoria é tudo sempre muito fácil, mas quando você chega na ponta, aquela familiar obedecer regras ambientais, obedecer algumas regras, não são tão fáceis [...]. A gente também se perdeu um pouco no nosso trabalho porque infelizmente tivemos, durante esse período, 9 gestores diferentes, então, cada vez que tinha um gestor, tinha um pensamento diferente. Eu, que estou a 13 anos, eu peguei 9 gestores diferentes, e a diferença foi muito grande, de um gestor pra outro. E também perdemos muito nisso, com essas mudanças de gestor. Cada

um que entrava, entrava com uma mudança de pensamento, então a gente perdeu. Algumas coisas não aconteceram como deveria [...]. Agricultores familiares, ou homem e a mulher do campo, ele consegue ter uma renda muito maior através da agricultura orgânica [...]. Então você pega a lógica do território do feijão, é uma, que é São João, tem uma rede. E é completamente diferente se você pega Serra Talhada, Ouricuri, que já tem uma quantidade de agricultores trabalhando com quintais produtivos muito grande. Até porque quem primeiro veio na frente foi as ONGs, como a Chapada, o Centro Sabiá, como todas essas ONGs, o próprio sindicato rural que a gente trabalhava, nesses lugares, que começou essas iniciativas da produção orgânica. Então essas feirinhas conseguem dar uma rentabilidade pra esses grupos [...]. Agora também essa interlocução não é fácil. Porque você lida também com a vaidade. Tem a vaidade, que as vezes você tem, até mesmo dentro da agricultura, às vezes, há uma vaidade pessoal, de um técnico, você tem as vaidades, “não, foi você...” então é uma disputa as vezes até do saber, da escuta, de espaço. Então é tudo muito complexo, é tudo muito complexo para poder você chegar a um resultado. Agora uma coisa que eu sempre digo, que todos os empreendimentos que deram certo, não foi da noite pro dia. Eles foram uma coisa que foi crescendo aos poucos, e um entendimento, o saber que foi colocado pra os agricultores e agricultoras, eles só foram se apropriando com o tempo. Não adianta você chegar numa comunidade e jogar um monte de informação, e depois achar que aquilo vai mudar. Não, tem que ser dia a dia. Tem que ser uma coisa contínua, pra poder eles absorverem esse saber. Então, não é muito fácil. Nem o empoderamento, nem a questão da autonomia, nem a questão mesmo ambiental. Porque o primeiro que vem é o lucro [...]. Já é um pouco diferente quando a gente vai para as comunidades quilombolas e indígenas, eles já têm mais esse olhar focado. Mas o agricultor, as vezes, isso passa despercebido. Eu sinto que quando a gente vai fazer uma barragem, ou um sistema de abastecimento de água e tem que ter uma licença ambiental, ou que um cano que vai passar numa área que não pode ser desmatada, eles querem a água. Eles não têm muito essa percepção se vai, o que é que vai acontecer. Hoje já melhorou muito. Eu me lembro bem que quando eu trabalhava em assentamento, que isso era muito complexo. As áreas que tinha perto do rio, que não poderia plantar, e tinha muito assentado que ficava com raiva, porque era o melhor lugar pra plantar e eles não entendiam que tinha que deixar a parte de reserva. Então é uma coisa que eu acho que ainda tem muito a se fazer [...]. Então eles têm maior, essa questão do meio ambiente, de não usar agrotóxico, a coisa da água. Eu digo muito do viés da agroecologia porque esse pessoal faz a diferença porque ele vê tudo no âmbito não só do meio ambiente, mas ele vê a questão das mulheres, a questão da juventude, eles veem um todo, a questão das relações interpessoais entre homem e mulher. Então, esse grupo é diferenciado. Então esse grupo, quando vai fazer qualquer coisa, eles já tão empoderados, então eles se preocupam mais com essa questão do meio ambiente, eles que pautam o Poder Público local, que exigem do Poder Público local o diferencial. Mas, quando a gente vai ver, eu não vejo muito, no estado todo, às vezes, o Poder Público local pautar essa questão do meio ambiente, são raros os casos que eu vejo isso [...], o econômico as vezes atropela tudo. E também, as vezes, a necessidade, né? [...]. Porque também tinha uma denúncia que 20%, 30% das parcelas – porque também tem esse outro lado, Moreno hoje ele tem 7 ou 8 assentamentos, tanto do Incra como do estado. Mas o que acontece com Moreno? Moreno é uma área privilegiada, porque tem água, e é perto de Recife, então o que acontece? Acontece muito dos assentados, infelizmente, repassa suas parcelas, e hoje, quando você vai olhar pra Moreno, você vai lá pegar 30-40% das pessoas

que tem propriedade rural, em Moreno, não tem muito a cara desse agricultor familiar. Eles compraram aquelas parcelas mais pra fazer uma casa de campo, de fim de semana, ou mesmo um sítio produtivo. Então, Moreno, ele perdeu muito com essa descaracterização, porque houve muito esse conflito de interesses, por ser perto, por ter água [...]. Essa questão ambiental da agricultura pra os assentamentos, pra todo esse pessoal, não existe. Era o que? Você era assentado na terra, você ia receber um recurso, ponto. E esse recurso era pra fazer o projeto, e não se tinha essa educação ambiental. Porque o técnico que ia plantar coco, ele ia plantar coco. Essa questão ambiental ele entendia um pouco, mas você não tinha um respaldo ambiental de ensinar as pessoas que era importante preservar a margem, por isso, por aquilo outro, então isso é complicado [...]. Das pessoas que eu digo é dos agricultores, das pessoas da zona rural. Eu acho que o que vale pra elas é o que elas tão precisando. Então, tipo, um exemplo, se precisa de uma barragem, se precisa de uma passagem molhada, o que for, qualquer projeto que precise, elas sempre vão, primeiro, no meu ponto de vista, pensar na necessidade. Essa questão ambiental ela vai vir no segundo plano, então elas sempre vão pensar primeiro na necessidade delas. As únicas pessoas que eu vejo que tem uma preocupação maior é o pessoal que trabalha com orgânicos, que já trabalham com outra leitura, de aproveitar a terra, então eles já têm uma outra dimensão. E nisso, eu acho que, tá tendo uma revolução, em Pernambuco, de mudança [...]. Às vezes a gente tem uma barragem e tem todo um requisito de licenças, tem todo um protocolo a seguir, e as vezes o pessoal que quer a barragem não quer saber disso, elas querem a barragem, elas querem o empreendimento. Às vezes querem fazer alguma coisa na beira do rio, então tem toda uma política pra ser feito isso. Não é assim, de uma hora pra outra, sem obedecer às regras, sem obedecer as leis. Mas o que eu sinto, ainda, contextualizando um pouco da minha experiência, é que ainda não é muito claro para as pessoas a proteção ambiental. Eu acho que uma parte ela sempre vai na necessidade dela [...]. Mas me diga uma coisa, quando você tem uma pessoa morrendo de sede, aí como você vai fazer obedecer tantos protocolos, tantos procedimentos... a lei, se você tem uma pessoa morrendo de sede? Então, é muito complexo, isso [...]. Então, assim, os abatedouros eram um verdadeiro... porquices, imundices, e tudo aquilo ali ia desbocar no rio. Mas, ninguém, na hora que a gente entrava pra fazer uma medida de regular, ave maria, era um caos! Era prefeito, era vereador, a própria população! Eles preferiam comprar a carne na imundice, do que ter um equipamento territorial que pudesse pegar a carne, trazer pra feira, então, assim, isso aí já é um fato de como é conflitante. Porque, essa questão dos abatedouros - na minha memória, que não é tão mais recente, acho que foi 3 anos atrás, que eu acompanhei, agora eu não acompanho mais -, e era bem conflitante, que, inclusive, é o pessoal da CEASA que acompanha, pessoas até ameaçadas de morte, porque tava tentando organizar os abatedouros e tinha todo já um esquema, dentro dos abatedouros, que não queria mudar o procedimento, e você sabe que todo mundo trabalha com peixeira, ali dentro. Então havia muitos conflitos [...]. E mesmo com o equipamento, quando eles recebiam o equipamento com toda a modernidade, eles não aceitavam muito mudar os procedimentos, queriam continuar como antigamente. Então, é como eu disse a você, é uma questão cultural muito difícil [...]. Às vezes, “ah, porque tá desmatando, ou porque tá perto do rio...” e as vezes existem coisas do dia a dia da cidade que poluem muito mais do que você desmatou ali, pronto, você tá visualizando; plantou errado na beira do rio, você pode até corrigir, mas e uma questão que é corriqueira, que toda semana tá ali poluindo? Então, hoje, PE tem uma situação bem complexa de abatedouros. Já foi fechado muitos, o estado já

fez muitos abatedouros territoriais, muito bem legais, todos dentro do maquinário moderno, mas não é fácil. Não se tem dinheiro pra se conseguir fazer todos. Atualmente com o governo federal fica difícil de a gente fazer qualquer parceria, então, é uma situação bem conflitante. Tem potencial para se corrigir, mas não é de uma noite pro dia, porque tem todo esse contexto, que eu estou lhe dizendo, cultural, e essa coisa de não aceitar o território, um abatedouro atender todos os municípios, é muito complexo. A gente tenta, mas tem município que diz que não quer ir lá buscar a carne, que fica caro, e também diz que pra abater o boi o custo é altíssimo, então, fica muito difícil. Você quer fazer a coisa politicamente correta, mas não se consegue tão fácil, porque o empecilho econômico entra, e você sabe que a questão da alimentação é muito importante, então quando você aumenta o custo de uma carne verde, que é como se fala no interior, tudo fica mais difícil.

Lika Souza, por sua vez, nos descreve que (informação verbal):

O litoral sul é muito amplo. Digamos que ele é subdividido, e aí cada trecho tem majoritariamente algum tipo de atividade econômica sendo desenvolvida. Tipo no trecho ali de Cabo de Santo Agostinho, ali próximo a Suape, por ali eu poderia falar, ainda, que tem comunidades pesqueiras ali naquele estuário, e por lá tem sempre algum projeto sendo desenvolvido com a universidade. E aí há todo um enfrentamento com relação ao Porto, né, a degradação ali por parte do porto, das indústrias ali próximo. Quando a gente vem aqui pra Porto de Galinhas, né, que é um território mais ocupado pelo trade turístico, o que a gente vê aqui ao longo dos anos é essa exploração econômica do ambiente, dos ecossistemas [...]. E aí as atividades pesqueiras que têm por aqui ainda é bem resistente, mas não tem uma organização, em forma de cooperativa, colônia, não tem esse reconhecimento de território tradicional. Não tem [...], no caso aqui, a minha preocupação é justamente essa, porque, assim, a população local historicamente foi vendendo suas terras próximas à praia, pela condição econômica mesmo, né, e foi morando cada vez mais pra trás, num local sem planejamento, que fica às margens do rio, e, enfim, as margens do mangue. E isso tudo, nessa desorganização, acarretou uma série de problemas socioambientais que persistem até hoje. E um passo bem importante a ser dado por aqui é ajudar a comunidade a se organizar, enquanto associação, de repente, enquanto cooperativa [...]. Os impactos – *sobre o vazamento de petróleo nas praias do NE* - foram imensos, foram diversos, em todo o litoral sul, pegando ali do Cabo de Santo Agostinho, nas comunidades pesqueiras, a parte dos estuários ali de Suape, houve muitos pescadores que enfrentaram esse problema com relação a não-comercialização de seus produtos, e a ficarem impossibilitados e desenvolver sua principal atividade econômica. Aí, vindo mais pra cá, todas as atividades turísticas desenvolvidas foram extremamente prejudicadas, tanto pelo petróleo em si, como, também, pela falta de informação que fez com que vários turistas que estavam com viagens marcadas, simplesmente, cancelassem. Então, várias atividades foram bastante prejudicadas durante todo esse período. Os ecossistemas extremamente impactados. Estávamos muito preocupados, porque os ecossistemas costeiros são muito sensíveis, e foram drasticamente atingidos. E a preocupação aqui, porque é como eu falei, né, os ambientes daqui já vivem sob estresse, o estuário, o rio, estresse de poluição, de construção indevida, de ocupação indevida, os corais já vivem sob estresse de atividades turísticas, de pisoteio, de oferta de ração, esse tipo de coisa. Então, quando chega um evento como esse, né, então amplifica o

estresse desses ambientes que já estão ali bem sensíveis a tudo. Então, tivemos muitos impactos na economia, no ambiente, e para além disso enfrentamos aqui um grande problema, que foi o negacionismo também. O negacionismo da seriedade disso tudo. Aquilo que eu disse, né, aqui, um grupo empresariado forte, que, simplesmente, quer acobertar e esconder tudo de ruim que ocorre aqui. Quando, na verdade, o que a gente precisava no momento era chamar atenção pra isso tudo e cobrar responsabilidade do governo federal e do governo estadual em amparar os principais agentes sociais impactados com isso, que tiveram suas principais atividades econômicas impedidas de serem realizadas. Então a gente sofreu represálias, no sentido de que, “ah, vocês tão falando que tem petróleo e isso tá afastando turista”, quando, na verdade, a gente tava mesmo era preocupado em cobrar a responsabilidade disso, né [...]. Maracaípe é o último ponto até que o rio desague no mar, e por aqui ainda acontece a cata do siri, a cata do aratu, principalmente desenvolvidas por mulheres. Os homens quando saem pra pescar saem mais pro alto mar, e as mulheres é que dominam esse território aqui do estuário, do mangue. Mas também é uma comunidade que sofre com a violência, do tráfico, é muito delicado entrar lá. Mesmo eu morando aqui, trabalhando com meio ambiente, eu não posso simplesmente entrar na comunidade e lidar com todo esse problema social. Ao mesmo tempo que é um lugar tranquilo, “ah, não rola assalto, não rola.” mas, é um local que lá dentro não se entra, entendeu? É um local que não é todo mundo que entra lá dentro. Principalmente com uma câmera. O tráfico aqui tá muito bem instaurado, muito bem instalado e é perigoso [...]. O litoral sul há anos tem sua natureza suprimida em detrimento de outras atividades de exploração e ocupação do solo. Como, historicamente, o monocultivo da cana-de-açúcar, os engenhos, aí depois do *trade* industrial, com o complexo do Porto de Suape; depois o *trade* turístico, né, aqui, já mais pra região de Porto de Galinhas, com a construção de grandes Resorts e hotéis, atividades turísticas de massa, que acabam por gerar muitos impactos negativos aos ecossistemas. E aí falta ordenamento, falta leis de proteção ao ambiente, principalmente, fiscalização ambiental. Há dois anos surge o Movimento Salve Maracaípe, um movimento formado por jovens conscientes e preocupados com a degradação ambiental advinda da intervenção ocorrida no território. E aí, desde então, o que a gente tem visto por parte das gestões públicas que passaram é o descaso com as questões socioambientais, sabe? Porto e seu entorno é tido como zona de sacrifício pra exploração econômica. Enquanto isso, os grupos empresariais conseguem licença pra construir onde quiser, quando bem quiser. E aí a população local é cada vez mais encurralada pra dentro do mangue, onde, conseqüentemente, tá tomado por construções marginais, em área imprópria, sem saneamento básico. E isso tudo é a fórmula pra que a violência seja construída a cada dia, né? Que a violência se instaure. Então, resumidamente, é esse o problema que a gente vê acontecer aqui há anos [...]. Há, muito forte, aqui, a atividade de mergulho, que aí pode ser uma atividade bem nociva pro ambiente. As piscinas naturais, que são berçários de espécies bem sensíveis. Porque o pessoal acaba incentivando o uso de ração pra atrair peixinho, pra tirar foto com turista, um pisoteio dos corais, aí há um avanço das construções nas praias, que é praia de desova de tartaruga marinha, de proteção, e a gente tem que lidar com isso todo tempo; há um forte interesse em urbanizar muito tudo isso, e aí há desmatamento, há incêndio, há aterro... esse é o maior enfrentamento aqui [...]. Não há, reconhecidamente, aqui, uma comunidade tradicional pesqueira, quilombola. A gente sabe que tem, que todo mundo acaba exercendo essa atividade, mas acaba ficando como uma atividade secundária, e enquanto a grande maioria da população vai trabalhar com



turismo em si, entende? E aí o turismo pode ser muito predador, que vise só explorar os ambientes naturais. Então, um dos nossos principais desafios é incentivar atividades turísticas baseado nos fundamentos do turismo sustentável, do turismo social. E aí o enfrentamento acaba sendo muito político, assim, de disputa mesmo do que deve ser esse território [...]. Porque nossa preocupação é a seguinte: o plano diretor, que enquadra aqui esse território, é o mesmo do centro de Ipojuca, sabe? Enquadra esse território aqui numa área de industrialização. E aí por isso a prefeitura consegue justificar a liberação para construções em áreas que deveriam ser protegidas. Então, conseguir liberar a construção, numa área de praia, pra um hotel, pra um resort, conseguir liberar a construção de um crime ambiental como é o caso do Arena Porto, né, que foi um aterro imenso numa área alagada que tem grande importância pra os sistemas hídricos, que tá matando o rio, que cortou vários cursos de água que alimentavam o rio Merepe e o rio Maracaípe. Então, eu entendo que a população local, muitas vezes, não tá munida desse conhecimento, de que há uma forma de se proteger isso daqui, legalmente falando, se a gente consegue alterar essa questão do plano diretor e consegue fazer a gestão olhar pra isso daqui como um local que deve ser preservado, porque é um ecossistema costeiro altamente sensível, de vários ambientes de importância global, e agora cada vez mais, em relação a discussão global aí do clima, e toda essa crise climática que a gente tá começando a perceber que vai acabar enfrentando também [...]. Como eu estava te dizendo, é um local que começou a atrair muita gente de fora, tem gente vindo de todo lugar do mundo, que vem pra conhecer e acaba ficando. E quando chega aqui tem que começar a desenvolver alguma atividade econômica. Então vai todo mundo trabalhar com as atividades de turismo, que é o mergulho comercial, o passeio de jangada, o passeio de bugie, desenvolver essas coisas. E aí, como não há um ordenamento, uma regra, um limite, de ocupação, tá tudo muito assim. Quem tem dinheiro pra fazer chega e faz, e não há esse cuidado com o ambiente em si. Essa é a preocupação. Se aqui a gente tivesse uma grande comunidade pesqueira que se identificasse como uma comunidade tradicional pesqueira, lutando pelo território, uma comunidade indígena, uma comunidade quilombola... não é o caso [...]. O turista não sabe que aqui não tem saneamento básico, então a gente faz essa denúncia, faz esse apelo, pra gestão pública. Poxa, o que tá acontecendo? Enquanto as pessoas estão sem saneamento, o ambiente tá sofrendo, tudo que acontece aqui no rio vai parar nos recifes de coral, vai reverberar nas piscinas naturais de porto, vai afastar as espécies... Se a gente não tem vida aqui a gente não tem pessoas interessadas em vir pra cá, essas pessoas viajam pra isso, pra ter esse contato com o ambiente saudável, as pessoas viajam em busca disso. Então é uma série de coisas que precisam ser construídas entorno dessa problemática, da conservação ambiental desse território [...].

Também para Lourinalda Selva Silva (informação verbal):

Pernambuco é muito grande, né? E a gente tem os povos tradicionais, que são os povos nativos, que são chamados de povos indígenas; a população quilombola, e também os povos das águas, que são os pescadores e as marisqueiras, que são considerados todos os povos tradicionais. Além disso temos o movimento da agroecologia, onde a agroecologia se inspirou no modo de vida dos povos tradicionais, não do Brasil, mas na América do Sul em geral. Então, o que a gente tem nesse contexto é que antes da agroecologia chegar no Brasil já existia esse movimento em PE, de resistência em relação às comunidades tradicionais, a preservação de seus

saberes, território; que era realizado por outras frentes no estado [...]. E aí o que se tem, hoje, em Pernambuco, é que, quando a agroecologia chegou no estado, há alguns anos, ela comprou essa briga dos povos tradicionais, mas a gente sabe hoje que os povos tradicionais não se identificam muito com a agroecologia, eles relatam que não têm agricultura agroecológica, e sim agricultura do sagrado, que é como o povo xucuru se reconhece, já que a agroecologia veio depois da cultura dos povos tradicionais. Então, eles têm uma certa simpatia, afinidade, pelo movimento da agroecologia, mas eles não se veem como agroecologia em si. E a agroecologia está muito mais ligada ao camponês, a agricultura camponesa, que os povos tradicionais, o povo quilombola e os povos nativos, os pescadores e as marisqueiras não se veem nesse lugar do camponês, do povo do campo. Eles são da floresta e das águas [...]. O saber o tradicional é diferente do saber popular. Então, o que é que a gente pode ver: por exemplo, o saber popular é aquele saber que tenta que as pessoas que vão buscar saúde ou alguma forma de fazer algo, ele se inspirou em algo do convencional. Por exemplo, a gente se depara com pessoas da cidade que chamam uma planta com um nome de um medicamento; como, por exemplo, a Dipirona, Anador... são plantas que tem um nome de medicamentos que são vendidos na farmácia. Então, isso é uma sabedoria popular, porque ela associou aquele uso da planta pra dor com o medicamento que tem na farmácia. Isso é uma questão. Então a gente percebe que é sabedoria popular. Quando a gente vai pro saber tradicional, a gente entende que jamais um povo nativo do território na Amazônia, do povo Xingu, vai identificar o que é uma planta Anador. Ele não vai identificar com esse nome. Ele vai reconhecer pelos nomes deles de lá, então eles estão mantendo o conhecimento tradicional, entendeu? [...]. Isso é uma questão que eu gostaria de colocar porque as pessoas confundem muito o saber tradicional com o saber popular. A gente consegue perceber o saber popular muito na cidade, e o saber tradicional tá nos povos das águas, nos povos da floresta, os povos do campo, que são os agricultores e agricultoras, eles também mantêm um pouco esse saber tradicional, eles têm isso, mas a gente consegue perceber que o povo do campo perdeu muito conhecimento sobre as plantas medicinais e que o que eles sabem hoje é um pouco do saber popular. E outra coisa que a gente consegue ver no saber popular é que a maioria das plantas que estão em uso no saber popular são plantas que foram domesticadas, são plantas que vieram de fora do Brasil, e que hoje estão adaptadas aqui. Já o saber tradicional, o conhecimento deles é nas nossas plantas endêmicas, nas nossas plantas nativas. Então isso é bem interessante de colocar para que as pessoas compreendam que é importante a gente tá multiplicando os saberes das plantas domesticadas, que, inclusive, são plantas validadas no mundo inteiro como uso medicinal, mas também é importante a gente saber que as plantas medicinais endêmicas do Brasil já são usadas a milhares de anos pelas nossas civilizações nativas, nossos povos nativos do Brasil, e que muitas vezes não se tem estudo nenhum, e que muitas vezes a ciência não valoriza esse conhecimento tradicional porque ainda não passou por nenhum processo científico dentro da academia. Só que pelo fato dessa planta tá sendo usada há muito tempo no território tradicional isso já é uma validação natural e legítima do uso. Não precisa fazer um estudo na universidade pra saber, pra validar isso. Essa validação já é legítima [...]. Pegando um exemplo da importância da preservação e conservação desses ecossistemas pra criação da Unidade de Conservação da Mata da Pimenteira, a gente teve que articular todos os povos agricultores, povos tradicionais, que moravam e moram até hoje aos arredores da Unidade de Conservação, pra que eles e elas se vissem nesse processo e construísse junto com a gente essa proposta da UC. Pra que eles se vissem inseridos,

fazendo parte, e não excluídos. Porque muitas das ações que a gente percebe é de tirar os povos do território e transformar em UC. Que é o que acontece lá no Parque do Vale do Catimbau, que a gente tem povos indígenas lá e que existe um conflito até hoje, não só em relação aos povos indígenas, porque foi criado o Parque Nacional, né, que era o Ibama que tomava conta, mas agora é o ICMBio... eu não sei como é que tá, porque com esse novo governo muitas coisas foram extintas, né, então na minha época, na época em que eu andava lá no Vale do Catimbau, era o Ibama, e além dessa questão do povo tradicional que mora dentro do parque, tem também os agricultores e agricultoras que ocupavam a região, né, que acabaram não saindo do território e ficando lá. Então existe um pouco de contradição sobre as UC, porque as vezes tem as pessoas nativas da região, que já utilizavam aquele espaço, e por se transformar numa UC, eram convidadas a sair daquele espaço. Por isso que pra criar UC da Caatinga a gente fez o diálogo com todos os interessados e interessadas que faziam parte. Inclusive até com os povos de terreiro de Serra Talhada que utilizavam alguns espaços da Mata Pimenteira pra fazer seus rituais, de seu sagrado, dos rituais dos povos de terreiro também [...]. Inclusive a gente, em Suape, teve uma movimentação de retirada de vários povos, várias comunidades de pescadores e marisqueiras, para a ampliação do complexo industrial de Suape, da CIPS, e a gente sabe que essa retirada dos povos tradicionais das águas, do território, causou um desastre ambiental muito grande, né? Eu falo isso de experiência própria, porque eu acompanhei uma comunidade que foi retirada a quase 3 ou 4 anos, eu acompanhei essa comunidade, e voltei ao lugar, junto com algumas pessoas nativas, do território, e estava totalmente devastado, destruído, derrubado árvores de mangue, e os relatos que a gente obtia dos pescadores e das marisqueiras, principalmente dos pescadores, é de que a pesca tinha diminuído muito, depois que foi instalado o complexo industrial do porto de Suape. Então, essas empresas causam um impacto muito grande, que além de causar um impacto direto no ambiente, causa também nas pessoas, né, porque as comunidades são retiradas do local e entra o processo de adoecimento, entra o processo de desemprego, de alcoolismo, de prostituição, porque essas pessoas são remanejadas para áreas urbanas e elas estavam acostumadas a viver em sítio; muitas delas tão passando necessidade, não tem o que comer, porque antes quando estava no território tinham um pé de fruta, ia pescar, então nunca passavam necessidade de não ter o que comer, como é a realidade hoje, atualmente. Então é afirmativo, sim, que manter essas pessoas no território ancestral, nos seus territórios de muitos anos elas estão preservando e conservando aquele ambiente, isso aí com certeza. Agora a gente também não pode romantizar, que essas pessoas precisam de apoio, de políticas, porque elas também pertencem ao estado, né, e têm que ser protegidas pra preservação e conservação de seus territórios, que muitas pessoas ficam de olho pra fazer especulação imobiliária, pra fazer especulação de construção de resorts para turismo, então elas precisam de proteção. E também, a gente não pode romantizar que os povos fazem a parte dele, preservando e conservando, mas, que a cidade polui produzindo lixo, despejando dejetos no ambiente, no estuário, então fica difícil para os povos nativos conservar e preservar sabendo que existe esse outro lado que tá muito mais a frente, tá muito mais acelerado que o processo de conservação do ambiente, dos ecossistemas que estão inseridos nos seus territórios [...]. Quando a gente vai pra área do campo, a gente tem um avanço maior na discussão em relação a resistência e as reivindicações. Porque a via campesina e o MST, por exemplo, eles tão mais organizados nesse sentido [...]. A gente percebeu, desse tempo pra cá, que é o seguinte: as pessoas estão no território, são extrativistas – ou seja, elas retiram daquele

território plantas nativas pra fazer seus chás, suas garrafadas, suas ervas – mas, elas não têm consciência sobre a questão da preservação e conservação, a curto, médio e longo prazo. Uma das discussões que a gente fez, que eu posso até tá enviando pra você em PDF, que foi uma cartilha de um projeto chamado Saúde da Floresta, um trabalho que a gente fez junto com o curso de graduação de engenharia florestal, e mais as parteiras, benzedadeiras, raizeiras da Chapada do Araripe e, quando a gente falava, por exemplo, que a aroeira estava em extinção, elas falavam: “ah, mas eu tenho no meu quintal, na minha área, 5 pés de aroeira”. Então, o fato de ela ter 5 pés de aroeira na propriedade dela, ela não tem consciência que estavam tirando aroeira, né, desmatando as aroeiras, e que ela estava ameaçada de extinção. Então, a gente tentou fazer esse diálogo com ela, né, de ela tentar guardar as sementes de aroeira, em fazer mudas, viveiros, tentar plantar mais aroeiras no território dela, que ela estaria garantindo que as outras gerações tivessem acesso a aroeira. Isso é um dos exemplos, né? Quando a gente vai pra área urbana, por exemplo, as mulheres da AMARFITSA elas tem a farmácia viva, né, que elas cultivam no local, mas elas também pedem plantas de fora, né, então elas conhecem esse lugar de onde chegam as plantas de fora, elas sabem que tem o manejo florestal de preservação e conservação dessas espécies, nesse lugar que elas tiram as plantas pra fazer o medicamento, né? Então elas têm essa consciência já, as mulheres que trabalham com plantas medicinais e com a saúde na área urbana. Quando a gente vai pra os povos de terreiro, por exemplo, um dos pais de santo que veio me procurar pra gente fazer um trabalho junto, eu perguntei pra eles, né, como é que eles conseguiram as plantas. Aí eles disseram que iam no Mercado São José, compravam o que eles queriam e estava tudo certo. Antigamente a gente frequentava a casa dos povos de terreiro e eles tinham tipo uma farmácia viva, cheia de ervas secas, processadas, pra passar aquele tratamento para as pessoas. Hoje a gente já vê que isso tá diminuindo muito, né? Aí quando eu questionei a ele se eles tinham a preocupação de saber de onde aquele mateiro, aquele raizeiro conseguia aquelas ervas, e se as árvores daquele território estavam sendo preservadas e conservadas, ele ficou com aquela cara, assim, né? E disse: “não, a gente não faz isso”. Então, assim, eles são extrativistas, eles compram, são atravessadores, compram pra fazer seus rituais, mas não tão preocupados com a preservação e conservação do ambiente em que aquela árvore está. A ponto de falar pra mim que umas das sementes que eles usam pra fazer o colar de um dos Orixás, não sei se é Lágrima de Nossa Senhora – um nomezinho assim -, tinha desaparecido do Mercado São José, não estava vindo mais. E aí eu perguntei a ele: “o que é que você acha que tá acontecendo, que essa planta não tá mais disponível? Que tipo de intervenção, atitude você poderia fazer, você e seu centro de Umbanda, de Candomblé, pra tentar amenizar, reverter, contribuir pra conservação e preservação dessa espécie?” Só pra você ter uma ideia sobre essa questão ambiental na área urbana. Quando a gente vai pra área rural, a gente tem a questão clara, em relação ao uso dos agrotóxicos, que é uma questão bem batida, assim, forte, que é o processo de adoecimento do agricultor e da agricultora no campo, e se eles são agroecológicos eles não usam os agrotóxicos, mas eles acabam sendo contaminados pelo agronegócio, que tem empresas próximas, né, grandes, que fazem dispersão aérea, jogam alguma coisa, então, a gente vê que já existe um enfrentamento, né, organização, pela campanha nacional contra os agrotóxicos, e que os agricultores e agricultoras fazem essa frente, né, organização não governamental, o MST, todos fazem essa frente pra combater os agrotóxicos. Isso é uma questão. E a gente percebeu também - assim, eu percebi - desse tempo pra cá, do derramamento de petróleo, que os povos das águas eles se

organizaram mais e mostraram ao governo federal que eles têm tecnologias pra reter, como eles retiveram uma boa parte do petróleo bruto que foi derramado na costa. Então, eles têm essa consciência, né, a questão é que eles têm consciência, eles têm resultados, eles têm provas, mas eles são muito pacíficos na ação. É feito os povos indígenas, são muito pacíficos na ação pra reivindicar. O MST, que já vem de um outro tipo de organização, eles são mais objetivos, mais diretos, eles conseguem fazer uma reivindicação mais efetiva, pela sua própria natureza de luta, sobre a questão da Reforma Agrária, dos acampamentos, os assentamentos, que os povos tradicionais já não vêm desse lugar, então eles são muito pacíficos nessas ações. E acabam não conseguindo alcançar, mas eles têm consciência sobre a consciência sobre a preservação e conservação desses espaços, dos territórios.

Segundo Luíza Cavalcante, de acordo com as suas experiências, afirma (informação verbal):

A realidade da mata norte é uma realidade de morte (risos). É uma realidade de monocultivo de cana-de-açúcar, né, é muito veneno, muita violação do todo, da natureza como um todo, né, água, tudo. Então, a agroecologia ela é fundamental para que as pessoas encontrem esperança de futuro. Esperança de viver, principalmente para a juventude. Porque muita gente estuda e conclui o ensino médio, por exemplo, e diz assim: “pó, eu vou pra universidade pra que, se o meu caminho é ir trabalhar na usina, na cana-de-açúcar, com toda formação, com todo o tempo que eu tenho me dedicado a isso?” E essa realidade existe. Muitas garotas acabam indo pra Recife, né, e outras regiões, trabalhar de empregadas domésticas, mesmo tendo cursos, entendesse? Então é uma realidade bem difícil especialmente para essa juventude, e a agroecologia, já é o contrário, vem dizer não a isso e mostrar outro jeito [...]. A agroecologia é o contrário, ela sustenta o a pequeno e a pequena agricultora, né, que o campesinato realmente se auto sustenta quando descobre, quando caminha, quando redescobre, quando retoma o seu poder de cuidar de si, sabe? Quando retoma seus conhecimentos da agroecologia, que é uma coisa que vem de muito tempo, dos nossos povos negros e indígenas, né, especialmente toda a América Latina, é muito ancestral. E aí tem essa forminha que tem colocado e foi nomeado agroecologia. E quando as pessoas se reveem, se veem nesse lugar, e se reconhece né, “poxa, mas eu cresci fazendo isso, né, meu pai, minha avó, minha mãe...”, entendeu? E elas se reempoderaram desse papel e começam a encontrar, de fato, um lugar sustentável, um modelo, uma alternativa mesmo, de vida [...]. Acho eu – vou aqui colocar uma coisa, uma informação que eu acho importante, uma observação que é assim, há alguns anos eu venho observando, e aí eu vim entender isso há pouco tempo, porque as organizações que antes conseguiam ter aportes financeiros para a agroecologia investiam mais em outras regiões, Mata Sul, algumas áreas do Agreste, Sertão... e a Mata Norte não. Hoje eu começo a compreender mais por que isso, né? Porque as condições de manutenção e implantação do projeto é muito difícil, dentro de todo o contexto que eu já elenquei e outras mais, né? É difícil tá no território seco, alto. Então quando se fala na zona da mata e a gente pensa que é tudo uma coisa só, e não é, né. Então a mata norte é bem característica, é bem quente mesmo, né, é uma região mais alta também, em altitude, geograficamente mais alta que a mata sul, que o nível do mar é mais elevado... os lençóis freáticos estão mais abaixo, sabe? E tem grandes dificuldades de furação de poço. As terras de fato mais baixas, mais brejeiras estão nas mãos do latifúndio, né, onde tem os rios, onde tem

alagados, eles tão mais nas mãos do latifúndio. E aí para nós outros sobra áreas muito secas. Então é lógico que as pessoas não vão ficar insistindo numa área, né, que é difícil você desenvolver aquilo que você implanta. Enquanto na mata sul é mais no nível do mar, ou abaixo do nível do mar, mais alagada, úmida, bastante úmida, entendesse? Uma área bem mais favorável, é verdade, nesse sentido. Também com um latifúndio perversíssimo, truculentíssimo, mas quem tem uma pequena propriedade tem melhores condições de desenvolver. E pensar que na mata sul o latifúndio é tão truculento e mata sul não é, é, de certa forma, não ter muita noção da realidade, porque é tudo uma coisa só. A gente fala assim, mas é tudo uma coisa só. Eles são truculentos em todo e qualquer lugar. Entendeu? Mas aí cuidam mais da outra área porque é um clima mais úmida, mais favorável pra o plantio, e aqui a mata norte não. Então, o que é que eu trago como observação? É da gente pensar, e vocês, enquanto universidade, pensar mais justamente com um olhar mais profundo, mais crítico, mais especial, pra esse território e essa realidade e o número de famílias agricultoras que ainda existe. Ou seja, há um grande campesinato. Existem muitos assentamentos na região, e quilombos também existem nessa região da mata norte. E aí a gente é carente mesmo de uma atenção mais específico, de atenção de conhecimentos que possam vir nos favorecer no sentido de desenvolver, de forma bem sustentável mesmo, né, porque nós temos. Entendeu? É isso [...], e aqui na mata norte a gente vê isso com muita força, sabe? A da saúde, o uso das medicinas fitoterápicas né? As farmácias vivas, a parteira, a benzedeira. Ontem com muita escassez, mas hoje existe já uma retomada desse lugar. Mas isso são culturas que ainda permanecem vivas, apesar das igrejas fundamentalistas, aí, ditas evangélicas, essas culturas elas ainda permanecem muito fortes. Então eu vejo por aí. As plantas, muitas plantas que estavam até em extinção e hoje elas retomam o lugar aqui na mata norte: maracujá açú, aticum, tantas plantas, araruta, mulungu. Algumas plantas que estão em extinção e hoje elas tão retomando lugares, mas a partir disso, dessa expressão dos povos que vem fazendo agroecologia, sentindo, trazendo, partilhando, entendeu? Revalorização de outras coisas como a carne de jaca, né? Revalorizar a jaca. Houve um movimento alguns anos atrás aí não tão distante, de desvalorização da jaqueira, né? Colocar-se a jaqueira como elemento invasor, invasivo e que era preciso extinguir. Há uma linha que fala sobre isso aí, dentro das universidades também. E o estado em si, esses projetos de desenvolvimento, expansão das estradas, aqui na mata norte extinguiram muitas, muitos, muitos pés de jaqueira ancestrais. Troncos de diâmetros imensos, imensos, eu vi isso acontecer de 2008 pra cá. Eu vi isso acontecer. Muitos tipos de fruteiras, jaqueira, mangueira, abacateiros, jamboeiros, tantas, tantas e tantas, que eram culturas de ancestralidade mantida aqui na região, que alimentava o povo. Essa época o povo desfilando, essas horas mesmo, ao longo da BR 408, ao longo da PE 41, da 027, ao longo da 101, de Goiana a Igarassu, com bacias, sacolas, caixotes, carro-de-mão, bicicletas cheias de frutos. Dendezeiros, são frutos que foram extintos. Macaibeiras, que foram exterminados pra dar lugar ao desenvolvimento. (Risos) que desenvolvimento, né, que destrói o alimento. Então, a gente viu isso. E hoje uma retomada ao lugar, desses frutos. E isso pra mim é um processo agroecológico, sabe? É uma expressão, dentro da região, e tem, assim, a Associação Florestal Terra e Vida tem sido muito precursora nesse processo de trazer de volta esses elementos que traduzem a agroecologia. Inclusive na comercialização também, as feiras agroecológicas surgindo, se aproximando mais, se interiorizando, tá acontecendo, são elementos importantes e que mostram essa presença e esses elementos bem mais de trás pra cá [...]. E citar, nesse exercício, as cantorias. Que é outra

expressão maravilhosa, né? O povo cantava seu dia a dia e hoje retomam isso, as cantorias, os violeiros, violeiras, boladoras, as e as conquistas também, mestres e mestras de maracatu, hoje a gente tem juventude, principalmente mulheres, aqui na mata norte, que já são mestras de maracatu. A coisa mais linda [...]. E aí hoje, a agroecologia e também os espaços de comercialização agroecológica, à medida que vão se interiorizando, eles vão também resgatando esses jeitinhos, sabe? De fazer, de trazer esses elementos pro dia a dia das pessoas, trazer essa alegria, essa felicidade de estar junto, de comprar aquela comidinha saborosa sabendo que o outro fez, né, sabendo, conhecendo quem tá produzindo. São culturas e resgates importantíssimos, importantíssimos, necessários, sabe? Abrir a casa, o sítio pra o consumidor vir ver como a gente fez, e muitas vezes participar como são os processos de mutirão, né. As pessoas podem vir participar junto. Fazer junto com a gente. E isso é muito gostoso, é muito maravilhoso, e gera todo esse resgate mesmo do que a gente tinha antes, né, que eram quintais, muitos quintais produtivos, as comunidades, todos produzindo juntos. Eu me criei assim, num ambiente assim. Todo mundo produzia ali, as casas eram pegadas, as paredes, umas nas outras, depois se encolhia, se dividia, cada um tinha aquela coisa, né: “vá levar uma palma de banana para D. Maria”, aí D. Maria já mandava um pouco de farinha. Então, cada coisa assim que são costumes agroecológicos, do bem viver. É pra além da agroecologia, né, do bem viver. E é afroecológico, também, né? Tem toda uma ecologia de fazeres e saberes e viveres bem antigos, e vindo de tantos povos, especialmente os povos negros e indígenas, povos ancestrais em toda a América Latina [...]. Hoje eu digo que a gente precisa rever, inclusive, esse nome “agroecologia”, pra pensar de uma ecologia a partir de seus povos. Como que os povos indígenas chamariam ou chamam hoje isso que a gente chama de agroecologia? Como nós, afrodescendentes, afro-brasileiros chamamos a agroecologia? Tá entendendo? Essa ecologia negra, esse jeito negro de fazer... como que a gente chamaria ou chama? Eu até ousou chamar de afroecologia. Então, vai por aí afora (risos). E a gente sair dessa coisa... não sei como diria... simplista, homogênea, não sei chamar isso com que palavra, não sei dizer que palavra acadêmica define uma coisa assim. Muito juntinha, muito única, né, que responde pra todo mundo. Assim como o feminismo, ele não é mais feminismo, né. Ele precisa ser feminismos. Há o feminismo negro, o feminismo indígena, então a gente precisa perceber que há várias formas de expressar a partir da necessidade de cada povo, e que um jeito único não define. O sol sim, o sol é único pra todo mundo. Mas nos países frios o sol tem um jeito diferente de sair, de aparecer, né verdade? A lua... Então vem disso que eu falo também, que eu acho que a agroecologia traz. Que existe um padrão comum, mas existe diferenças, especificidades que precisam ser consideradas.

Já para D. Maria das Águas (informação verbal):

É muito mais difícil ainda para os pescadores artesanais do Agreste e do Sertão, porque somos pescadores que se diz de águas doce: de rios, de açude, de barragem; enfim, pescadores artesanais, e que temos os mesmos direitos, cumprimos com os mesmos deveres, mas que na junção governamental, muitas vezes, passa por cima dessa área de pescadores de água doce e só vê muito mais os pescadores do litoral, e a gente luta muito por isso. Só que enquanto pescadores de água doce e pescadores do Sertão, vivemos conjuntamente na luta com os pescadores do litoral. E eles e elas mesmo, quando tem alguma coisa que sente que nós, pescadores de água doce, estão

de fora, elas colocam: “epa! Olha a turma no Agreste, olha a turma do Sertão, tem que tá todo mundo junto”. Todos juntos e misturados e ninguém solta a mão de ninguém [...]. A resistência das comunidades tradicionais tem pago um alto preço de dor e saudade, de perda de parente, de amigos, companheiros de luta, para manter o ambiente protegido, para manter seu habitat natural, e ser respeitado sobre o controle das espécies e contra a exploração econômica desenfreada [...]. E, se todos nós tentarmos fazer a nossa parte, entender que o outro é digno de beber água, é digno de comer o pão, de ser alimentado, é digno de ir para a escola, não precisa que todos se tornem doutor, por conta das condições, mas que todos são doutor em sua área. Que tenha respeito. Talvez a gente vá conseguir, para os que virão, um país onde todos tenham espaço para sobreviver, onde todos possam viver com dignidade, sem viver com medo de ir e vir, de tá assustado, viver trancado em suas casas porque nas ruas tá perigoso sair; porque muitos dos nossos, que saíram do campo, que foram expulsos para a cidade, por não ter oportunidade de se tornar pessoas como vocês, que estão estudando para ser alguma coisa que possa ajudar a mudar o mundo – não pra ser gente, porque gente somos todos nós; pra ser alguém na vida, todos nós somos alguém na vida. Só que nossa vida é diferente. E que vocês possam ajudar e tratar bem todos que precisam ser atendidos na área onde vocês vão atuar, para o que vocês estão estudando, para o que vocês estão se preparando. Que seja por amor, que seja de verdade, e que o mundo possa se orgulhar de vocês (*choro*) [...]. Eu não gosto dessa palavra, meio ambiente [...], porque é uma coisa que inventaram para abrir espaço para acabar com a outra metade. E eu gostaria que o ambiente fosse todo preservado, todo cuidado, e nós pudéssemos viver em todo o ambiente e com responsabilidade. Então eu penso em zelar de todo o ambiente. Por isso que eu não gosto dessa palavra, MEIO ambiente.

D. Maria do Carmo Sobral, por sua vez (informação verbal):

Então, no Brasil, nós temos uma desigualdade muito grande, um dos países com esse nível de pessoas ricas e pessoas pobres, miseráveis, né? Nós somos exemplo de alta desigualdade, comparando com outros países. Então, a classe pobre, a classe que sofre mais, ela sofre muitas injustiças. A injustiça ambiental é apenas um pequeno aspecto, né? Porque, por exemplo, o percentual de abastecimento de água, o percentual de serviço de saneamento, água, esgoto, drenagem, moradia, emprego, saúde, educação, todos esses índices são piores para essa população pobre. Como também tem uma diferença grande entre a população urbana e a população rural, né? A rural também sofre com os baixos índices de desenvolvimento, os direitos básicos, as injustiças de um cidadão. Isso é o geral [...], comunidade e meio ambiente. Normalmente essa palavra é muito usada em comunidade pobre, mas eu acho que tem que falar de uma maneira geral. Então eu gosto de separar por classe. Classe média, classe rica pernambucana, principalmente da RMR, tem muito ainda pouca consciência sobre a questão do uso da água, do uso da energia, porque mesmo em momentos que estávamos em momentos de crise, com racionamento de água, e não houve nenhuma política mais forte de redução, no consumo. Então, continua sendo... nós somos de um estado que nós tivemos escravidão, ainda tem muito essa filosofia do uso, né, sem limites, principalmente quando tem um nível social, um nível econômico mais alto. Então, essa relação de respeito com as plantas, de respeito com a biodiversidade, de respeito com a água, com o ambiente de maneira geral, ela precisa ser trabalhada, precisa fazer, ainda, muito trabalho, muita campanha nas escolas pra que a nova geração venha com outro perfil. E já



está mudando, eu acho que essa geração, hoje, já tem muito mais postura de cuidar do meio ambiente, do que a anterior [...]. Veja só, eu vou falar mais do positivo, porque tudo depende muito da perspectiva que se olhe, né, então eu vejo possibilidades positivas aqui pra o NE, sim. Nós vamos crescer na questão da energia renovável, da energia solar, da energia eólica, nós estamos aumentando o número de pessoas com formação universitária, então, isso tudo revela uma tendência de melhoria. O próprio nível de conscientização, as pessoas mais atentas [...]. Nós temos, grande parte dos conflitos, que nós vivenciamos, a base deles é a questão da desigualdade [...]. Nós estamos agora num momento positivo, Sobradinho, por exemplo, tá quase com 90% cheio, então isso fazia mais de 10 anos, acho que 15 anos que isso não ocorria, né. Os rios, muitas chuvas, então, os reservatórios de água estão abastecidos, então não estamos com risco de escassez de água, de falta de água, como nós vivenciamos; mas isso nós sabemos que é cíclico, que é cíclico. Então nós temos que nos preparar, porque os desafios são cada vez maiores. E como a população tá crescendo, e a população cada vez mais concentrada nas áreas urbanas, eu vejo como desafio, onde nós precisamos atuar com mais intensidade, exatamente nesses locais onde a população vive, garantir que as cidades do futuro, que os ambientes do futuro, que nós vamos viver, com nossos filhos, nossos netos, sejam menos poluídos, sejam mais protegidos, em termos da questão ambiental.

Segundo D. Maria José Martins (informação verbal):

A gente se organiza através dos nossos índios, reúne os nossos índios pra Mata Sagrada. Lá fazemos o nosso ritual e chamamos os Encantados de Luz para nos ajudar e proteger, aí o nosso trabalho continua, a nossa luta continua, com muita fé, com muita força, com muita coragem e crença, e tradição. Pra poder a gente fazer isso, chama todos os índios que participam do Ritual Sagrado, pra que nós faça um ritual e chamamos os Orixás pra gente se organizar. Isso na Mata Sagrada, isso lá no nosso Peji Sagrado, com todos os índios, com as lideranças indígenas, com os jovens que estão começando na luta, chamamos eles, e vamos fazer esse ritual na Mata, que é do Povo Xukuru, que é do povo da espiritualidade.

Para Sandra Caetés (informação escrita):

Os fatos referentes à defesa do meio ambiente, em todo o país, não somente em Pernambuco, se repetem sistematicamente e as conquistas sempre são lutas que partem da sociedade quando ela é provocada por uma educação ambiental permanente. Porque a educação ambiental oferece as possibilidades ou instrumentos aos segmentos sociais interessados em resolver ou minimizar os conflitos possíveis, ou problemas específicos de cada região. O exemplo da Esec-Caetés se expande para outras comunidades que lutam também para uma estabilização no equilíbrio ambiental. Gostaria de citar que fortaleceu o Porto Jatobá, em Abreu e Lima, onde existe uma colônia de pescadores bastante atuante no município. A Estação forneceu cursos de capacitações, sob a ação do Conselho Gestor, para a Colônia e, assim, construímos uma parceria mútua prazerosa e produtiva. Podemos afirmar que o Porto Jatobá foi uma conquista dos próprios pescadores daquela região, com o apoio dos setores científicos das universidades e Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do município.

Terezinha Filha, por fim, nos conta (informação verbal):

A Ilha de Deus, ela está nessa área, né, da maior Reserva de Manguezal em Área Urbana, por essa razão, mas não só por essa, pela própria formação geográfica, né, uma ilha, favorece muito essa organização política e serve muito de exemplo pra outras comunidades por essa organização pra conquista de muitos direitos, né, então, dentro da questão da preservação ela é fundamental enquanto exemplo e enquanto fortalecimento e instiga, estímulo, para que outras comunidades se organizem e resistam às investidas diversas de destruição desses saberes, da dignidade desses territórios e das pessoas, né? A Ilha de Deus é mais de 80% de constituição por pescadoras e pescadores, né, então ela é, de fato, a gente fazendo uma pesquisa, mais de 80%, acho que 88%, não estou com esse dado agora, mas acho que 88% da comunidade vive, exclusivamente, da pesca, o que marca que, de fato, esse território é um território tradicional pesqueiro. Isso diz de um território que conseguiu continuar com essa dinâmica da pesca, que era uma realidade da cidade como um todo, né? A cidade do Recife é uma cidade tradicional pesqueira, que foi descaracterizada pela especulação imobiliária, pelos interesses particulares, pela expansão das indústrias, de tudo. Então, pelo próprio “desenvolvimento” que se dá, que não valoriza estes territórios. Então, outros territórios, por exemplo, que já tem uma descaracterização muito maior, e o formato geográfico da Ilha favoreceu, também, pra que essa resistência e organização política acontecesse, e é exemplo, né, para outras. Então, eu acho que a Ilha de Deus é fundamental, né? Que a partir da Ilha, ela puxa toda uma discussão de direitos e de garantias [...] tanto o meio ambiente é fundamental para a existência dos saberes dessa comunidade tradicional pesqueira, pra realidade de vida e dinâmica dessa comunidade, então essa comunidade é fundamental para a garantia desse meio ambiente. Porque se não houvesse mais a comunidade, esse ambiente já estaria totalmente destruído. A especulação imobiliária, com certeza, já teria chegado e construído seus arranha-céus. Não haveria mais nenhuma preservação e conservação ambiental. Então, a forma de uso das pessoas que detém os saberes tradicionais, no geral, na relação com o meio ambiente, é um uso sustentável, e de conservação do ambiente. Até porque, esse ambiente, é o ambiente que dá sustentação à dinâmica e à realidade de vida de cada comunidade, né? E caso isso aqui não existisse – a comunidade-, isso aqui – o ambiente -, com certeza já teríamos aqui, além de arranha-céus, viadutos pra facilitar, né, desafogar o trânsito. E isso é uma realidade, inclusive, de pressão que a gente viveu aqui, no sentido de que por muito tempo se quis tirar a comunidade daqui, porque é um ambiente próximo do centro da cidade, 20 minutos, que poderia tá cortando aí a conexão, favorecendo a conexão da zona sul com o centro da cidade, nessa questão do trânsito. Nisso com certeza já teria uma modificação. Ou até mesmo, essa questão dos arranha-céus, mesmo, com certeza poderia já ser um condomínio fechado, assim como já se tornou a reserva do Paiva, né.

Seguindo, portanto, os aportes dados pelas interlocutoras, em relação ao tema desta subseção, gostariam de levantar os seguintes pontos observados no **Quadro 8**:

**Quadro 8** - Informações sobre as características socioecológicas inseridas nos contextos socioambientais em PE

**Informações sobre as características socioecológicas inseridas nos contextos socioambientais em**

**PE**

Pernambuco é particularmente vulnerável às mudanças climáticas, sendo, Recife, a 16ª cidade mais vulnerável do mundo a estas mudanças

Intensas injustiças socioambientais, com sobreposição de fragilidades e vulnerabilidades

Contexto de chegada de empreendimentos aos locais sem usar a mão de obra local

Forte influência do clientelismo, assistencialismo e paternalismo permeando as relações sociais

A água como principal objeto de interesse nos conflitos socioecológicos

A produção de transgênicos como elemento chave de influência sobre os ecossistemas

Megaprojetos que agridem significativamente os ecossistemas, como a própria transposição do rio São Francisco

Estrutura relativamente recente da gestão do ambiente

Diversidade de ecossistemas de grande interesse econômico

Dependência do Poder Público em atrair investimento privado

Dependência do Poder Público em financiamento privado de campanhas

A descontinuidade das políticas com as mudanças de governo (ausência de uma Política de Estado)

Grande diversidade de recortes no estado, de gênero, classe e raça, mas, também, do tipo de ecossistema local e dos serviços ambientais que oferece

A necessidade de suprir necessidades básicas para possibilitar a participação popular

Grande dificuldade de alcance conseguir financiamento para projetos na Zona da Mata em função suas características naturais locais

Maior empoderamento no Sertão do estado

Particularidade da influência política na permanência de Assentamentos Rurais, no NE, em comparação com os Assentamentos do Sul do Brasil

**Informações sobre as características socioecológicas inseridas nos contextos socioambientais em PE**

Pouca abordagem ambiental nos movimentos sociais, exceto os movimentos pela agroecologia

A agroecologia como fator crucial no empoderamento rural

As necessidades primárias é prioridade em detrimento aos atendimentos das leis ambientais, exceto comunidades tradicionais

Presença significativa de casas de veraneio em áreas produtivas destinadas ao e à produtora rural

Déficit relevante no acesso à informação e educação ambiental

Atividades econômicas específicas de cada região, em PE

Histórico relevante de megaempreendimentos, com mais relevante ainda, histórico de impactos socioecológicos

Muitas comunidades tradicionais não se reconhecem como tais, deixando de ter acessos aos poucos incentivos e direitos específicos dos povos tradicionais

A ausência do estado em emergências socioecológica

Particularidades ambientais que atraem megaempreendimentos, turismo predatório que, caracteristicamente, não se preocupam com as questões sociais e ambientais locais

Diversidade dos povos tradicionais: povos indígenas (povos nativos), povos quilombolas, povos da floresta e do campo, povos das águas

A agroecologia é posterior à agricultura sustentável dos povos tradicionais

A agroecologia está mais interligada aos povos do campo

O saber o tradicional é diferente do saber popular

O saber popular se concentra nos centros urbanos, enquanto os saberes tradicionais, nos territórios tradicionais, apesar de o povo do campo ter perdido boa parte destes saberes.

A maioria das plantas usadas pelo saber popular são exóticas, enquanto no saber tradicional, predominam as plantas endêmicas.

Pouca interdisciplinaridade na abordagem das questões ambientais, principalmente na internalização das questões sociais como parte indissociável das ambientais

A não internalização das questões sociais às ambientais como agente potencializador da degradação ambiental

A influência da igreja protestante na permanência da cultura popular, intrinsecamente ligada às questões socioecológicas de cada região

Algumas plantas exóticas são, hoje, de extrema importância socioecológicas, devendo ser preservadas

A importância da cultura popular na preservação e conservação socioecológica

A prática do Bem-viver pelos povos tradicionais

Significativa dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mesmo com qualificação profissional

Histórica violência contra os movimentos e as lideranças populares

Êxodo Rural

A influência escravagista na exploração ilimitada dos recursos e serviços ambientais

Particularidades dos ciclos ambientais e não internalização destas características ambientais

A maior Reserva de Manguezal em Área Urbana da América Latina é preservada, principalmente, pela presença de uma das comunidades mais articuladas e fortes em sua gestão local: a comunidade da Ilha de Deus.

A cidade do Recife é uma cidade tradicional pesqueira, que foi descaracterizada pela especulação imobiliária, pelos interesses particulares, pela expansão das indústrias, de tudo.

Sob estas perspectivas, gostaria de iniciar o meu aporte citando a influência colonial na sociedade Pernambucana. Este contexto colonial, historicamente recente, definiu padrões locais a partir de seus próprios parâmetros, alheios às terras colonizadas ressaltando uma sociedade patriarcal em todos os seus desdobramentos (racismo, péssimas relações de trabalho, machismo, violência, assistencialismo, paternalismo, controle e exercício de poder estatal-corporativo sobre a natureza como um todo – incluindo as pessoas e seus corpos). Estes desdobramentos serão sentidos em todas as relações sociedade-sociedade e sociedade-natureza (ANDRADE, 1994; DILGER et al., 2016; RIBEIRO, 2017).

No que se refere à invisibilização dos povos tradicionais, originários e suas culturas, além do próprio processo de colonização - sob forte influência da igreja católica -, é importante citar a continuação do genocídio cultural em Pernambuco, exercida, agora, pela igreja protestante. A importância desta citação se fundamenta no reconhecimento de uma abordagem ambiental que considera a cultura como parte fundamental das diversas relações sociedade-natureza, sendo um direito fundamentalmente associado a um ambiente (integral) equilibrado (GADOTTI, 2000).

Outro ponto fundamental, também evidenciado nas seções anteriores, é a diversidade de ambientes naturais no estado de Pernambuco. Composto por biomas como a caatinga, floresta atlântica, brejos de altitude, restinga, manguezais, áreas alagadas, litorâneas e semiáridas, em toda a sua extensão, serão expressas realidades muito distintas e, intrinsecamente, relacionadas com o ambiente natural em questão. Este ambiente também exercerá influência

ao definir o tipo de economia local e, a partir desta, as políticas, os conflitos e os contextos locais.

A falta de interesse do poder público-corporativo em considerar tais contextos reafirma sua condição de instrumento corporativo de controle social, que regula o acesso a um ambiente equilibrado e o direito a autonomia e qualidade de vida da população como um todo, e prioriza interesses econômicos-corporativos dirigidos por um pequeno grupo de pessoas (DILGER et al, 2016; MARTÍNEZ et al, 2016).

O fato de Recife ser a 16ª cidade mais vulnerável do mundo às mudanças climáticas - com uma dinâmica climática e geografia específica, e consequências como deslizamentos de barreiras, enchentes, alagamentos - e não ter sua infraestrutura adaptada a estas condições também evidencia o compromisso do poder estatal com outros interesses que não a promoção de um ambiente equilibrado e da qualidade de vida da população em geral. Neste sentido a própria estrutura política, bem como as descontinuidades que citaram as interlocutoras, darão margem a vazios que possibilitam uma série de injustiças socioambientais em PE (DILGER et al, 2016; MARTÍNEZ et al, 2016).

Outro aspecto que observo é uma carência sistêmica de um pensamento complexo (MORÍN; LISBOA, 2007), que considere questões culturais, sociais, ambientais, políticas, locais, e as diversas formas de relação entre estes fatores, na produção de conhecimento e nas abordagens políticas, educacionais, científicas etc. Esta limitação pode ser observada, de acordo com suas especificidades, em diferentes setores da sociedade. Não querendo me aprofundar em todas as infinitas formas de expressão deste contexto, citarei apenas que a forma de percepção do ambiente deve ser a primeira consideração a se fazer na observação destas limitações.

É de senso comum que algumas abordagens de grupos minoritários não considerem as questões ambientais convencionais (proteção de áreas, direitos dos povos tradicionais e originários, etc), mas se pensamos o ambiente como o ambiente “ao redor”, cujo solo é ocupado por determinada população, que estabelece uma relação de interdependência com aquele ambiente (como, por exemplo, a relação entre a falta de saneamento e a consequente produção de doenças e baixa qualidade de vida da população local) (GADOTTI, 2000; GEBARA, 1997), será possível observar como as questões ambientais estão intrínsecas às lutas populares. A própria relação de trabalho, diz respeito a um ambiente equilibrado e à

qualidade de vida, tanto no sentido de proteção do e da trabalhadora em seu exercício, como pela abordagem do corpo como território, onde a saúde integral é ponto central de equilíbrio ambiental (direito à cultura, à subjetividade, à autonomia, a melhores condições de vida e trabalho) (HARAWAY, 2019; SEGATO, 2014).

Em resumo desta seção, portanto, levanto duas questões: i) os distintos ambientes naturais, em Pernambuco, estão intrínsecos às pautas das lutas populares, desde a concepção do ambiente a partir de uma gama de aspectos contextuais locais relacionados à manutenção da qualidade de vida da população local, indo além da concepção convencional do ambiente natural (que não insere a qualidade de vida das populações humanas entre suas prioridades); e ii) é estratégico, e de obrigação ética, que todos os setores da sociedade pernambucana exerçam suas funções a partir de uma visão ampla, crítica, empática e de escuta ativa da sociedade pernambucana, visando, nos âmbitos macro e micro, o reconhecimento das distintas realidades, formas de experienciar, de produzir conhecimento e de fazer política.

## **6 CONCLUSÃO**

A crise civilizatória que enfrentamos como sociedade moderna, cujos desdobramentos se estendem em muitas vertentes, vem escancarando a desconexão entre as bases do paradigma moderno e a vida prática desta sociedade (considerando desde o caráter ético até o cultural, político, científico etc.). Com a industrialização a concepção do ambiente natural como uma fonte infinita de recursos foi desromantizada, dando visibilidade à necessidade de controlar o uso deste, de maneira a garantir que a geração atual e as gerações futuras tenham acesso aos recursos naturais indispensáveis à vida.

O continente latino-americano está inserido de forma peculiar nas dinâmicas globais entorno da utilização de elementos naturais e seus serviços. Como discutido nas seções anteriores, este é um continente privilegiado no que se refere a ambientes produtivos, sendo uma região de grande interesse internacional.

Entretanto, dispõe seus recursos em uma relação desigual entre norte e sul global, tanto no que se refere ao benefício próprio dos serviços e ambientes naturais, como na distribuição desigual dos impactos ambientais que a exploração econômica destes ambientes produz. A

colonialidade também se expressa de maneira significativa no contexto continental, definindo diversas dinâmicas sociais e socioambientais de acordo com seus padrões.

Como todo contexto de exploração conta com um de resistência, o continente latino-americano também apresenta processos de resistência popular muito potentes na proteção da vida e das dinâmicas naturais. Estes processos, geralmente, se dão a partir do local e das dinâmicas locais.

Pernambuco é um dos estados mais antigos do Brasil, cujo processo de colonização exerceu significativa influência na construção desta sociedade. O padrão de neoextrativismo, exploração desordenada da natureza, produção de ambientes desequilibrados, má distribuição das consequências ambientais, e produção de *commodities*, podem ser visualizados em todo o território pernambucano, caracterizando uma sociedade patriarcal-colonialista.

Partindo deste cenário se torna mais fácil visualizar a condição da mulher e da natureza no seio da sociedade pernambucana. As mulheres desempenham, a partir de uma construção social, funções muito interligadas com trabalhos reprodutivos e de cuidados que, por sua vez, dialogam diretamente com a manutenção da qualidade de vida da sociedade. Apesar disto, tem suas contribuições, pautas de luta e reivindicações invisibilizadas tanto no seio da sociedade patriarcal como nos próprios caminhos de construção de uma sociedade mais justa, geralmente defendidos pela esquerda política. As mulheres trans, invisibilizadas e excluídas da vida política, também têm suas vivências, e todo o conhecimento oriundo destas inferiorizadas e invisibilizadas, reservando-lhes um espaço estigmatizado e sexualizado.

Desta forma, o objetivo principal deste trabalho foi o de analisar a condição socioambiental de Pernambuco a partir das perspectivas das mulheres, considerando que, pela invisibilização histórica destas, muitas informações provenientes destes contextos não estão documentadas nem são consideradas nas ações que visam promover a justiça socioambiental no estado.

Partindo da co-construção de conhecimento, e sob o viés da História Ambiental de Pernambuco e da metodologia de História Oral e Ambiental, convidei 13 mulheres de distintos setores – poder público, movimentos sociais, comunidades tradicionais, comunidades de base e instituições de pesquisa – para, a partir de suas experiências e

conhecimentos, compartilhados por meios de entrevista, co-construir uma rede de informações que nos dê uma porção das realidades socioambientais vividas no estado.

Visando, ainda, a importância das subjetividades e das formas de expressar e interpretar uma informação, os discursos das mulheres foram organizados de forma temática, mas mantidas todas as formas de expressão que pude captar desde a minha perspectiva. As citações diretas também foram utilizadas considerando as diversas possibilidades de interpretação dos discursos, a partir das subjetividades das leitoras e leitores.

Com base em referências conceituais provenientes do contexto socioambiental latino-americano, como a perspectiva ecofeminista, o pensamento descolonial e a justiça socioambiental, as perguntas desta pesquisa foram respondidas a partir, principalmente, da diversidade de realidades, contextos, histórias, sabedorias, dinâmicas, políticas e culturas locais.

Buscando, portanto, responder às perguntas que me levaram definir os objetivos do estudo, gostaria de referenciar os seguintes pontos:

- i) A participação das mulheres nos contextos socioambientais de Pernambuco, ainda que invisibilizada, é de importância estratégica, tanto nos processos de resistência às injustiças socioambientais, como na promoção de formas mais justas e sustentáveis de desenvolvimento. A própria condição das mulheres na sociedade pernambucana, em seus distintos recortes, e as funções sociais relacionadas aos trabalhos reprodutivos e de cuidados, indicam uma série de conhecimentos empíricos relacionados à qualidade de vida de seus núcleos familiares e da população em geral, bem como das dinâmicas naturais e socioambientais de cada contexto local de Pernambuco. Neste sentido, as mulheres, principalmente as mais vulnerabilizadas dentro deste recorte, representam a linha de frente na luta socioambiental, por sentirem direta e mais intensamente as injustiças socioambientais, a partir de uma sobreposição de vulnerabilidades (oriundas das relações de gênero, raça e classe).
- ii) No que se refere aos contextos socioambientais de Pernambuco, sob a perspectiva das mulheres, algumas peculiaridades foram levantadas. Uma delas é a própria concepção do que é o ambiente. A questão do saneamento básico, do direito à



cultura, à saúde, à educação, ao trabalho seguro, raramente foi associada a uma abordagem ambiental. Entretanto, se consideramos o ambiente desde sua integralidade à sociedade humana e a qualidade de vida das pessoas, é possível perceber como a luta das mulheres incorpora, também, a luta por justiça socioambiental no estado. Estas reivindicações irão se diferenciar de acordo com os contextos e aspectos socioecológicos locais, como já citado, mas dialogarão a partir da promoção da justiça ambiental e de melhoras na qualidade de vida da população. Ainda neste sentido, analisei a atuação do poder público de Pernambuco (representando, de forma simbólica, o estado e o Estado), a ciência (buscando visualizar a abordagem limitada da ciência moderna), e dos movimentos sociais diante dos contextos socioambientais de PE. Já era de se esperar a ineficácia do poder público em seu compromisso com a população em geral, representando um Estado-corporação típico dos contextos socioambientais latino-americanos. A abordagem capitalista e colonialista da ciência moderna que se apropria de e invisibiliza outras formas de produção do conhecimento – diferentemente das abordagens científicas comprometidas com os interesses sociais –, bem como os movimentos sociais como principal forma de resposta popular às injustiças ambientais, também eram fatores já esperados e já trabalhados em outras pesquisas. Entretanto, me parece importante ressaltar: i) como a sobreposição de vulnerabilidades gênero, raça e classe, influenciam nos contextos pernambucanos – como, por exemplo, a exposição das mulheres rurais, racializadas e de baixa renda às áreas contaminadas e/ou de risco, más condições de trabalho, falta de acesso a políticas públicas e etc.; e ii) Nem a ciência moderna conservadora, nem o estado dão espaços realmente equitativos às reivindicações populares das mulheres, reforçando a exclusão das mulheres nos espaços públicos e políticos. Até mesmo no campo da luta popular, em Pernambuco, as mulheres encontram dificuldades para a contemplação de suas pautas. Desta forma, além da resistência e da luta pela incorporação de suas reivindicações, as mulheres ainda necessitam reivindicar espaços dentro das próprias estruturas que deveriam servir às questões sociais; contexto que se sobrepõe, ainda, aos recortes de raça e classe. Em consequência, as mulheres criaram estruturas autônomas de organização, com recortes específicos a cada conjunto de demandas, cujo alcance e impacto são significativos e suficientes para apontar a importância da organização popular nos

processos socioambientais em Pernambuco e, mais especificamente, da organização das mulheres.

Longe de determinar todo o contexto socioambiental de Pernambuco em um único trabalho, esta pesquisa terminou por evidenciar, ainda mais, a infinidade de realidades vividas desde o local, em seus aspectos sociais, políticos, culturais, socioambientais. Estas realidades, ainda, se inserem em recortes maiores, estando inseridas em uma rede complexa de relações sociedade-sociedade e sociedade-natureza.

Por fim, algumas limitações foram observadas, como a impossibilidade de contemplar todos os aspectos locais de Pernambuco, ainda que os discursos tenham sido abrangentes a todo o estado. Caracterizar os contextos socioambientais no estado me parece, portanto, uma tarefa coletiva e popular, considerando a construção e o relato de seus contextos a partir de quem vive cada uma destas realidades; especialmente a partir da perspectiva das mulheres, levando em conta sua própria condição na sociedade moderna.

Entretanto, se partimos do reconhecimento dos contextos locais e das subjetividades como fatores primordiais na construção de conhecimento sob a perspectiva da História Ambiental, as próprias limitações identificadas podem ser vistas como potencialidades, por indicarem uma forma de produzir conhecimento que supra as lacunas que o método científico convencional não é capaz de suprir: mesmo considerando o local, é impossível abranger absolutamente todos os recortes. Neste sentido este trabalho não contou com as perspectivas de muitos grupos sociais, entretanto, em caráter qualitativo da informação, este nos dá uma porção das informações referidas ao tema de pesquisa, e aponta para a urgência de romper com a exigência de “padrões metodológicos” - visto que as realidades são diversas e muito contextuais às dinâmicas locais -, bem como a necessidade de considerar o conhecimento popular, produzido empiricamente, não como uma fonte de dados “validados” pela ciência moderna, mas como fator de co-construção das realidades e de novas concepções sobre a ciência e a produção de conhecimento.

Por fim, como diretriz para a promoção da justiça socioambiental no estado, ressalto a importância de novas abordagens na produção científica, na criação de políticas públicas estratégicas e nos próprios questionamentos quanto às estruturas sociais e suas funções (poder

público, centros de pesquisa, movimentos sociais, entre outras) diante dos contextos socioambientais no estado.

Considero estratégica, portanto, a abordagem que considere um pensamento complexo das relações sociais e naturais, em constante diálogo com contextos de micro e macro de visualização e análise; bem como o reconhecimento das perspectivas das mulheres e da autonomia popular na produção de conhecimento científico. Romper com estes padrões paradigmáticos é urgente quando se objetiva a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **O sentido da colonização**. Recife: 20-20 comunicação e editora, 1994.

ABREU E LIMA, M.; BARBOSA, S. F **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987**. 2003. 261f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas fases da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M; FILHO, J. P. (Org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Editora Elefante, 2016. cap. 1. Disponível em: < [https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar\\_o\\_Imaginario\\_web.pdf](https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf) >. Acesso em: 20 dez 2019.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALEX, A. Bolsonaro corta orçamento do Bolsa Família, Fies e Minha Casa Minha Vida em 2020. **Painel Político**, 3 set. 2019. Disponível em: < <https://politico.painelpolitico.com/bolsonaro-corta-orcamento-do-bolsa-familia-fies-e-minha-casa-minha-vida-em-2020/>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife/São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Cortez, 1999.

ANDRADE, M C. **O sentido da colonização**. Recife: 20-20 comunicação e editora. 1994. 120 p.

ARANTES, R. Movimento de mulheres e lutas socioambientais: experiências e desafios para o feminismo. In: ARANTES, R; GUEDES, V (Orgs). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. 77-98.

ARÁOZ, H. M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: A natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, G.; LANG, M; FILHO, J. P. (Org.) **Descolonizar o**

**imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** Editora Elefante, 2016. cap. 13. Disponível em: < [https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar\\_o\\_Imaginario\\_web.pdf](https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf) >. Acesso em: 20 dez 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. Apresentação. Disponível em: < [https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=24](https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=24) >. Acesso em: 25 out. 2020.

ÁVILA, M. B. “Mulher e natureza”: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. In: ARANTES, R; GUEDES, V (Org.). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. 25-40.

AYRES, J. R. C. M. Razão, Ciência e Pedagogia da emancipação. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, p. 95-108, 1997.

BARRAGÁN, M. A; LANG, M., CHÁVEZ, D.M. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G; LANG, M; FILHO, J. P. (Org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Editora Elefante, 2016. cap. 2. Disponível em: < [https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar\\_o\\_Imaginario\\_web.pdf](https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf) >. Acesso em: 20 dez 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENITES, A. Governo vive encruzilhada com teto de gastos e sem fórmula para reativar investimentos. **El País**, 9 set. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/05/politica/1567696354\\_520728.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/05/politica/1567696354_520728.html)>. Acesso em: 26 dez. 2019.

BENITES, R. G; TRENTINI, F. Agricultura familiar sustentável: entre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, v. 5, n. 2, p. 01-19, 2019

BOFF, L. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BOFF, L. **A opção terra**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Recife: Editora Vozes Limitada, 2015.

BOLLIER, D. Los bienes comunes: un sector soslayado de la creación de riqueza. In: SILKE, H. **Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. El Salvador: Fundación Heinrich Böll, 2008. Disponível em: < <https://libros.metabiblioteca.org/bitstream/001/404/8/96890-84-02-X.pdf> >. Acesso em: 5 julho 2020.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORDALO, C. A. **O caminho da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)

– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5a ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P.; DITAS, C. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2012.

CAPPELLIN, P. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, A. O.; BUSCHINI, C. (Orgs.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina**. São Paulo: Ed. Vertice/ Fundação Carlos Chagas, 1989.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004.

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. Brasília/DF: Cortez, 2005.

CASTRO, E. V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

CASTRO, E. V. \_\_. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, v. 14, n. 18, p. 225-254, 2004.

CORDEIRO, R. L. M. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco**. 2004. 199 f. 2004. Tese (Programa de pós-graduação em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

CORDEIRO, R. L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, Out-Dez. 2006.

CORSINO, C. M.; LONDES, C. ARANTES, A. A. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2000.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 128 p.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

DILGER, G.; LANG, M; FILHO, J. P (Org). Apresentação à edição brasileira: ousar pensar “fora da caixa”. In: DILGER, G; LANG, M; FILHO, J. P. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Editora Elefante, 2016. Disponível em: < <https://rosaluxspba.org/wp->

[content/uploads/2016/08/Descolonizar\\_o\\_Imaginario\\_web.pdf](#) >. Acesso em: 20 dez 2019.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DUARTE, R. H. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 108p.

FELIPE, S. T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos. **Páginas de Filosofia**, v. 1, n. 1, p. 2-30, jan-jul/2009.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. Tlalaparta, 1999.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes**, v. 93, n. 2, p. 1-12, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da libertação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2018.

FREYRE, G. **Nordeste**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 12. Ed. São Paulo: L&PM, 1999.

GARROTE, M. S.; SANTOS, G. F.; MOSER, A. C. O uso da história oral na construção da história ambiental das comunidades do entorno do Parque Nacional da Serra do Itajaí em Botuverá – SC. In: Congresso Internacional de História, 4., 2009, Paraná. **Anais...** Paraná: Universidade Estadual do Maringá, 2009.

GEBARA, I. **Teologia ecofeminista**. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

GIL, S.; OROZCO, A. Transfeminismo: ¿ sujetos o vida en común?. **Periódico Diagonal**, v. 19, n. 07, 2010. Disponível em:

<[http://www.caladona.org/grups/uploads/2011/06/transfeminismo-sujetos\\_o\\_vida\\_en\\_comun\\_0.pdf](http://www.caladona.org/grups/uploads/2011/06/transfeminismo-sujetos_o_vida_en_comun_0.pdf)>. Acesso em: 15 abril, 2019.

GOMES, L. B; BOLZE, S. D. A; BUENO, R. K; CREPALDI, M. A. As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. **Pensando famílias**, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2014.

GONZALEZ, L. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. **Rio de Janeiro: UFRJ**, 1979.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. In: SILVA, L. A. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. ANPOCS. Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

\_\_\_\_\_. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HARAWAY, D. J. **Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno**.

Consonni, 2020. Disponível em: <

[https://www.researchgate.net/publication/341646932\\_Seguir\\_con\\_el\\_problema\\_Generar\\_parentesco\\_en\\_el\\_Chthuluceno\\_Donna\\_J\\_Haraway\\_Edicion\\_Consonni\\_Bilbao\\_2019\\_365\\_paginas\\_ISBN\\_9788416205417\\_Traduccion\\_de\\_Helen\\_Torres](https://www.researchgate.net/publication/341646932_Seguir_con_el_problema_Generar_parentesco_en_el_Chthuluceno_Donna_J_Haraway_Edicion_Consonni_Bilbao_2019_365_paginas_ISBN_9788416205417_Traduccion_de_Helen_Torres)>. Acesso em: 5 ago, 2020.

JORNAL NACIONAL. Voluntários fazem mutirão para limpar óleo de praias no litoral de Pernambuco. **G1**, 19 out, 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/10/19/voluntarios-fazem-mutirao-para-limpar-oleo-de-praias-no-litoral-de-pernambuco.ghtml>>. Acesso em: 3 ago, 2020.

JÚNIOR, A. F. B.; JÚNIOR, N. F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p.237-250, 2011.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: Mulheres protagonistas no meio rural. Florianópolis: **Estudos feministas**, v. 16, n. 3, p. 336, set/dez, 2010.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. 2.ed. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MALERBA, J. A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências. In: ARANTES, R.; GUEDES, V. (Org.). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2015.

MARTÍNEZ, A.; RÁTIVA, S.; CEVALLOS, B.; CHÁVEZ, D. M. O Estado como instrumento, o Estado como impedimento. In: DILGER, G.; LANG, M; FILHO, J. P. (Org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Editora Elefante, 2016. cap. 10. Disponível em: < [https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar\\_o\\_Imaginario\\_web.pdf](https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf) >. Acesso em: 20 dez 2019.

MORÍN, E.; LISBOA, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NASCIMENTO, E. L. **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, F. P; SOUSA, F. L. L **Metodologia da pesquisa científica teoria e prática: como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 62-105.

OLIVEIRA, M. **Condições de vida das mulheres negras em Pernambuco**. Recife: SOS CORPO, 2015.

PACHECO, T. **Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania**. 2010. Disponível em: < <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania-pacheco/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania/>>. Acesso em: 20 dez 2019.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PERROT, M. **As mulheres ou os Silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PORTO-GONÇALVEZ, C. W. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: Ibama, 2003.

POSSAMAI, F. V. A posição do ser humano no mundo e a crise ambiental contemporânea. **Revista RedBioética/UNESCO**, v. 1, p. 45-55, 2010.

PRORURAL. Dados. **Prorural**. Disponível em: < [RAMOS, G. \*\*Vidas secas\*\*. 7. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1963.](http://prorural.pe.gov.br/agricultura-familiar/dados/#:~:text=Ainda%20segundo%20o%20Censo%2C%20a,30%25%20dos%20bovinos%20do%20pa%C3%ADs.>http://prorural.pe.gov.br/agricultura-familiar/dados/#:~:text=Ainda%20segundo%20o%20Censo%2C%20a,30%25%20dos%20bovinos%20do%20pa%C3%ADs.></a>>. Acesso em: 4 jul, 2020.</p></div><div data-bbox=)

RAPOZO, B. M. S. Programa nacional de documentação da trabalhadora rural: desafios para a superação das desigualdades de gênero no campo brasileiro. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 13. 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia – FFLCH, 2019.

RESENDE, T. Bolsonaro corta orçamento de programas sociais em 2020. **Folha de São Paulo**, 3 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/bolsonaro-corta-orcamento-de-programas-sociais-em-2020.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

RIBEIRO, D. **América Latina: a grande pátria**. Editora Global, 2017.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

RUDIO, F. V. **Introdução a projetos de pesquisa**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia**. Editora Prometeo Libros, 2010.

SEGATO, R. L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014.

SILVA, C. Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho. In: ARANTES, R; GUEDES, V (Orgs). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. 61-76.



SILVA, C. S. M. **Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular.** 2016. 361 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Centro de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUZA, G. P. O; FLUMINHAN, A. A história ambiental no processo de educação ambiental. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2015. p. 21-29.

SUASSUNA, C. **Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por Empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia - PE.** 2005. 345 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais), Centro de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. In: DILGER, G.; LANG, M; FILHO, J. P. (Org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** Editora Elefante, 2016. cap. 4. Disponível em: < [https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar\\_o\\_Imaginario\\_web.pdf](https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf) >. Acesso em: 10 julho 2020.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

UCHÔA, V. O mar é minha vida, não posso ver esse horror e fazer nada': os voluntários na luta contra o óleo no Nordeste. **TERRA**, 21 outubro, 2019. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/o-mar-e-minha-vida-nao-posso-ver-esse-horror-e-fazer-nada-os-voluntarios-na-luta-contr-o-oleo-no-nordeste,7b1b39e879eae84ac122c5e05c17ba436c0ion72.html> >. Acesso em: 3 ago, 2020.

UCHÔA, V. De “limpo” a “tem muito óleo”: as duas realidades paralelas na crise do petróleo no Nordeste. **BBC**, Salvador, 1 nov, 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50257407> > . Acesso em: 3 ago, 2020.

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.